



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira

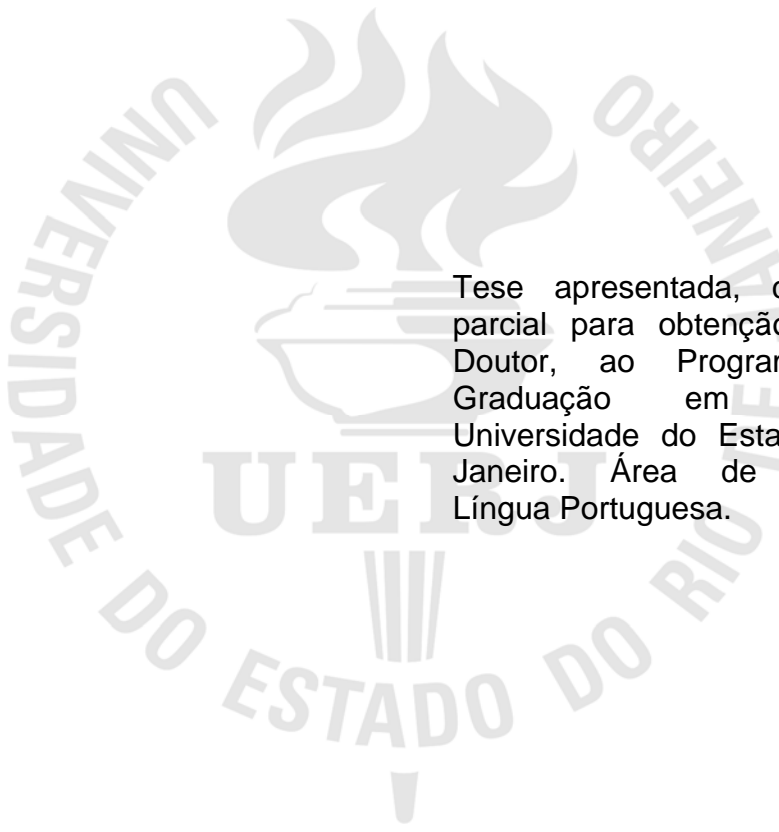
Os atos de fala nos textos instrucionais: uma proposta de leitura a partir da perspectiva interlocutiva.

Rio de Janeiro

2013

Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira

Os atos de fala nos textos instrucionais: uma proposta de leitura a partir da perspectiva interlocutiva



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientadora Prof^a. Dra. Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

F383	<p>Ferreira, Hilma Ribeiro de Mendonça. Os atos de fala nos textos instrucionais: uma proposta de leitura a partir da perspectiva interlocutiva / Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira. – 2013. 296 f.: il.</p> <p>Orientadora: Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Língua portuguesa – Português escrito – Teses. 2. Língua portuguesa - Análise do discurso - Teses. 3. Leitura – Teses. 4. Atos de fala (Linguística) - Teses. I. Abreu, Maria Teresa Tedesco Vilardo, 1963-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 806.90-085</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira

Os atos de fala nos textos instrucionais: uma proposta de leitura a partir da perspectiva interlocutiva.

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 27 de março de 2013.

Orientadora:

Prof^a. Dra. Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu
Instituto de Letras da UERJ

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro
Universidade Federal de Campo Grande

Prof^a. Dra. Leonor Werneck dos Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos aqueles que fizeram parte de minha trajetória acadêmica, em especial aos professores queridos, sem os quais nunca poderia ter fechado esse ciclo de minha vida.

Maria Teresa Tedesco Vilaro Abreu, orientadora desde sempre, cuja competência e seriedade me trouxeram a confiança necessária na pesquisa.

José Carlos de Azeredo e Gustavo Adolfo Pinheiro da Silva, que tiveram participação nas tomadas de decisão do trabalho, ainda que indiretamente.

Helênio Fonseca de Oliveira e André Crim Valente, que despertaram em mim o desejo pela pesquisa em Língua Portuguesa.

Onireves Monteiro de Castro, Leonor Werneck dos Santos e Claudio César Henriques, por aceitarem participar da banca.

Tânia Saldanha Machado Lopes, por toda ajuda nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me conduzido em cada dia na UERJ, ajudando em todos os desafios.

Ao André, por me animar, aguentar e incentivar.

À Ana Júlia, por assistir a muito programa de TV, enquanto eu escrevia.

À Hercília, Sandra e Ivone, que cuidaram dela para eu fazer tantas coisas.

À minha irmã e mãe Iara.

Ao Emilson, Tiago, Saulo, Jadson, Lorena e Ivan, sobrinhos que tanto amo.

A pragmática ilocucional não considera a função informativa como a função fundamental da linguagem. Aqui a linguagem é vista como ação entre os interlocutores.

Gustavo Adolfo Pinheiro da Silva

RESUMO

FERREIRA, Hilma Ribeiro de Mendonça. *Os atos de fala nos textos instrucionais: uma proposta de leitura a partir da perspectiva interlocutiva*. 2013. 296 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Os textos de caráter instrucional apresentam como fator comum a estipulação de procedimentos, feitos por um locutor com vistas a levar os interlocutores a determinado objetivo relacionado ao seu uso. A execução de tarefas, por parte dos indivíduos, é fator condicional para o atingimento das finalidades de uso dos mesmos. Entretanto, ao predispor os procedimentos, na superfície textual, ocorrem discrepâncias acerca da forma como as tarefas são informadas, de modo a evidenciar uma maior ou menor rigidez quanto ao nível impositivo dos procedimentos. A fim de analisar como essas especificidades afetarão a produção dos sentidos na leitura, escolheram-se quatro gêneros de caráter instrucional, a saber: a receita, a bula, o manual técnico e o contrato para verificar como se dá a predisposição dos procedimentos feitos, essencialmente, por meio de frases imperativas e declarativas. A pesquisa se propõe a cotejar as marcas linguísticas de cada um dos textos, inerentes às frases de procedimentos com fatores interlocutivos pressupostos pela teoria dos atos de fala. Para tanto, verifica-se o enfoque teórico dado, sobretudo pelos seguintes autores: Austin (1962), Searle (2002), Said Ali(1964), Bechara (1977), Cunha (1978), Rocha Lima(1976) e Azeredo (2011), de modo a mostrar uma análise dos elementos textuais e interlocutivos na composição discursiva dos enunciados escolhidos. A pesquisa mostrou a existência da relação entre a forma como sentidos são assumidos e as atitudes de instruir e acatar dos indivíduos, a partir das frases usadas nos textos para instruir.

Palavras-chave: Textos instrucionais. Atos de fala. Leitura.

ABSTRACT

FERREIRA, Hilma Ribeiro de Mendonça. *Speech acts in instructional texts: a reading proposal from the interlocutive perspective*. 2013. 296 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Texts of instructional character have as common feature the settlement of specific procedures, determined by the speaker, who intends to bring his/her counterpart to a determined purpose related to the use of the genres approached by both of them. The task execution by the involved individuals is a determining issue to the achievement of their usage purposes. However, while predisposing these procedures in the textual level, discrepancies concerning the way the tasks are informed arise, evidencing a greater or lesser rigidity concerning the imposing level of procedures. In the interest of analyzing the ways these specificities affect reading meaning-making, four instructional-character texts were selected, namely: recipe, bulla, user's guide and contract. Through the study of the mentioned genres we verify the predisposition of the related procedures, proposed essentially by imperative and declarative sentences. This dissertation intends to assemble the linguistic markers of the examined texts, inherent to procedure sentences with conversational factors assumed by the theory of speech acts. In order to do so, it is verified the theoretical approach given by the following authors: Austin (1962), Searle (2002), Said Ali (1964), Bechara (1977), Cunha (1978), Rocha Lima(1976) e Azeredo (2011) . Therefore, this investigation intends to portray an analysis of textual and conversational elements within the discursive composition of the chosen statements. The research has shown the existence of a relationship between how meanings are made and the attitudes of instructing and obey by the individuals, from the phrases used in the texts to instruct.

Keywords: Instructional texts. Speech acts. Reading

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1-	Os gêneros escolhidos e suas funções de uso	24
Quadro 2-	Exemplos de gêneros predominantemente instrucionais	36
Figura 1-	Caracterizações quanto ao do tipo injuntivo.....	39
Quadro 3-	Os gêneros no plano textual e a finalidade de uso interlocutivo	45
Figura 2-	Os planos material e interlocutivo e sua relação com os conceitos de texto e gênero	41
Figura 3-	As correntes filosóficas da linguagem.....	48
Figura 4-	Os estudos centrados na natureza social da linguagem.....	51
Figura 5-	Primeiras constatações da teoria dos atos de fala.....	57
Quadro 4-	Os três níveis interlocutivos e sua aplicação ao exemplo 3 ...	59
Figura 6-	Os três focos da ação linguística.....	62
Quadro 5-	As correspondências palavra/mundo e mundo/palavra.....	80
Quadro 6-	As categorias dos atos ilocutórios conforme a terminologia de Searle (2002)	83
Quadro 7-	A frase declarativa e a categoria assertiva	108
Quadro 8-	A frase expressiva e a categoria expressiva	113
Quadro 9-	A frase interrogativa e a categoria diretiva	117
Quadro 10-	A frase imperativa e a categoria diretiva	121
Figura 7-	A categoria dos atos diretivos e a força ilocutória das frases imperativas e interrogativas.....	123
Quadro 11-	A escolha dos <i>corpora</i> : gênero receita	128
Figura 8-	Exibição da diagramação textual do gênero receita.....	130
Quadro 12-	A estrutura macrodiscursiva do gênero receita	131
Quadro 13-	A escolha dos <i>corpora</i> : gênero manual	153
Figura 9-	Exibição da diagramação textual do gênero manual.....	155

Quadro 14-	A estrutura macrodiscursiva do gênero manual	155
Quadro 15-	A escolha dos <i>corpora</i> : gênero bula	175
Figura 10-	Exibição da diagramação textual do gênero bula.....	178
Quadro 16-	A estrutura macrodiscursiva do gênero bula	180
Quadro 17-	A escolha dos <i>corpora</i> : gênero contrato	205
Figura 11-	Exibição da diagramação textual do gênero contrato.....	206
Quadro 18-	A estrutura macrodiscursiva do gênero contrato	207
Quadro 19-	A natureza dos procedimentos nos quatro gêneros e as condições para o acatamento dos procedimentos	224
Figura 12-	As frases declarativa e imperativa e suas forças ilocutórias...	226

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	METODOLOGIA DE PESQUISA	22
1.1	Descrição dos <i>corpora</i>	22
1.2	Aspectos metodológicos	25
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	30
2.1	Fundamentos textuais – os tipos e os gêneros discursivos	30
2.2	Fundamentos discursivos – a Teoria dos Atos de Fala e suas propostas conceituais	46
2.2.1	<u>O contexto histórico de surgimento da Teoria dos Atos de Fala</u>	47
2.2.2	<u>A contribuição de John Austin (1962) e as primeiras constatações sobre a Teoria dos Atos de Fala</u>	53
2.2.3	<u>As contribuições de John R. Searle (1969) para a Teoria dos Atos de Fala</u>	66
2.2.4	<u>Categorias interlocutivas de Austin e Searle utilizadas na pesquisa</u>	88
2.3	Fundamentos textuais: as frases na tradição gramatical e os atos de fala	91
2.3.1	<u>O conceito de frase</u>	98
2.3.2	<u>Frases declarativa, exclamativa e interrogativa</u>	105
2.3.3	<u>A frase imperativa</u>	119
3	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	125
3.1	O gênero receita	126
3.2	O gênero manual	151
3.3	O gênero bula	174
3.4	O gênero contrato	202
3.5	As categorias de análise dos gêneros e as perspectivas de leitura . 222	

CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
REFERÊNCIAS	237
ANEXO A – Exemplo 1	240
ANEXO B – Exemplo 2	242
ANEXO C – Exemplo 3	243
ANEXO D – Exemplo 4	244
ANEXO E – Exemplo 5	245
ANEXO F – Exemplo 6	246
ANEXO G – Exemplo 7	247
ANEXO H – Exemplo 8	248
ANEXO I – Exemplo 9	249
ANEXO J – Exemplo 10	250
ANEXO K – Exemplo 11	251
ANEXO L – Exemplo 12	252
ANEXO M – Exemplo 13	253
ANEXO N – Exemplo 14	254
ANEXO O – Exemplo 15	255
ANEXO P – Exemplo 16	256
ANEXO Q – Exemplo 17	258
ANEXO R – Exemplo 18	259
ANEXO S – Exemplo 19	261
ANEXO T – Exemplo 20	262
ANEXO U – Exemplo 21	263
ANEXO V – Exemplo 22	265

ANEXO W – Exemplo 23	266
ANEXO X – Exemplo 24	267
ANEXO Y – Exemplo 25.....	268
ANEXO Z – Exemplo 26	269
ANEXO AA – Exemplo 27.....	270
ANEXO BB – Exemplo 28.....	271
ANEXO CC – Exemplo 29.....	272
ANEXO DD – Exemplo 30.....	273
ANEXO EE – Exemplo 31.....	274
ANEXO FF – Exemplo 32.....	275
ANEXO GG – Exemplo 33.....	276
ANEXO HH – Exemplo 34.....	278
ANEXO II – Exemplo 35.....	279
ANEXO JJ – Exemplo 36.....	280
ANEXO KK – Exemplo 37 e 40.....	281
ANEXO LL – Exemplo 38.....	282
ANEXO MM – Exemplo 39.....	283
ANEXO NN – Exemplo 41.....	284
ANEXO OO – Exemplo 42.....	285
ANEXO PP – Exemplo 43 e 44.....	286
ANEXO QQ – Exemplo 45.....	288
ANEXO RR – Exemplo 46.....	289
ANEXO SS – Exemplo 47.....	290
ANEXO TT – Exemplo 48.....	291

ANEXO UU – Exemplo 49.....	292
ANEXO VV – Exemplos 50 e 53.....	293
ANEXO WW – Exemplos 51 e 52	294
ANEXO XX – Exemplo 54.....	295
ANEXO YY – Exemplo 55.....	296

INTRODUÇÃO

Os textos instrucionais constituem enunciados que permeiam o cotidiano dos indivíduos. Os seus conteúdos informativos prestam-se à realização de tarefas singulares, importantes e constitutivas da tradição humana. Contudo, a leitura dos enunciados de natureza instrucional pode representar uma dificuldade para quem precisa recorrer a eles, posto que não se mostram de forma clara, em termos dos procedimentos expostos textualmente, para serem entendidos em seu propósito comunicativo.

O desejo de investigar os processos de leitura dos textos instrucionais deve-se, portanto, à necessidade de entender como os sentidos serão assumidos pelos sujeitos leitores, de modo a realizar os objetivos de uso desses enunciados, que têm na injunção, o seu principal tipo de estruturação textual.

Partindo de um procedimento inferencial sobre a dificuldade da leitura e da importância do entendimento do gênero textual instrucional, o presente trabalho congrega, como parâmetro para investigação, quatro desses gêneros, a saber: a receita culinária, o manual técnico, a bula de medicamentos e o contrato jurídico. De acordo com as características de emprego desses enunciados e dos seus conteúdos informativos, procurou-se desvelar algumas questões importantes quanto ao tipo injuntivo de estruturação textual.

Nesse caso, embora esses textos tenham em comum o fato de estipularem procedimentos com vistas a instruir os indivíduos nas tarefas por eles mediadas, discrepam na predisposição textual dessas instruções. Isso acontece porque a forma como as instruções aparecerão neles predispostas estará coadunada aos objetivos acarretados pelos gêneros.

Procuramos nos pautar por questões dos referentes inferenciais à leitura e à percepção dos sentidos, de acordo com o aspecto interlocutivo da linguagem pertinente nesse gênero, traçando, a partir desse componente discursivo, reflexões sobre essa modalidade.

No decorrer desta tese, procuramos verificar, prioritariamente, se existem marcas linguísticas que possam evidenciar os modos de instruir requeridos pelas situações mediadas pelos quatro gêneros supracitados. A partir de tais evidências, buscamos mensurar as posturas do locutor, ao estipular os procedimentos instrucionais marcados no gênero textual, e a do interlocutor, quanto à forma de

acatamento das instruções, de modo a elucidar, a partir dos interagentes, aspectos referentes à leitura de tais enunciados, em seus contextos de uso.

Chamaram-nos a atenção as finalidades de uso dos textos, que se assemelham por serem essencialmente instrucionais, mas que discrepam nos modos de tornar melhor evidente a percepção dos sentidos supratextuais. Por conta dessas evidências discursivas, procuramos alcançar, ao longo da demonstração argumentativa da nossa tese, alguns objetivos que serão detalhados na sequência.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa, procuramos evidenciar os aspectos enunciativos, geradores de possíveis discrepâncias quanto ao desenvolvimento das tarefas mediadas pelos gêneros instrucionais, considerando aspectos interlocutivos, centralizados no locutor e no interlocutor.

Por seu turno, os objetivos específicos estão aqui mensurados para dar cabo de uma série de argumentos que corroboram com o proposto para a nossa tese fundamentalmente. Assim, buscamos, prioritariamente

- a) verificar como as instruções linguísticas são organizadas no gênero instrucional e transmitidas para estipular o desempenho de tarefas, pelos interlocutores;
- b) mostrar quais ações os sujeitos são orientados a desenvolver pelo uso dos gêneros instrucionais, assim como as tomadas de atitude do locutor e do interlocutor, de acordo com os procedimentos expostos nesses enunciados.

Essas duas questões iniciais estarão vinculadas à macroestrutura discursiva dos gêneros instrucionais, sendo necessário verificar como tal arcabouço textual se apresenta, de modo a salientar os objetivos de cada um dos textos escolhidos.

Por seu turno e, considerando as finalidades de uso dos enunciados como ordenados nos gêneros, torna-se relevante

- c) discriminar o papel dos interagentes envolvidos nos processos abarcados pelos gêneros, a fim de delinear as funções a serem exercidas por ambos os participantes das situações interlocutivas mediadas pelos textos;
- d) contribuir com a análise dos fatores discursivos oriundos de tais recortes analíticos, de modo a avançar no estudo relativo à linguagem, vista pelo seu plano interlocutivo.

Tais pressuposições se prestam a indicar se o modo como as instruções são transmitidas é propício, isto é, adequado ao nível dos interlocutores para os quais os enunciados são dirigidos. Os objetivos supracitados têm como função evidenciar a hipótese maior da tese que pressupõe a existência de formas linguísticas diferentes para informar, que refletirão diferenças quanto à assimilação dos sentidos a partir das estruturas textuais dos gêneros, diferenciadas, segundo as tarefas por eles preconizadas. A hipótese da pesquisa também conjectura a discrepância entre a correspondência da natureza desses enunciados e dos modos como os sentidos devem ser assumidos pelos leitores.

Todos os objetivos citados estão vinculados, ainda, à hipótese da existência de enunciados que se propõem a estipular procedimentos possuidores de níveis impositivos diferenciados. Esses gêneros indicam posicionamentos diferenciados, pelos locutores, de acordo com as formas como as informações necessárias aos procedimentos são transmitidas.

Dadas tais peculiaridades, conjecturamos sobre as aplicações dos textos às situações comunicativas por eles mediadas e verificamos que as instruções são estipuladas de um modo mais ou menos taxativo, a partir da natureza de uso dos gêneros.

Esses fatores hipotéticos têm como ponto fulcral o fato de, embora havendo um caráter essencialmente instrucional nos enunciados escolhidos, o modo como as instruções são informadas acarreta em atitudes diferentes a partir do estabelecimento de procedimentos, com respeito à sua execução por parte dos interlocutores.

Sobre essas perspectivas analíticas, inferimos que a forma de estipulação das instruções pode indicar ações que se prestam a sugerir, prescrever, avisar, ordenar, coagir, entre outras ações de caráter impositivo. Por outro lado, todas essas formas de instruir, também, forçam posicionamentos diferenciados, pelos interlocutores, quanto ao modo de executar o que é instruído.

A fim de compreender os fenômenos discursivos abarcados pelos textos, e pelo desejo de pautar a análise na questão da interlocução, usamos como aporte teórico principal a “Teoria dos atos de fala”. Em tal caso, a linguagem é intrinsecamente uma forma de “ação”. Na Teoria dos atos de fala, existem formas de “reportamento discursivo” que se prestam a propósitos interlocutivos dos indivíduos. Dessa forma, a configuração do que se entende por “instruir” estará intrinsecamente

condicionada a um propósito definido dos locutores, salientando certas ações e configurando “atos de fala” propícios às finalidades de uso de cada gênero da instrução.

Assim, ao instruir, os gêneros em análise direcionam os interlocutores na estipulação de tarefas. Contudo, ao longo de nossas ponderações e análises, verificaremos que esses interlocutores demonstrarão maior ou menor obediência quanto à predisposição dos comandos, estando todos eles ancorados no “Tipo Injuntivo” de estruturação textual.

Quanto à caracterização tipológica dos enunciados escolhidos, é válido ressaltar que esse modo discursivo evidencia estruturas linguísticas que se prestam a estabelecer procedimentos, de modo a instruir os interlocutores, provocando-os na tomada de atitudes. Essas atitudes, por outro lado, oscilam quanto ao uso na troca interlocutiva, podendo ser simples, tais quais aquelas decorrentes do ato de “responder uma pergunta” ou mais forçadas, como “ser obrigado a fazer algo solicitado”.

Dadas essas constatações iniciais, verificamos que a finalidade discursiva dos gêneros em tratamento está condicionada aos propósitos discursivos abarcados por eles. Dessa forma, tais peculiaridades levaram à consideração do conceito de “gênero” e de sua importância para a compreensão dos fatores geradores das possíveis discrepâncias quanto ao uso interlocutivo dos quatro enunciados já mencionados, às situações por eles mediadas.

Tendo sido levantadas tais questões quanto à natureza discursiva dos gêneros e dos graus diferenciados do teor impositivo para estabelecimento e execução das instruções, evidenciamos que serão elementos também investigados.

Essas são questões que podem ser analisadas a partir do que é postulado por Austin (1962), ao detectar a propriedade que a linguagem possui de “agir no mundo”, de acordo com as esferas de ação linguística dos enunciados.

Outra contribuição importante a ser usada na análise dos dados é encontrada na ordenação do esquema conceptual dos atos linguísticos, conforme estipulado por Searle (2002). Os dois autores contribuem, portanto, com conceitos que permitem uma ordenação das questões interlocutivas a serem contempladas na presente tese.

A contribuição do trabalho para a linha de pesquisa escolhida, intitulada “Ensino da Língua Portuguesa: história, políticas, sentido social, metodologias e pesquisa” ancora-se num contraponto gramatical para os atos de fala que vem a ser

o conceito de “Frase”. Nesse caso, estaremos circulando por questões interlocutivas e relativas ao ensino de “Gramática” e, de certo, ao desenvolvimento da “Leitura” pelo ponto de vista das ações ilocutórias. Para tanto, a partir do fator comum, que é a estipulação de procedimentos, realizados por meio de frases e de sequências de caráter instrucional, como tais comandos podem ser assimilados, na leitura pelo viés interlocutivo será motivo de nossa consideração.

Para evidenciar os tipos frasais, a visitação a capítulos referentes aos estudos da frase em alguns autores importantes para nossa tradição nos estudos gramaticais será necessária. Desse modo, utilizamos autores como Said Ali (1964), Rocha Lima (1976), Evanildo Bechara (1977; 2005), Celso Cunha (1978; 2007) e Azeredo (2010), entre outros.

Assim, os problemas levantados pela análise dos dados podem vislumbrar elementos singulares para as observações analíticas dos textos instrucionais bem como dos sentidos das suas estruturas frasais predispostas.

O presente trabalho de tese doutoral encontra-se dividido em capítulos, como indicados em seguida. Por se tratar de um *corpus* original, iniciamos nossa tese com a apresentação da metodologia de pesquisa, no capítulo 1, descreveram-se as características básicas dos textos instrucionais e de como os dados serão analisados à luz das teorias básicas mencionadas anteriormente. Importa-nos ressaltar que a nossa tese substancialmente prioriza o dado qualitativo, muito embora tenha que apresentar dados quantificados.

No capítulo 2, fazemos uma imersão nos conceitos teóricos abarcados na pesquisa e essenciais para o tratamento dos dados, quando das análises requeridas. Para tanto, na primeira seção esboçamos as categorias de tipo e gênero textuais, bem como fazemos conhecer a sua importância para compreensão da análise dos dados.

Mencionamos as contribuições de Silva (1999), quanto à conceituação de “tipo textual”, bem como as contribuições de Bakhtin (1997), Marcuschi (2005) e Schneuwly (1994), no que diz respeito às propriedades em torno do conceito de gênero. Nessa seção também elencamos alguns textos injuntivos e demonstramos suas características de uso.

Na segunda seção do capítulo 2, debruçamo-nos sobre a corrente teórica principal ora escolhida, bem como dos principais autores e suas contribuições para a análise dos dados. Especificamente, as contribuições de Austin (1962), ao identificar

a propriedade da ação pela linguagem em níveis interlocutivos diferenciados, serão motivo de nossa percepção maior. Também serão usados os pressupostos teóricos de Searle (2002), ao elencar as categorias das ações que podem ser agrupadas em cinco níveis diferenciados.

Na terceira seção do capítulo 2, foi feito um cotejo entre a evidenciação do componente acionista da linguagem, abarcado pela teoria dos atos de fala e de seu contraponto gramatical, que se deve ao estudo da frase. Utilizamos as categorias frasais especificadas em alguns compêndios tradicionais, a fim de mostrar a paridade existente entre os dois conceitos.

No capítulo 3, expomos quatro seções que versam sobre os quatro gêneros da ordem interlocutiva. Iniciamos cada seção fazendo uma descrição das características macrodiscursivas dos enunciados e também mostramos os tipos de textos escolhidos. Após essa parte inicial, começamos os processos das análises dos exemplos compilados.

No capítulo 4, apresentamos as considerações finais do trabalho, de acordo com as análises dos exemplos coletados. Seguem, no capítulo 5, as referências bibliográficas e no capítulo 6, elencamos os anexos de todos os textos usados ao longo da tese, devidamente organizados em ordem alfabética, de acordo com o aparecimento dos excertos nos exemplos apresentados.

1 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente capítulo tem por finalidade apresentar os processos envolvidos na pesquisa, que foram executados de modo a priorizar a natureza interlocutiva dos textos instrucionais. Nesse sentido, buscar-se-á salientar como os atos de fala, pressupostos pelos gêneros, configuram aspectos concernentes ao posicionamento dos interagentes e às características linguísticas desses enunciados.

Inicialmente, apresentamos um resumo descritivo com as características macroestruturais dos quatro gêneros analisados e, após essa primeira parte, discorreremos sobre a proposta analítica, mostrando a apropriação dos conceitos teóricos ao estudo dos *corpora*.

1.1 Descrição dos *corpora*

Na presente subseção, tem-se por finalidade apresentar as características gerais dos textos escolhidos, procurando evidenciar suas peculiaridades de uso. Quanto aos fatores interlocutivos dos textos, eles se prestam a propiciar instruções aos indivíduos que se propõem a acatar as regras informadas na superfície discursiva desses enunciados, feitas pelos seus locutores.

Essa especificidade advém da natureza dos quatro gêneros escolhidos, a saber: a receita, o manual, a bula e o contrato, sendo que, esses enunciados, embora detentores de funções discursivas semelhantes possuem características estruturais diferentes.

As receitas, por suas peculiaridades de uso, possuem um arquétipo estrutural mais simplificado. Em contrapartida, os outros três gêneros – manuais, bulas e contratos – por suas naturezas e utilizações, que demandam maior complexidade, têm estruturas textuais igualmente mais complexas.

No caso das receitas, ocorre, apenas, uma exposição inicial dos ingredientes que serão usados na preparação dos pratos. Já em se tratando das bulas, o fato de instruírem sobre o uso de um medicamento, geralmente, apropriado para a resolução de um problema físico, esse fator atribui ao texto elementos compositivos de ordem mais complexa. Fator importante para a configuração textual de maior complexidade das bulas decorre do fato de esse gênero ser direcionado a, pelo menos três interlocutores distintos, a saber: o paciente, o médico e o farmacêutico.

As partes textuais são divididas de acordo com esses interlocutores, informando procedimentos específicos a cada um deles. Dados relativos à composição química são mais apropriados ao farmacêutico, já quando são explicadas as doses necessárias às doenças ocorrem instruções ao médico, por fim, procedimentos sobre o armazenamento e o aspecto físico do medicamento são mais afeitos aos pacientes.

Os manuais, por outro lado, apresentam como fator diferencial a utilização de algumas remissões a saberes técnicos, na medida em que fazem alusão a especificidades que podem corroborar dificuldades para o entendimento das instruções. A leitura do manual pode acarretar, por exemplo, o acionamento de conhecimentos de diferentes áreas, necessitando do conhecimento dessas informações, a fim de dar conta dos usos requeridos pelos seus interlocutores.

Para exemplificar o que estamos falando, a instalação de um aparelho eletrodoméstico estabelece procedimentos, muitas vezes, requerendo conhecimentos sobre a eletricidade ou sobre a parte mecânica de equipamentos afins, fator que exigirá dos interlocutores, atenção na elaboração dos procedimentos.

O último gênero contemplado, o contrato jurídico, possui a mesma finalidade de uso dos demais enunciados, qual seja a estipulação de procedimentos, mas existem diferenças entre esse gênero e os demais. A primeira delas decorre do fato de que o estabelecimento das diretrizes para o atendimento da contratação de ambas as partes de uma negociação implica na configuração de um texto cujas tarefas precisarão ser expostas, de modo a indicar os direitos e os deveres desses dois tipos de interlocutores que estão envolvidos na negociação.

Assim, ressalta-se que o aspecto interlocutivo desses quatro gêneros configurará comandos possuidores de níveis impositivos distintos, de modo a aferir nas instruções esses posicionamentos dos locutores. Por consequência do posicionamento quanto à apresentação das instruções, a maior ou a menor precisão quanto ao atendimento dos comandos, pelos interlocutores, é um indicativo importante que pode ser elucidado pelo enquadramento teórico escolhido.

Essas diferenças de valores interlocutivos indicam, por outro lado, uma equalização, pois como temos enfatizado, os textos selecionados instruem e são amplamente usados pelos indivíduos, em seu cotidiano. Dada sua relevância e disponibilidade, a escolha dos *corpora* foi feita de modo a privilegiar textos cuja veiculação é comum para pessoas de diferentes grupos sociais ou etários.

A fim de descrever os propósitos funcionais dos quatro gêneros, especificam-se suas características de uso¹.

Quadro 1- Os gêneros escolhidos e suas funções de uso

Gênero	Função
Receita culinária	Preparação de pratos culinários, de acordo com o entendimento dos indivíduos quanto ao uso dos ingredientes e da elaboração dos procedimentos, que são postos de forma enumerada, conciliando os produtos (ingredientes) e os processos (etapas) para tal finalidade.
Manual de instruções	Manuseio de um objeto (aparelho ou utensílio), feito a partir do entendimento da composição material ou eletrônica de tal artefato. As formas de utilização do objeto, muitas vezes, subdividem as etapas de instruções do seu manuseio, feitas de acordo com a natureza de cada uma das partes dos aparelhos/objetos manuais.
Bula de medicamentos	Utilização, manuseio e armazenamento dos medicamentos que deverão ser ingeridos de acordo com suas características bioquímicas. Os cuidados e riscos envolvendo a má utilização de uma droga são relacionados nas partes do texto, que expõem aspectos da sua utilização em partes textuais distintas.
Contrato jurídico	Indicação das diferentes partes, envolvendo os processos necessários à negociação jurídica. O entendimento total dos procedimentos necessários à aquisição de um bem (produto ou serviço) dependerá do prosseguimento das etapas da negociação, que são expostas nas cláusulas contratuais.

¹ Essa primeira explicação quanto às características de uso dos gêneros deve-se à necessidade de uma demonstração inicial das propriedades dos textos escolhidos. No capítulo 3, “Análise do *corpus*”, faremos um detalhamento mais aprofundado de todos os textos a serem usados nos exemplos analisados.

A demonstração das características discursivas gerais dos quatro gêneros aponta que os seus usos, nas situações cotidianas para as quais eles são apropriados à aquisição ou do manuseio de produtos (bens ou serviços), efetuados pelo cumprimento de etapas e de processos.

A apropriação das peculiaridades interlocutivas desses quatro gêneros está coadunada, também, com o que fora estipulado por Bakhtin (1997[1959]), ao verificar que as situações discursivas corroboram enunciados, de modo a atender a essas demandas, evidenciando a “funcionalidade discursiva” dos gêneros.

1.2 Aspectos metodológicos

Conforme exposto nas considerações iniciais, todos os textos a serem usados nos *corpora*, embora com características discursivas diferenciadas, propõem tarefas que deverão ser efetuadas, a fim de que determinado objetivo seja atingido. Sendo assim, tanto uma receita, quanto os demais gêneros – bulas, manuais e contratos – são elaborados, de modo a estipular procedimentos que, quando efetuados, podem atingir a determinadas finalidades.

Para compor os *corpora* da pesquisa, serão usados trinta e quatro textos de caráter instrucional, que foram selecionados para análise das frases e enunciados realizadores de ações, que se prestem aos objetivos dos quatro gêneros, como especificados no quadro 1. Nesses textos, as tarefas por eles abarcadas correspondem às etapas de execução, exigidas para atingir as finalidades desses enunciados, que se prestam a instruir tarefas cotidianas comuns para solucionar problemas habituais dos indivíduos.

A fim de detalhar as especificidades dos textos, foram escolhidos exemplares acessíveis, que podem ser encontrados facilmente em lojas e departamentos comerciais. Os textos foram coletados durante a realização do curso de Doutorado, entre os anos de 2009 e 2012, por meio da compra dos produtos aos quais eles se propõem a instruir, sendo todos adquiridos na cidade do Rio de Janeiro.

Esses textos se prestam à realização de tarefas ordinárias, por indivíduos de diferentes estratos sociais. Por isso, ainda é válido ressaltar que tarefas como: o preparo de refeições, a montagem e o manuseio de aparelhos eletrônicos, o manuseio de medicamentos e a contratação de serviços e produtos são

desempenhadas por qualquer tipo de pessoa, que esteja imbuída de tais finalidades aplicativas desses textos.

Fator importante sobre a escolha por pesquisar textos instrucionais decorre da sua aplicação na organização de procedimentos cotidianos comuns e que requerem uma forma enunciativa ordinária. Entretanto, esses textos não são, tradicionalmente, estudados e analisados no contexto acadêmico.

A fim de proporcionar a análise satisfatória dos dados da pesquisa, escolhemos os seguintes grupos e quantitativos, que serão usados para explicitar alguns aspectos advindos da leitura, a partir dos textos instrucionais:

- ✓ 10 receitas culinárias
- ✓ 10 bulas de medicamento
- ✓ 10 manuais técnicos
- ✓ 4 contratos jurídicos

No caso dos três primeiros gêneros, por apresentarem uma estrutura textual mais simplificada, configuram textos menos extensos, de modo que, foram escolhidos dez exemplares de cada gênero. Essa quantidade será suficiente para demonstrar os propósitos de análise do presente trabalho, que se debruçará sobre os elementos linguísticos usados para informar procedimentos.

Nesse sentido, as frases que compõem os textos, usadas para indicar instruções serão analisadas, de modo a verificar como os sentidos podem ser assimilados pelos interlocutores, durante a leitura.

Já em se tratando dos contratos jurídicos, que possuem uma estruturação discursiva mais complexa, serão usados quatro exemplares. Esse gênero, cuja estrutura textual deve atender às atribuições de todos os aspectos da negociação jurídica, apresenta uma estrutura textual que se presta a essa complexidade. Assim, para retirar os exemplos desses textos, foi escolhido esse quantitativo, que satisfará a evidenciação da perspectiva em tela, que se propõe a analisar as ações interlocutivas, a partir das frases indicativas de procedimentos.

Os exemplos retirados dos *corpora* serão vistos de forma a verificar, primordialmente, o motivo das possíveis diferenças na interpretação de sentidos a partir das instruções, feitas por meio de frases imperativas e declarativas, prioritariamente. Essas frases, embora apresentem as mesmas finalidades de

interpretação – que é a estipulação de etapas de procedimentos –, acarretam modos de instruir diferenciados.

Quanto a essa peculiaridade dos textos instrucionais, as formas de acatamento das instruções estarão vinculadas, necessariamente, ao modo como os locutores predispõem os procedimentos, com maior ou menor rigor impositivo. Neste caso, ao estudar, por exemplo, as imperativas, têm-se comandos expostos de modos similares na superfície textual dos exemplares, mas que discreparão quanto às atitudes de aceitação e à execução das instruções.

Tais diferenças na estipulação dos procedimentos são importantes, pois a maneira como os comandos são informados, nos textos, pode revelar formas e atitudes impositivas diferentes, de acordo com os riscos envolvidos nos objetivos das instruções. A partir dessa peculiaridade, serão investigadas as ações pressupostas pelo locutor, direcionadas aos interlocutores, de acordo com os recortes analíticos coadunados com a teoria dos atos de fala. Esse enfoque teórico analisa os enunciados, de modo a salientar diferentes propósitos discursivos, de acordo com a intencionalidade dos falantes.

Também com respeito às ações desencadeadas pela intencionalidade dos indivíduos, essas diferentes formas enunciativas serão consideradas a partir da própria natureza dos gêneros textuais a elas afeitas, cujo conceito pressupõe usos diferenciados da linguagem, aplicados às necessidades de troca interlocutiva. Nesse caso, interesses envolvidos podem mensurar que as instruções de tarefas podem delinear ações de formas mais ou menos rígidas.

Com respeito a essas ações, o que se percebe na parte superficial dos textos pode denotar atitudes interlocutivas diferentes, quanto ao rigor das instruções. Essa característica será evidenciada à luz do que é especificado pelo uso dos tipos frasais e pelas decorrências de seu cotejo com o que é pressuposto pelas ações por elas desencadeadas, salientando também as possíveis reações dos interlocutores, ao acatarem as instruções.

A escolha por analisar a forma como as instruções são empregadas, com mais ou menos rigidez, e a decorrência dessas ações a partir da “Teoria dos Atos de Fala”, é plausível porque esse enquadramento teórico ocupa-se, justamente, da intencionalidade dos indivíduos ao proferirem os enunciados, agindo no contexto de seu uso.

A “Teoria dos Atos de Fala” pode oferecer pistas para a leitura dos textos a partir das frases indicativas de procedimentos, subjacentes à configuração textual de uma receita, por exemplo. Como exemplo, postulamos que nas receitas a necessidade de forçar o interlocutor a realizar as tarefas não será a mesma daquela exigida na estipulação dos processos requeridos para o manuseio de um artefato eletrônico ou para o uso de um medicamento. Essas diferenças na estipulação dos procedimentos evidenciam formas de indicação das tarefas que refletem a intencionalidade por forçar mais ou menos os interlocutores em sua efetuação. Essa relação entre intencionalidade e modo de instruir foi o elemento de ligação entre o que se quer observar nos gêneros instrucionais e a teoria eleita.

Os riscos abarcados pelas formas de instruir são diferenciados e a “Teoria dos Atos de Fala” se ocupa da distinção das ações, requeridas nas diferentes situações interlocutivas. Por isso, nossa pressuposição inicial, de que o acatamento das instruções nos textos refletirá atitudes igualmente compatíveis com suas atribuições. Assim, as atitudes dos locutores, ao enunciar esses comandos, serão implícitas aos processos respectivos aos quatro gêneros, de acordo com a natureza de seu uso. Por conta dessa preocupação com a verificação dos procedimentos, a partir das frases e dos enunciados com a finalidade de instruir, pelos interlocutores, os dados serão observados de acordo com a natureza qualitativa dessas instruções. As características interlocutivas das informações textuais serão investigadas, de acordo com a importância das frases indicadoras de procedimentos, na interpretação das ações por elas abarcadas.

Dessa forma, o que está posto superficialmente nos textos instrucionais será averiguado, de modo a evidenciar essas ações, bem como suas peculiaridades de uso a partir das características de aplicação dos gêneros receita, manual, bula e contrato.

As pressuposições decorrentes dos aspectos semânticos da leitura a partir das ações, nesses gêneros, são fundamentais, pois, como temos salientado, ao utilizar um contrato, o interlocutor não terá as mesmas atitudes de acatamento das tarefas como as demandadas pelos demais gêneros. Nos textos que compõem a estrutura textual desse gênero, existem informações sobre as penalidades legais, impostas aos interlocutores, se os procedimentos neles indicados não forem seguidos.

A pesquisa bibliográfica feita preocupou-se com um levantamento dos dados que possibilitassem elucidar como os textos instrucionais, que são importantes instrumentos no desenvolvimento de ações, discrepam no atingimento de seus usos, podendo, até mesmo, falhar.

Com respeito a essas atribuições de uso dos textos, nosso objetivo é observar questões desenvolvidas a partir dos estudos dos atos de fala, que corroboram os enunciados incitadores de ação, de acordo com as diferentes situações comunicativas. Também nos debruçamos sobre outras perspectivas de análises e propostas conceituais, a fim de categorizar os dados, de acordo com a natureza enunciativa dos gêneros escolhidos.

Sobre as formas de análise da linguagem, levantamos nessa pesquisa aspectos referentes à natureza enunciativa dos gêneros escolhidos que pudessem vislumbrar a elucidação de elementos comunicativos, focalizando a ação de instruir, priorizando a forma como os sentidos são assumidos, pelos interlocutores.

Tendo mostrado o tipo de natureza analítica dos dados da pesquisa, a partir do presente momento, passamos à apresentação da “Fundamentação teórica”, a fim de demonstrar os principais autores usados, que defendem princípios de consideração da linguagem com os quais estamos coadunados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O capítulo em tela elenca considerações sobre os apanhamentos teóricos que subsidiam esta tese, que representam enfoques de estudo de diferentes vertentes e concepções da linguagem. Por isso, dividimos o aporte teórico em três grandes conjuntos, a saber: os fundamentos textuais, os discursivos e os gramaticais. Primeiramente, apresentam-se os conceitos de tipos e gêneros discursivos, sobretudo pela caracterização do gênero pesquisado, o texto instrucional; a seguir, apresenta-se a teoria dos atos de fala e suas propostas conceituais, cerne dessa pesquisa; por fim, aborda-se a perspectiva da tradição gramatical no que concerne ao conceito de frase e sua relação com os atos de fala.

Respalda-se a abordagem teórica proposta nos seguintes autores: Bakhtin (1997 [1959]), Schneuwly (1994), Marcuschi (2005), para os conceitos de tipo textual e de gênero discursivo. Fundamenta-se a abordagem sobre os atos de fala, nas contribuições de Austin (1962) e Searle (1969; 2002). Por fim, apresentam-se as propostas de categorização do conceito de frase, conforme Azeredo (2010), Bechara (1977), Cunha (1978) e Lima (1976), entre outros autores de compêndios gramaticais.

2.1 Fundamentos textuais – os tipos e os gêneros textuais²

A questão dos gêneros discursivos e dos tipos de textos vem sendo bastante divulgada na literatura especializada da área. Sabe-se da polêmica que cerca o tema no que concerne à definição e à conceituação desses termos. Não temos a intenção de apresentar essa polêmica.

Entretanto, face à peculiaridade do gênero que compõe o *corpus* dessa pesquisa, textos do gênero instrucional, julgou-se importante diferenciar esses dois conceitos, subsidiando, dessa forma, a análise ora proposta: das frases desencadeadoras de instruções.

² O presente capítulo se dispõe a relacionar as questões envolvidas em torno dos tipos e gêneros textuais, com vistas de salientar o ponto de vista defendido no estudo. As definições em torno dos dois conceitos são assuntos bastante divulgados na literatura acadêmica não sendo, portanto, o objetivo maior desenvolvido nessa seção do trabalho. Entretanto, pretende-se salientar como os dois conceitos podem especificar recortes analíticos importantes, que serão aproveitados na análise dos dados da tese.

Nesse sentido, o conceito de frase, que diz respeito às formas enunciativas menos extensas, dentro de certo uso discursivo, estará coadunado com o do tipo textual injuntivo. Essa correspondência decorre do fato de as frases desencadeadoras de procedimentos nos textos instrucionais serem, preponderantemente, imperativas ou apresentarem função de instruir. Sobre essa presença na superfície dos enunciados estruturados por essa tipologia, é lugar comum o entendimento do tipo injuntivo correspondendo a textos que têm como característica serem estruturadas por frases imperativas em sua constituição material.

Entendemos que existe uma correlação entre essa composição textual, pressuposta pelas frases imperativas, a tipologia e o gênero instrucional. Isso porque, de acordo com as características dos quatro gêneros escolhidos, que se prestam a levar os indivíduos a realizarem tarefas, pelo acatamento de regras, vemos a ligação entre a constituição textual e a função desses enunciados.

Já com respeito à constituição estrutural do tipo injuntivo, defende-se a distinção dessa tipologia, que se presta ao estabelecimento de “comandos”, “conselhos” ou “ordens”, caracterizando-se, essencialmente, pelo uso de enunciados que têm como função levar as pessoas a se posicionarem, de forma ativa. Por isso, compreendemos que não existe uma necessidade da presença do modo verbal imperativo ou das frases imperativas.

A partir dessas considerações, há uma implicação da superfície dos enunciados, com as ações que se prestam a definir tomadas de atitudes dos interlocutores, por meio do acatamento de comandos. O tipo injuntivo está, portanto, relacionado à tentativa de levar os indivíduos a agirem, de modo a atingir os objetivos de uso dos gêneros por ele estruturados.

Assim, salienta-se a ligação importante entre a constituição dos textos instrucionais com as frases pelas quais eles são compostos. Entretanto, apenas relacionar o tipo injuntivo às frases imperativas não foi o fator que mais nos chamou a atenção sobre essa tipologia, conforme veremos nessa seção.

Como nossa pesquisa debruça sobre textos instrucionais, que são estruturados majoritariamente pelo tipo injuntivo, é válido ressaltar a diferença desses dois nomes. Desse modo, queremos enfatizar sobre as diferenças das terminologias “instrucional” e “injuntivo”. Ao mencionarmos o primeiro nome, ressaltamos o caráter dos enunciados pesquisados, que têm por finalidade “instruir”

e, ao denominarmos o segundo, procuramos evidenciar sua caracterização tipológica, dentro do quadro dos tipos textuais.

Quanto à designação usada por nós, ainda é necessário mencionarmos que existem várias nomenclaturas para distinguir as diferentes formas textuais, fator determinativo para a categoria de “tipo”. Os nomes mais comuns para tratar do conceito são “modos de organização discursiva” e “tipos textuais”. Tais designações estão coadunadas com quadros teóricos de diferentes correntes linguísticas. A primeira entende a linguagem como um ato de comunicação, em que o sujeito falante tem finalidades comunicativas diferenciadas, a serem identificadas em relação ao seu parceiro. Essa é a concepção assumida por Charaudeau (2008), entre outros estudiosos. Quando se usa a segunda designação, remete-se à estruturação material de dado texto, que usa diferentes tipos textuais. Essa é a concepção assumida por Marcuschi (2005), dentre os pesquisadores que preconizam a composição material dos enunciados.

Pelo fato de relacionarmos a superfície textual com a funcionalidade dos gêneros, optamos por acolher a designação de “tipos textuais”, sendo essa nomenclatura mais afeita à linguística textual, corrente da linguagem que salienta a esfera de análise da composição material dos textos. A relação entre a linguística textual e essa nomenclatura é salientada por Silva (1999, p. 100), ao afirmar que “... alguns estudos desenvolvidos no âmbito da linguística textual, “tipo textual” é uma noção que remete ao funcionamento da constituição estrutural do texto...”.

Também por ser essa a terminologia mais divulgada, considerou-se propício optar por usar essa designação. Sobre essa denominação para o conceito, Marcuschi (2005, p. 22), mostra que

Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.

De acordo com o autor, os estudos relacionados com a tipologia se prestam a especificar aspectos textuais da composição dos enunciados, podendo remeter a diferentes processos descritivos, que enquadram os textos nos tipos textuais. É válido especificar que os textos, dentro de determinada esfera da comunicação dos

indivíduos, terão suas características de emprego, em cujos processos de composição os enquadram nos tipos enunciativos elencados por Marcuschi (2005).

Sendo assim, esses cinco tipos são formas materiais, que se prestam a materializar textualmente os enunciados, de modo a satisfazer ao intercâmbio comunicativo dos interagentes, quando imbuídos de determinada finalidade discursiva.

Com respeito às características de aplicação dos tipos textuais, os cinco enunciados, ao serem utilizados em suas propriedades formais predisporão os conteúdos informativos, de modo a evidenciar o desejo dos falantes por apresentar fatos, fazer conhecer um objeto, conceituar, expor pontos de vista ou incitar a ação. Podemos constatar que, segundo as operações formais usadas nas trocas interpessoais, podem-se evidenciar os tipos textuais básicos quando afeitos à determinada situação comunicativa.

Em se tratando dos conceitos de “tipo” e “gênero”, ambos são indispensáveis, pois permeiam a produção linguística dos indivíduos, em qualquer troca interlocutiva. De acordo com a natureza do gênero, a linguagem pode ser contextualizada, a partir das formas de manifestação comunicativa, usadas para dar conta das diferentes necessidades de interação discursiva interpessoais.

O estudo dos gêneros irá inserir, portanto, um escopo analítico mais abrangente, importante para dimensionar os fatos enunciativos sobre os quais nos referimos no presente trabalho. A tese debruça-se sobre quatro gêneros, todos instrucionais, a saber: as receitas, os manuais, as bulas e os contratos, que, embora possuam a mesma função enunciativa, diferem-se quanto às aplicações de uso.

Sobre a abordagem do conceito de gênero, ressaltando os diferentes usos da linguagem, é fundamental a observação de M. Bakhtin (1997 [1959]), quando cita as atividades de interação humana. O autor faz uma abordagem importante sobre o tema, ao especificar que

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana (...). O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 1997, p. 280)

Fica salientado nessa colocação que o cerne da definição de gênero, segundo os pressupostos bakhtinianos, advém da observação dos enunciados como instrumentos mediadores de todas as atividades de interação do homem. Esse fator fundamental, quanto à abordagem do gênero, se prestando a intermediar necessidades de interação dos indivíduos, permite considerar os enunciados muito mais por seu caráter funcional do que por suas características estruturais. Nesse caso, os textos que se prestam a instruir, estruturados pela injunção, precisam dar conta das peculiaridades de uso dos gêneros por eles abarcados.

Sendo assim, as decorrências da observação de Bakhtin (1997 [1959]) permitem vislumbrar uma análise desses textos, de acordo com suas características funcionais. Dentro dessa perspectiva, a questão da interação pela linguagem parte da premissa da apropriação, pelos indivíduos, dos gêneros em suas naturezas de usos discursivos.

Para Silva (1999, p. 102), o “tipo textual figura como uma noção que se define pela determinação das relações internas da organização textual do discurso concretizadas no texto, às quais se dimensionam à luz do projeto discursivo do locutor”. Há, portanto, uma imbricação do que é abarcado pelo gênero, assumindo a visão bakhtiniana de interação pela linguagem, com o escopo do tipo, tido como o componente material da produção enunciativa dos indivíduos.

Quanto ao detalhamento do que constitui a “tipologia”, dentro da vertente de estudo que compreende a linguística textual, Adam (2008) acrescenta ao estudo de tipologia o conceito de “sequência tipológica”, destacando cinco tipos de estruturas materiais que podem predominar na composição dos enunciados. Segundo o autor, as sequências de um texto podem ser: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal e, conforme sua predominância, os enunciados serão enquadrados nos diferentes tipos textuais. O autor, com sua indicação, mostra que em um mesmo texto, diferentes sequências textuais, que estarão de acordo com o intuito comunicativo dos indivíduos, coexistirão. Não existe, portanto, textos marcados por apenas uma tipologia textual.

Ainda sobre as sequências tipológicas, Souza (2012, p. 355) menciona que a “sequência textual” é um tipo de operação de textualização, uma estrutura composicional de natureza linguística, mas que sofre interferências das práticas discursivas. A colocação da autora dimensiona que os conteúdos informativos serão materializados em determinadas sequências com vistas de atingir aos objetivos

comunicativos dos indivíduos, tal qual fora postulado por Bakhtin (1997 [1959]), ao atribuir a função de interação, intrínseca à linguagem. Quanto a Adam (2008), esse autor indica que o predomínio de determinada sequência pode oferecer indícios para categorizar os textos, dentro do quadro dos tipos textuais.

De acordo com essas exposições sobre tipo e gênero, podemos apreender que são gêneros que utilizam a narração como forma estrutural básica, por exemplo: contos, crônicas, romances e novelas. Por outro lado, já são gêneros descritivos: adivinhações, partes de livros didáticos, dicionários e muitas explicações. Podem ser considerados gêneros argumentativos: textos opinativos, discursos políticos, sermões religiosos e petições jurídicas³. Dentro do tipo expositivo, podemos citar como exemplos os artigos de divulgação científica, palestras e exposições. São exemplos do tipo dialogal: conversas telefônicas, diálogos presenciais, debates e entrevistas.

Quanto à injunção, tipologia predominante nos textos instrucionais, mencionamos alguns gêneros, que possuem essa estruturação básica, conforme apresentado na tabela em seguida. Salientamos que os gêneros compreendem o estudo da linguagem, de acordo com o seu uso nas situações comunicativas. Por outro lado, os tipos compreendem as formas materiais em que esses enunciados estão estruturados.

³ Não pretendemos abordar se existe “narratividade” ou “argumentatividade” nas produções discursivas. Apenas gostaríamos de mencionar alguns tipos de textos organizados por determinado tipo textual.

Quadro 2- Exemplos de gêneros predominantemente instrucionais

Gênero	Peculiaridade de uso	Fonte emissora
Edital	Como funciona legalmente os trâmites de um órgão público, tal qual o concurso público ou a licitação de obras/projetos.	Órgãos públicos
Provas (por suas questões discursivas ou objetivas)	Presta-se a fazer com que o aluno/candidato informe o que é solicitado na questão.	Professor, escola, entidades públicas ou privadas
Horóscopo	Provocar comportamento nos indivíduos de acordo com a previsão do seu signo.	Seção de jornais em suas partes de entretenimento
Minuto de sabedoria	Ajudar na resolução de conflitos interiores dos indivíduos, provocando mudança de comportamento.	Livro de orientação espiritualista
Receita médica	Prescrição de medicamentos de modo a fazer com que os indivíduos tomem corretamente os medicamentos.	Médico
Regras de jogos	Mostrar como os jogadores deverão proceder de modo a finalizar um jogo.	Jogo/empresa que o idealizou
Normas de conduta de espaços públicos/privados (museus, piscinas, igrejas, hospitais, aviões, etc.)	Fazer com que os indivíduos se comportem de modo a não apresentar riscos ao espaço público/privado.	Espaço público ou privado, na pessoa de seu responsável.
Orientações (de pais, responsáveis) para filhos/crianças	Orientar filhos/crianças de acordo com o que é esperado, socialmente.	Pais ou responsáveis
Orientações acadêmicas	Orientar os discentes no desenvolvimento de um projeto científico.	Professor orientador

Sobre as finalidades discursivas dos gêneros elencados, destacamos que todos possuem como tipologia de estruturação textual predominante a injunção, isso porque, na superfície textual desses enunciados, estipulam-se procedimentos, com vistas a atender às demandas de atitudes dos interlocutores, a partir do que é dito.

Desse modo, como cada um dos gêneros abordados nesse estudo é estruturado por essa tipologia, para fins analíticos, observa-se que, no nível textual,

há uma incitação da ação por meio de frases imperativas ou de outro tipo, com essa finalidade. Essas estruturas linguísticas supratextuais se prestam ao propósito de uso dos enunciados, de modo a manifestar, no plano exterior, ações que têm essa finalidade.

Sobre as estruturas dos textos escolhidos, verificamos que há, primordialmente, uma caracterização, que demonstra a exposição de comandos ou de procedimentos, com vistas a fazer com que os interlocutores tomem certa atitude. A função desses enunciados estará, portanto, coadunada com sua composição material.

Quanto à funcionalidade do tipo injuntivo, encontramos em Travaglia (2007) uma característica fundamental. Para o autor, os textos estruturados por essa tipologia têm como função principal estabelecer textualmente as ações, de modo a levar os indivíduos a realizar o que é incitado, por meio de comandos. Na caracterização desse autor, detectamos a presença de três partes estruturais na superfície dos enunciados injuntivos. Ele indica que a primeira demonstra o “elenco” ou “descrição” dos elementos, que serão manipulados na ação a ser feita; a segunda é designada de “incitação” e é o componente que vem a constituir a essência da injunção em si, nessa parte, aparecem as situações que propõem a incitação direta do interlocutor, por determinação ou desejo do locutor; a terceira é chamada de “justificativa” e é a que se apresentam as razões para as realizações das situações especificadas nos procedimentos.

Nos *corpora* acolhidos na tese, observa-se que as partes de incitação das ações são aquelas que se prestam ao estabelecimento de procedimentos. Percebemos que, a forma como os comandos são expressos dependerá dos contextos de utilização de cada um dos gêneros e as frases que corporificam as instruções são próprias às decorrências desse uso interpessoal.

Enfatizamos que um fator de fundamental importância foi a constatação de, realmente, ao contrário do que imaginávamos, não há uma necessidade da presença do verbo no modo imperativo para que as ordens ou os procedimentos sejam estabelecidos. Quanto a isso, os enunciados podem ser determinados como inseridos nessa tipologia quando o interlocutor passa a entender a necessidade de praticar certa ação, com vistas de ser instruído. Dessa forma, comprovamos que a caracterização da tipologia predominante nos textos instrucionais é incorreta, se vista da visão inicial em que ela fica condicionada à presença da frase imperativa.

Para mencionar esse tipo de abordagem, podemos citar, por exemplo, a caracterização de Marcuschi (2005, p. 29), segundo a qual esse tipo textual é definido pela presença do verbo imperativo, sendo esses enunciados designados como “incitadores de ação”. O autor, ao citar as sequências tipológicas do gênero “carta pessoal”, expõe um exemplo, em que aparecem várias frases cujo propósito interlocutivo é promover o posicionamento do interlocutor, sem que haja, contudo, a presença do verbo no imperativo.

Nesse caso, cita enunciados tais como “E você, quais rádios curte?”, “Você sabia que eu estava namorando?” como sendo tipos de sequências injuntivas⁴. Os exemplos dados pelo autor constituem frases interrogativas, que, por outro lado, vislumbram o desejo do locutor do texto, de fazer com que haja uma atitude responsiva, por parte de seu interlocutor. Conforme temos defendido, esse elemento é tradutor da essência dos enunciados instrucionais, cujas características serão mostradas nas seções posteriores do presente capítulo, em que abordaremos o estudo da frase aliado ao dos atos de fala.

Assim, o modo imperativo não é, a *priori*, uma “condição” para que ocorra uma influência na voluntariedade dos indivíduos, incitados a realizar certa ação. Tal ponto de vista fica latente com a observação dos exemplos de Marcuschi (2005, p. 26), que usou frases interrogativas para demonstrar os enunciados possíveis do tipo injuntivo. Esses enunciados traduzem, para nós, a tentativa do locutor do texto, de provocar respostas do seu interlocutor.

Sobre a tentativa de incitar a ação nos interlocutores, Travaglia (2007) menciona que, nessas partes dos textos predominantemente injuntivos, propõe-se a vinculação de um conteúdo informativo, que terá como característica a incitação de ações. Essas ações, no plano textual, se prestam, portanto, a levar as pessoas a realizarem as tarefas solicitadas. Por isso, estamos de acordo com esse autor, ao identificar como característica essencial para categorização do tipo injuntivo, a “incitação da ação”, por meio de estruturas linguísticas, com essa finalidade.

⁴ O autor usa o exemplo de uma carta pessoal, partilhada por duas amigas, em que, uma delas está dando notícias de sua nova realidade, já que elas estão separadas e ela, agora, está morando em outro lugar.

Assim, vemos que, a questão de levar os interlocutores a realizar uma ação é o que definirá essa tipologia textual, sendo ela baseada, incontornavelmente, à associação com a categoria de atos de fala que contemplam essa finalidade de reportamento interpessoal.

O conceito de frase e de modo verbal não é, portanto, suficiente para caracterizar o tipo textual injuntivo e isso se torna latente, também, com a caracterização de Travaglia (2007). Esse traço interlocutivo nos levou a recorrer ao estudo dos atos de fala, aporte teórico predominante para entendimento das questões levantadas na tese.

Por conta das questões norteadoras apresentadas, podemos definir, sobre a tipologia injuntiva, que ocorrem as seguintes caracterizações, conforme a figura em seguida:

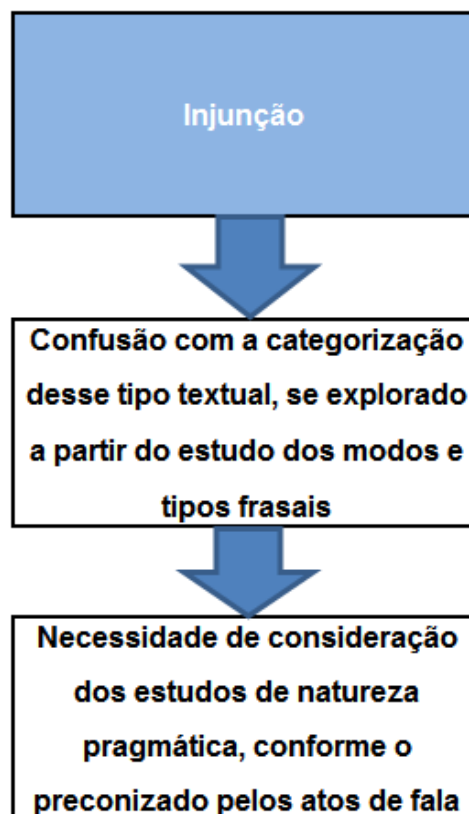


Figura 1- Caracterizações quanto ao tipo injuntivo

A partir dessa caracterização do tipo injuntivo, procuramos levantar alguns subsídios teóricos, latentes ao estudo dessa tipologia, que pode ser analisada

mediante o viés interlocutivo. As pesquisas em torno de teorias como a dos atos de fala podem elucidar aspectos importantes, outrora não pensados.

Para finalizar as principais considerações sobre tipologia, é válido mencionar que encontramos em Azeredo (2010, p. 88) uma definição mais afeita à perspectiva interlocutiva da linguagem, que expõe ser o tipo injuntivo constituído pelo “emprego de formas de linguagem com que o enunciador explicita sua intenção de levar o destinatário, ouvinte ou leitor, a praticar atos ou ter atitudes”. Para nós, essa definição está coadunada com o aporte teórico por nós acolhido, bem como de suas decorrências para a análise do conceito de frase, e dos seus respectivos tipos, na abordagem dos gêneros.

O que se pretende ressaltar com essas considerações conceituais é que, como temos dito, esse tipo textual também precisa ser mais pesquisado, no contexto dos estudos linguísticos, já que não existe uma tradição em sua análise. Essa necessidade decorre das finalidades de aplicação dessa tipologia, que embora seja imprescindível na configuração de textos que se prestam à realização de tarefas do cotidiano discursivo dos indivíduos de todas as esferas sociais, não constitui uma temática ordinária, no seio dos estudos acadêmicos.

Fator que nos chamou a atenção nos textos em análise foi o fato de detectarmos que esses enunciados irão imprimir diferentes formas de incitação das ações, de acordo com a maior ou a menor rigidez com que o locutor impõe os procedimentos nos gêneros. Essas diferentes ações estão, por outro lado, todas afeitas ao mesmo propósito interlocutivo. Esse propósito será elencado como pertencente à determinada categoria acionista da linguagem. As ações indicativas da intencionalidade dos falantes, nos contextos de uso da linguagem, é temática proposta de Searle (2002), ao diferenciar as categorias específicas de ações interlocutivas, tal qual será visto na próxima seção.

Dentro do escopo da tipologia textual, ressaltamos que os traços materiais dos textos instrucionais configuram as características do tipo injuntivo. Os estudos de tipo estipulam como fator característico dessa tipologia a incitação de ações e estará vinculando, portanto, uma forma específica de uso da linguagem. Existe uma duplicidade discursiva, que contempla tanto a “forma” como a “função” dos textos analisados, levando-nos a entender uma imbricação das categorias de gênero e tipo, temática central da presente seção.

Sobre essa confluência de conceitos, encontramos a seguinte colocação de Souza (2012):

(Essa concepção) nos deixa entrever que há uma forte conexão entre “tipo textual” e “gênero textual”, entre “tipo textual” e situação de comunicação e entre “tipo textual” e esfera de atividade humana (no sentido bakhtiniano), deixando evidente que a noção de “tipo textual” é concebida a partir do diálogo entre uma dimensão estrutural e uma dimensão discursiva. (SOUZA, 2012, p. 352)

Isso nos faz pensar em outro enfoque para o conceito de gênero. Conforme visto, o tipo de frase imperativa não é condição para distinção da injunção, existindo também uma necessidade de evidenciação não só das estruturas gramaticais, quando usadas para instruir. Nesse caso, é também importante a evidenciação de outros aspectos da linguagem, de acordo com as unidades enunciativas que farão parte do todo do sentido, exigido pelas diferentes situações de comunicação. Quanto às frases, elas são agrupadas em unidades enunciativas com determinadas características fonéticas, morfológicas ou discursivas comuns. Sobre as categorias das ações usadas para instruir, essas são diferenciadas por características comunicativas, que partem da “intencionalidade” dos falantes.

A função assumida, ao usarmos a linguagem, é assunto desenvolvido, a partir do conceito de gênero textual, e, dentro desse escopo, a questão da “funcionalidade” dos diferentes gêneros é uma visão do conceito salientada por Marcuschi (2005), segundo o qual

Os gêneros surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas que se desenvolvem. Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais... (MARCUSCHI, 2005, p. 20)

O postulado do autor é importante para o estudo dos textos instrucionais, já que o trabalho propõe-se a analisar sua dimensão funcional, preconizando a leitura, em decorrência do emprego de estruturas da língua. Ressaltamos que as instruções são manifestadas por frases desencadeadoras de ações, e existe uma correspondência entre as estruturas frasais, com as categorias de atos de fala, como será visto mais adiante. Essa correlação, ainda, pode fornecer aspectos semânticos importantes, advindos da configuração textual dos enunciados e de suas aplicações no contexto exterior. A categoria de gênero, por essas decorrências, também afirma os tipos de manifestações linguísticas com a intencionalidade dos indivíduos, nos contextos de uso da linguagem.

Nesse caso, torna-se necessário ancorar a análise dos aspectos estruturais e interlocutivos menos abrangentes, preconizados pelas categorias de frases, nas características macrodiscursivas, abrangidas pela concepção de gênero. Essa dimensão do gênero, aplicado aos diferentes usos interpessoais é, como mostrado no presente capítulo, fator fulcral da observação de Bakhtin (1997 [1959]) ao associar a moldagem da linguagem às diferentes atividades humanas.

Portanto, é nesses dois planos, no menor, a partir das frases e enunciados desencadeadores de procedimentos e, no maior, a partir da natureza dos gêneros, que mensuramos a questão da percepção dos sentidos nos textos, de modo a fornecer enquadramentos analíticos importantes para a tese. Em decorrência dessas observações, também se pode questionar a aplicação dos gêneros escolhidos aos seus contextos de uso, pois a funcionalidade da linguagem estará ligada à proficiência com que os indivíduos se apropriam dos enunciados, em vistas de interagir socialmente.

Aspecto importante, também sobre essa perspectiva, decorre da comparação do gênero aos instrumentos de uso manual, conforme é proposto por Schneuwly (1994), que salienta a “proficiência” discursiva dos indivíduos, no uso dos gêneros. O autor vê o conceito, essencialmente, pelo caráter funcional, tal como postulado por Marcuschi (2005) e, para Schneuwly (1994), sua utilização, pelos indivíduos, será aplicável às situações comunicativas em que eles estarão envolvidos. Para o autor,

...há visivelmente um sujeito, o locutor-enunciador, que age discursivamente (falar/escrever) numa situação definida por uma série de parâmetros, com a ajuda de um instrumento que aqui é um gênero, um instrumento semiótico complexo, isto é, uma forma de linguagem prescritiva que permite a um só tempo a produção e a compreensão de textos. (...) A escolha do gênero se faz em função da definição dos parâmetros da situação que guiam a ação. Há, pois aqui uma relação entre meio-fim que é a estrutura de base da atividade mediada, portanto, nossa tese inicial – o gênero é um instrumento – enquadra-se bem na concepção bakhtiniana. (SCHNEUWLY, 1994, p. 4).

Ressaltamos que, o autor citado faz uma comparação metafórica entre os gêneros e as ferramentas manuais. Desse modo, Schneuwly (1994), ao comparar as características manuais das ferramentas, com a proficiência com a qual os indivíduos utilizam os gêneros nas situações de comunicação, possibilita-nos verificar que existem gêneros específicos para cada necessidade de atuação do homem. Dessa forma, podemos constatar que, assim como a ferramenta impõe a quem a manuseia o domínio de suas atribuições, os gêneros terão suas

características de utilização incorporadas, a fim de que os indivíduos ajam, de acordo com a natureza de seus usos comunicativos. A partir desse aspecto, os gêneros também irão moldar a linguagem, tal como as ferramentas moldam o manuseio dos indivíduos, sendo os gêneros, também, delineados pelas peculiaridades discursivas, exigidas por seus empregos.

Em decorrência disso, os indivíduos terão de se adequar à natureza dos gêneros, do mesmo modo como ocorre com o uso de ferramentas, que irão requerer a adaptação manual de quem as utiliza, de acordo com suas características de manuseio. Esse autor, ao explicar sobre o assunto cita, por exemplo, que as habilidades de uso de um martelo serão diferentes daquelas requeridas para o manuseio de uma caneta.

Assim, também, as habilidades discursivas dos indivíduos serão, de igual forma moldadas, de acordo com as características funcionais dos gêneros que eles utilizam. Por conta disso é que se frisa a importância da consideração desses enunciados por suas características funcionais, e não, apenas, estruturais. Assim, a análise dos fatos linguísticos, no plano textual, precisa estar ancorada no plano discursivo, possível na consideração da funcionalidade dos gêneros, como enfatizamos.

Sobre a função comunicativa de cada um dos gêneros, acolhidos na pesquisa, ressaltamos que ela decorre do estabelecimento de tarefas que precisarão ser efetuadas, para o atingimento de determinado objetivo de uso manual. Ao pensarmos em uma análise mais abrangente dos componentes da linguagem, partindo das esferas textual e discursiva, teremos uma visão mais ampliada dos componentes linguísticos sobre os quais se propõe a análise dos textos instrucionais.

Em todos os textos escolhidos, os componentes da diagramação textual, tais como as frases, enunciados, esquemas, figuras e desenhos, estão predispostos de modo a fazer com que os indivíduos se posicionem, mediante as ações que serão estabelecidas no plano textual. O conceito de gênero, estudado a partir do ponto de vista de sua utilização, a serviço das atividades preconizadas pelos indivíduos, é a questão fulcral a ser pensada, principalmente, a partir do que é posto por Bakhtin (1997[1959]) e Schneuwly (1994) sobre a linguagem aplicada às diferentes atividades humanas.

Por conta de tais perspectivas, pretendemos atender às questões inseridas no escopo analítico dos gêneros e nas da tipologia, temáticas sobre as quais nos debruçamos. Dada a correspondência entre os atributos da composição material dos enunciados – comportada pela categoria de tipo – e de sua aplicação aos contextos de uso – comportada pela categoria de gênero – ocorre uma implicação do que é “material” com o que é “contextual”.

Como um contraponto a essas duas faces dos enunciados, temos como fator importante também a visão que se compreende por “texto”, considerada, no presente trabalho de acordo com o aspecto interacionista da linguagem. Nesse caso, o entendimento do que é posto, no plano material dependerá do tipo de habilidade dos indivíduos na apropriação dos enunciados e, por conseguinte, de acordo também com a compreensão do que é materializado, textualmente.

A visão interacionista da linguagem pressupõe ser o “texto” a superfície linguística dos enunciados, a parte superficial tal qual o que é escrito na folha de papel, o que ouvimos da fala de alguém ou a representação gráfica de algum sinal. Sendo que, por outro lado, essa parte material é o lado de algo mais profundo, dependente de saberes e conhecimentos adquiridos, não havendo como separar, por exemplo, a parte sobre a qual nosso olho passa na folha de papel, a fim de extrairmos os sentidos, do plano “contextual” da linguagem.

Por conta de tais colocações, muito se acredita no texto como a face material do todo da prática discursiva e, sendo a linguagem vista a partir de aspectos contextuais, considera-se o indivíduo como sendo um de seus constituintes fundamentais. Dessa forma, acredita-se no texto como orientador dos sentidos, pois será a partir dele, sendo na forma escrita ou sonora, que os indivíduos farão suas inferências a fim de compreender o que é dito. Concordamos, para tanto, com a visão do que se compreende por texto de Dascal e Weizman (1987) que o entende como a parte superficial dos enunciados, sendo, ele um mediador de sentidos. Quanto a isso, Koch (1995) menciona tal visão, de modo que,

...à concepção de texto aqui apresentada subjaz o postulado básico de que o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele, no curso da interação. Para ilustrar essa afirmação tem-se recorrido com frequência à metáfora do iceberg: como este, todo texto possui apenas uma pequena superfície exposta e uma imensa área imersa subjacente. Para se chegar às profundezas do implícito e dele extrair um sentido, faz-se necessário o recurso aos vários sistemas de conhecimentos e a ativação de processos e estratégias cognitivas interacionais. (KOCH, 1995, p. 24)

Sobre essas considerações para a tese, os quatro gêneros escolhidos estipulam tarefas, que serão realizadas, a partir do entendimento dos comandos, feitos no plano textual por frases que, se seguidas corretamente, farão os indivíduos obterem sucesso nos seus objetivos. Entretanto, embora com características de utilização semelhantes, as informações predispostas, no plano textual, diferem muito entre si, o que nos leva a pensar nos aspectos contextuais, que permeiam esses enunciados.

Nesse caso, os quatro gêneros possuem um duplo aspecto funcional, que reside no entendimento do que é posto, no plano textual, que consiste na aquisição dos sentidos superficiais da linguagem, conforme a metáfora do “iceberg”. Por outro lado, o entendimento das instruções requer a aplicação, imediata, no contexto exterior da linguagem (posicionamentos, manuseio e procedimentos práticos), que visem ao atendimento das etapas procedurais, para o uso de cada produto ou serviço sobre os quais os textos se prestam a instruir.

Para finalizar a seção, resumimos as características textuais e as finalidades de utilização prática dos gêneros instrucionais, propondo o quadro a seguir. Nele, estipulamos os tipos de informações deliberadas, no plano textual e sua finalidade de aplicação quanto ao uso interlocutivo, de acordo com os quatro enunciados.

Quadro 3- Os gêneros no plano textual e a finalidade de uso interlocutivo.

Gênero	Plano textual	Finalidade de uso interlocutivo	Finalidade de uso
Receita	Estipulação dos ingredientes e das etapas, enumeradas, no manuseio de tais produtos.	Acionamento de ações e de processos que deverão ser seguidos, pelos interlocutores, a fim de alcançar o objetivo de uso do gênero.	Elaboração de prato culinário.
Manual	Enumeração dos procedimentos necessários ao manuseio e à montagem de certo objeto ou artefato.		Manuseio de equipamento.
Bula	Predisposição das informações necessárias ao entendimento das características bioquímicas dos medicamentos.		Manuseio de medicamento.
Contrato	Exposição dos direitos e dos deveres de ambas as partes envolvidas na contratação.		Aquisição e manutenção de produto ou serviço.

Com respeito aos aspectos elencados no quadro, os quatro gêneros, embora

com características de uso diferenciadas, expõem etapas, que são regras e comandos feitos pelo locutor, com o propósito de atender aos objetivos do interlocutor. Essas finalidades se prestam ao processamento das informações, expostas no nível textual, que realizarão tarefas necessárias ao manuseio ou à aquisição de certo produto ou serviço.

Ressaltamos que, nesse caso, embora com características distintas, os enunciados possuem como interagentes: um indivíduo, que gera os comandos necessários à finalidade das tarefas e alguém que está predisposto a seguir tais regras, a fim de realizar um objetivo interpessoal. O modo de enunciar as informações, no plano textual, é semelhante, o que nos remete, por fim, à questão das formas enunciativas básicas em que, determinado grupo de gêneros pode ser inserido. Assim, defendemos que não se podem separar, portanto, as atribuições do gênero com as do tipo, por ele estruturado, materialmente.

2.2 Fundamentos discursivos – A Teoria dos Atos de Fala e suas propostas conceituais

A fim de demonstrar os aspectos referentes à “Teoria dos Atos de Fala”, aporte teórico principal no desenvolvimento da tese, apresentam-se nessa seção, questões que consideramos importantes para o entendimento dessa teoria. Para tanto, nos debruçamos sobre o contexto histórico de seu surgimento, bem como nas importantes contribuições do aspecto interlocutivo da linguagem, desenvolvido, primeiramente, por Austin (1962) e, em seguida, por Searle (1969).

Após a contextualização histórica da linha teórica, demonstram-se fatores importantes a serem aplicados na análise dos dados: os três níveis ilocucionários, conforme Austin (1962), a força ilocutória dos atos de fala, de acordo com Searle (1969, 1981) e as categorias de ações, também a partir de Searle (2002).

Os aspectos a serem levantados, no plano teórico, serão aplicados em exemplos retirados dos *corpora* da presente pesquisa, que se encontram nos anexos da tese⁵.

⁵ Os exemplos, retirados dos textos usados nas análises, encontrar-se-ão destacados por bordas externas e, os enunciados em negrito e sublinhados serão os elementos aos quais serão feitas as referências, dentro dos *corpora* da pesquisa.

Com o intuito de compreender a origem da teoria dos atos de fala, torna-se pertinente, primeiramente, fazermos uma imersão no contexto de seu surgimento, que se dá em dois momentos importantes da história linguística: aquele dos estudos saussurianos e o da emergência da Filosofia da linguagem como ciência, propriamente. Por conta dessa contextualização histórica, exporemos alguns eventos que propiciaram aspectos teóricos importantes dentro dessa corrente de estudos da linguagem, segundo alguns autores importantes.

2.2.1 O contexto histórico de surgimento da Teoria dos Atos de Fala

Com respeito à diacronia dos fatos linguísticos, ainda no final do século XIX, surgiram campos de estudos filosóficos que se ocuparam da análise de questões referentes às “representações” realizadas pela mente humana, no sentido de compreender e de dar sentido à realidade.

Tais estudos passaram a refletir acerca da forma como “as palavras se relacionam às coisas”, originando o que foi compreendido por “Filosofia da Linguagem”.

Dentro dessa corrente científica, surgiram diferentes esferas de análise linguística, sobretudo a “Filosofia Analítica” que se ocupava de compreender o funcionamento de aspectos da linguagem tais como: a tradução, a decomposição, o conceito, a proposição e o discurso.

Outro campo de estudos surgido a partir da Filosofia da Linguagem foi a “Semântica lógica”. Empenhado na diferenciação dos conceitos de “sentido” e “referência”, esse ramo possibilitou a emergência do conceito de “contextualização”. Isso porque a diferença desses dois conceitos indica, em um mesmo referente, a possibilidade de sentidos diversos, dependendo do contexto em que esse referente é utilizado.

Essas concepções analíticas, a partir da Filosofia da linguagem, propiciaram a evidenciação de que a significação de uma palavra deve ser analisada de acordo com a “forma” como a mente humana consegue imprimir o significado a ela. Sendo assim, o sentido de uma palavra não seria mais determinado por regras de condição de verdade que são possíveis a partir do critério de “falso” ou “verdadeiro”.

Por outro lado, a caracterização semântica também não se aplicaria à correspondência entre o que é “real” e o que seria “etiquetado” pela mente. Antes, o sentido estaria condicionado às “operações mentais”, vinculando a correspondência entre o que é significado e o que é compreendido, de fato, pelos indivíduos.

A partir da evolução desses dois campos de estudos filosóficos, outra corrente, denominada “Filosofia da Análise da Linguagem Ordinária” surge, tendo como função primordial verificar a forma como a linguagem poderia dar conta do seu “uso”, considerando o “contexto” em que é aplicada.

Naquele momento ocorreu a seguinte configuração dos estudos filosóficos da linguagem, conforme esboçado no esquema a seguir:

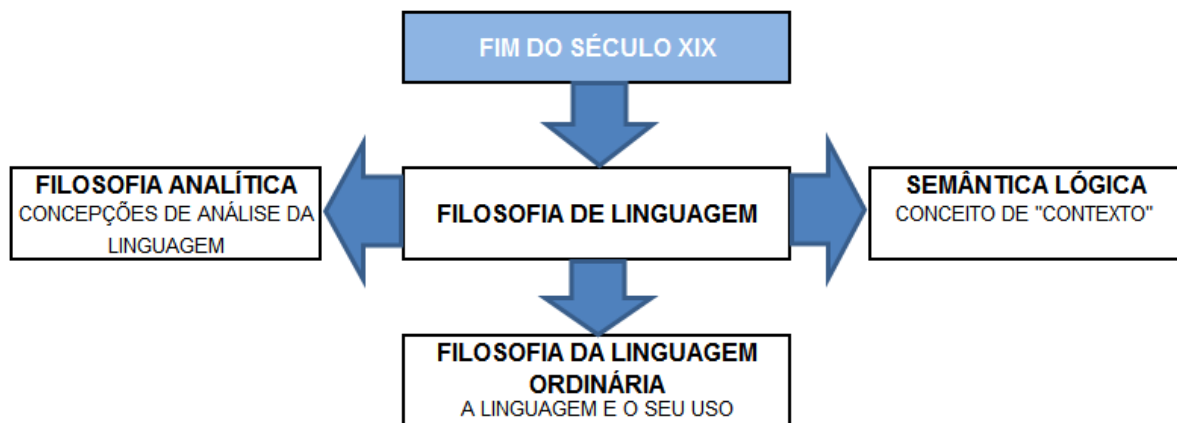


Figura 3- As correntes filosóficas da linguagem

Nesse caso, o plano de estudos de origem “pragmática” é advindo das questões filosóficas do século XIX, cuja divulgação ocorreu, amplamente, a partir da década de cinquenta, do século XX. No século XX, tais perspectivas linguísticas já se encontravam inseridas dentro do escopo das pesquisas em linguagem, propriamente, afastando-se do ramo científico de natureza essencialmente “filosófica”.

O que se compreende por “ramos pragmáticos” de análise da linguagem muito decorre do que fora postulado por Grice (1967)⁶, quando esse autor se ocupou da

⁶ Para Grice (1967), a conversação entre os falantes é regrada pelo “Princípio de cooperação”, e, de acordo com o que é dito em uma situação comunicativa, os sentidos são assumidos pelos interlocutores de formas diferenciadas, graças a tal princípio de parceria comunicativa. Segundo o

verificação da propriedade interativa da linguagem, ao evidenciar que, em uma conversação, a intenção do locutor pode ser reconhecida pelos interlocutores por certas “leis” que regem a comunicação.

Já num segundo momento, os estudos pragmáticos ganham nova abordagem em Austin (1962), quando esse autor analisa a linguagem, prioritariamente, como “forma de ação” no mundo exterior. Essas se tornaram as duas linhas de estudos discursivos principais dentro da Pragmática, já consolidada como forma analítica da linguagem, propriamente.

Se, por um lado, o surgimento dessas perspectivas pragmáticas ocorreu mediante os estudos oriundos da Filosofia, por outro lado, tais pontos de vista são paralelos ao aparecimento da Linguística como ciência. Desse modo, contemporaneamente ao aparecimento da Pragmática como esfera de análise linguística, adveio a sistematização dos estudos da linguagem, sobretudo, no início do século XX. Essa sistematização ocorreu, de acordo com as constatações de Ferdinand Saussure (2006 [1916]), dando aos estudos linguísticos um caráter “científico”.

Os fenômenos evidenciados por esse autor levaram à reflexão, essencial, quanto ao que vem a ser o “objeto de estudo” da Linguística. Isso porque a série de conferências do autor, feitas entre os anos de 1911 a 1913 e intitulada posteriormente de “Curso de linguística geral”, procurou levantar algumas questões importantes sobre a linguagem, ressaltando a existência da dicotomia fundamental, centrada no que ele entendeu por “língua” e “fala” ou “langue” e “parole”.

A perspectiva desenvolvida pelo autor torna-se relevante, já que a evidenciação dessa dicotomia propiciou a emergência de algumas questões, antes não pensadas, quanto à diferenciação dos componentes da língua, como sistema de uso⁷.

autor ainda existem certas máximas conversacionais, que se prestam a fazer com que o que é falado seja pertinente ao contexto de uso da linguagem. No entanto, essas regras de conversação podem ser violadas, a fim de que algo seja interpretado de forma diferente do que está sendo dito. Nesse caso, as categorias de máximas detectadas por ele, são referentes à qualidade, quantidade, relação e modo, que irão influenciar, diretamente, na forma como as mensagens são transmitidas e compreendidas pelos indivíduos, desejosos de se comunicarem.

⁷ Naquele momento, as pesquisas em torno da “parole” ainda não eram imanentes, já que não havia, até então, uma preocupação com o contexto discursivo da linguagem. É válido ressaltar que a “langue” é vista como “um modelo coletivo depositado no cérebro de cada membro de uma comunidade, apesar de independer da vontade desses membros” (CABRAL, 1976, p. 171). Ela representa o componente social da linguagem, e o que permite a comunicação entre os falantes. Já a “parole” era um componente linguístico que dependia do “plano das realizações individuais de caráter

O primeiro grande foco de análise dos dados linguísticos fora aquele centrado na "langue" e deu origem a algumas correntes de pesquisas, que se ocuparam da descrição de componentes "materiais" do sistema linguístico. Nesse sentido, várias linhas de pesquisas floresceram, focalizando o aspecto material e palpável das línguas naturais, sobretudo, até o final da década de 50 (MARCUSCHI, 2008, p. 26)⁸.

Até aquele momento, os enfoques de análise da linguagem, sobretudo pelo que fora postulado por Saussure (2006 [1916]), estavam calcados, majoritariamente, pela análise textual das unidades estruturais das línguas naturais. Desse modo, alguns estudos que se centraram em componentes de ordem estrutural, tais quais os fonemas, os morfemas e as frases ganhavam relevância no contexto dos estudos linguísticos.

Por outro lado, o aspecto social e contextual da linguagem ainda não tinha grande relevância no seio dessa esfera analítica em si. Conforme houve a ampliação, dentro dos estudos linguísticos, da presença do componente "social" da linguagem, percebe-se uma confluência da análise dos fenômenos discursivos ancorada nos seus usos efetivos, o que veio a constituir importantes campos de estudos dentro da Linguística, já elevada, no século XX, ao posto de "ciência".

A partir da confluência de todos esses fatores históricos e de alguns aspectos concernentes às concepções analíticas acolhidas na presente pesquisa, destaca-se o trabalho de Austin (1962), quando esse autor procurou conceber a linguagem em seu contexto de uso.

De acordo com o autor, a linguagem deve ser analisada de acordo com os objetivos das ações de seus usuários. Essa abordagem de Austin (1962) é ressaltada em PINTO (2006, p. 57), para quem esse autor

Concebe a linguagem como uma atividade construída pelos/as interlocutores/as, ou seja, é impossível discutir a linguagem sem considerar o ato de linguagem, o ato de estar falando em si – a linguagem não é descrição do mundo, mas ação [...]

não-social" (MARCUSCHI, 2008, p. 32). Ela representa o sistema linguístico em si, sem suas atribuições de caráter social.

⁸ Nesse sentido, se destaca a "teoria gerativista", segundo a qual a linguagem deveria ser encarada como uma faculdade inata do homem, passada geneticamente pela espécie humana.

Sobre a natureza do trabalho de Austin (1962), evidencia-se que, em meados do século XX, propõe questões relevantes ao estudo do componente social da linguagem.

Dados tais fatores constitutivos, o estudo contextual da produção discursiva está coadunado também com questionamentos filosóficos como, por exemplo, a correspondência entre “linguagem” e “realidade”.

O pensamento teórico assumido por Austin (1962), por outro lado, também ocorreu, paralelamente, ao amadurecimento de uma série de outras correntes teóricas naquele momento. Nesse sentido, tais concepções analíticas, assim como a teoria dos atos de fala, concentram o enfoque de análise "contextual" da linguagem. Entre as correntes de análise linguística que se ocuparam do contexto, podemos mencionar a “Linguística do texto”, a “Análise do discurso”, a “Sociolinguística”, entre outras concepções discursivas da linguagem⁹.

Teremos, então, uma ampliação dos estudos linguísticos, ocorridos em função do aspecto social, centrados no uso da linguagem.

Essas concepções analíticas, todas com o enfoque na natureza social da linguagem, podem ser resumidas no esquema, como representado a seguir:



Figura 4- Os estudos centrados na natureza social da linguagem.

⁹ Por esse ponto de vista, observa-se o trabalho de autores que incluíram aspectos contextuais e discursivos, dando origem ao que foi denominado de “guinada pragmática” (MARCUSCHI, 2008, p. 39), no interior dos estudos linguísticos. É válido ressaltar que a Pragmática, como linha de pesquisa diz respeito aos trabalhos de autores como Grice (1967) e Austin (1962). As demais concepções analíticas, embora tenham surgido a partir do movimento nomeado como “guinada pragmática”, não são, prioritariamente, desveladoras do aspecto “comportamental” na análise linguística.

Esses estudos de natureza social delimitam propostas analíticas que predominam, hodiernamente, no ambiente acadêmico. No caso da "Teoria dos Atos de Fala", tal aporte teórico é resposta, tanto aos questionamentos de natureza filosófica, quanto à necessidade de evidenciação do componente social da linguagem. Nesse caso, o ponto comum dessa teoria, bem como das outras correntes analíticas destacadas, parte do aspecto semântico e dos contextos de uso linguístico. Quanto às correntes de análise contextual da linguagem, Marcuschi (2008) mostra que

Os estudos discursivos e pragmáticos tentam esclarecer como se dá essa produção de sentidos relacionados aos usos efetivos: o sentido se torna algo situado, negociado, produzido, fruto de efeitos enunciativos e não algo prévio, imanente e apenas identificável como um conteúdo. (MARCUSCHI, 2008, p. 37)

Assim, concordamos que o sentido ou “os sentidos”, que são assumidos pelos indivíduos, são negociados em determinado contexto de uso da linguagem. Essa negociação decorre do fato de, muitas vezes, o que está sendo posto, no plano textual, poder ser indicativo de certos interesses que vão para além do que é predisposto no plano superficial.

Consideramos, portanto, que uma das principais funções da linguagem reside na busca dos indivíduos por produzir enunciados de forma a agir no contexto de seu uso. Esse aspecto interlocutivo constitui o cerne do trabalho de Austin (1962), que postula a linguagem como sendo, prioritariamente, "ação" no seu plano exterior. De acordo com o autor, as formas de ação ocorrem, por meio da língua, a partir de diferentes recursos linguísticos. Tais propriedades podem oferecer aos interagentes a possibilidade de atuar, tendo em vista suas necessidades interpessoais.

Conforme essa esfera de análise linguística, a partir do contexto de uso da linguagem, logo, das características do “gênero” a ser utilizado, algumas ações se tornam latentes, de modo a atender as necessidades discursivas dos indivíduos. Assentar-nos-emos, portanto, na contribuição de autores inseridos na abordagem da linguagem como forma de ação nas seções em seguida, a fim de alinhar o esquema da teoria escolhida e sua aplicação na análise dos dados da presente pesquisa.

O estudo das diferentes formas de ação, por meio da linguagem, será caracterizado a partir dos pressupostos de dois de seus autores principais, a saber:

Austin (1962) e Searle (1969, 1981, 2002), que verificaram diferentes atributos da linguagem, com o propósito de compreender as ações por ela demandadas.

2.2.2 A contribuição de John Austin (1962) e as primeiras constatações sobre a Teoria dos Atos de Fala

Ao observar os diversos propósitos comunicativos dos indivíduos em situações contextuais ordinárias, John Austin (1962) verificou a característica que a linguagem tem de agir quando é utilizada. Essa atribuição do uso linguístico originou o que foi compreendido por “atos de fala”, ou “atos de linguagem”, cunhando, a partir dessa designação o que é conhecido atualmente como “Teoria dos Atos de Fala”.

A linguagem, sob tal perspectiva, é vista como uma “forma de ação” no mundo exterior, de modo que os enunciados com os quais os indivíduos se inserem nos contextos comunicativos indicarão muito sobre suas necessidades de atuação nessas situações de interação.

Por conta disso, as “condições de uso” da linguagem serão determinantes para a atribuição de significado do seu conteúdo linguístico, sendo os interagentes considerados como elementos centrais na análise da produção verbal. Nesse sentido, os participantes da atividade discursiva constituem os elementos sobre os quais incidirá toda a análise linguística.

Sobre esse aspecto, concordamos que é ineficiente a análise do conteúdo linguístico, de modo pleno, sem verificar as questões contextuais, ou seja, o seu entorno discursivo. Para essa proposta analítica, os indivíduos são vistos como elementos centrais na análise do uso da linguagem, que é vista como

uma atividade construída pelos/as interlocutores/as, ou seja, é impossível discutir a linguagem sem considerar o ato de linguagem, o ato de estar falando – a linguagem não é assim descrição do mundo, mas ação. (PINTO, 2006, p. 57).

A partir desse aspecto, de acordo com as necessidades de ação dos indivíduos, podemos perceber, por exemplo, a existência de diferentes intenções dos locutores, que podem ser vistas, como identificadoras de sua intencionalidade. Essa peculiaridade é mostrada quando os locutores agem de acordo com certos "interesses" interpessoais.

No caso da pesquisa em tela, defendemos que a presença de ações em quatro gêneros: a receita culinária, o manual técnico, a bula e o contrato revelam, em última instância, a forma como os locutores se posicionam para atingir certos interesses interlocutivos, de acordo com as características de uso desses gêneros.

O modo como os locutores se reportam, por exemplo, com o intuito de explicarem como elaborar um prato culinário não será a mesma usada para que as regras de um contrato sejam obedecidas. Desse modo, vemos a presença da estipulação de procedimentos, que pressupõem atitudes diferenciadas, conforme mostrado nos excertos a seguir, retirados dos nossos *corpora*:

Exemplo 1:

“Bater no liquidificador os ovos, o óleo e a laranja” (receita de bolo de laranja)

Exemplo 2:

O Assinante declara ter ciência das localidades cobertas pelo SMP, das limitações decorrentes de eventuais áreas com limitação de sinal e da disponibilidade de rede e, em hipótese alguma, o Assinante se desobrigará do pagamento do serviço sob alegação de não abrangência do SMP em certa área. (contrato da empresa Claro)

As finalidades das instruções nos dois excertos são bastante diferentes, pois, como pode ser visto, o exemplo 1 se presta a estabelecer os processos necessários para o manuseio dos ingredientes da receita para preparo do “bolo de laranja”. Já, o exemplo 2 faz parte da cláusula contratual que se presta a instruir sobre a aceitação do tipo de cobertura telefônica, o SMP (serviço móvel pessoal), que deve ser aceito sem que haja possibilidade de não fazer o pagamento do serviço telefônico da empresa “Claro”.

Com respeito aos exemplos, embora sejam ambos os excertos afeitos à estipulação de procedimentos, que devem ser efetuados pelos interlocutores, fator comum à leitura de uma “receita” ou “contrato”, os comandos, ao serem percebidos pelos interlocutores, requerem posicionamentos distintos quanto ao modo de acatamento das instruções. Isso decorre do fato de as instruções solicitadas serem executadas de acordo com os objetivos finais dos dois gêneros. Esses enunciados, por pressuporem riscos diferenciados a serem sofridos quanto ao acatamento ou

não das instruções neles estabelecidas, exigem maior ou menor responsabilidade nas tomadas de atitudes dos interlocutores, ao optarem por seguir ou não o que é estipulado.

As temeridades quanto ao não acatamento das instruções são constatadas de modo que, ao executar os procedimentos para elaboração da receita, por exemplo, o interlocutor não sofrerá as mesmas consequências daquelas afeitas ao acatamento das instruções pressupostas pelo contrato jurídico. Essa questão se dá, pois juridicamente a não informação correta dos dados de cadastro que poderá, por exemplo, gerar consequências de ordens material e legal, inclusive com a ocorrência de penalidades financeiras aos indivíduos que contratam o serviço telefônico.

Quanto à diferenciação dos tipos de riscos decorrentes das ações desencadeadas nos dois gêneros, observamos que eles denotam aspectos concernentes aos objetivos dos mesmos e da postura dos interlocutores por fazer ou não o que é instruído. Esses riscos demonstram menor ou maior rigor interlocutivo quanto ao acatamento das ações pressupostas, por exemplo, nos excertos supracitados.

Chama atenção a diferença latente quanto aos tipos de posicionamento dos interlocutores, ao acatarem as ações desencadeadas pelos gêneros acolhidos na pesquisa. Dadas tais pressuposições, tal questionamento, de ordem interlocutiva pode vislumbrar uma ligação direta entre a forma como a ação será desempenhada e a natureza e os interesses abarcados pelos enunciados.

Essa reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento de instruções que acarretam ações como sugerir, avisar ou coagir, por meio da linguagem, é possível pela evidência da propriedade acionista da linguagem nos enunciados, propiciadas por questionamentos feitos a partir de Austin (1962). Isso porque o autor destacou, em princípio, a presença da ação por meio da linguagem quando pressupõe a existência de dois tipos diferenciados de enunciados, fator que comprovou propriedade de a linguagem “fazer agir” no mundo exterior. Segundo o autor, a presença do que chamou de “verbos performativos” indicaria enunciados realizadores de ações.

Esse tipo de verbo é, para Austin (1962), possuidor da propriedade de, ao ser pronunciado, sob certas condições discursivas, mostrar a intenção do locutor por meio de ações nos contextos de uso da linguagem. Por exemplo, o verbo “aceitar”, quando pronunciado pelo cônjuge, na cerimônia de casamento, é o que promove a

ação de aceitar, fazendo com que a pessoa “aceita” esteja apta ao matrimônio. (AUSTIN, 1962, p. 5). Dessa forma, segundo o autor, apenas o pronunciamento, pelo cônjuge, do verbo performativo “aceitar” no enunciado “eu aceito” é o que promoverá o ato de “casar-se”, o que concretiza, no plano exterior à linguagem, um novo estado civil. Nesse caso, o enunciado é comum para as condições impostas pelo gênero “cerimônia de casamento”.

Com o intuito de evidenciar o percurso de estudos desse autor, a primeira distinção feita por ele residia, portanto, na presença da ação, promovida pelos verbos performativos. Essa distinção diferencia os enunciados, também chamados de performativos, de outros, não possuidores da propriedade de realizar ação por meio da linguagem. Desse modo, Austin (1962), ao estipular a ação pela presença do verbo performativo, evidenciava a performatividade linguística, já de acordo com essas considerações iniciais.

Por outro lado, o autor verificou que outros enunciados, mesmo sem a presença de um verbo performativo, também exerciam ação em seus contextos de uso, e esse fator fez com que ele repensasse a questão da performatividade linguística.

Essa peculiaridade, relativa à performatividade verbal por meio de enunciados que não tinham um verbo performativo, fez com que Austin (1962) descartasse a hipótese de que a ação seria promovida, apenas, pelo uso desse tipo verbal. A análise de tais enunciados o levou à verificação de que, a atitude de quem fala, sob certas condições de uso da linguagem, seria o fator determinante para presença ou ausência da performatividade. Nesse sentido, o autor ainda inclui no conceito, do que ele entendia por performativo, alguns enunciados.

No caso desses enunciados, cuja função enunciativa designaria o desejo de ação do locutor no mundo exterior, esses também foram considerados como pertencentes à classe dos ditos “performativos”.

A partir daquele momento, também houve uma distinção de dois tipos de performatividade, aquela dos verbos e outra, inerente ao próprio enunciado, questão que ampliou os limites da ação verbal sob duas perspectivas, às quais incidem no conceito do que vem a ser “performativo” para o autor.

A fim de elucidar essa distinção, em Silva (2005) evidencia-se que o performativo pode ser

1 Verbo –: cujo uso na primeira pessoa e num tempo presente resulta num enunciado performativo. 2. Enunciado –: enunciado cuja utilização em condições contextuais apropriadas vale por um ato do locutor. Aos enunciados performativos opõem-se os enunciados constativos, cuja função é de mero relato. (Juro dizer a verdade, pronunciado em condições sérias, é um enunciado performativo; O réu jurou dizer a verdade é um enunciado constativo) (SILVA, 2005, p. 134)

Dadas tais peculiaridades, o conceito da ação por meio da linguagem é ampliado, tendo como princípio o desejo de o locutor agir no mundo exterior. Isso nos faz distinguir, até o presente momento, as seguintes constatações quanto às formas de ação discursiva, possíveis pelas considerações iniciais da teoria dos atos de fala:

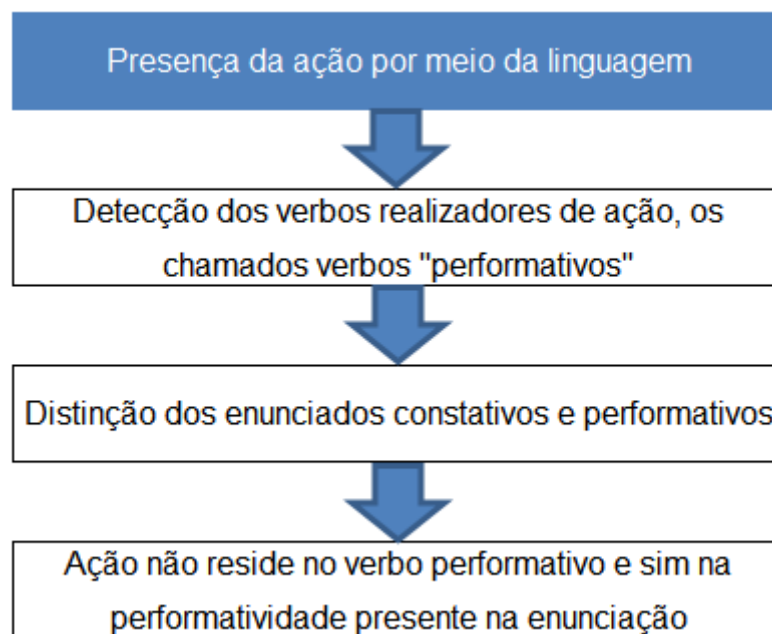


Figura 5- Primeiras constatações da teoria dos atos de fala

A figura 5 objetiva resumir as decorrências dos estudos que evidenciaram a ação pela linguagem, a partir das observações de Austin (1962) quanto à performatividade, que indicaria outras questões discursivas importantes. Nesse sentido, ocorreram outras pressuposições acerca da ação pela linguagem, o que nos levou a fazer uma segunda distinção dentro da Teoria dos Atos de Fala, a partir do que passou a defender o autor. As novas constatações residiram na diferenciação das possibilidades de atingimento da ação verbal.

O autor distinguiu, a partir dos “enunciados performativos”, a existência de três níveis de ações, os ditos “illocutórios”. De acordo com ele, essas esferas permitem verificar o posicionamento dos locutores, dentro dos “raios” da atuação discursiva.

Essa segunda distinção do autor vai para além do conceito de performatividade (seja do verbo ou do enunciado). Isso porque, o autor, ao evidenciar as formas de ação da linguagem, pelo uso dos enunciados constativos e performativos, começou a pressupor que a ação é um componente intrínseco de todos os enunciados e, esse fator confirma a existência de três “camadas” interlocutivas, de onde emana a ação.

Nesse sentido, procuramos demonstrar, dentro dos *corpora* escolhidos, as características dos três níveis interlocutivos, conforme detectado por Austin (1962). O exemplo 3, retirado do contrato da empresa “Claro”, que apresenta a ação de “instruir”, observada a partir da verificação das três camadas interlocutivas, de acordo com o que é postulado pelo autor em tela.

Exemplo 3

O Assinante tem ciência de que se for constatado o uso de informação incorreta, incompleta ou falsa pelo Assinante, este Contrato pode ser rescindido imediatamente, independentemente de notificação e de outras medidas cabíveis. (contrato da empresa Claro)

O exemplo 3 se presta a estipular o procedimento referente à idoneidade da informação dos dados, referentes à aquisição do serviço de telefonia da empresa “Claro”. A instrução quanto à transmissão das informações é vista pela declarativa “*O Assinante tem ciência de que se for constatado o uso de informação incorreta, incompleta ou falsa pelo Assinante, este Contrato pode ser rescindido*”.

O que se pretende ressaltar, a partir dessa declarativa, são algumas formas de ação, que serão desencadeadas em três esferas discursivas diferenciadas, conforme proposto por Austin (1962). Esboçamos, para tanto, algumas explicações que podem mostrar os tipos diferenciados de ação, de acordo com os três níveis propostos pelo autor. Quanto a isso, percebe-se, no exemplo 3, a evidenciação das seguintes esferas interlocutivas:

Quadro 4- Os três níveis interlocutivos e sua aplicação ao exemplo 3

Nível interlocutivo de acordo com a terminologia de Austin (1956)	Característica	Componente discursivo
Locucionário	Ocorre a declaração quanto ao comprometimento dos interlocutores com a idoneidade dos dados que devem ser apresentados por eles, durante a contratação.	Superficial, o plano textual em si.
Ilocucionário	O que decorre da declaração da informação, a partir dos dados informados pelos clientes, constituindo-se uma ação com “teor procedimental”. Ou seja, o locutor indica que o interlocutor precisará fazer o procedimento de gerar seus dados corretamente. Requer-se do interlocutor a tarefa de “informar seus dados corretamente”	Plano discursivo mediano, intrínseco ao que será acarretado pelo plano descritivo superficial.
Perlocucionário	As consequências do procedimento passado, que visa a informar o interlocutor da tarefa que ele precisa executar que é a transmissão dos dados pessoais necessários à contratação. O interlocutor passará essa informação, como efeito do acatamento do procedimento, transmitido pela ação, detectada no nível ilocucionário.	Terceiro plano discursivo, pautado na ação executada pelo interlocutor, a partir do que é assumido ou não por ele, conforme o que será solicitado no ilocucionário. ¹⁰

O quadro indica a terminologia proposta pelo autor, que diz respeito a três características interlocutivas, conforme propomo-nos a detalhar no excerto retirado do contrato da empresa de telefonia “Claro”. O uso desse exemplo e das considerações das ações em três níveis pode, por outro lado, diferenciar no discurso três formas de desencadeamento das ações, que foram especificadas na terceira coluna.

¹⁰ O plano perlocucionário constitui o ato final de construção dos sentidos advindos dos textos de caráter instrucional. Ele é o responsável por executar as instruções, de fato. As tomadas de atitudes dos interlocutores serão imediatas quando as instruções, estipuladas na superfície textual, são acatadas e esse acatamento é uma ação inerente ao perlocucionário.

Quanto aos textos instrucionais, esses três níveis são importantes por dizerem respeito ao texto em si, evidenciando os tipos de estruturas usadas para instruir, a forma como a instrução é elaborada pelo locutor, de modo mais ou menos taxativo e de como essas instruções serão acatadas pelo interlocutor, dadas as características dos gêneros. Essas atribuições das ações serão, em última análise, importantes para a aquisição dos sentidos, durante a leitura dos textos instrucionais.

Sobre os três níveis em si, ocorrerá primeiro, no locucionário, a condicionalidade do conteúdo “declarar algo” e “se comprometer com algo” que é atribuída ao interlocutor, no caso, “o assinante” do contrato. Quanto a isso, tal traço interlocutivo nos leva a verificar a plausibilidade de classificar esse conteúdo como sendo, à primeira vista, a ação de “declarar algo” sobre as informações que serão passadas para o cliente/interlocutor.

Segundo, no ilocucionário, ocorre a ação de “instruir”, pois há um direcionamento, por parte do locutor, para que o interlocutor, que é o cliente da empresa de serviço telefônico, realize a tarefa por ele informada a partir do que é explicitado no texto. Nesse caso, o cliente/interlocutor precisa transmitir os dados cadastrais necessários para realizar o procedimento de cadastro e também se requer do interlocutor a ação de se comprometer com essas informações.

De acordo com esse segundo nível, percebe-se que a instrução revela o esforço de o locutor, no caso a empresa “Claro” em forçar o interlocutor a realizar esse procedimento, que é informar os dados. Isso se dá porque essa instrução deve ser realizada, incontornavelmente, pelo interlocutor, já que o não cumprimento dessa instrução acarretará na não obtenção da prestação de serviços oferecidos pela empresa.

Terceiro, no nível perlocucionário, poderão ocorrer dois tipos de ação, que serão decorrentes do ato de instruir, pressuposto pelo ilocucionário. Assim, pode ocorrer a atitude responsiva do interlocutor que irá “acatar” a imposição do procedimento, obrigando-se a fornecer as informações, sob a penalidade de não obter certos benefícios da empresa. Em uma segunda hipótese, o interlocutor pode não acatar ao procedimento, o que lhe limitará o acesso aos serviços telefônicos.

Esse tipo de visão, quanto aos procedimentos elencados nos textos escolhidos será diferenciada, dadas as peculiaridades discursivas dos quatro gêneros.

Para mostrar como os sentidos são assumidos, fazemos uma pequena demonstração, no próprio *corpus*, a fim de evidenciar a proposta de Austin (1962),

quanto às três esferas de ação da linguagem. Nesse caso, o autor defende que, a partir dos atos de fala, há uma verificação dos três níveis interlocutivos diferenciados, percebidos pelo evento enunciativo.

Essas considerações do autor propõem que um mesmo enunciado pode revelar a propriedade que a linguagem possui de possibilitar atribuições interlocutivas das ações linguísticas. É válido ainda ressaltar que, para Austin (1962), os três focos discursivos, que emanam as ações, que se concentram, a *priori*: na “mensagem” em si, de acordo com o seu conteúdo proposicional; no “locutor”, revelando sua intencionalidade, vista pelo que é transmitido pela mensagem; e no “interlocutor”, sendo esse destinatário afetado pela ação pretendida pelo locutor e haverá uma correspondência entre a intenção requerida por quem fala e pela resposta a essa ação no desenrolar da interação entre os pares.

Por conta disso, o que pretendemos demonstrar no presente trabalho é que, o conteúdo proposicional de um texto instrucional, tal qual o “contrato jurídico” não serve, apenas, para descrever etapas contratuais aos interlocutores. Sobretudo, essa primeira “camada” da linguagem pode também ser usada pelos locutores como forma de ação exterior, demonstrando, por exemplo, o ato de instruir, e as possíveis consequências, acarretadas diretamente na aquisição de serviços pelos interlocutores.

As constatações sobre os níveis interlocutivos foram possíveis, a partir do estudo dos enunciados constativos e performativos, conforme proposto por Austin (1962). Esse autor aprimorou a investigação sobre a ação por meio da linguagem e demonstrou a existência não apenas de duas categorias diferenciadas, a dos enunciados de relato que foram os constativos e os de ação efetiva, que foram os performativos. O andamento de sua pesquisa desencadeou a evidência de que um mesmo enunciado poderá desenvolver três perspectivas de ação por meio da linguagem, centradas na mensagem, na intenção do locutor e na receptividade do interlocutor.

O avanço na análise das ações discursivas foi, portanto, possível segundo o que é exposto resumidamente no esquema a seguir:

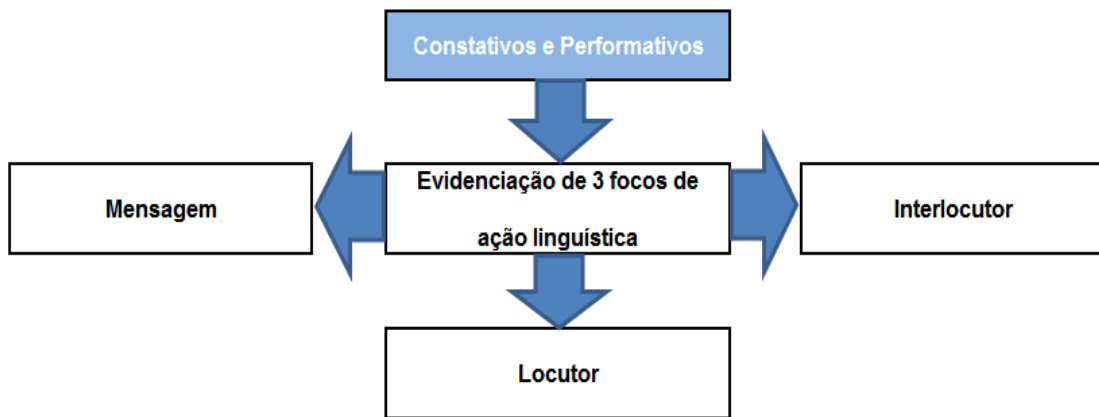


Figura 6- Os três focos da ação linguística

A diferença dos enunciados constativos e performativos demonstrou que a linguagem representa, a partir de então, três tipos de força interlocutiva, evidenciadas pelo uso interpessoal, nos diferentes contextos discursivos. Tais níveis foram, portanto, designados como: “locucionário”, aquele centrado na mensagem, no conteúdo preposicional; “ilocucionário” quando se pensa no tipo de atitude interlocutiva, pretendida pelo locutor do texto; e “perlocucionário” quando são analisadas as consequências da ação do locutor no posicionamento do interlocutor.

Por conta de tais atribuições, podemos vislumbrar que, no caso do exemplo 3, conforme p. 59, há o seguinte resumo das ações, de acordo com as características enunciativas do procedimento de “informar os dados”:

- ✓ no nível locucionário: uma estrutura declarativa, pois ocorre a afirmação de algo que será efetuado pelo interlocutor;
- ✓ no nível ilocucionário: um conteúdo “imperativo”, pois o locutor propõe, ainda que, de modo secundário, que o interlocutor realize determinada tarefa;
- ✓ no nível perlocucionário: o acatamento do que é dito ou não no plano ilocucionário, que é a instrução em si, pelo interlocutor.

Nesse caso, quanto aos planos interlocutivos, eles são possíveis a partir da diferenciação primeira da existência dos enunciados constativos e performativos.

Isso porque, de acordo com tal divisão enunciativa, houve o avanço na demonstração dos níveis de ação da linguagem, segundo os planos ilocutórios, cabíveis nos enunciados.

Dentro desses três níveis de afetação da ação linguística, podemos evidenciar, nos textos de caráter instrucional, por exemplo, as atitudes diferenciadas de estipulação dos procedimentos, o que demonstra certa “gradação” das imposições feitas pelos comandos. Esse elemento discrimina as formas de atitudes interlocutivas afeitas ao tipo injuntivo, em última instância. Esses três níveis, também, podem ser atrelados ao estudo frasal, o que alia o estudo dos atos de fala às caracterizações dos tipos de frase, conforme será exposto na segunda seção do capítulo destinado à “Fundamentação Teórica”.

Os procedimentos, que refletem um modo enunciativo comum aos gêneros escolhidos, são estipulados na superfície textual, de modo a incidir maior ou menor rigor na estipulação dos procedimentos. O tipo de caracterização dos atos de fala neles presentes demonstrará possibilidades diferenciadas de leitura e de percepção dos sentidos a partir das instruções.

É mister estabelecer que, para Austin (1962), o nível proposicional, ou seja, o locucionário, possui algumas atribuições. Nesse plano interlocutivo, pode-se verificar a capacidade dos interlocutores agirem, por exemplo, de modo a “nomear” ou “acrescentar valores” às coisas do mundo, categorizando-o e organizando os fatos. Esse nível representa a ação que atinge o componente proposicional da mensagem.

Por outro lado, ao predispor determinado conteúdo linguístico, o locutor pode acarretar, a partir dessa camada superficial do enunciado, certas implicações discursivas, oriundas desse plano linguístico primeiro. Essas consequências constituem o que desencadeia os outros dois planos discursivos, conforme o autor discriminou, ou seja, o ilocucionário e o perlocucionário.

O plano ilocucionário representa a ação proposta pelo locutor, quando esse assume certa finalidade discursiva, de modo a transformar o que é posto no nível locucionário em ação.

Por conta disso, fatores discursivos importantes na constituição dos textos instrucionais podem ser evidenciados nesse nível, assim como suas possíveis consequências para os interlocutores, de acordo com o plano perlocucionário. A forma de colocação dos procedimentos, nos quatro gêneros escolhidos, por

exemplo, é uma perspectiva importante, que nos dispomos a verificar no presente trabalho.

Nesse caso, o plano perlocucionário é importante na observação de questões referentes à leitura e à apreensão dos sentidos textuais, na medida em que o “acatamento” do que é posto pelas ações pressupostas pelos níveis locucionário e ilocucionário desencadeará a atitude responsiva do interlocutor nesse plano interlocutivo “final”. O perlocucionário se torna importante porque, na estipulação de procedimentos, a forma como ocorre a realização dos mesmos será possível apenas mediante o acatamento ou não do que é informado.

De acordo com tal ponto de vista, a ação nesse plano ocorre a partir das intenções do locutor, cujas consequências, para seus interlocutores, provocarão certos “efeitos discursivos”. As instruções podem, de acordo com a intencionalidade, serem percebidas e acatadas de forma integral ou parcial. Esse pressuposto mostra a nítida relação entre o objetivo do gênero e a necessidade de fazer com que um comando seja cumprido, por exemplo, dadas as naturezas discursivas distintas dos quatro textos em tela, que apresentam caráter instrucional.

Defendemos que o perlocucionário demonstra, portanto, perspectivas de análise importantes, quando pensados os textos instrucionais, já que, as consequências dos efeitos discursivos, das ações pressupostas no plano ilocucionário irão repercutir no modo como os interlocutores efetuam o que é posto, textualmente.

Sobre esses três componentes interlocutivos, AUSTIN (1962, p. 109), faz a seguinte afirmação¹¹:

¹¹ We first distinguished a group of things we do in saying something, which together we summed up by saying we perform a locutionary act, which is roughly equivalent to uttering a certain sentence with a certain sense and reference, which again is roughly equivalent to 'meaning' in the traditional sense. Second, we said that we also perform illocutionary acts such as informing, ordering, warning, undertaking, &c., i.e. utterances which have a certain (conventional) force. Thirdly, we may also perform perlocutionary acts: what we bring about or achieve by saying something, such as convincing, persuading, deterring, and even, say, surprising or misleading. Here we have three, if not more, different senses or dimensions of the 'use of a sentence' or of 'the use of *How to do things with Words* language' (and, of course, there are others also). All these three kinds of 'actions' are, simply of course as actions [...]

Nós primeiro distinguimos um grupo de coisas que fazemos ao dizer algo, e fazemos um ato locucionário, que corresponde a proferir uma determinada sentença com um certo sentido e referência, que novamente é equivalente ao que concebemos como “sentido”, no sentido tradicional. Segundo, nós também podemos realizar atos ilocucionários como informar, fazer um pedido, uma advertência, etc., ou seja, expressões que têm uma certa força convencional. Em terceiro lugar, também podemos realizar atos perlocucionários: o que se quer conseguir por dizer algo, como convencer, persuadir, e até, digamos, outras consequências surpreendentes. Aqui nós temos três, senão mais, sentidos diferentes ou dimensões do “uso de uma frase” ou de “uso de Como fazer coisas com palavras na língua” (e, claro, existem outros também). Todos esses três tipos de “ações” são concebidos como cursos de ações [...] (tradução nossa)

As três dimensões do “uso das sentenças”, propostas pelo autor, visam a demonstrar como um mesmo enunciado ou um modo de organização discursiva pode ser analisado, de acordo com seus campos de atuação. Podemos, portanto, verificar como uma frase pode ser apreciada, de acordo com as suas características estruturais, e de como essa estrutura primeira do discurso pode ser usada para demonstrar as formas de atuação interlocutivas, nos diferentes contextos de uso da linguagem.

A partir de tais premissas, a análise das finalidades interlocutivas de um gênero, por exemplo, pode nos levar a verificar como o tipo injuntivo de organização do discurso demanda posicionamentos diferenciados, de acordo com os objetivos dos enunciados que são, por ele, organizados.

Para finalizar a seção, acrescentamos outra contribuição de Austin (1962), quando o autor procurou estabelecer as categorias possíveis de classificação dos atos de fala.

Nesse caso, a percepção dos três níveis interlocutivos traduziu a necessidade de categorização dos tipos de enunciado, acerca de ações com finalidades semelhantes, de mesma natureza ilocutória. Para o autor, existem os seguintes tipos de enunciado:

Vereditivos, que “consistem na pronúncia de um veredito, oficial ou não oficial, sobre a evidência ou as razões relativas ao valor do fato, tanto quanto estes se possam distinguir” [...]; Exercitativos, que consistem em “proferir uma decisão favorável ou desfavorável a uma certa linha de ação ou advogá-la” [...]; Compromissivos, cujo propósito seria “comprometer o falante com uma certa linha de ação” [...]; Expositivos, que seriam aqueles “usados em atos de exposição que envolvem a explanação de concepções, a condução de argumentos e o esclarecimento de usos e referências” [...]; Comportativos, que são atos que incluem “a noção de reação ao comportamento e à sorte de outras pessoas, e a noção de atitude e expressão de atitude diante da conduta passada ou iminente a alguém” (SEARLE, 2002, p. 12 e 13).

O esquema categórico austiniano procurou evidenciar os tipos possíveis de enunciados, agrupados de acordo com características discursivas semelhantes. Entretanto, o estudo das categorias enunciativas é objeto de análise mais detalhada por Searle (1969), pois esse último autor considerou diferentes tipos de critérios, proporcionando um esquema categórico mais detalhado.

A partir desse momento, debruçar-nos-emos sobre os estudos desenvolvidos por Searle (1969), acerca da Teoria dos Atos de Fala. Para fins da pesquisa ora proposta, as questões levantadas por ambos os autores, de acordo com os conceitos por eles desenvolvidos constituem aspectos importantes para a análise dos dados.

2.2.3 As contribuições de John R. Searle (1969) para a Teoria dos Atos de Fala

Conforme visto anteriormente, as ações linguísticas se prestam ao atingimento de propósitos discursivos diversos, de acordo com os contextos de uso nos quais a linguagem é empregada, tal qual detectado por Austin (1962).

A partir dessas constatações, as pesquisas que se ocuparam dos atos de fala foram ampliadas e novos conceitos foram surgindo, muito por conta das considerações de John Searle (1969). Esse autor teve como cerne de seus estudos a premissa filosófica, de modo a compreender “como as palavras se relacionam com o mundo” (SEARLE, 1981, p. 9). Isso desencadeou uma série de considerações sobre os constituintes dos enunciados.

Para ele, o falante, ao pronunciar uma frase, irá impor certa “força ilocutória”, que deve ser assumida pelos interagentes nas diferentes situações comunicativas. Esse conceito diz respeito à natureza do ato de fala, de acordo com o desejo do locutor do texto.

Um enunciado poderá, portanto, assumir forças ilocutórias diferentes, tais como “pedido”, “afirmação”, “declaração”, “ameaça”, “ordem”, etc. Isso porque existem diferenças de sentido interlocutivo dos enunciados que indicarão as possíveis “forças ilocutórias”, a partir do desejo de quem fala, configuradas pelos recursos linguísticos usados nos enunciados.

A fim de proporcionar uma demonstração dos contrastes inerentes às instruções feitas dos textos dos *corpora*, traremos os exemplos 4, 5, 6 e 7, com a finalidade de demonstrar o que se constitui por “força ilocutória”. Os excertos

escolhidos demonstram a forma de instruir por meio de diferentes procedimentos, de acordo com as aplicações das tarefas pressupostas pelos gêneros pesquisados na tese.

Exemplo 4:

Tempere o frango com alho, sal, pimenta e o vinho branco. Deixe no tempero por mais ou menos duas horas... (Encarte de “Prezunic Supermercados”: As mil e uma receitas de Rodolfo Bottino)

O exemplo 4 trata de instruções para a forma de preparação de uma receita. Os procedimentos são indicados por meio de frases imperativas como: *“Tempere o frango com alho, sal, pimenta e o vinho branco”* e *“Deixe no tempero por mais ou menos duas horas”*. Essas instruções se prestam a denotar, no ilocucionário, a transmissão de sugestões de preparo. Defendemos que essas instruções podem ser ou não acatadas pelos interlocutores, isso porque existe uma abertura para a influência do gosto pessoal de quem prepara a receita para o aceite ou não dos procedimentos.

No nível perlocucionário, dá-se o acatamento dos procedimentos que podem, então, ser influenciados diretamente pelo desejo dos interlocutores por usar ou não ingredientes como, por exemplo, “pimenta” e “vinho branco”. Ainda com respeito ao procedimento de “temperar”, o tempo a ser usado dependerá do desejo pessoal dos interlocutores, o que nos remete à possibilidade de os interlocutores fazerem ou não a tarefa de acordo com o que é instruído.

Pode-se, portanto, considerar que a leitura dessas instruções demonstra a não existência de força ilocutória impositiva, pois o caráter do gênero, que transmitirá instruções para preparo de uma receita possibilita a interferência do interlocutor quanto ao acatamento ou não do que é sugerido. Desse modo, instrução como “temperar”, que é comum às tarefas desempenhadas pelos interlocutores, ao utilizar um texto de receita, não refletem “obrigatoriedade” com respeito ao cumprimento exato do que é prescrito.

Os procedimentos indicados no ilocucionário podem acarretar, no perlocucionário, o acatamento das sugestões pelos indivíduos que prepararão as receitas de modo a atender, diretamente, seus gostos pessoais.

No exemplo 4, percebe-se que a “obrigatoriedade” quanto ao cumprimento dos procedimentos pode depender da influência do gosto pessoal dos interlocutores na elaboração dos procedimentos. Dessa forma, o tipo de força ilocutória aferida pela sequência de imperativas, nesse gênero, pode corporificar o macroato de sugestão. Esse tipo de força ilocutória não é percebido em excertos como os encontrados nos demais gêneros, tal qual mostrado nos exemplos em seguida.

Exemplo 5:

Leia estas diretrizes básicas. A falta de atenção a essas regras pode oferecer perigo ou ser ilegal. Leia o Manual do Usuário, na íntegra, para obter mais informações. (Manual Nokia, p. 10)

No exemplo 5, ocorre a predisposição de um “aviso”, com vistas a propiciar aos interlocutores a noção de perigo que pode advir do manuseio do artefato, no caso, um aparelho de telefonia. Em se tratando do uso das imperativas como a destacada “*Leia estas diretrizes básicas*”, essas frases têm o papel de organizar as ações que serão executadas e os procedimentos subsequentes a ela, que requerem a atenção dos interlocutores durante sua assimilação.

Pode-se afirmar que as tarefas são transmitidas para o interlocutor de modo a salientar os riscos de seu manuseio e a advertência inicial pode indicar procedimento como idealizado pela imperativa “esteja atento à leitura das instruções”. Essa imperativa configura por si só um procedimento, no ilocucionário, que pode ser entendido como organizador dos demais, que serão feitos, manualmente, abarcando alguns riscos.

Esses perigos estão ligados ao manuseio do artefato e podem causar a quebra do aparelho telefônico, por exemplo. O tipo de força ilocutória requerida pela leitura e apreensão dos sentidos nesse texto configura, no perlocucionário, um alto teor de periculosidade, ao acatar as instruções. Desse modo, o manuseio de aparelho de telefonia celular requer a predisposição dos interlocutores em acatar as instruções que refletem, portanto, um caráter mais rigoroso daquele visto pelo entendimento dos procedimentos comuns ao gênero receita.

Dessa forma, a leitura dessas instruções e a atenção no manuseio do artefato são tarefas importantes, para que os procedimentos informados, ao longo do manual sejam compreendidos de forma satisfatória. Por conta de tais evidências de sentido,

pode-se assumir que a força ilocutória dos comandos, requeridas no gênero, confere o caráter de “advertência” da elaboração dos procedimentos, pelos interlocutores.

O mesmo pode ser observado no exemplo 6, que diferenciará, apenas, os riscos envolvidos no acatamento dos procedimentos, já que as instruções se prestam a indicar as formas de manuseio e de uso de um medicamento.

Exemplo 6: **Siga a orientação de seu médico**, respeitando sempre os horários, as doses e a duração do tratamento. (bula de Rivotril)

O exemplo 6, dado o caráter do gênero, que trata da estipulação de procedimentos quanto ao uso de um medicamento controlado, a “força ilocutória” de advertência assume um caráter mais rígido e o acatamento das instruções torna-se ainda mais afeito a tal imposição. Nesse caso, a imperativa “*Siga a orientação de seu médico*” torna-se condição obrigatória, ao seguir instruções como “respeite os horários”, “respeite as doses” e “respeite a duração do tratamento” tarefas condicionais à advertência.

No perlocucionário, pode-se concluir que, se a instrução não for seguida, dada a natureza de uso do medicamento, pode acarretar em prejuízos à própria saúde do interlocutor que estará sujeito a disfunções psíquicas ou biológicas. Desse modo, o macroato que pode ser detectado no exemplo está afeito a ações como “prescrição” ou “precaução”, dadas as características de uso pressuposta pelo gênero.

Outro macroato importante nos textos instrucionais analisados pode ser percebido na leitura das instruções no contrato, como observado no exemplo 7:

Exemplo 7: **O cartão é de uso pessoal do titular e intransferível**. (contrato bancário da Caixa Econômica Federal)

No exemplo 7, ao instruir os procedimentos necessários à efetivação de um contrato bancário, a precaução é conferida pela periculosidade envolvida no seu uso. Desse modo, os riscos inerentes no não acatamento das instruções predispostas por frases como a declarativa “*o cartão é de uso pessoal do titular e intransferível*” desencadeiam um teor impositivo de grande impacto na leitura das informações.

Se considerarmos, nesse excerto, o ato de fala indireto, “use o cartão você próprio, sem transferi-lo a ninguém”, pode-se concluir que o uso do cartão está condicionado a apenas o indivíduo possuidor da conta corrente. O não acatamento da ordem imposta pela declarativa acarretará em prejuízos materiais para os interlocutores. Esse ato de fala indireto tem a leitura possível de acordo com o procedimento predisposto pela declarativa, que perfaz um ato de fala primário. Entretanto, essa suposta declaração precisa ser acatada como instrução, no perlocucionário.

A declarativa “o cartão é de uso pessoal do titular e intransferível” funciona, portanto, como enunciado essencialmente instrucional, ainda que não seja utilizado o modo verbal imperativo comum às frases caracterizadas como instrucionais, como nos demais exemplos que mencionamos. Ao apresentar declarativas, o gênero informa instruções que precisam ser acatadas, portanto, por meio de atos de fala indiretos. Tal fator corrobora maior rigor quanto ao nível impositivo dos procedimentos no gênero, já que o não cumprimento do que é predisposto pode acarretar em prejuízos financeiros e jurídicos aos interlocutores.

Comparando o exemplo 6, que indica um procedimento para manuseio de medicamento de uso controlado, com o exemplo 7, pode-se observar outro tipo de rigor interlocutivo na apresentação das instruções. Isso porque a natureza do que está sendo instruído, nesse excerto, diferencia-se do que é instruído no manuseio de um medicamento. Os riscos são diferentes, entretanto, a obrigatoriedade quanto ao acatamento do que é instruído revela um rigor ainda mais latente na predisposição das instruções.

O uso dos tipos imperativo ou declarativo na constituição desses procedimentos reflete, em termos parecidos, os riscos latentes ao entendimento e ao acatamento das instruções sendo, desse modo, importante salientar tal periculosidade pelas características dos dois gêneros.

Por conta de tais decorrências interlocutivas das ações, subjacentes às instruções, as forças ilocutórias a serem desencadeadas na realização dos procedimentos, pressupostos pelos quatro gêneros, estão condicionadas aos seus objetivos e também às formas como essas instruções devem ser acatadas, pelos interlocutores.

Assim, a estipulação dos procedimentos demonstra um tipo de “gradação” que estará coadunado com nível impositivo das instruções. Podemos, portanto, indicar

os macroatos nos quatro gêneros, que podem ser resumidos como possuidores das seguintes forças ilocutórias, presentes nas instruções, que são feitas na superfície desses enunciados:

- ✓ Receita: sugestão, prescrição.
- ✓ Manual: advertência, aviso.
- ✓ Bula: prescrição, advertência.
- ✓ Contrato: ordem, imposição.

Quanto às percepções dos sentidos, a partir da leitura dos exemplos 4, 5, 6 e 7, observamos que eles podem ser assimilados, de acordo com o conceito de “força ilocucional”, coadunado à proposta de Searle (1981). Para o autor

[...] o marcador de força ilocucional indica o modo pelo qual é preciso considerar a proposição, isto é, qual será a força ilocucional a atribuir à enunciação; ou, ainda, qual é o ato ilocucional realizado pelo falante quando profere a frase. (...) Posso indicar o tipo de acto ilocucional que realizo, começando a frase com “Peço desculpa”, “advirto”, “afirmo”, etc. Frequentemente, nas situações concretas de discurso, é o contexto que permitirá fixar a força ilocucional da enunciação, sem que haja necessidade de recorrer ao marcador explícito apropriado (SEARLE, 1981, p. 43 e 44).

A diferenciação do conteúdo proposicional e da força ilocucional ou ilocutória de determinado enunciado redimensionou as possibilidades de atribuições semânticas dos diferentes atos de fala. Isso se dá, pois, a forma como o sentido é assumido, pelos indivíduos, dependerá, também, da percepção da força ilocutória que será desencadeada, a partir das informações predispostas na superfície textual.

O contexto de uso de determinado enunciado é o que promove, portanto, a percepção da sua força ilocutória, bem como dos sentidos possíveis, aferidos a partir do componente preposicional superficial. Nesse caso, é que a teoria, ora apresentada, revela-se de grande importância, pois suas perspectivas diferenciam o conteúdo preposicional do texto, do conteúdo semântico/pragmático, assimilado pelas relações interlocutivas.

O estudo da linguagem, priorizando as diferenças semânticas dos enunciados, deixa de considerar, apenas, o componente preposicional das mensagens. Os estudos de caráter semântico e pragmático concentram-se, por outro lado, no

desenvolvimento da interlocução, tendo como escopo analítico seu componente ilocucional.

Tais constatações fazem verificar que a percepção da força ilocutória de determinado gênero, por exemplo, permite a elucidação dos propósitos comunicativos desenvolvidos a partir das características interlocutivas dos enunciados. Desse modo, as finalidades de uso da linguagem estarão, também, intrinsecamente correlacionadas com as características discursivas dos gêneros, de acordo com os propósitos comunicativos dos interagentes.

Pode-se afirmar que a força ilocutória, a ser desencadeada nas relações semânticas dos gêneros discursivos, é um componente que faz com que seja possível a percepção de como os indivíduos se colocam, discursivamente, de modo a realizar seus objetivos.

Com respeito às finalidades dos textos em tela, seu objetivo é levar os interlocutores a realizar as instruções pressupostas, pelos quatro gêneros. Tais instruções se prestam a preparar um prato, usar um medicamento, realizar procedimentos contratuais ou usar um aparelho eletrônico. Entretanto, a detecção das forças ilocutórias decorrentes das características discursivas desses gêneros nos permite visualizar atos de fala distintos, intrínsecos à forma de execução das instruções, a partir dos enunciados, todos de caráter instrucional.

Outras forças ilocutórias poderão ser vislumbradas na análise da linguagem, todas de acordo com os seus contextos de uso, evidenciando a atitude dos falantes. Quando as pessoas se colocam, por exemplo, para se desculpar, pedir ajuda, fazer um convite, perguntar, agradecer, congratular, etc. revelam tais aspirações interlocutivas inerentes às incontornáveis esferas de uso da linguagem, a partir da natureza de uso dos gêneros discursivos.

As diferentes forças ilocutórias seriam evidências dos atos de fala, de naturezas discursivas adequadas, portanto, aos contextos de seu uso. Searle (2002), ao destacar as diferenças dos atos ilocucionários, propõe uma divisão que procura agrupar ações discursivas em cinco grandes categorias. Essas categorias evidenciam, de acordo com o autor, a natureza interlocutiva assumida a partir das forças ilocutórias pretendidas pelos locutores.

Searle (2002) evidencia, portanto, fatores linguísticos/contextuais dos usos da linguagem, que iriam ser confrontados para diferenciar os atos de fala, a partir de sua organização, dentro dos tipos de ações por ele categorizados. Para tanto, o

autor estabelece vários critérios de origem linguística, comunicativa, psicológica e filosófica para agrupar as ações discursivas, possuidoras de características comuns. Segundo o autor, a partir dessas diferenciações, teremos cinco grandes grupos de atos de fala, em que se concentram as ações, com traços interlocutivos compatíveis entre si.

Nesse caso, o trabalho do autor surge de alguns questionamentos ao esquema categórico de Austin (1962), ao agrupar as categorias dos atos de fala, conforme p. 65 do presente trabalho. Para Searle (2002), houve uma simplificação na distinção discursiva que levou a essa primeira categorização das ações interlocutivas.

É válido mencionar que esse autor aborda, em sua obra, duas críticas ao trabalho de Austin (1962) com as quais concordamos. A primeira reside no fato de que, ao desenvolver sua visão quanto à classificação das ações, houve uma concentração nos “verbos” e não nos “atos de fala” demandados pelas situações comunicativas. Os atos de linguagem deveriam ser, segundo ele, analisados a partir dos seus “propósitos ilocucionários”, e não pelo tipo de verbo neles utilizados.

O segundo aspecto sobre a categorização de Austin (1962) se dá, pois, “não há nenhum princípio, ou conjunto de princípios, claro e consistente na base dos quais a taxionomia esteja construída...” (SEARLE, 2002, p. 15), fator que indicaria uma ausência de regras usadas para o esquema desenvolvido por Austin (1962).

Por conta de tais colocações, consideramos que a “reclassificação” dos atos de fala por Searle (2002) pressupõe uma avaliação mais criteriosa dos tipos possíveis de ações linguísticas que possuem características comuns entre si¹². O autor agrupa cinco categorias, que abarcam, segundo ele, os tipos de ações interlocutivas, possíveis mediante o uso linguístico, de uma forma em geral. Nesse caso, os atos de fala, dividem-se nas seguintes categorias, de acordo com suas características interlocutivas, designadas pelo autor como: ações “assertivas”, “diretivas”, “compromissivas”, “expressivas” e “declarações” (Cf.: Searle 2002). Passamos, portanto, a abordar tais categorias.

¹² O trabalho de Austin é, contudo de maior relevância para a emergência dos estudos em torno da ação verbal, pois esse autor, além de iniciar as pesquisas que culminariam com a teoria dos atos de fala em si, evidenciou a diferenciação fundamental quanto à linguagem, que foi detectar os três níveis ilocucionais. Esse fator é, para nós, de fundamental importância para a aquisição dos sentidos, em qualquer esfera de uso linguístico.

A primeira classe, a dos “atos assertivos”, tem como característica o comprometimento em afirmar algo como “falso” ou “verdadeiro”, fator que nos levou a verificar a similaridade de tal elemento com formas enunciativas tais como, por exemplo: declarar, formular hipóteses ou afirmar. Para Searle (2002):

O propósito dos membros da classe assertiva é o de comprometer o falante (em diferentes graus) com o fato de algo ser o caso, com a verdade da proposição expressa. Todos os membros da classe assertiva são avaliáveis na dimensão de avaliação que inclui o verdadeiro e o falso (SEARLE, 2002, p. 19).

Para fins da presente tese, podemos detectar que, nessa classe de ações, encontram-se inseridos indícios da força ilocutória intrínseca ao desejo de os interlocutores, por exemplo, fazer os leitores “deduzirem” algo. Nesse caso, citamos o ato de “afirmar” como sendo uma ação inserida nessa categoria interlocutiva.

O componente químico de um medicamento, como dotado de propriedades ideais na resolução de problemas de saúde pode ser um exemplo desse tipo de ação. Essa força ilocutória pode ser detectada, também, em alguns textos de bula, representando esse tipo de ação. Trazemos o excerto em seguida, retirado de um dos textos dos *corpora*, a fim de indicar esse traço interlocutivo.

Exemplo 8:

O Ibuprofeno é um derivado do ácido fenilpropilônico e suas propriedades analgésicas parecem estar relacionadas com a inibição da síntese de prostaglandinas, participantes importantes da resposta inflamatória, do estímulo aos receptores da dor e do estímulo às contrações uterinas durante a menstruação (Bula de “Buscofen”)

Quanto ao enunciado que compõe o exemplo 8, ele serve para levar os interlocutores a entenderem a propriedade química do medicamento Buscofen. Desse modo, pessoas que desejam fazer uso da droga podem verificar a aplicabilidade de um componente químico, o “ibuprofeno”, na atuação do estado de saúde apresentado, que seria a melhora da dor causada por cólica menstrual.

A dedução de que o medicamento é uma boa opção para essa finalidade está condicionada à afirmação, feita na superfície textual, de que esse componente químico aplica-se a esse tipo de dor, no caso, a cólica menstrual. Essa afirmação

poderá ser mensurada, pelo interlocutor, que é a pessoa que está lendo a bula, como sendo uma informação verídica e plausível, agregando ao medicamento a condição de válido para resolver o problema.

A frase grifada trata-se de um enunciado de caráter declarativo, por mostrar as propriedades do medicamento, declarando algo a respeito dele. Dessa forma, a declarativa “*O Ibuprofeno é um derivado do ácido fenilpropilônico e suas propriedades analgésicas parecem estar relacionadas com a inibição da síntese de prostaglandinas, participantes importantes da resposta inflamatória, do estímulo aos receptores da dor e do estímulo às contrações uterinas durante a menstruação*”, por conter uma declaração sobre uma propriedade, insere-se na categoria de atos assertivos, conforme postulado por Searle (2002).

A força ilocutória dos enunciados inseridos dentro dessa categoria de ações interlocutivas pode ser caracterizada, ao pensarmos na aplicação de tais formas enunciativas como afeitas a contextos discursivos que pedem o uso de enunciados, prestando-se à avaliação de certo conteúdo informativo como sendo “falso” ou “verdadeiro”. No caso do exemplo 8, o Ibuprofeno é um componente químico que será passível de ser detectado como bom ou não para a resolução do problema físico e essa condição está condicionada à avaliação da informação passada pela declarativa como verdadeira.

A segunda classe, a dos “atos diretivos”, tem como característica fazer com que os interlocutores respondam ao que é postulado, discursivamente, de acordo com a força ilocutória condizente com as ações nessa categoria elencadas. Nesse grupo, ocorre a predisposição de inúmeras ações, conforme Searle (2002), todas com tal peculiaridade discursiva. Essa categoria em si torna-se a mais importante para a análise dos sentidos, a partir dos *corpora* escolhidos. Por essa categoria, a transmissão dos conteúdos é feita de modo a levar o interlocutor a agir por meio do que lhes é informado.

A análise das ações inseridas nessa classe de atos de fala ocorre pois, a partir da atitude responsiva dos interlocutores, em se propondo a executar o que é estipulado pelas informações, haverá certos objetivos de uso concretizados.

Quanto aos *corpora* escolhidos, os atos que se inserem nessa categoria podem revelar as tentativas do locutor fazer com que o interlocutor se posicione. Isso ocorre mediante a predisposição de ações mais sutis como a “sugestão”, conforme mostrado no exemplo 4, p. 67: “*Tempere o frango com alho, sal, pimenta e o vinho*”

branco. Deixe no tempero por mais ou menos duas horas”, que possui esse aspecto interlocutivo de atenuar o nível impositivo da instrução. Também poderá, por outro lado, comportar atos impositivos mais contundentes, em que é detectada a ação de “ordenar”, presente nos demais gêneros da pesquisa.

Para fins da demonstração da força ilocutória intrínseca categoria diretiva das ações, trazemos os exemplos 9 e 10, retirados de dois dos textos de nossos corpora.

Exemplo 9:

3.3 Use somente resistências genuínas Lorenzetti.

- Para utilização adequada, verifique de acordo com a tensão e a potência do seu produto, qual o disjuntor e a seção do condutor... (Manual para colocação e resistência Lorenzetti)

No exemplo 9, ocorrem advertências quanto ao manuseio do equipamento adquirido, no caso, uma “resistência de chuveiro elétrico”, que deverá ser apropriada, de acordo com as características da “tensão” e da “potência” de energia elétrica do local onde ela será instalada.

Com respeito ao tipo de força ilocutória, aciona-se, no nível ilocucionário uma advertência que precisa ser assumida, pelo interlocutor, como instrução a ser executada, incontornavelmente. Quanto à natureza dessa informação, questões importantes, envolvendo o manuseio e a instalação do produto, dependem do acatamento desse tipo de procedimento, quer indica um ato de natureza diretiva.

Exemplo 10:

O cliente somente passará a ter direito à prestação do serviço após a habilitação do Oi Chip (Contrato de prestação de telefone móvel da Oi)

No exemplo 10, ocorre, também, um enunciado que precisa ser assumido como um aviso importante, pois, no caso, trata-se de um excerto retirado do contrato para prestação de serviços. Nessa situação de uso, o proprietário, cliente que adquire o serviço de telefonia, terá o uso de seu aparelho de celular condicionado ao que é instruído a partir da declarativa “O cliente somente passará a ter direito à prestação do serviço após a habilitação do Oi Chip”.

Ao contrário do exemplo 9, em que ocorrem riscos quanto ao incorreto manuseio e instalação da resistência, no caso do exemplo 10, não há esse tipo de temeridade. O não acatamento da instrução, decorrente da declarativa, poderá acarretar no protelamento do uso do aparelho de celular. Isso, pois, o que estará em jogo, é o começo da prestação de serviços, o que vem, por outro lado, inserir a declarativa também na categoria diretiva. A prestação de serviços estará condicionada ao procedimento de “habilitar o chip telefônico” que é intrínseco à informação prescrita pela declarativa.

Entendemos que a advertência feita pelo locutor, no exemplo 10, serve como forma de forçar o interlocutor a instalar o equipamento, fator que acarretará na prestação de serviços telefônicos, assim que ele adquiere o aparelho de telefonia celular.

Com respeito à categoria diretiva dos atos de fala, muitas das ações que podem indicar a força ilocutória inerente às diferentes ações incluídas nessa categoria estão relacionadas à realização de tarefas, pelo interlocutor. Tais ações merecem uma atenção especial no enfoque discursivo do presente trabalho, que está direcionado à análise de textos de natureza instrucional. De acordo com Searle (2002), o propósito ilocucionário dos diretivos

consiste no fato de que são tentativas (em graus variáveis e, por isso são, mais precisamente, determinações do determinável que inclui tentar) do falante de levar o ouvinte a fazer algo. Podem ser tentativas muito tímidas, como quando o convidado a fazer algo ou sugiro que faça algo, ou podem ser tentativas muito veementes, como quando insisto em que faça algo. (SEARLE, 2002, p. 21)

A força ilocutória comum dos atos da categoria diretiva reside no fato de o locutor tentar fazer com que os interlocutores se posicionem para atender ou não aos procedimentos e aos pedidos no curso da interlocução. Tal peculiaridade nos faz alinhar o tipo injuntivo, comum aos gêneros em tela, como detentor de enunciados que viabilizam o estabelecimento de instruções, inseridas nessa categoria de atos de fala.

Dessa forma, tarefas corriqueiras, tais como manusear um medicamento, instalar um aparelho eletrodoméstico, preparar uma receita ou acordar determinado produto ou serviço, são exemplos de afazeres que pressupõem enunciados ligados, intrinsecamente, a essa categoria interlocutiva. Nesse caso, todos os gêneros citados têm em comum um locutor que se propõe a estipular os procedimentos, necessários à realização de ações exteriores, pelos interlocutores.

Já a terceira classe, dos “atos compromissivos”, consiste em ações que comprometem o falante na realização de algum fato no futuro. Essa categoria distingue-se da dos atos diretivos, quando, por exemplo, temos um pedido (que requer algo do interlocutor, portanto, diretivo) e uma promessa (que compromete o falante, portanto, compromissivo).

O ato de “prometer”, nesse caso, possui como peculiaridade o comprometimento do falante em cumprir o que será informado. Essa categoria corrobora o que Searle (2002) postula como “um pedido a si mesmo”, conforme SEARLE (2002, p. 23), revelando o comportamento do locutor acerca de certo posicionamento, assumido no curso discursivo. Mostramos o exemplo 11, em que o locutor do texto, no caso, a “Caixa Econômica Federal” se compromete a oferecer aos seus clientes, a partir do que é predisposto pelo seu contrato de prestação de serviços.

Exemplo 11:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CONTESTAÇÃO DE TRANSAÇÕES

16.1 **É garantido ao titular**, em caso de dúvida, **o direito de contestar qualquer lançamento/transação, através do contato com a Central de Atendimento a Clientes ou agência da CAIXA de relacionamento.** (contrato de prestação de serviços de cartões de crédito / Caixa Econômica Federal)

No caso do exemplo 11, o locutor do texto, representado pela pessoa jurídica da Caixa Econômica Federal, garante ao cliente do cartão de crédito o direito de contestação de lançamentos na sua fatura. Esse direito pressupõe o desejo de o locutor apresentar ao (s) seu (s) interlocutor (es) a possibilidade de ressarcimento de possíveis gastos, dentro das medidas cabíveis ao consumidor.

Dessa forma, o compromisso de “garantido ao titular (...) o direito de contestar qualquer lançamento/transação, através do contato com a Central de Atendimento a Clientes ou agência da CAIXA de relacionamento” é assumido como um pedido a si mesmo, feito pelo locutor do texto. Assim, para fins da resolução de possíveis problemas quanto ao esclarecimento da movimentação financeira do correntista, o locutor do texto postula esse ato compromissivo. Essa categoria é direcionada, portanto, ao próprio locutor e vinda de si mesmo, já que ele se expõe, voluntariamente, para a execução de algo, no curso da interação.

A quarta classe, dos “atos expressivos”, tem como característica a peculiaridade de tentar externar, por meio da linguagem, as aspirações e sentimentos do locutor, no curso da enunciação.

Essa categoria é explicada por Searle (2002) como sendo oposta a dos atos comportados pela categoria diretiva. Isso porque, se pensarmos, por exemplo, no estabelecimento de uma instrução, tal qual “*bata no liquidificador os ovos, o óleo e a laranja*”, tal como estipulado pelo primeiro excerto, conforme p. 54, se o interlocutor seguir o que é informado, no plano linguístico, haverá uma incidência dessa informação no seu comportamento exterior, com o manuseio dos ingredientes. O interlocutor, pessoa desejosa de preparar a receita, se disporá a efetuar o procedimento materializado, textualmente, por meio da imperativa que configura o ato diretivo.

Dessa forma, o que é realizado, no plano exterior à linguagem, receberá influências, diretamente, do que é estabelecido no plano discursivo. Por isso, Searle (2002) afirma que, no caso da categoria diretiva, ocorre a correlação entre o mundo (esfera de atuação das ações, no plano exterior ao discurso) e as palavras (plano linguístico). Ele mostra que, para indicar essa correlação, o eixo de atuação dessa categoria consiste no que ele denominou como plano “mundo/palavra”.

A elaboração de tarefas, no plano exterior, feitas a partir do que é exposto linguisticamente, permite sua comparação com o que ocorre na categoria dos atos assertivos. Essa equiparação pode ser evidenciada quando observamos a apresentação de juízo de valor sobre um “ser” ou “objeto”, configurando valores tidos como verdadeiros ou falsos materializados, textualmente por meio de declarações.

Isso pode ser visto, por exemplo, pelo que é asseverado como plausível no exemplo 8, conforme p. 74 em que um juízo de valor é postulado a uma entidade material, exterior ao plano textual, no caso, o componente “Ibuprofeno” que será tido como verdadeiro pelo interlocutor. Nesse exemplo, a declarativa é usada para demonstrar as características benéficas desse elemento no plano exterior à linguagem, sobre a atuação do componente químico em si.

O detalhamento do produto, que é um “objeto” do mundo metafísico, demonstra a correspondência entre o plano linguístico, no caso, a informação sobre a composição do “Ibuprofeno”, que é “a palavra”, e o plano exterior, o componente químico em si, que é “o mundo”. Desse modo, há a estipulação da correspondência

entre a palavra – as informações de determinado conteúdo prepositivo – e o mundo – plano exterior à linguagem, para o qual as ações incidirão.

No caso dos atos diretivos, é adequado mostrar que acontece o processo oposto da categoria assertiva. Essa oposição ocorre, pois, o que é feito no plano exterior à linguagem, ou seja, os procedimentos efetuados pelos interlocutores serão correspondentes ao que é solicitado, por meio de pedidos ou comandos, no plano textual em si. Os atos de fala advindos do plano linguístico visam ao desencadeamento dessas ações, que extrapolam essa esfera de atuação. Procuramos resumir o que postula Searle (2002) como correspondência palavra/mundo e mundo/palavra, cotejado às categorias assertiva e diretiva, pois essa é uma consideração que se aplica à natureza dos atos diretivos e assertivos.

Quadro 5- As correspondências palavra/mundo e mundo/palavra:

Assertivo – a correspondência palavra/mundo	Diretivo – a correspondência mundo/palavra
Atos comportados pela categoria assertiva que têm como propriedade a caracterização de seres e de objetos a partir de informações, feitas no plano linguístico.	Atos comportados pela categoria diretiva que têm como característica a predisposição de ações, no plano exterior, que deverão ser realizadas a partir do que é postulado, no plano linguístico.

O quadro 5 resume a percepção de Searle (2002), ao estipular que as ações comportadas pela categoria assertiva, caracterizam objetos do mundo extralinguístico e as afirmações ou negações feitas, discursivamente, manifestam a caracterização dessas entidades materiais no campo do “vocabulário”. Já com respeito aos atos da categoria diretiva, inerentes ao comportamento dos indivíduos, por exemplo, estes refletem a face material e as inserções no “mundo”, moldados a partir do componente linguístico. O autor mostra, portanto, correspondências entre as categorias assertiva e diretiva, que se prestam a evidenciar os planos interior e exterior à linguagem.

É pertinente mostrar que Searle (2002), ainda, menciona esses dois planos para explicar o que são atos de natureza “expressiva”. Para ele, as ações

comportadas por essa categoria não têm como função procurar fazer com que “as palavras correspondam ao mundo”, como ocorre nos atos assertivos, ou que o “mundo corresponda às palavras”, como nos diretivos. O propósito das ações inseridas nessa classe é “expressar um estado psicológico, especificado na condição de sinceridade, a respeito de um estado de coisas, especificado no conteúdo preposicional”. (SEARLE, 2002, p. 23)

Ações tais como “agradecer” e “parabenizar” são exemplos que se inserem nessa quarta categoria, em que não é peculiar a correspondência entre os objetos do mundo e suas caracterizações, linguisticamente. Essas ações são decorrentes do estado emotivo e psicológico do locutor, que será expresso, por suas colocações.

Encontramos poucos exemplares de enunciados de natureza expressiva, como nos exemplos 12 e 13. Entretanto, para expor como pode aparecer esse tipo de ação nos textos dos *corpora*, mostramos os excertos em seguida.

Exemplo 12:

Muito obrigado por ter comprado nossa calculadora eletrônica (Manual da calculadora CIS)

Exemplo 13: **Praticidade, transparência, clareza e felicidade. Agora tudo isso está no seu dia-a-dia...** (Manual do cliente – Claro)

No caso dos exemplos 12 e 13, ocorrem as ações de agradecimento pela compra do produto, quais sejam uma calculadora e um aparelho celular. Esses enunciados visam à exposição do estado emotivo dos locutores, que, desejosos de externar seu estado interior, fazem um agradecimento aos interlocutores. Por outro lado, para fins de nossa análise, pode-se levar em conta que essa congratulação é decorrente dos benefícios oferecidos pelos produtos aos interlocutores/consumidores, sendo, também, um convite à aquisição desses artefatos.

Sobre as ações presentes nessa categoria, elas não visam à correspondência entre as palavras e o mundo, mas sim à demonstração dos sentimentos do locutor. Os exemplos dos excertos demonstram o estado emocional de satisfação dos

locutores, gratos pela opção da compra de tais artefatos pelos consumidores, que são, no caso, os interlocutores dos textos.

Para finalizar a exposição sobre as categorias de atos de fala, mencionamos a quinta classe, a das “declarações”, que elenca ações que são destinadas a fazer com que haja uma correspondência entre o conteúdo proposicional de determinado enunciado e a realidade por ele expressa. Entretanto, essa categoria não requer, apenas, a avaliação do critério “falso/verdadeiro” como forma de justificação para a criação de um enunciado, como nos atos assertivos.

No caso das declarações, Searle (2002) as reconhece como sendo uma categoria menos comum, já que sua utilização realiza, de fato, a ação por ele expressa, refletindo o fenômeno da performatividade austiniana. Essas ações requerem, por outro lado, condições comunicativas bastante específicas para tal realização.

A ação de “demitir”, por exemplo, requer que o funcionário ouça tal enunciado de um superior, capaz de demiti-lo¹³. Tal ação é mostrada por Searle (2002), ao definir que

[...] Se sou bem-sucedido em realizar o ato de designá-lo presidente, então você é o presidente; se realizo com sucesso o ato de nomeá-lo candidato, então você é um candidato; se realizo com sucesso o ato de declarar um estado de guerra, então estamos em guerra; se sou bem-sucedido em realizar o ato de casá-lo, então você está casado. A estrutura sintática superficial de muitas sentenças usadas para realizar declarações oculta esse aspecto, pois nelas não há distinção sintática superficial entre conteúdo proposicional e força ilocucionária. Assim, "Você está demitido" e "Renuncio" não parecem permitir uma distinção entre força ilocucionária e conteúdo proposicional, mas julgo que, de fato, ao serem usadas para realizar declarações, sua estrutura semântica seja:

Declaro: seu emprego terminou.

Declaro: minhas funções terminaram.

(SEARLE, 2002, p. 27).

Dessa forma, a função performativa da linguagem, evidenciada por Austin (1962) é contemplada nessa categoria de ações. Nesse caso, algumas situações bem específicas são categorizadas como “declarativas”.

¹³ Não achamos exemplos de tal categoria nos nossos *corpora*, dada sua natureza de uso, por isso, recorreremos aos exemplos do autor.

Isso porque, para que haja a correspondência real entre o que é posto, no plano discursivo, e o que é realizado, no plano material, é necessário que a declaração produza uma modificação no estado do que se refere.

A título de esclarecimento às questões ora apresentadas, em seguida, apresentar-se-á um resumo das características interlocutivas das cinco categorias dos atos de fala, conforme evidenciadas pelos estudos de Searle (2002).

Quadro 6- As categorias dos atos ilocutórios conforme a terminologia de Searle (2002)

Categorias	Posicionamento do falante	Posicionamento do ouvinte
Assertivos	Compromete-se em afirmar que algo seja falso ou verdadeiro.	Assume ou não determinado conteúdo como sendo falso ou verdadeiro.
Diretivos	Procura fazer com que o ouvinte realize determinada tarefa.	Realiza ou não o que o falante propõe.
Compromissivos	Propõe-se a realizar algo.	Acreditar ou não que o falante realizará algo.
Expressivos	Demonstra a emotividade derivada de algum fator externo ou interno.	Compartilha ou não dessa emotividade.
Declarações	Produz um enunciado que modifica uma situação externa.	Observa essa modificação.

O esquema categórico de Searle (2002) é um importante componente para a análise proposta no presente trabalho, pois a caracterização de um ato de fala é possível mediante os critérios observados, que inserem as ações interlocutivas nessas cinco grandes categorias.

Os atos de fala inserem-se, portanto, nessas cinco grandes categorias, e, para o entendimento da natureza das instruções feitas nos gêneros sob análise, os diretivos tornam-se muito importantes, por refletirem as formas de solicitar o

acatamento de atitudes dos interlocutores, no uso dos enunciados. Quanto aos posicionamentos dos locutores, ao estipular procedimentos, torna-se necessário mencionar um último conceito, desenvolvido também por Searle (2002).

Para o autor, existem intenções dos falantes que atuarão linguisticamente. A “força ilocutória” de um enunciado seria a forma como os indivíduos exercem as atividades interacionistas, de modo a atingir seus objetivos comunicativos. Ela só será possível de ser detectada a partir da análise dos níveis locucionário, ilocucionário e perlocucionário, em vistas da sua aplicação ao contexto em que a ação é inerente. Com respeito à força ilocutória dos enunciados, o valor discursivo de um ato de fala, muitas vezes, é assumido de acordo com as características de aplicação enunciativa. Nesse caso, a força ilocutória poderá revelar o que foi evidenciado por Searle (2002) como “atos de fala indiretos”. Em tais tipos de enunciado, um ato de fala secundário poderá mascarar a ação mais latente, desejada pelo locutor do texto com vistas a atender, por exemplo, às peculiaridades estilísticas ou discursivas de certa composição textual.

Desse modo, podemos verificar a presença de um ato de fala indireto como no enunciado do exemplo 7, conforme p. 69, em que ocorre um ato assertivo (declaração sobre algo), mascarando, por outro lado, um ato diretivo (instrução quanto ao que precisa ser executado). A declarativa “O cartão é de uso pessoal do titular e intransferível” possui, portanto, essa dupla função.

No exemplo 7, ocorre um ato da categoria assertiva, uma vez que acrescenta uma afirmação acerca da pessoa relatada, no caso, declara algo sobre a natureza de uso do cartão pelo contratante, bem como ocorre a ação de comprometer esse indivíduo em utilizar o serviço, de acordo com o que é posto na contratação.

Por isso, esse enunciado pode ser considerado, também, como um ato da categoria diretiva, pois há, mediante o que é asseverado, uma imposição, já que ocorre uma coerção do interlocutor. A pessoa que adquire o aparelho de celular passará a se responsabilizar pelas informações apresentadas na contratação dos serviços.

Essas perspectivas decorrentes da observação do caráter interlocutivo no gênero nos levam ao conceito de “ato de fala indireto”, conforme proposto por Searle (2002). Esse tipo de ato de fala ocorre quando, por exemplo, um locutor, ao se dirigir aos interlocutores com vistas a exortá-los a praticar determinada ação, poderá lançar mão de atos de fala indiretos, que são entendidos com o intento interlocutivo

presente em ações estipuladas dentro da categoria diretiva, como no caso do exemplo 7.

Searle (2002) expõe sobre o uso dos atos indiretos, que seriam aqueles usados pelos locutores para realizarem ações primárias por meio de outros atos interlocutivos secundários. O autor cita o uso de “perguntas” e “assertivas” como forma de realizar uma ação diretiva, discriminando algumas formas de uso interlocutivo dessa natureza¹⁴. Relacionamos, em seguida, alguns dos grupos evidenciados pelo autor.

O primeiro grupo de atos de fala indiretos está condicionado ao desejo do locutor do texto por usar “sentenças relativas à habilidade de alguém para realizar algo – ex: Você pode alcançar o sal?”. Nesse grupo de ações ocorrem pedidos que na realidade são mascarados pelo uso de perguntas como a mencionada pelo autor “você pode alcançar o sal?”.

O segundo grupo é elencado pelo autor como aquele que contém enunciados em que o locutor do texto manifesta seu desejo expressando um pedido sem utilizar, para isso, uma pergunta ou imposição. Para ele, tais enunciados são “Sentenças relativas ao desejo ou vontade de alguém de que outra pessoa faça algo – ex: Eu gostaria que você fosse agora.”

Na terceira gama de ações, o autor estipula “Sentenças relativas a alguém fazer algo – ex: Você vai parar de fazer essa tremenda algazarra?” em que uma pergunta possui a atribuição interlocutiva de uma ordem, fator atenuante do nível impositivo pressuposto pela ordenança.

No caso do quarto grupo, ele cita “Sentenças relativas ao desejo ou disposição de alguém de fazer algo – ex: Você estaria disposto a fazer uma carta de recomendação para mim?” que representam o desejo do locutor por solicitar algo que dependerá da vontade do ouvinte. Nesse grupo, também ocorre o uso de uma pergunta como forma de solicitar algo a alguém.

¹⁴ Veremos, na seção em seguida, que tratará das frases e de sua associação aos atos de fala, essa questão a partir das categorias frasais. Os exemplos citados nessa seção foram retirados do capítulo 2 do livro “Expressão e significado” (Searle, 2002), que trata dos atos de fala indiretos e se prestam a demonstrar os tipos de atos indiretos, conforme o autor.

O quinto grupo é composto por enunciados que se prestam a mostrar aos interlocutores as causas para tomar determinada atitude.

Esse grupo contempla “Sentenças relativas às razões para fazer alguma coisa – Você tem que ser mais polido com sua mãe”, enunciando um pedido “seja mais polido” mascarado pelo aspecto racional nele contido “as mães precisam ser tratadas de forma educada pelos filhos”, no caso.

Para finalizar, mostramos o sexto grupo em que o autor cita as “Sentenças que encaixam um desses elementos em outro; também, sentenças que encaixam um verbo ilocucionário diretivo explícito num desses contextos – ex.: Seria demais se eu sugerisse que você talvez pudesse fazer menos barulho?” que, no caso, usam de pedidos feitos por meio de perguntas atenuadas pelos verbos “sugerir” e “poder”, que fazem com que o enunciado perca um pouco do caráter impositivo nele pressuposto¹⁵.

Os seis grupos apresentados, de acordo com Searle (2002), demonstram a peculiaridade dos atos indiretos, que são realizados por meio de perguntas e de asserções. Para fins da análise dos dados, ressalta-se que uso de frases declarativas e interrogativas, usadas a fim de mostrar o desejo do locutor por fazer pedidos e ordens constitui um uso interlocutivo em alguns exemplares dos *corpora*.

Quando ocorrem enunciados com essa estruturação linguística, a força ilocutória do diretivo, que é caracterizada por provocar a atitude do interlocutor, pode ser determinada por meio de outras frases, sem que seja a imperativa. Assim, verificam-se, principalmente, nos gêneros bula e contrato, atos de fala indiretos, realizados em grande parte por frases declarativas, que organizam procedimentos que deverão ser executados pelos interlocutores. Mostramos o exemplo 14 em que se pode detectar tal força ilocutória.

Exemplo 14:

No momento de adesão do plano, **o cliente deverá, necessariamente, informar à Oi os dados pessoais...**

Contrato para aquisição de serviços de telefonia da Oi

¹⁵ Os exemplos que se tratam de traduções da língua inglesa podem não demonstrar total aplicação à estrutura linguística do português. Entretanto, com sua observação, podemos verificar diferentes atos de fala, que se prestam ao modo indireto de fazer solicitações, ordens ou pedidos.

Nesse excerto, pode-se analisar a declarativa “o cliente deverá, necessariamente, informar à Oi os dados pessoais” como realizando o seguinte instrução, que compreende o ato de fala indireto “informe à Oi seus dados pessoais”.

Por conta da presença da declarativa, na realidade, o que ocorre é o desencadeamento de força ilocutória de ordem, estipulada de forma indireta pelo locutor do texto. O não cumprimento dessa instrução pode acarretar, no caso desse contexto discursivo, prejuízos para o interlocutor, podendo ele deixar de obter alguns serviços desejados.

A respeito desse gênero, especificamente, a força ilocutória de “imposição”, muitas vezes, assume maior visualidade pelo interlocutor, ao se deparar com um enunciado como o supracitado. Dadas tais peculiaridades, o uso de atos de fala indiretos é um elemento importante na caracterização dos textos instrucionais. Quanto à percepção dos sentidos, na leitura, a imposição se presta a forçar os interlocutores a realizarem determinada tarefa, podendo ser um tipo de força ilocutória comum ao estabelecimento dos procedimentos.

Por outro lado, se existem discrepâncias quanto às diferentes formas de estabelecimento dos procedimentos, dadas as diferentes forças ilocutórias dos enunciados que informam procedimentos, todas as formas linguísticas com essa finalidade elencam ações cabíveis à categoria diretiva. Por conta disso, corrobora-se a ligação entre as frases indicativas de procedimentos, a categoria diretiva dos atos de fala e as diferentes forças ilocutórias e dos atos indiretos, na análise dos sentidos advindos dos gêneros instrucionais.

Tendo levantado tais questões norteadoras desenvolvidas por Searle (1981, 2002), evidencia-se que o propósito interlocutivo de um enunciado precisa ser analisado tanto de acordo com sua estrutura linguística, quanto por sua finalidade enunciativa, ou seja, a respeito do gênero que o contempla.

Para finalizar a presente seção, do capítulo de “Fundamentação teórica”, propõe-se um desfecho, comparando as considerações de Austin (1962) e Searle (1981, 2002) quanto aos atos de fala e das confluências dos estudos dos dois autores na aplicação à pesquisa.

2.2.4 Categorias interlocutivas de Austin e Searle utilizadas na pesquisa

Como foi visto anteriormente, a caracterização dos atos de fala, de acordo com o que desenvolveu Austin (1956), concentrava seus esforços na questão dos “verbos” e da “performatividade” dos enunciados, evidenciando os três tipos de atos possíveis, a partir das camadas locucionária, ilocucionária e perlocucionária. Searle (1981, 2002), por outro lado, acrescenta alguns conceitos e categorias à teoria dos atos de fala. Para esse segundo autor, em cada enunciado prevalecerá certa “força ilocutória”, que deverá ser assumida pelos interagentes, nas situações concretas de uso da linguagem. Desse modo, ambos os autores contribuem para o recorte analítico pretendido pela presente pesquisa. Assim, a presente seção se propõe a resumir seus pressupostos analíticos, ressaltando a contribuição desses autores para a tese. Nesse caso, primeiramente, veremos alguns de seus contrastes.

O primeiro indicativo de diferença entre as perspectivas desencadeadas ao nos debruçarmos nos dois autores se dá pela verificação da força ilocutória, que não deve ser confundida com a análise de “verbos ilocucionários”, que foi uma crítica feita por Searle (2002), às pesquisas de Austin (1962) com a qual concordamos¹⁶.

A caracterização dos atos ilocucionários, pressuposta pela “força ilocucionária” e não pelos verbos em si é, portanto, fator importante no desenvolvimento da teoria dos atos de fala, conforme o autor mais recente. Os verbos, conforme ele demonstra, seriam parte da ação.

Por conta dessa constatação, percebe-se que a análise dos atos de fala, de acordo com os verbos performativos constitui um ponto de partida, que permitiu a verificação da propriedade que a linguagem tem de “agir”, conforme os contextos de seu uso.

¹⁶ SEARLE (2002, introdução, p. XII), ao abordar o estudo dos atos de fala, afirma que “[...] não devemos confundir uma análise de verbos ilocucionários com uma análise de atos ilocucionários. Há muitos verbos ilocucionários que não se restringem a um propósito ilocucionário; isto é, podem remeter a uma ampla gama de propósitos ilocucionários e, assim, não designam genuinamente uma forma ilocucionária. Announce (anunciar), hint (sugerir, insinuar) e insinuate (insinuar), por exemplo, não designam tipos de atos ilocucionários, mas sim o estilo, o modo como se pode realizar um bom número de tipos. Acredito que o erro elementar mais comum na teoria dos atos de fala seja a confusão entre características de verbos ilocucionários e características de atos ilocucionários [...]”.

O fenômeno da ação por meio da linguagem foi, contudo, questão fulcral e proposta motivadora inicial, que culminou com o desenvolvimento e a ampliação da teoria dos atos de fala, mérito total de John Austin (1962). Ainda sem abordar a questão da força ilocutória ou dos “atos de fala indiretos”, a distinção das camadas interlocutivas, feitas por esse autor permitiu a detecção do componente acionista da linguagem.

Por outro lado, essas duas categorias detectadas por Searle (1981) discriminam componentes das propriedades interlocutivas que são de grande importância para as análises da tese. As forças ilocutórias são reconhecidas por Searle (1981), quando esse autor, também verifica serem os atos de fala indiretos como exemplos de enunciados refletores de forças ilocutórias que precisam ser interpretadas, de acordo com a intenção dos falantes.

Essas diferentes forças ilocutórias ficam reconhecidas, quando um enunciado como, por exemplo, uma “asserção”, assume a “força ilocutória” de ordem ou pedido. Isso pôde ser visto no fim da seção anterior, com a análise do exemplo 13, conforme p. 81. Tal peculiaridade demonstra que o papel interlocutivo de um ato de fala deverá ser analisado, verificando aspectos que vão para além de sua estrutura superficial.

Por conta disso, defendemos que a utilização de um ato de fala em determinado uso concreto da linguagem, tendo em vista o gênero discursivo e a intencionalidade do locutor, é o fator que irá imprimir sentido à utilização dos enunciados dele constituintes. As diferentes forças ilocutórias, atribuídas aos atos de fala devem ser assumidas pelos interagentes nas situações concretas de discurso e revelam elementos importantes para a assimilação dos sentidos na leitura.

A presença das forças ilocutórias à luz das características dos textos instrucionais permite-nos categorizar, por exemplo, os atos de fala presentes nesses textos, delineadas por essas diferentes forças ilocutórias. Nesse caso, as consequências discursivas para configuração desses atos de fala também serão, a nosso ver, aspecto importante para a leitura.

Com respeito à sistematização dos atos de fala que compõem os enunciados, a verificação dos níveis locucionário, ilocucionário e perlocucionário, conforme Austin (1962), demonstra as possíveis “gamas” de repercussão interlocutiva de um mesmo ato de fala. Muitas vezes, a força ilocutória de uma advertência precisa ser

assumida no perlocucionário como tal, principalmente se ela desencadear um ato de fala indireto.

Dadas as perspectivas acionistas desses dois níveis, a verificação das propriedades constitutivas do ilocucionário e perlocucionário para a pesquisa é de grande importância. Isso porque, quanto ao estabelecimento das instruções, feitas com maior ou menor rigor, e o acatamento das mesmas são indicativos que podem oferecer perspectivas para análise dos sentidos importantes para verificação do processamento da leitura nos textos instrucionais.

A contribuição de Austin (1962) é, portanto, fundamental para a exposição de nossas ideias quanto aos propósitos comunicativos, inerentes às ações estipuladas nos textos a serem analisados. Por outro lado, Searle (2002), ao categorizar os atos de fala e abordar conceitos como os concernentes à força ilocutória e aos atos de fala indiretos, também oferece instrumentos que nos auxiliarão, principalmente, na classificação dos enunciados característicos dos textos instrucionais¹⁷.

Sobre o esquema categórico de Searle (2002), esse autor levanta que existem diferentes categorias de atos de fala, mais ou menos importantes na realização dos propósitos interlocutivos de determinado gênero. A associação das categorias de Searle (2002) com os tipos frasais (questão a ser abordada mais adiante) é possível, a partir do esquema categórico desenvolvido por esse autor. Tal cotejo se dá, pois os atos de fala são materializados pelos recursos linguísticos que compõem o texto.

As frases indicativas de procedimentos refletem a estruturação básica do tipo injuntivo e, dependendo da força ilocutória ativada na realização do ato de instruir, haverá consequências no modo como essa ação será interpretada e assumida pelo interlocutor.

Nesse caso, os gêneros organizados por essa tipologia indicarão forças ilocutórias distintas para a exposição de determinado procedimento, o que evidenciará “macroatos” intrínsecos à utilização de cada um dos enunciados pesquisados.

¹⁷ A força ilocutória de cada ato de fala é, portanto, uma importante questão, e, as condições de acesso relativas à injunção, nos seus diferentes gêneros, estarão, a nosso ver, diretamente, ligadas à forma como determinado ato de fala é evidenciado nos gêneros de caráter instrucional. Por outro lado, também é importante ressaltar as categorias possíveis dos atos de fala, pois cada uma delas será inerente aos sentidos nas trocas interlocutivas.

Por isso, as características de uso dos gêneros podem corporificar, discursivamente, macroatos interlocutivos tais como de “sugestão”, “advertência”, “precaução” e “imposição”, como defendemos.

Esses macroatos, delineados de acordo com as peculiaridades de uso dos gêneros, estão inseridos dentro da categoria “diretiva”, conforme mostrada por Searle (2002). Dadas tais peculiaridades, o presente trabalho se propõe a fazer uma análise das ações de cada um dos gêneros elencados, a fim de verificar, dentro das atribuições dos atos de fala, como os comandos são evidenciados.

Especialmente, nos debruçaremos sobre a categoria diretiva, cujo detalhamento mostra como podem ser agrupadas as ações linguísticas usadas para instruir. Pode-se atribuir a tal categoria o elemento distintivo, para o que se constitui por “tipo injuntivo”.

Por outro lado, nos propomos a mostrar as discrepâncias quanto ao emprego dos procedimentos, que é uma peculiaridade desse tipo textual em si, mas que se difere quanto à evidenciação das ações pressupostas em cada um dos quatro gêneros.

As ações, nos textos em tela, estarão ligadas, por fim, ao modo como os interlocutores perceberão os sentidos expressos nos gêneros e determinará questões tais como o “acatamento dos procedimentos” e as “condições que mostram como as informações são assumidas e estipuladas” no curso da interação.

Dados os esclarecimentos quanto à aplicabilidade do aporte teórico e dos conceitos desenvolvidos por Austin (1962) e Searle (1969, 1981, 2002), nos debruçaremos sobre uma última esfera analítica a ser corroborada pela presente pesquisa.

Nesse caso, a evidenciação do componente interlocutivo e acionista da linguagem possui um contraponto nos estudos de natureza gramatical, como mostrado na seção em seguida, em que comparamos as categorias dos atos de fala com os tipos frasais.

2.3 Fundamentos textuais: as frases na tradição gramatical e os atos de fala

O estudo frasal possui como traço peculiar a indicação no plano textual de certas estruturas linguísticas, que são usadas pelos indivíduos, a fim de demonstrar seu posicionamento discursivo, segundo as intenções assumidas nos contextos em que eles se encontram. Essas estruturas são vistas, nas gramáticas de Língua

Portuguesa, em capítulos que tratam da constituição sintática da linguagem. O desejo dos indivíduos por declarar algo a seu interlocutor, exclamar algum sentimento ou desejo, perguntar certa informação ou ordenar que algum comando seja realizado preconiza sua caracterização.

Essas estruturas definem os tipos básicos de frases, conforme a maioria nas gramáticas, a saber, das frases: declarativa, exclamativa, interrogativa e imperativa. Entretanto, esse estudo, calcado na estrutura textual, não dá conta das aplicações contextuais das frases, como, por exemplo, a utilização de perguntas como forma de solicitar ou ordenar.

Por conta de tal peculiaridade, dispomo-nos a cotejar os conceitos desenvolvidos a partir da teoria dos “atos de fala” com aqueles predispostos nos compêndios gramaticais, acerca das “frases”. A relação entre ambos os conceitos se dá porque o ato de fala, que é concebido como componente interlocutivo básico das relações interpessoais, indica, no plano discursivo, a forma como as pessoas utilizam a linguagem para perguntar, declarar, impor, desculpar-se, etc.

Os dois estudos são, portanto, complementares, na medida em que um indica as formas cristalizadas, textualmente, dentro do sistema linguístico das categorias frasais e o outro mostra, discursivamente, como as pessoas usam a fala para agir de diferentes formas, com vistas aos seus objetivos comunicativos.

Desse modo, a afinidade entre as duas categorias se dá porque, se, por um lado a troca interlocutiva requer o posicionamento dos interagentes, que é caracterizado pelas diferentes forças ilocutórias dos atos de fala, existe uma similaridade entre essas caracterizações interlocutivas e a sua “forma” material. O atributo material do ato de fala possui afinidades com as categorias de frases, tais quais descritas nas gramáticas de Língua Portuguesa.

Esse paralelo entre os dois conceitos linguísticos é verificado, porque, dentro dos contextos de uso interpessoal, eles se aproximam em suas características semânticas e discursivas. O ato de fala representa a intenção comunicativa das pessoas e a frase seria a face material e unidade enunciativa menor do ato de fala. Azeredo (2010) indica a aproximação desses dois conceitos, constatando essa semelhança. De acordo com o autor,

[...] as pessoas dirigem a palavra umas às outras por algum propósito: pedir ou dar uma ordem, agradecer um favor, expressar uma censura ou um elogio, desculpar-se, iniciar, continuar ou encerrar uma conversa, etc. Este comportamento verbal, com que expressamos alguma intenção comunicativa, é o que se chama um ato de fala, e a menor unidade linguística que o realiza discursivamente constitui uma frase (AZEREDO, 2010, p. 71).

O ato de fala é, portanto, um componente discursivo mais abrangente, cujo entendimento se dará nos contextos de uso da linguagem. Em um mesmo contexto, podemos verificar a presença de atos de fala diferenciados, corporificados em uma frase classificada como sendo de um único tipo, por exemplo, cuja intencionalidade precisa ser entendida, de acordo com as características enunciativas do que está sendo comunicado. Os estudos frasais restringem as atribuições dos enunciados à pontuação e à finalidade. Entretanto, o estudo dos atos de fala indica que um mesmo enunciado pode ser usado de modo a acentuar ações em três esferas interlocutivas, como vimos nas seções anteriores, nos debruçamos sobre as considerações de Austin (1962).

Observamos uma frase caracterizada gramaticalmente como declarativa ou imperativa reflete, não apenas o desejo de declarar ou ordenar, conforme é predisposto nas gramáticas, mas intermediar outras intenções acionistas dos falantes. Nesse sentido, o estudo frasal pode ser ampliado pela “Teoria dos Atos de Fala”. Quanto à intencionalidade dos indivíduos, advinda da intenção por declarar ou ordenar, usando estruturas frasais declarativas e imperativas será, apenas, entendida na consideração do (s) ato (s) de fala intrínseco (s) ao seu emprego. Utilizamos o exemplo em seguida, retirado do *corpus* de nossa pesquisa, a fim de demonstrar essa perspectiva de leitura.

Exemplo 15:

1.4. O ASSINANTE tem pleno conhecimento do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, das informações necessárias ao bom uso do serviço, dos Planos de Serviços ofertados e das formas de faturamento e cobrança constantes do Manual de Utilização do SMP e dos folhetos explicativos que integram o presente Instrumento como se aqui estivessem transcritos, **os quais declara tê-los recebido juntamente com uma via deste Contrato.**

Contrato Claro para aquisição de serviço de telefonia móvel

O exemplo 15 pode ser usado para demonstrar a perspectiva posta em tela, já que, ao observarmos a característica básica da frase declarativa, conforme veremos mais adiante, como sendo de “asseverar alguma informação como sendo “falsa” ou “verdadeira”, podemos dimensionar a intencionalidade como sendo fator predominante na caracterização do excerto grifado. A função de asseverar, entretanto, é secundária ao entendermos o uso da declarativa “*os quais declara tê-los recebido juntamente com uma via deste Contrato*”, como indicativo do procedimento “*declare o recebimento do regulamento junto com o contrato*”, função principal desse enunciado. O entendimento do diretivo como ato de fala indireto fica inerente ao uso discursivo do gênero, que pode indicar esse enunciado como um procedimento estabelecido pelo locutor do texto, informar ao interlocutor, no caso, a pessoa contratante, o que deve ser efetuado por ele na contratação.

Desse modo, a declarativa supracitada será caracterizada também como atributiva de valores verdadeiro/falso, já que é um fato verdadeiro o recebimento do regulamento da empresa no ato da contratação. Essa primeira atribuição da frase ocorre mediante a consideração do nível locucionário da linguagem, aquele representante do componente discursivo superficial.

Por outro lado, se considerarmos as características discursivas do gênero, que é usado para o estabelecimento de direitos e deveres em uma contratação, veremos que a frase também é usada para instruir o contratante, para que ele acate o fato de ter recebido os documentos informados. Os documentos mencionados no contrato são o Regulamento do Serviço Móvel, o Manual de Utilização do SMP e folhetos explicativos que determinam o entendimento das informações contratuais. Nessa parte do contrato, a prestação de contas quanto à ciência das informações confere que o interlocutor obtenha os serviços oferecidos, sendo necessária sua concordância com tais instruções.

Nesse caso, a declarativa pressupõe um ato de fala, cuja força ilocutória determina a imposição no nível ilocucionário, que estaria mais de acordo com o uso das imperativas, conforme descrito nos compêndios gramaticais, acarretando em um ato de fala indireto, tal qual visto na p. 86.

Sobre as formas de indicação de procedimentos, se feitos de modo indireto (pelas declarativas) ou direto pelas (imperativas), ao observarmos o uso de uma imperativa, tal qual no exemplo mostrado em seguida, veremos que ela pode não atribuir força ilocutória intrínseca a “ordenar” ou “impor”, comum na caracterização

gramatical desse tipo frasal. Quanto a esse exemplo, a imperativa pode servir a outros propósitos, que não sejam “impor” ou “ordenar”, como pressupõe sua caracterização inicial.

Exemplo 16:

Em uma vasilha apropriada, derreta em banho-maria o chocolate juntamente com a manteiga. Se preferir, faça o processo em micro-ondas, deixando por 30 segundos. Retire o chocolate, mexa e leve por mais 30 segundos, até formar um creme. Em seguida, cubra o bolo ainda morno.

Dica: para saber se o bolo está pronto, **espete um palito de churrasco no centro do bolo.** O palito deverá sair sequinho. Receita de bolo de cenoura

No exemplo 16, ocorre um processo inverso daquele do exemplo 15, dadas as características desse gênero, uma receita culinária. Ao utilizar a imperativa “*espete um palito de churrasco no centro do bolo*”, predispõe-se uma sugestão, e não ordem. A imperativa não consiste na transmissão de uma ordem contundente, pois se pode perceber, no ilocucionário apenas uma informação, que beneficiaria o interlocutor, pessoa que irá preparar o prato.

O que se defende, no presente trabalho, é que, o “uso” de determinada frase é o fator que denotará a força ilocutória do enunciado por ela desencadeado. O ilocucionário correspondente a um nível mais profundo da linguagem e é aquele observado, apenas, mediante as características de uso dos enunciados em que elas são predispostas.

Quanto aos gêneros discursivos, veremos, numa categoria mais ampla de observação da linguagem, o emprego de frases, enunciadas, de acordo com suas características de uso macrodiscursivas. Essas atribuições refletirão na convergência de tais frases destinadas aos propósitos interlocutivos desses enunciados.

As considerações da frase, vistas por esse ângulo, fazem rever o que é pressuposto pelo estudo frasal, pois, muitas vezes, na mesma troca interlocutiva, várias frases com características distintas, também podem ser usadas para refletir uma força ilocutória só. Essa força ilocutória também é relativa ao que entendemos como “macroato”, que será reflexo de uma carga ilocucionária mais abrangente, determinada pelo contexto em que as frases são empregadas. Em seguida,

trazemos um exemplo retirado de outro texto de receita culinária para expor essa perspectiva.

Exemplo 17:

Em uma tigela, **misture o arroz, a muçarela, o presunto, a cenoura e a salsa. Coloque em um refratário untado com margarina.** No liquidificador, **bata os ovos, o leite, o requeijão, o queijo ralado, o sal e a pimenta.** **Despeje sobre o arroz e asse no forno preaquecido a 200°C durante 30 minutos ou até dourar.**

Receita de arroz de forno disponível em “www.eduguedes.com.br”

No exemplo 17, as frases destacadas, caracterizadas como imperativas, demonstram o desejo de o locutor mostrar a forma como será preparado o prato, no caso, uma receita de “arroz de forno”. Dado o objetivo do gênero, tais enunciados irão corroborar, de uma forma em geral, uma única força ilocutória, que é sugerir formas de preparo aos indivíduos que desejam elaborar uma receita. Esse tipo de posicionamento está presente na caracterização do macroato de instruir, a partir do posicionamento do locutor do texto, que é proporcionar a execução do prato culinário, mostrando seus passos de preparo. Essa característica de uso do gênero determinará a inclusão dessas frases na categoria diretiva dos atos de fala. Desse modo, as imperativas corroboram a força ilocutória de “sugestão” ou “proposta”, que são indicativas do posicionamento, ao instruir, e que, de acordo com a natureza desse gênero, as frases passam procedimentos, que, em geral, podem ser seguidos com menor rigor de acatamento que nos demais gêneros acolhidos na tese.

Assim, por conta da relação entre os conceitos de frase e ato de fala, podemos vislumbrar, que, por fim, interpretar a finalidade interlocutiva dos enunciados dependerá, portanto, da forma como os sentidos serão assumidos. Os interlocutores, a partir do componente material dos enunciados, interpretam as instruções, feitas na superfície textual, pelas frases que compõem o texto.

Devido a tais perspectivas, defende-se a pertinência da associação dos atos de fala – estudados a partir das questões relativas aos usos discursivos dos interagentes e das ações desencadeadas por eles – e das frases – componente linguístico evidenciado nos estudos de ordem gramatical.

As frases representam, desse modo, o elemento linguístico que melhor demonstra a caracterização material e superficial dos atos de fala. Logo, o estudo

das frases constitui o tema da presente seção, que se propõe a mostrar a sistematização gramatical desse elemento, intrinsecamente interlocutivo.

O componente frasal, por compreender a intenção dos falantes nas situações de uso da língua, nos será útil, pois a partir dele podemos organizar os textos que compõem os *corpora* da tese, que são estruturados por frases indicativas de procedimentos. Quanto ao componente frasal podemos aliar o seu estudo ao pensamento teórico central acolhido. Essa correlação poderá, ainda, servir como contribuição para o cotejo entre os dois conceitos, ampliando o que está posto nas gramáticas sobre estudo frasal, pelo viés interlocutivo.

A seção será organizada de modo a observar a forma como se dá a categorização das frases em algumas gramáticas de Língua Portuguesa, que, nesse caso, propõem a distinção dos seguintes tipos: declarativa, interrogativa, imperativa e exclamativa. Sobre o estudo frasal, essa distinção é feita, geralmente, nos capítulos que tratam da sintaxe portuguesa, esfera eminentemente estrutural da linguagem.

Veremos como contraponto a essa abordagem mais tradicional as postulações de Azeredo (2010), pois o autor, ao verificar a pertinência da associação dos atos de fala ao estudo das frases, considera, não apenas o plano estrutural da linguagem. Esse autor, por outro lado, indica uma maior exploração do que compreende por frase, demonstrando uma visão eminentemente discursiva do conceito, fazendo uma intersecção do que se entende por “frase” e por “ato de fala”.

As gramáticas elencam, de forma geral, os quatro tipos de frases supracitados¹⁸ e, tais categorias podem ser cotejadas com os tipos de atos de fala, conforme Searle (2002). Ambos os estudos partem da intencionalidade como fator distintivo dos usos da linguagem. Desse modo, a fim de demonstrar a caracterização gramatical das frases em Língua Portuguesa, nos debruçamos em tal estudo, a partir dos seguintes autores principais: Júlio Ribeiro (1899), Eduardo Carlos Pereira (1907), Said Ali (1964) Rocha Lima (1976), Evanildo Bechara (1977; 2005), Celso

¹⁸ Existe um quinto tipo de frase, denominado “optativa”, que diz respeito à colocação do locutor quando ele expressa um desejo. Ex: “Tomara que ele não desperdice tanto talento numa bandinha!” (AZEREDO, 2010, p. 73). Entretanto, por não ser um tipo comum na descrição gramatical e não ocorrer com frequência nos *corpora* escolhidos, não nos debruçaremos na classificação dessa frase, na presente pesquisa.

Cunha (1978), Cunha e Cintra (2007) e Azeredo (2010)¹⁹, que representam a visão desenvolvida em torno do tema em diferentes épocas.

Como traço comum em todas as caracterizações propostas, observa-se a evidenciação do componente interlocutivo, constante preocupação na distinção do fenômeno frasal, embora não houvesse, no momento de escrita dos compêndios uma concepção dos atos de fala à exceção de Azeredo (2010).

Existe, portanto, uma comparação com o estudo frasal e os atos de fala, por isso, nos debruçaremos sobre a pertinência da concepção desses planos linguísticos para a análise dos *corpora* da pesquisa, na seção que se presta a essa finalidade. Passamos a verificar como ocorre a exploração do conceito da frase e dos seus respectivos tipos, nas gramáticas escolhidas, a partir do presente momento.

2.3.1 O conceito de frase

O conceito do que vem a ser “frase” é uma preocupação inicial dos autores pesquisados, quando tratam da constituição sintática dos enunciados em seus compêndios. Geralmente, antes da separação dos tipos frasais, ocorre uma exploração do conceito geral do que constitui a “frase” sendo isso, para nós, o ponto de intercâmbio entre o componente estrutural/superficial e o elemento discursivo.

Compreender, portanto, como o conceito é analisado pelos autores é um fator importante, pois sua abordagem vislumbra o aspecto discursivo da linguagem. Isso nos leva a verificar que a conceituação do que vem a ser frase tem total reciprocidade com a questão interlocutiva da linguagem, elemento fundamental no estudo dos atos de fala.

¹⁹ Por conta da dificuldade de acesso aos exemplares originais das gramáticas citadas, foram utilizados os livros mencionados. Entretanto, constam como datas de publicação inicial desses exemplares: Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887), Said Ali (1927) Rocha Lima (1957), Evanildo Bechara (1961), Celso Cunha (1970), Cunha e Cintra (1985) e Azeredo (2008). Essas citações das datas de publicação foram encontradas em Castilho (2010) e no acervo digital da Academia Brasileira de Letras, disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em 01/10/2013.

Outra questão pertinente na distinção desse componente linguístico se dá com a diferença dos conceitos de “frase”, “oração” e “período”. Tais caracterizações podem gerar conflitos a partir desses conceitos gramaticais.

O conceito de frase está coadunado com a questão enunciativa, pois, como defendemos, a partir dos tipos frasais, os indivíduos podem se direcionar, mutuamente, a fim de perguntar, declarar, exclamar ou impor, por exemplo. O conceito de oração, por outro lado, está calcado na predisposição ordenada dos termos, a partir de um núcleo verbal.

Dessa forma, o estudo frasal está para o direcionamento interlocutivo dos indivíduos e o estudo oracional está para a questão estrutural da linguagem. Segundo Azeredo (2010), a frase é “a unidade fundamental do discurso”, logo, existe uma grande compatibilidade com os aspectos teóricos abarcados pela teoria dos atos de fala, conforme o que fora postulado a partir de Austin (1962).

Por outro lado, a oração é vista pelo prisma estrutural, já que se constitui da “unidade gramatical centrada em um verbo flexionado em um dado tempo e construída, tipicamente, de duas partes: sujeito e predicado”. (AZEREDO, 2010, p. 136).

A distinção dos conceitos esclarece-nos sobre aspectos importantes, inerentes aos estudos relativos a esses dois itens gramaticais, pois é necessário ter em mente que as análises em torno da oração e do período são, prioritariamente, de ordem sintática. Por outro lado, o estudo frasal está centrado na composição discursiva, pois ele considera como elemento central o “posicionamento” dos indivíduos ante as situações comunicativas em que eles estão inseridos.

Os livros pesquisados, de uma forma em geral, esboçam tal diferença. Entretanto, a forma como os autores abordam os dois conceitos não permite uma clareza quanto à diferenciação dos componentes linguísticos. Isso decorre, principalmente, do fato de serem ambos, geralmente, expostos nos capítulos que tratam da “sintaxe”.

Nesse caso, é válido ressaltar que a verificação dos tipos frasais ocorre no início dos capítulos que tratam da esfera sintática, quando os autores procuram evidenciar, antes do estudo sintático, a natureza do componente discursivo da linguagem. Após essa parte inicial, os livros pesquisados passam a tratar de questões de ordem estrutural, tais como: as noções de sujeito e predicado, dos tipos

de oração (se verbal ou nominal) e da composição por coordenação ou subordinação – todas de ordem sintática e textual.

Não existe, portanto, uma distinção quanto à natureza dos conceitos de frase, oração e período, que, a nosso ver, constituem fenômenos distintos. Por conta de tais perspectivas, demonstram-se em seguida alguns excertos quanto ao conceito de frase, que corresponde, conforme a perspectiva que se pretende salientar, ao componente interlocutivo e acionista da linguagem²⁰.

Iniciamos a demonstração do que dizem os autores sobre a frase, citando o que defende Jerônimo Soares Barbosa (1822), para o qual não existe distinção entre oração, frase ou proposição, pois os três conceitos estão, segundo o autor, predispostos ao mesmo interesse discursivo que é a expressão do pensamento dos falantes. O autor mostra que “oração, proposição ou frase (pois tudo quer dizer o mesmo) é qualquer juízo do entendimento, expressado com palavras” (BARBOSA, 1822, p. 363).

Nesse caso, embora não distinguindo os três conceitos, o autor calca sua análise no fator discursivo, já no século XIX. Pode-se perceber tal peculiaridade, pois, no discorrer de sua colocação, ele afirma ser o discurso um juízo ou uma “série de juízos” que servirão à necessidade comunicativa dos indivíduos.

Já para Júlio Ribeiro (1899), “sentença é a coordenação de palavras, ou mesmo uma só palavra formando um sentido perfeito, ex: as abelhas fazem mel – os cães ladram – Morro” (RIBEIRO, 1899, p. 211). Sua caracterização propõe que a questão semântica é de fundamental importância na elaboração do conceito por esse autor, pois fator fundamental na distinção do conceito é a exposição de determinado “sentido”, por parte do falante.

Ainda em se tratando de Ribeiro (1899), ele também dá sua opinião quanto à preferência por utilizar o termo “sentença” e não “período” na conceituação do fenômeno frasal. Para o autor,

²⁰ Observe que a terminologia utilizada pelos autores citados, muitas vezes não distingue a “oração” da “frase”.

Sentença do Latim *sententia* (pensamento, juízo, expressão completa) é denominação preferível a período. Com efeito o termo período, do grego período (caminho em volta, rodeio) não traduz bem a noção de pensamento, de juízo. Aristóteles (1) e Cícero (2) empregaram-no com a significação de “sentença retórica” ordenada, figurada. (RIBEIRO, 1899, p. 211)

Logo, a “sentença” seria um componente intelectual, pois traduz a noção psíquica e mental, diferentemente de “período”, que é um conceito mais propício à esfera sintática, tal como a “oração”.

Segundo Eduardo Carlos Pereira (1907) “phrase é a reunião de palavras que dá lugar a um pensamento, o qual pode ser completo como *a vida do homem é trabalhosa* ou incompleto como *a vida do homem*”. O autor insere, portanto, na sua caracterização a questão do posicionamento do falante, ante a situação discursiva em que se encontra.

Outro fator importante em sua análise decorre da inserção dos conceitos de “locução”, “oração”, “sentença” e “proposição” na constituição do que vem a ser “frase”. Isso porque, para ele,

A frase de sentido incompleto é uma expressão que se denomina, em geral, locução; ao passo que a frase de sentido completo chama-se oração, proposição ou sentença. Essa se caracteriza pelo verbo, claro ou subentendido, que enuncia o facto central do pensamento. (PEREIRA, 1907, p. 188).

Essa diferenciação contrapõe a “locução”, caracterizada como expressão incompleta do pensamento, à “oração”, que pressupõe a colocação de forma completa do pensamento tendo como eixo estrutural o verbo. Ocorre, nesse caso, uma intersecção de questões estruturais e interlocutivas. Os conceitos de frase e oração, que se diferenciam por: a) abrangerem a estrutura dos vocábulos organizados em torno do verbo e b) a intenção dos falantes dentro da troca interlocutiva carregam ainda, de acordo com Pereira (1907), o componente semântico, já que possuem a atribuição de serem “completa” ou “incompleta”. Existe uma grande intersecção de componentes da linguagem na conceituação da frase e da oração, de acordo com o autor.

Os três autores, representantes de um período mais antigo, podem apresentar visões importantes acerca do conceito de frase, na medida em que utilizam como eixo de suas abordagens, aspectos de ordem semântica, estrutural e discursiva. Entretanto, não existe, neles, ainda, uma diferenciação dos elementos

que fazem parte da análise estrutural/sintática que compreende o conceito de “oração” e nem dos elementos discursivos e interlocutivos, que estariam mais afeitos ao fenômeno frasal.

Fator curioso decorre da mesma observação quanto ao tema em autores mais contemporâneos que, contudo, ainda hoje não apresentam um maior aprofundamento dos conceitos. Isso porque também não há uma preocupação quanto à diferenciação dos fenômenos que compreendem os critérios conceituais abarcados pela frase e pela oração, o que poderia ser um diferencial, quando comparados a autores mais antigos.

Para Rocha Lima (1976), “Frase é a expressão verbal de um pensamento. Pode ser brevíssima, constituída, às vezes, por uma só palavra, ou longa e acidentada, englobando vários e complexos elementos”. (LIMA, 1976, p. 203). O autor retira, nesse caso, qualquer ligação com a esfera sintática, já que conceitua a frase a partir, apenas, da questão intelectual.

Já para Bechara (1977), há uma imbricação de questões de esfera sintática e psíquica, quando esse autor define a “oração” (e não a “frase”) como “uma unidade de sentido do discurso”, contudo falando de “estruturação oracional”, o que pode interpor ao conceito, a estrutura sintática da língua, conforme o excerto mostrado em seguida.

A oração encerra a menor unidade de sentido do discurso com propósitos definidos, utilizando elementos de que a língua dispõe de acordo com determinados modelos de estruturação oracional (BECHARA, 1977, p. 194).

Essa mesma mistura de âmbitos, sintático e discursivo, ocorre na ordenação do conceito por Cunha e Cintra (2007), em que encontramos a seguinte definição para frase:

A frase é um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação. A parte da gramática que descreve as regras segundo as quais as palavras se combinam para formar FRASES denomina-se SINTAXE (CUNHA e CINTRA, 2007, p. 119).

Nesse caso, os três autores, que podem ser definidos como centrais na tradição gramatical do país, ainda mantêm uma abordagem discrepante sobre o conceito de frase. Desse modo, embora todos os autores pesquisados, mesmo em

datas distintas (1976, 1977 e 2007), reconheçam o elemento interlocutivo em suas concepções, não estipulam uma diferenciação dos dois conceitos.

Rocha Lima (1976), quando expõe a natureza frasal como sendo, essencialmente, “cognitiva” (afirma que ela é a “expressão do pensamento”) dá margens para a caracterização discursiva da frase, já que um pensamento pode ser expressado de diferentes formas linguísticas, por meio de estruturas frasais maiores ou, com uma só palavra, por exemplo. A presença ou ausência do verbo não é, portanto, uma preocupação na distinção do que vem a constituir “frase”, para o autor.

O mesmo ocorre com Bechara (1977) que, ao abordar o tema, também insere a visão acerca da presença de elementos discursivos, pois para esse autor, a “oração” constitui-se em formas menores dentro do uso discursivo dos indivíduos. Essas partes menores serão definidas por meio de estruturas linguísticas próprias do idioma, e que completariam o “todo” de sentido, de determinado uso discursivo, ao ser enunciado em situações comunicativas concretas.

Também Cunha e Cintra (2007) abordam a questão discursiva, já que insere a “unidade comunicativa”, no conceito, o que demonstraria o componente discursivo dentro do fenômeno frasal. Entretanto, o autor não caracteriza, completamente, a frase de um modo intrinsecamente discursivo. Isso porque o estudo frasal é determinado mediante a “combinação de palavras”, o que vem a corroborar, de forma mais evidente, a esfera sintática da linguagem.

Outra questão importante é que, também, encontramos no mesmo autor, ainda em edições mais antigas, a evidência do componente fonêmico na conceituação de frase. Para ele

A frase é sempre acompanhada de uma melodia, de uma entoação particular. A melodia caracteriza o fim do enunciado e, nas frases organizadas com verbo, anuncia geralmente a pausa forte que vem depois dele (CUNHA, 1978, p. 85).

Nesse sentido, Cunha (1978) oferece mais um elemento para o conceito de frase, na medida em que considera prioritariamente o ponto de vista fonêmico na sua caracterização. Para ele, as frases seriam as “verdadeiras unidades da fala” (CUNHA, 1978, p. 85).

É válido ressaltar que outro autor que inclui o ponto de vista sonoro na conceituação do conceito é Bechara (1977), pois ele estipula a presença da

“entoação” na caracterização dos tipos de “oração”. Entretanto, essa caracterização do fenômeno também demonstra a confusão dos conceitos de frase e de oração, pois, para ele, a questão oracional está vinculada a “determinados modelos de estruturação”, o que demonstra a natureza sintática desse componente gramatical.

Cunha (1978) menciona que, quando a frase contiver verbo, a melodia será cortada por uma pausa mais forte, que virá depois dele. Já quando a frase não contiver verbo, ela será caracterizada, apenas, pela sonoridade, constituindo-se, por isso, seu principal elemento distintivo.

Chamou-nos a atenção o postulado por Cunha (1978), ao caracterizar a frase, centrada na sua sonoridade, mesmo quando destaca a presença do verbo, não o tendo como elemento principal. O que o autor pretende, portanto, em sua análise, essencialmente fonêmica, é ressaltar a composição estrutural dos enunciados, sem contudo preconizar uma visualização do aspecto discursivo na abordagem do conceito.

Por conta disso, o que gostaríamos de ressaltar é o fato de que os autores citados estão de acordo de que o conceito de frase está ligado à expressão do pensamento e que isso poderá ocorrer por meio de diferentes “formas”. Tal percepção da frase reconhece, portanto, ser ela um componente prioritariamente discursivo, manifestado a partir do desejo dos falantes e, em última análise, preconizando as ações provocadas por suas aspirações.

Por outro lado, observa-se que essa distinção básica é encontrada em Said Ali (1964), ao mencionar em sua “Gramática histórica da língua portuguesa” a existência das dificuldades na abordagem do tema, ao dimensionar a postura dos “gramáticos” e à dos “psicólogos” quanto ao conceito de “oração”.

Segundo ele, os autores divergiram em muitos aspectos, ressaltando duas visões distintas sobre o que vem a constituir as “orações”. Desse modo, tem-se, em torno do conceito: a visão gramatical – com respeito à lógica na utilização dos recursos linguísticos – e a visão psicológica – que vê na oração o processo mental de juntar conceitos a objetos do mundo exterior.

Sendo assim, Said Ali (1964) procura orientar sua concepção própria do tema, a partir dessas duas vertentes científicas, assumindo uma visão particular sobre o que vem a ser oração. Isso porque tais abordagens mostram, de acordo com o autor que

(as) considerações permitem concluir que para o gramático, para o linguista, é de pouca monta acrescentar à definição da oração coisas próprias do domínio da lógica e da psicologia e que levam os pensadores a enredar-se nos meandros da metafísica. Não é essencial averiguar rigorosamente o que se passa no intelecto dos indivíduos falante e ouvinte como pontos de partida e chegada do pensamento; o que importa é assinalar que um indivíduo transmite a outro o conhecimento de um fato por meio de certa combinação de palavras, ou, ainda, por uma só palavra (ALI, 1964, p. 266).

O conceito de “oração” proposto por Said Ali (1964) é para nós uma referência no que diz respeito às caracterizações da “frase” entre as gramáticas pesquisadas. Isso porque o autor, ao abordar as visões linguística e gramatical em torno do conceito, dá um suporte mais abrangente do que vem a constituir o fenômeno, de acordo com duas visões que se complementam.

Assim, concluímos sobre o conceito que os livros podem usar diferentes designações, tais como: oração, proposição, sentença ou frase, que são nomes comuns para designar o mesmo item. Entretanto, ao determinarem sua natureza de uso, que indica a intencionalidade dos falantes, mesmo em diferentes épocas linguísticas podem aliar suas colocações ao pensamento corroborado por Azeredo (2010). Isso porque Azeredo (2010), ao discriminar “frase” e “oração” mostra a natureza interlocutiva majoritária do conceito frasal.

Ressaltamos, por isso, que, embora a conceituação da “frase” seja explorada em capítulos que tratam da sintaxe, ou seja, da abordagem estrutural do português, os autores vislumbram aspectos discursivos e interlocutivos, subjacentes ao emprego das frases em situações comunicativas.

Tendo abordado a constituição do conceito frasal em si, passaremos em seguida a demonstrar como os autores escolhidos costumam subdividir os tipos de frase em seus compêndios para, após essa parte, propormos uma comparação das categorias de atos de fala, conforme dimensionadas por Searle (2002).

2.3.2 Frases declarativa, exclamativa e interrogativa

Os três tipos de frase de que trataremos, nessa seção, diferem-se se pensarmos na questão do direcionamento interlocutivo, por mostrar um interlocutor a quem o enunciado é dirigido, no caso da frase interrogativa, e, por não evidenciar esse reportamento, como necessário para sua emissão nos demais tipos. Essa questão discursiva pode ser evidenciada de acordo com Azeredo (2010), que

postula como divisão básica dos tipos de frase, quanto à natureza interlocutiva, pela forma como ocorre o direcionamento ao interlocutor, evidenciando-o ou não.

Essa pressuposição decorre, no caso das frases interrogativas e imperativas, do fato de se ter um interlocutor evidente, ao qual a pergunta ou o comando é dirigido. Já com respeito ao uso das declarativas e das exclamativas, esse interlocutor não precisa ser manifestado, necessariamente.

A partir dessa diferenciação, abordaremos na presente seção três tipos frasais, que são as declarativas, as exclamativas e as interrogativas, de modo a expor o que dizem os autores pesquisados sobre esses tipos frasais. Essa abordagem terá em vista a evidenciação da questão da interlocução, centrando nos interagentes.

No caso do primeiro tipo, aquele das frases classificadas como “declarativas”, o que está em primeiro plano é a colocação realizada pelo falante, de modo a assegurar o teor informativo de determinado enunciado. Encontramos algumas definições importantes quanto a esse tipo frasal, que exporemos, a partir desse momento.

Na gramática de Ribeiro (1899), a frase declarativa é descrita como aquela usada pelos falantes com a finalidade de asseverar, ou seja, garantir que algo que está sendo informado, representando um juízo “verdadeiro” ou “falso”. O autor destaca, nesse tipo frasal, dois tipos de sentença. Para ele

Sentença declarativa é aquela que declara ou assevera uma cousa, ex.: “o dia está quente”.

A sentença declarativa chama-se:

- a) Afirmativa: quando assevera que alguma coisa é “o dia está quente”
- b) Negativa: quando assevera que alguma coisa não é “o dia não está quente” (RIBEIRO, 1899, p. 212).

De acordo com o autor, a veracidade da informação é o fator central na definição de Ribeiro (1899) para as declarativas. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Pereira (1907) postula esse tipo frasal como aquele que se presta a exprimir um juízo de valor, podendo também classificá-lo como “afirmativo” ou “negativo”. Esse autor, ainda, inclui como critério de caracterização da declarativa a utilização de um verbo no infinitivo. Para tanto, dá os seguintes exemplos de frases declarativas: “Vivem longa vida os filhos obedientes” e “nem tudo a todos se diz” (PEREIRA, 1907, p. 190), em que ressalta a presença desse modo verbal.

Nesse caso, os vocábulos “multidão” e “comprime” recebem subidas melódicas de igual intensidade, o que pode desencadear, por exemplo, uma igualdade quanto à atribuição de valores comunicativos aos dois vocábulos. Por isso, ao enunciar esse tipo de proposição, o falante concentrará seu empenho em fazer com que o ouvinte compreenda o conteúdo proposicional superficial, de modo a se comprometer com o valor informativo do que está sendo enunciado. A importância do que é dito, – se falso ou verdadeiro – pode ser atribuída, também, nesse tipo frasal, pela força melódica dos seus vocábulos principais.

Como contraponto à conceituação gramatical, observa-se que essa seria a característica principal das ações da categoria assertiva, como proposto por Searle (2002), conforme visto anteriormente. Para fins do cotejo entre os dois conceitos, teremos resumidamente alguns aspectos da frase declarativa, conforme mostrado pelas considerações dos autores, que estarão alinhados aos atos comportados pela categoria assertiva. Propomos a comparação conforme o quadro a seguir.

Quadro 7- A frase declarativa e a categoria assertiva

Autor	Caracterização da frase declarativa	Categoria assertiva	Princípio norteador do pensamento dos autores pesquisados
Julio Ribeiro (1899)	Responsável por declarar fatos, que podem se prestar a informações positivas ou negativas. Nesse caso, o critério de verificabilidade é o que ajusta a conceituação do tipo frasal pelo autor.	Composta por atos que podem ser avaliados mediante o interesse do locutor em afirmá-los como sendo	Valorativo
Eduardo Pereira (1907)	Alicerçada na questão da expressão de juízos de valor, também subdividida nos tipos afirmativo e negativo, com o acréscimo de que tal sentença também se diferencia por apresentar o verbo no modo infinitivo.		Valorativo e sintático
Said Ali (1964)	Pautada na questão informativa. Mostra que o posicionamento do locutor está relacionado ao seu interesse por “informar determinado fato”, com o uso da frase desse tipo.		Informativo
Rocha Lima	Direcionada para a questão valorativa. O autor afirmar ser esse		Valorativo

(1976)	o tipo de frase usada para “enunciar um juízo de valor acerca de alguma coisa ou pessoa”.	falso ou verdadeiro.	
Celso Cunha (1978)	Caracterizada de acordo com a forma como se pronuncia esse tipo de frase, refletindo sua sonoridade. No caso, nos itens vocabulares mais expressivos ocorrem subidas melódicas.		Sonoro
Bechara (2005)	Catalogada como sendo o tipo de enunciado que se presta a “expor, afirmando ou negando, certos fatos”.		Expositivo e valorativo

O quadro 7 procurou evidenciar que as caracterizações dos autores da frase declarativa, que embora possuindo princípios norteadores distintos, podem ser cotejadas à distinção feita por Searle (2002). Quanto a essa comparação, as ações que compõem a categoria assertiva podem ser aliadas às mesmas intenções dos falantes, ao proferirem uma frase declarativa. Dessa forma, os princípios que norteiam as definições dos gramáticos citados, que são de cunho informativo, valorativo, expositivo ou sonoro, estão todos em maior ou menor nível coadunados à caracterização dos atos assertivos.

Por conta de suas atribuições, vê-se que tal componente discursivo é o fator mais profundo que permeia o uso das frases declarativas. A partir desse fato, vislumbra-se que o aspecto interlocutivo, tendo como princípio distintivo para essa categoria a questão do interesse do locutor por informar fatos, encerrando juízos de valor, seja o elemento indicativo da intencionalidade relativa a esse tipo frasal.

Assim, teremos na superfície discursiva o acionamento de informações, propostas como verdadeiras ou falsas, a partir de determinado modo sonoro e, na parte discursiva subjacente a esse nível superficial, o posicionamento do locutor, que se presta a agir, de modo a informar fatos, encerrando-lhes um juízo de valor.

O exame das atribuições de uso das declarativas demonstra, em última análise, o desejo dos locutores, em fazer com que seus interlocutores deem credibilidade ao que por eles é informado. Essas características de emprego dessas frases demonstram um caráter interlocutivo mais abrangente, estabelecido a partir da detecção do componente acionista da linguagem, conforme defendido pelo aporte teórico por nós acolhido.

O segundo tipo de frase elencado, a “exclamativa”, é responsável por indicar diferentes manifestações emotivas do falante, no momento em que produz o seu enunciado. A partir da exposição de sentimentos, o indivíduo enuncia sua fala, que, embora possuindo diferentes anseios expressivos, será motivada pela emotividade. Os sentimentos do falante, nesse caso, são os responsáveis pela transmissão das diferentes decorrências semânticas, transmitidas pelo locutor, por meio de frases com esse propósito.

Esse tipo de frase tem na “emotividade” seu fator discursivo principal, podendo ser ela um atributo até mesmo superior ao conteúdo proposicional em si. A superfície linguística fica totalmente sujeita à carga emotiva desejada pelo falante, sendo um elemento secundário. De acordo com os estudos das frases e as perspectivas dos gramáticos estudados, são encontradas algumas considerações interessantes a respeito desse tipo frasal.

De acordo com PEREIRA (1907, p.190) a frase exclamativa é aquela que dá conta de exprimir “sentimento ou admiração” do enunciador. Já para RIBEIRO (1899, p. 212), esse enunciado é responsável por demonstrar um desejo ou opinião “asseverada ou por asseverar”, incluindo, portanto, a questão temporal na sua caracterização.

Para Said Ali (1964), a “aspiração” e o “desejo” são os sentimentos motivadores desse tipo de enunciado. A descrição do autor acerca da oração exclamativa, que está elencada juntamente com os outros tipos, demonstra as formas de direcionamento discursivo requeridas pelo falante, que ocorrem quando ele se reporta a alguém “para manifestar-lhe uma aspiração, um desejo”²³.

Para esse autor, a emotividade é vista como uma atitude de anseio ou pretensão, ou seja, sentimentos emitidos pelos indivíduos, ao proferirem esse tipo de frase. Dessa forma, Said Ali (1964) se refere aos sentimentos como sendo os fatores de motivação para o emprego das exclamativas.

²³ Nesse caso, Ali usa o termo “oração optativa” para designar esse tipo de frase e cita o seguinte exemplo: “Queira Deus!/Deus permita!” (ALI, 1964, p. 125) a fim de demonstrá-lo.

O mesmo ocorre em Rocha Lima (1976), ao demonstrar que a frase exclamativa seria movida por uma necessidade de o locutor manifestar determinado “estado espiritual”. Para ele, usamos a frase exclamativa para “exteriorizar nosso estado de alma” (LIMA, 1976, p. 204).

Nessas gramáticas, encontramos uma menção de determinados tipos de sentimentos para a execução desse enunciado, sendo tais emoções caracterizadoras desse tipo frasal. Entretanto, dos autores pesquisados, encontramos em Bechara (1977) uma concepção da frase exclamativa mais abrangente, citando um grande número de sentimentos, em sua exemplificação.

O que nos chamou a atenção nesse autor decorre do fato de esses sentimentos dizerem respeito, tanto à expressividade, como ao posicionamento dos locutores ao impor ou ordenar. Para Bechara (1977), essa frase pode ser usada, também, para exercer o comando dado pelo locutor do enunciado, no estabelecimento de algum “pedido” ou “ordem” de forma mais contundente.

Para isso, o autor, assim como Celso Cunha (1978), parte do ponto de vista da “entoação”, ao apontar esses dois tipos de posicionamento discursivo. De acordo com Bechara (1977),

A linha melódica da exclamação só tem também a parte ascendente. Ela traduz um enunciado expresso com acentuado predomínio emocional para comunicar, acompanhada ou não de mímica, dor, alegria, espanto, surpresa, cólera, súplica, entusiasmo, desdém, elogio, gracejo. A entoação exclamativa também é empregada para exigir a presença ou a atenção de alguém (João! Menino) ou para traduzir ordens e pedidos (Corra! Salte!). A entoação exclamativa pode combinar-se com os tipos enunciados anteriormente. Compare-se a resposta João (da pergunta parcial: Quem estuda?) com João para chamar ou atrair a atenção e com João?! Quando a pergunta envolve um sentimento de surpresa. Simbolizamos a entoação exclamativa com [!] (BECHARA, 1977, p. 195).

Diante do postulado por Bechara (1977), podem-se verificar algumas características interessantes para o emprego de uma frase exclamativa. Isso porque o autor, ao caracterizar esse tipo de enunciado, por sua entoação, agrupa sentimentos e atitudes diferenciados, todos possíveis com o emprego desse tipo de melodia. O “acentuado predomínio emocional” é o fator que irá distinguir esse tipo de entoação, que possui tanto essa característica de emotividade quanto de “súplica” ou “comando”.

Nesse caso, é importante a relação entre os dois posicionamentos, pois ambos refletem um interlocutor, indivíduo ao qual a emoção ou os níveis de

ordenança são dirigidos. Essa característica nos remete às colocações de Azeredo (2010) sobre a presença do direcionamento ou não a um interlocutor, na discriminação dos tipos de frase.

A visão de Bechara (1977) quanto à entoação exclamativa sobrepõe, portanto, as classes de frase “exclamativa” e “imperativa” num mesmo patamar de emprego linguístico, que será traduzido por sua forma de pronunciamento. Esse fato é interessante, pois, tanto esse autor quanto Cunha (1978) não inserem a oração imperativa como constituindo uma categoria frasal. Entretanto, quando descrevem a entoação exclamativa também agrupam esse tipo de frase.

Para Cunha (1978), a entoação exclamativa estará ligada ao nível de emotividade de quem fala, sendo que, a sílaba mais forte do enunciado irá distinguir três formas de representação gráfica para explicar essa entoação. Nesse caso, Cunha (1978) elabora gráficos que mostram a linha melódica dos enunciados com o intuito de demonstrar esse tipo frasal²⁴.

O que podemos apreender do estudo dos dois autores é que a entoação, no caso do estudo da oração exclamativa, é muito complexa, podendo agrupar diferentes formas sonoras a partir dos tipos de emoção, imprimidos por parte do falante. Também esse tipo de entoação, por fazer menção a atitudes discursivas diversas, a partir do tom emotivo de quem fala, irá oferecer algumas melodias, conforme Cunha (1978) nos expõe.

O componente sonoro explica, portanto, as maneiras diversas de posicionamento discursivo, pela gradação de sentimentos possíveis mediante o uso das frases exclamativas e imperativas. Nesse caso, a marca desse tipo de entoação é representada pelo ponto de exclamação (!), comum às duas classes frasais, conforme os dois autores expõem.

Dadas as principais peculiaridades distintivas do tipo frasal expressivo, podemos apresentar resumidamente a comparação com a categoria de atos expressivos, como mostrado no quadro comparativo exposto em seguida.

²⁴ Assim como no exemplo anterior em que Cunha (1978) indica a “forma” sonora de pronúncia da frase declarativa, esse autor também usa vários gráficos para demonstrar a entoação da frase exclamativa.

Quadro 8- A frase expressiva e a categoria expressiva

Autor	Caracterização da frase expressiva	Categoria expressiva	Princípio norteador do pensamento dos autores pesquisados
Ribeiro (1899)	Responsável por abarcar os desejos e opiniões dos locutores.	O falante age de modo a expressar emotividade derivada de algum fator externo ou interno. De acordo com Searle (2002), a expressividade é assumida pelas palavras, nos enunciados. Isso demonstra a correspondência dos fatores exteriores e interiores, a serem corporificados pela estrutura textual dos enunciados.	Emotivo e argumentativo
Pereira (1907)	Abarca os desejos e admirações do falante.		Emotivo
Said Ali (1964)	Motivada pela aspiração ou desejo do locutor, que precisa ser exteriorizado.		Emotivo
Rocha Lima (1976)	Originada pela necessidade de o locutor exteriorizar certo “estado espiritual”, o que reflete a questão psíquica, na caracterização desse tipo de frase		Emotivo e psíquico
Bechara (1977)	Determinada pela necessidade de exteriorização de diferentes sentimentos, que, ao serem elencados pelo autor, também aborda a questão melódica da emissão de tais emoções. Isso faz com que o autor insira a questão do “pedido” ou “ordem”, como formas de colocação emotivas, o que irá correlacionar, também, a esse tipo de melodia a frase imperativa.		Emotivo e sonoro
Celso Cunha (1978)	Motivada pela emotividade do falante, o que distinguirá, melodicamente, três tipos de entoação. Quanto à melodia, a frase imperativa, também se insere, pois a forma de pronúncia da imperativa está relacionada, intrinsecamente, à emoção do locutor.		Emotivo e sonoro

A partir do que é resumido no quadro 8, a frase expressiva possui como traço distintivo primeiro a emotividade, que pode ser percebida pelo desejo de o locutor exteriorizar seus anseios mediante os enunciados que produz. Esse traço distintivo é o que predomina nas caracterizações dos seis autores, embora eles, também, mostrem outras questões discursivas para o uso desse tipo de enunciado.

As colocações de Cunha (1978) e Bechara (1977), que mostram a forma sonora peculiar à frase expressiva é um elemento fonético que denota, no nível superficial, a intencionalidade psíquica, sendo ela o elemento discursivo mais profundo na caracterização dessas frases.

É válido ressaltar que, para Searle (2002), o uso de ações que podem caracterizar a categoria expressiva se dá pela necessidade de o locutor emitir palavras que possam traduzir o seu estado emocional, o que é mencionado por ele quando afirma a questão da correspondência “palavra” (superfície linguística) e “mundo” (plano mais profundo, de onde se originam as emoções), conforme mostrado no quadro da p. 80.

Rocha Lima (1976), ao mencionar a questão do “estado espiritual”, reflete esse plano psíquico mais profundo, de onde emanam as emoções e sentimentos dos locutores, ao pronunciar enunciados dessa natureza.

Outro fator importante se dá pela questão da ausência/presença do interlocutor para produção desse tipo de frase. Se pensarmos no fator enunciativo mais relevante na categorização desse tipo frasal, que é o desejo e aspiração do locutor ao transmitir as emoções, pode-se evidenciar esse traço discursivo. Sendo assim, não existe necessidade de se ter um destinatário a quem as emoções serão dirigidas, pois, muitas vezes, a emoção sobrepõe até mesmo à condição da existência de um ouvinte, tornando a presença do interlocutor aspecto secundário para produção desses enunciados.

A vontade do locutor do texto por expressar seus sentimentos é, portanto, o fator primeiro para produção de uma frase expressiva. O mesmo não ocorrerá, por exemplo, se pensamos nas condições geradoras para o emprego das interrogativas e imperativas, conforme se expõe a partir de então.

Para finalizar essa seção, abordaremos o terceiro tipo de frase, a interrogativa que traduz como intuito básico, fundamentalmente, a questão da investigação ou da indagação. Esse propósito interlocutivo é, portanto, o que caracteriza os enunciados classificados como interrogativos nas gramáticas estudadas. Destacam-se, a seguir, o que dizem os autores a respeito desse tipo frasal.

De acordo com Ribeiro (1899), a frase interrogativa é aquela usada para fazer perguntas, assim, todo e qualquer tipo de atitude de questionamento, por parte do falante, poderia ser o elemento gerador desse tipo de enunciado. Esse mesmo pensamento é abraçado por Pereira (1907), que tem como fator distintivo da

interrogativa a motivação do desejo do locutor por perguntar algo, citando o exemplo “quem está aí?” (PEREIRA, 1907, p. 190).

Entretanto, como contraponto a essas duas visões iniciais, a vontade do falante por solicitar algo é evidenciada por SAID ALI (1964, p. 125), para quem a frase interrogativa serve para “... pedir uma informação”. O mesmo propósito interlocutivo é mostrado por Rocha Lima (1976), pois, para esse autor, frase interrogativa é “aquela (...) com a qual perguntamos alguma coisa...” (LIMA, 1976, p. 204).

Esses dois últimos autores observam, portanto, no enunciado interrogativo, o propósito interlocutivo de “questionar”, “pedir” ou “convidar” o interlocutor a realizar determinada ação. Dessa forma, a frase interrogativa estaria, assim como a imperativa, relacionada à atitude aos locutores em “requerer” determinado posicionamento do interlocutor.

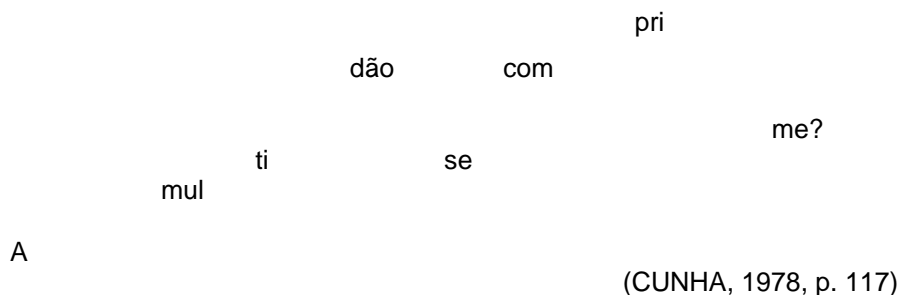
A caracterização da interrogativa, por outro lado, mostra a existência de uma atenuação quanto à exigência da tomada de atitudes do interlocutor. Isso é mostrado na conceituação desse tipo frasal pelos autores pesquisados, ao mostrarem que o questionamento, quando feito por uma frase interrogativa, é mais atenuado do que aquele evidenciado pelo emprego das imperativas. Essa constatação é permitida quando se verifica na interrogativa um propósito convidativo, diferente do que ocorre na imperativa, como veremos mais detalhadamente na seção em seguida.

Outro ponto de vista interessante, com respeito à frase interrogativa dá-se por meio da análise da “entoação”. De acordo com a perspectiva da entoação, existirão tipos diferenciados de frases interrogativas, cujas formas tonais dos elementos linguísticos irão corroborar em melodias frasais diferenciadas.

Nessa linha analítica, vemos em Bechara (1977) um maior aprofundamento desse tipo de frase. O autor distingue a “interrogação geral”, aquela ocorrida quando a resposta dada usa “sim” ou “não”; daquela “interrogação parcial”, que seria feita a partir de um termo da oração. Para ele

Na primeira a resposta se resume ou se pode resumir em sim ou não e a parte ascendente da entoação é mais acentuada; na segunda, a pergunta é feita, em geral, por vocábulos especiais de interrogação e a resposta é dada por vocábulo ou reunião de vocábulo. (BECHARA, 1977, p. 195).

Na mesma perspectiva, observa-se em Cunha (1978) a existência de três tipos de interrogação, a “primeira” e a “segunda”, cujas melodias são iguais à da frase declarativa, apenas distinguindo-se a parte final, e uma terceira, que possui três tipos de entoação. Na declarativa ocorre uma leve descida e nas interrogativas, uma subida no tom de voz. Trazemos o mesmo exemplo, exposto anteriormente, conforme p. 106, agora com a entoação da interrogativa:



Nessa representação gráfica, o autor pretende mostrar a distinção desses tipos de frase, que é feita a partir dos modos de entoação, e também pelo sinal de pontuação. De acordo com ele, a diferença entre a declarativa e a interrogativa decorre do fato da interrogativa possuir como marca gráfica o ponto de interrogação (?) e a declarativa, o ponto final (.).

A maior tonicidade melódica ocorre, nesse exemplo, pelo verbo “comprimir” que é a última palavra da frase e a que revelará, para o interlocutor, tratar-se de um questionamento e não uma declaração, conforme mostrado por Cunha (1978), ao usar o mesmo exemplo, com curvas melódicas diferentes.

Ao mostrar o enunciado “a multidão se comprime” sinalizando a entoação diferenciada das frases declarativa e interrogativa, gostaríamos de frisar que esse componente melódico reflete mais um indício da característica básica da frase interrogativa, que é o questionamento. Desse modo, apesar de o enfoque dado por Cunha (1978) ser o da entoação, o autor alinha-se aos demais gramáticos, ao analisar o emprego da interrogativa, que seria aquele usado para indagar o interlocutor, requerendo uma informação.

O emprego de uma interrogativa demonstra, portanto, que tal categoria frasal pode ser inserida na grande classe de ações que compõem a categoria diretiva. Como mostrado anteriormente, essa categoria se constitui de atos de fala, cujo uso está veiculado à necessidade de determinar certo posicionamento de seu interlocutor, seja “dar uma resposta”, “concordar” ou “agir mediante o que lhe é

imposto”. Em seguida, expomos o quadro comparativo dos autores citados e da categoria diretiva, conforme proposta por Searle (2002).

Quadro 9- A frase interrogativa e a categoria diretiva

Autor	Caracterização da frase interrogativa	Categoria diretiva	Princípio norteador do pensamento dos autores pesquisados
Ribeiro (1899)	Motivada pela necessidade de questionamento de algo.	Composta por uma gama variada de ações, que vai desde tentativas tímidas, como uma “solicitação” ou “aconselhamento” até outras mais veementes, tais como a “ordem”, que refletem o interesse de o locutor tentar fazer com que o interlocutor corresponda às ações decorrentes de tais tentativas.	Questionamento
Pereira (1907)	Usada pelo falante com o intuito de solicitar alguma informação.		Solicitação
Said Ali (1964)	Gerada pela necessidade de o locutor solicitar uma informação ao (s) seu (s) interlocutor (es).		Solicitação
Rocha Lima (1976)	Motivada pelo desejo de o locutor “perguntar algo” a alguém		Interrogativo
Bechara (1977)	Determinada pelo desejo de o locutor interrogar o (s) seu (s) interlocutor (es). O autor ainda subdivide esse tipo em interrogação geral, que requer o posicionamento do interlocutor a responder “sim” ou “não” e a interrogação “parcial”, feita a partir de um termo da oração, sobre o qual incidirá a elaboração da resposta do (s) seu (s) interlocutor (es).		Interrogativo
Celso Cunha (1978)	Discriminada pelas formas de entoação usadas ao fazer os questionamentos.		Interrogativo e sonoro

Os aspectos elencados no quadro indicam que frase interrogativa possui, de acordo com esses autores, como princípio distintivo a necessidade de o locutor do texto “solicitar”, de seu (s) interlocutor (es), determinada informação. Isso demonstra,

portanto, um alinhamento com o fator interlocutivo que define a grande classe de ações de natureza diretiva.

A caracterização de frases interrogativas, por outro lado, também está coadunada com a visão de Azeredo (2010), ao definir como princípio distintivo das frases o fato de elas demonstrarem ou não o direcionamento ao interlocutor. O fator indagativo é, portanto, crucial para a conceituação dessa categoria frasal e, torna-se evidente a necessidade da presença do destinatário nos contextos de uso em que esses enunciados se aplicam.

Os questionamentos, por outro lado, podem ser, conforme propõe Bechara (1976), baseados em respostas como “sim” ou “não” ou girarem em torno de um dos termos da proposição sobre o qual incidirá a resposta.

Já para Cunha (1978), o componente sonoro e a questão da pontuação são elementos que corroboram o elemento intrínseco ao seu uso, que se centra na necessidade indagativa do locutor. Essa necessidade pode também estar relacionada ao emprego de perguntas como forma de impelir o interlocutor a fazer algo.

Quanto a essa peculiaridade de emprego interlocutivo, o uso de assertivas ou perguntas para fazer com que o destinatário tome certa atitude é descrito, conforme Searle (2002), como um dos fatores que discriminam os atos de fala indiretos, conforme mostrado na p. 86. Quanto a isso, perguntas tais como “você pode me passar o sal?” demonstram esse traço de uso interlocutivo, o que fará redimensionar esse traço distintivo de indagação, como intrínseco desse tipo frasal, encontrado nas gramáticas. Dadas tais explicações, apenas mediante a consideração de questões que girem em torno da interlocutividade é que podem ser entendidas as demandas decorrentes do emprego de enunciados interrogativos.

Nesse caso, podemos, portanto, vislumbrar o agrupamento das interrogativas na grande categoria de atos diretivos. Quanto a essa inserção, esse tipo frasal compõe enunciados usados para fazer com que o interlocutor tome certa atitude, que pode ir, desde uma resposta como “sim” ou “não” até a um “pedido” ou uma “imposição”. A respeito disso não existe, a *priori*, diferenças quanto ao emprego de ambos os tipos frasais – interrogativo e imperativo – e, sob esse último tipo nos concentramos, a fim de desfechar o presente capítulo.

2.3.3 A frase imperativa

A frase imperativa, de acordo com as gramáticas pesquisadas, é aquela responsável por enunciar “ordens”, “pedidos” ou “exortações” em determinados contextos de uso. Esse tipo de frase, em primeira instância, está associado ao modo Imperativo do verbo, uma vez que por meio desse modo, o falante irá fazer exortações a seus interlocutores.

Essa associação da frase imperativa com o verbo é uma das primeiras características quando pensamos nesse tipo frasal. Essa peculiaridade de emprego é demonstrada com a caracterização dessa sentença já na gramática de Júlio Ribeiro (1899). Para esse autor

Sentença imperativa é aquela por meio da qual se ordena, se requer ou se pede que se faça alguma cousa. Seu kharacteristico é o uso do verbo no modo imperativo, ex.: “Traze fogo – Despacha-me esta petição – Livrae-me deste susto” (RIBEIRO, 1899, p. 210).

De acordo com o que postula o autor, pode-se entender que o verbo no modo imperativo seria o elemento linguístico indicador do efeito de sentido necessário à elaboração de pedidos ou ordens. Sobre essa característica elementar, esse modo verbal estaria associado intrinsecamente à produção de frases imperativas.

Esse mesmo tipo de abordagem, que relaciona a frase ao modo verbal é também encontrada em Pereira (1907, p. 190), para quem, a frase imperativa é aquela que, por meio de um verbo no modo imperativo ou no subjuntivo, exprime “mando” ou “súplica”.

A caracterização da frase imperativa, relacionada ao modo verbal está, a *priori*, condicionada ao desejo do locutor de realizar ordens ou pedidos. Entretanto, rechaçamos essa distinção do tipo frasal, preconizando que as imperativas são decorrentes da presença do modo imperativo, já que ela não preconiza as noções de contexto, possíveis com o reconhecimento da categoria de gênero, por exemplo.

Essa relação da frase com o modo não é também defendida pelos demais autores pesquisados. De acordo com eles, a frase imperativa está relacionada, apenas, à intencionalidade dos falantes, pois tem como fator distintivo a necessidade de promover pedidos ou ordens a um interlocutor, requerendo dele uma tomada de atitudes.

Dessa forma, para Said Ali (1964), esses enunciados são caracterizados pela questão do ordenamento e, por meio de tal intencionalidade, os falantes se reportam ao interlocutor para “...exortá-lo a praticar ou deixar de praticar um ato” (ALI, 1964, p. 125). O uso desse enunciado se presta ao posicionamento dos interlocutores a praticar uma ação, sem que haja nessa caracterização a menção ao verbo no modo imperativo em si.

Essa mesma característica da frase imperativa, se prestando a persuadir o destinatário a fazer ou deixar de fazer algo, é vista também na conceituação de Rocha Lima (1976). Isso se dá, pois, para o autor, a frase imperativa é aquela “com a qual exortamos alguém a praticar ou deixar de praticar um ato” (LIMA, 1976, p. 204). Seguindo essa mesma linha, Bechara (2005) vê nessa frase a função “apelativa” e “indagativa”. Para ele, esse tipo de enunciado serve para “apelar-lhe, em geral, atuando sobre ele” (BECHARA, 2005, p. 407)²⁵.

O elemento interlocutivo é, portanto, aspecto comum em todos os autores, sendo o elemento determinativo para a caracterização desse tipo frasal. Sendo assim, o fator da intencionalidade, pressuposto pela função “apelativa”, é o indício mais latente em todos os autores, de uma forma em geral.

Por isso, para além da caracterização da frase imperativa como enunciado prioritariamente relacionado ao “modo imperativo”, se contrapõe a visão dos autores pesquisados, à exceção de Ribeiro (1899) e Pereira (1907). O ato de exortar seria, portanto, o principal elemento caracterizador desse tipo de frase. Por outro lado, a intencionalidade, quando revelada de modo a requerer o posicionamento dos interlocutores, estará relacionada tanto a ações tênues como “fazer uma solicitação” até outras mais contundentes como “impor que algo seja feito”.

Cotejando as caracterizações dos autores com a proposta de Searle (2002) sobre a categoria diretiva, teremos as seguintes considerações da frase imperativa, como exposto no quadro 10.

²⁵ Bechara (1976) e Celso Cunha (1978) não incluem a frase imperativa em caracterizações específicas, já que os autores se concentram na “entoação” para distinguir os tipos frasais. Podemos considerar que a caracterização da frase imperativa está inserida na abordagem da linha melódica da exclamação, já que, de acordo com suas colocações, “pedidos” e “ordens” podem ser realizados com formas de entoação cabíveis nos enunciados usados com o propósito exortativo. Já em Bechara (2005), existe uma breve exposição dos tipos de enunciados, que demonstra o caráter apelativo da frase imperativa.

Quadro 10- A frase imperativa e a categoria diretiva

Autor	Caracterização da frase imperativa	Categoria diretiva	Princípio norteador do pensamento dos autores pesquisados
Ribeiro (1899)	Decorrente da necessidade de impelir o ouvinte a tomar certa atitude. Tem como elemento fundamental o verbo no modo imperativo.	Composta por uma gama variada de ações, que vão desde	Morfológico e apelativo
Pereira (1907)	O desejo por suplicar ou pedir algo é o que motiva o uso desse tipo de frase. O uso dos modos imperativo e subjuntivo são preconizados nesse enunciado.	tentativas tímidas, como uma “solicitação” ou “aconselhamento” até outras mais	Apelativo e morfológico
Said Ali (1964)	Motivado pelo desejo de o locutor fazer com que o seu ouvinte se posicione a praticar ou não determinado ato.	veementes, tais como a “ordem”.	Apelativo
Rocha Lima (1976)	Decorrente do desejo de o locutor fazer com que alguém pratique ou não certo ato.	Essas atitudes refletem o interesse de o locutor tentar fazer com que o interlocutor corresponda a tais tentativas.	Apelativo
Bechara (2005)	Reflexo do desejo apelativo do locutor, sobre seu (s) destinatário (s), de modo “a atuar sobre ele”.		Apelativo e interlocutivo

O quadro 10 teve como propósito mostrar que as caracterizações da frase imperativa, pelos autores, estão direcionadas, de um modo geral, para a questão apelativa, pois para eles, o uso de frases dessa natureza se presta a fazer com que o destinatário tome determinada atitude. Por conta dessa constatação, todos estão de acordo de que a frase imperativa tem como traço fundamental essa peculiaridade discursiva.

Júlio Ribeiro (1899) e Eduardo Pereira (1907) são os autores que mencionam a questão da presença do verbo no modo imperativo como prerrogativa para esse tipo frasal. Entretanto, podemos também verificar que tais autores inserem em sua caracterização o desejo do locutor em levar o interlocutor a agir a partir do que é solicitado, sendo esse componente discursivo intrínseco a esse tipo frasal. Em Bechara (2005), vemos, de forma mais latente, a detecção da “atuação” do locutor sobre seu (s) interlocutor (es), como fator determinante no uso das imperativas.

Os traços distintivos desse tipo frasal estão alinhados às características das ações que compõem a categoria diretiva dos atos de fala. Quanto a essa categoria, ela se presta a diversas formas interlocutivas, de modo a incidir o desejo do emissor, ao pronunciar uma ordem ou convite, sobre o desejo do seu ouvinte/destinatário por praticá-la.

Nesse momento, evoca-se o que fora levantado por Searle (1981) sobre a condição interlocutiva necessária para alguém dar uma ordem. O autor, ao estabelecer as questões relativas aos critérios discursivos que pressupõem as ações cabíveis na esfera da “ordem” ou “cobrança”, determina que

As condições preparatórias estabelecem que o falante esteja numa posição de autoridade em relação ao ouvinte, a condição de sinceridade consiste em o falante querer que se realize o acto ordenado, e a condição essencial tem a ver com o facto de o falante pretender que a enunciação seja uma tentativa de conseguir que o ouvinte realize o acto (SEARLE, 1981, p. 86).

Posta essa condição para o emprego de ordens, temos como questão fundamental, no uso de um enunciado com esse traço distintivo, o desejo do falante e o uso linguístico, materializado por frases imperativas, que se prestam a tentar fazer com que o ouvinte pratique o que lhe é impellido. Os atos que compõem a categoria diretiva, por outro lado, traduzem uma grande gama de ações, todas com essa função de uso.

Por conta de tal aspecto distintivo, não há como deixar de considerar certos usos de frases interrogativas, também, na caracterização enunciativa básica da categoria diretiva. O posicionamento do locutor, de acordo com o que é posto por um enunciado que reflita um pedido sob forma de pergunta, tal como os selecionados para exemplificar os atos indiretos, na seção anterior, p. 86 e o exemplo “traze-me fogo” (RIBEIRO, 1899, p. 210) é o mesmo. Essa similaridade se dá porque ambos desejam certo posicionamento por parte do ouvinte e, até no uso de enunciados como, por exemplo, “que horas são?”, o que se tem é um locutor desejoso de que o interlocutor se posicione positivamente e faça o que é solicitado, dizendo as horas.

Quanto aos dois tipos frasais, o que poderá diferir é o maior ou menor rigor discursivo em que os enunciados serão proferidos, de acordo com as forças ilocutórias aplicadas ao seu emprego. Em certos contextos de uso, conforme mostrado também por Searle (2002), enunciados declarativos podem, também,

agregar essa mesma função interlocutiva, o que levanta o conceito dos atos de fala indiretos. Entretanto, os dois tipos frasais por sua natureza comum, que é a manifestação de um interlocutor, a quem se dirige à frase são compatíveis, no que diz respeito ao uso discursivo.

As frases interrogativas possuem, portanto, o mesmo traço interlocutivo das imperativas, o que promove a inserção dos dois tipos frasais na grande categoria diretiva, conforme postulada por Searle (2002). A força ilocutória a ser assumida no uso desses enunciados é o componente mais profundo com respeito a sua categorização.

Por conta dos pressupostos definidores das imperativas e interrogativas, defendemos as seguintes questões, em torno do alinhamento desses dois tipos frasais à categoria dos atos diretivos:

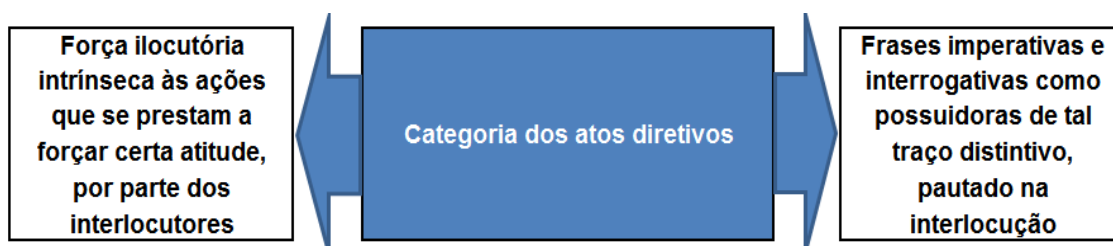


Figura 7- A categoria dos atos diretivos e a força ilocutória das frases imperativas e interrogativas.

De acordo com a figura, demonstra-se que o grande fator distintivo das frases imperativas e interrogativas não estaria, portanto, relacionado ao modo verbal ou ao componente melódico nem mesmo à pontuação. O que distingue esses enunciados é, contudo, o componente interlocutivo. Esse elemento diz respeito ao posicionamento dos locutores, que procurarão fazer com que seus destinatários tomem certa atitude, mediante o que lhes é solicitado. Nesse caso, a força ilocutória intrínseca às ações da categoria diretiva é um fator comum para definição das frases imperativas e interrogativas.

Para finalizar, destacamos que o capítulo procura mostrar as caracterizações dos tipos frasais, relativos ao estudo das frases em autores de gramáticas, procurando incorporar ao conceito um componente discursivo fundamental que é a intencionalidade. Comparamos para isso as definições elencadas pelos autores de

gramáticas sobre os tipos frasais com as categorias interlocutivas, propostas por Searle (2002). Assumimos, para isso, o que os autores citados dizem sobre as frases e o que poderia ser acrescentado aos conceitos intrínsecos a esses tipos.

Passaremos, a partir do presente momento, à análise dos dados, a fim de verificar a produção dos sentidos decorrentes das estruturas instrucionais nos textos selecionados. É importante ressaltar que temos defendido o traço comum com respeito à composição textual dos quatro gêneros escolhidos. Essa característica decorre do acionamento de comandos, representados por ações como “solicitar”, “pedir”, “avisar” ou “ordenar”, requeridas por frases indicativas de procedimentos. Como foi visto nesse capítulo, a consideração do fator interlocutivo, por meio da análise dos atos de fala, representará um elemento fundamental para a nossa proposta de análise dos dados.

3 ANÁLISE DO *CORPUS*

O presente capítulo tem por finalidade elucidar propostas de análise dos textos instrucionais, com base no componente interlocutivo da linguagem. Para tanto, propõe-se a observação dos atos de fala concernentes aos procedimentos realizados na superfície textual, por meio das frases com essa finalidade.

Propomo-nos a salientar, conforme detalhado nas seções relativas aos estudos dos atos de fala e das frases, a correlação dos níveis interlocutivos locucionário, ilocucionário e perlocucionário e da atribuição das ações, pressupostas pela superfície linguística textual. Adotaremos, na análise dos excertos, as designações concernentes a esses planos das ações e demonstraremos como esses níveis estarão coadunados ao dos tipos frasais imperativo, declarativo e interrogativo. Também ressaltaremos como as diferentes forças ilocutórias são manifestadas a partir das características de emprego dos quatro gêneros discursivos. Para essa análise, também adotaremos a terminologia empregada por Searle (2002), ao determinar as categorias de atos assertivo, diretivo, compromissivo e expressivo, mostrando como essas ações são desencadeadas nos gêneros.

Dadas as peculiaridades de emprego frasal, nos gêneros escolhidos, pode-se verificar como ocorre a manifestação das ações interlocutivas, nesses três planos detectados por Austin (1962), possibilitando algumas propostas de leitura, desencadeadas a partir da natureza dos gêneros. Nesse caso, encontramos, nos enunciados, a distinção de algumas ações quando pensamos nesses níveis das ações linguísticas. Com respeito à atribuição dos sentidos, as frases de procedimento, também podem incorporar, quando vistas em sua totalidade, as forças ilocutórias que refletirão macroatos discursivos que atribuirão formas de execução das instruções concernentes às demandas de usos dos gêneros.

Quanto a isso, verifica-se que os enunciados desencadeadores de procedimentos, representados por unidades frasais, possuirão diferentes forças ilocutórias que estarão coadunadas com a natureza de uso dos quatro gêneros. Isso permite, portanto, a distinção dos macroatos requeridos na leitura desses enunciados.

Utilizam-se, para compor o presente capítulo, exemplos de frases, retirados dos textos dos quatro gêneros em tela, a fim de demonstrar a relação dos propósitos interlocutivos existente entre as frases e as categorias de Searle (2002). Essas frases serão, portanto analisadas aliando esse cotejo aos níveis acionistas da linguagem, conforme defendido por Austin (1962).

Para essas finalidades, o capítulo será dividido em quatro seções, tematizando os quatro gêneros. No início de cada seção, fazemos uma descrição dos textos a serem utilizados, a fim de mostrar a composição discursiva dos exemplares escolhidos. Nessa parte inicial se destacarão, primeiramente, as categorias mais relevantes da observação dos exemplos, a fim de situar o que será observado, subsequentemente.

3.1 O gênero receita

A presente seção concentrar-se-á na análise de excertos retirados dos textos de receita culinária. A análise procurará ressaltar como as frases de procedimentos são incorporadas no gênero, de modo a levar os interlocutores a atingir os objetivos de preparação dos pratos.

Nossa análise será feita após a descrição dos elementos textuais no gênero, que possui uma estrutura textual peculiar, como demonstraremos em seguida.

Sobre sua organização textual, as receitas possuem uma primeira parte, de caráter descritivo, quando os ingredientes são predispostos, no início dos textos e o locutor mostra quais produtos e quantitativos serão usados. O modo como essa parte inicial expõe sobre a quantidade e os tipos de produto refletirá no desejo do interlocutor por fazer o que é estipulado. Ressaltamos que a escolha por usar esses ingredientes demonstra a possibilidade de interferência do gosto pessoal dos interlocutores no acatamento ou não das informações, já que eles podem não ser aproveitados totalmente na elaboração da receita ou mesmo, serem usados em maiores ou menores quantidades. Com respeito ao papel do interlocutor, evidenciamos que a influência do seu gosto pessoal pode constituir característica indicativa do macroato de “sugestão”, quanto à observação do modo como os procedimentos serão acatados.

Com respeito às categorias a serem analisadas, nesse gênero, verificamos as forças ilocutórias desencadeadas na parte inicial e na segunda parte das receitas

escolhidas. Quanto ao segundo momento do texto, em que ocorrem as instruções, as frases imperativas são predispostas de modo a refletir formas mais ou menos impositivas quanto ao acatamento dos procedimentos, pelos interlocutores. A habilidade e a preferência dos interlocutores serão de fundamental importância no acatamento das instruções, e isso é percebido no âmbito da esfera perlocucionária.

A fim de começar a predispor a análise dos exemplos, situamos a natureza dos *corpora*, mostrando inicialmente as receitas escolhidas e delineamos a macroestrutura discursiva concernente ao gênero, que será feita em tabelas explicativas nessa primeira parte da seção. Para mostrar as escolhas, ressaltamos que os pratos aos quais se optou tratam de comidas típicas da culinária nacional. Nesse caso, as receitas referem-se aos seguintes tipos: prato principal, aperitivo, sobremesa e guarnição. Os exemplares foram retirados de livros ou *sites* acessíveis sendo, portanto, receitas bastante divulgadas ao público leitor que procura instrução para preparar as iguarias.

Quanto à forma de escolha dos exemplares, estes foram obtidos em comércios de fácil acesso, como em bancas de jornal, livrarias, encartes de supermercados ou baixados de *sites* de domínio público. Sobre os tipos de receitas selecionados, pode-se dizer que qualquer indivíduo pode ter acesso aos textos, o que torna os pratos passíveis de consumo em todo o território nacional.

A fim de demonstrar essas peculiaridades das receitas relacionadas, expomos o quadro a seguir, em que foram detalhadas as características das iguarias escolhidas.

Quadro 11- A escolha dos *corpora*: gênero receita

Receita	Característica	Tempo, rendimento e nível de dificuldade	Livro/site
Torta salgada	Aperitivo Receita típica de festas e eventos.	8 porções 1 hora Nível de dificuldade: fácil	Site de culinária “Eduguedes” Meio digital
Maionese de requeijão	Acompanhamento Típico da culinária nacional, consumido em diversas regiões.	8 porções 1 hora Nível de dificuldade: fácil	Malu receitas Almoço de domingo Meio impresso
Arroz de sobra	Acompanhamento	8 porções, 1 hora Nível de dificuldade: médio	Site do programa “Mais Você” Meio digital
Feijoada	Prato principal	12 porções 36 horas Nível de dificuldade: médio	Site de culinária “Tudogostoso” Meio digital
Bolinho de mandioca com carne seca	Aperitivo Receita típica da culinária nacional, principalmente da região nordeste.	20 unidades 50 minutos Nível de dificuldade: médio	Receituário Dona Benta Junino Meio impresso
Frango com quiabo	Prato principal; receita típica da cozinha “caipira”.	6 porções 1 hora Nível de dificuldade: médio	Malu receitas Comida caipira Meio impresso
Escalope com queijo	Prato principal	8 porções 1 hora e meia Nível de dificuldade: médio	Cozinha de ouro Carnes: 30 receitas práticas por Ana Maria Braga Meio impresso
Bolo de laranja	Sobremesa	8 porções 1 hora Nível de dificuldade: médio	Site de culinária “Tudogostoso” Meio digital
Bacalhau à Gomes de Sá	Prato principal; receita típica da culinária portuguesa.	4 pessoas Aproximadamente 4 horas Nível de dificuldade: médio	Receitas Dona Benta (letra B) meio digital e impresso

No caso do quadro 11, especificaram-se os tipos de receitas, que possuem como fator comum a peculiaridade de poderem ser encontradas facilmente em restaurantes, eventos ou festas típicas sendo, portanto, tipos de iguarias comuns para o consumo em diferentes ocasiões. Os ingredientes também são elementos bastante consumidos, dentro dos diferentes grupos de alimentos como: carne seca, bacalhau, frango, carnes salgadas, mandioca, batata, quiabo, cenoura, etc., que são comuns nos cardápios usados em diferentes ocasiões de consumo.

Os elementos usados nas receitas podem ser obtidos com facilidade no comércio popular, feiras livres e supermercados e, os níveis de dificuldade de preparação dos pratos escolhidos variam entre médio e fácil. Essa ausência de complexidade foi proposital, pois nos permite verificar que essas receitas podem ser preparadas por qualquer pessoa.

A escolha das receitas decorreu do critério da popularidade dos pratos, ingredientes e acessibilidade aos veículos que as transmitiram. Elegemos, para tal demonstração, livros mais tradicionais como: Dona Benta, Dona Benta Junino; revistas populares como: Malu, Maggi e Comida caipira; e *sites* de culinária de domínio público como: programa “Mais Você”, Edu Guedes, e Tudo gostoso.

As receitas, que são exemplares comuns do cotidiano, podem ser enquadradas dentro da macroestrutura dos textos de natureza instrucional, por possuírem as características discursivas peculiares ao gênero. Essas propriedades permitem enquadrá-los como contendo características discursivas do que está afeito ao tipo injuntivo de estruturação textual. O que se constata é uma delimitação, nos textos pesquisados, dos seguintes traços discursivos:

- ✓ existe uma primeira parte, cujos elementos são predispostos para demonstrar o que será utilizado para elaborar o prato e,
- ✓ uma segunda parte, cujos procedimentos para elaboração são enumerados.

No caso da primeira parte, ocorre a predisposição dos ingredientes necessários, ainda que possa incidir uma subdivisão de etapas que compreendam os diferentes estágios de preparação. Muitas vezes, os pratos mais complexos possuem ingredientes também subdivididos em partes textuais para demonstrar os

processos envolvidos na preparação da receita. Por exemplo, um “bolo com cobertura” possui três estágios de preparação, por demonstrar a elaboração da massa, do recheio e da cobertura.

As iguarias serão preparadas, pelos leitores, a partir de suas características de elaboração, cujas etapas de preparação serão subdivididas, quando necessário. A fim de demonstrar como ocorre a diagramação textual das partes estruturais do gênero, apresentamos a figura a seguir:

The image shows a screenshot of a recipe page for "Arroz de Sobra". The page is divided into several sections, with three callout boxes pointing to specific parts:

- Nome da receita, informações sobre o tempo e o rendimento.** This box points to the title "Arroz de Sobra" and the introductory text below it, which includes a short description and a list of social media sharing options (Facebook, Twitter, Email).
- Primeira parte da receita, com caráter descritivo: predisposição dos ingredientes.** This box points to the "ingredientes" section, which lists the ingredients for the recipe: 4 xícaras (chá) de arroz cozido, 100 g de mussarela ralada, 100 g de presunto cortado em cubos pequenos, 1 cenoura ralada, 2 colheres (sopa) de salsa picada, 2 ovos, 1 xícara (chá) de leite, 1/2 pote de requeijão, 3 colheres (sopa) de queijo parmesão ralado, and sal e pimenta a gosto.
- Segunda parte da receita, com caráter instrucional: etapas de procedimentos.** This box points to the "modo de preparo" section, which describes the steps: mixing the rice, cheese, and meat in a bowl, spreading it in a greased baking dish with margarine, blending the eggs, milk, ricotta, and parmesan, pouring it over the rice, and baking at 200°C for 30 minutes or until golden.

Figura 8- Exibição da diagramação textual do gênero receita

As receitas possuem, portanto, essa estrutura textual com duas partes maiores – os ingredientes usados para preparo do prato – e – as etapas necessárias para sua elaboração. Para demonstrar a parte da estrutura macrodiscursiva do gênero, segue a descrição no quadro 12.

Quadro 12- A estrutura macrodiscursiva do gênero receita

Ingredientes	Modo de preparo
Ocorre a predisposição de todos os ingredientes que serão usados na receita, bem como de suas quantidades. Esses ingredientes também podem vir separados em grupos relativos aos componentes da receita, quando houver necessidade.	Há uma enumeração de todas as etapas de preparação da receita, nas quais o locutor do texto estipulará os comandos relativos ao cumprimento de cada uma delas.
Exposição dos tipos de ingredientes, subdivididos, quando a receita possui mais de um estágio de preparação.	Enumeração de etapas diferenciadas, dentro dos estágios de preparação, quando há uma exigência por parte das formas de preparação da receita.

O quadro 12 resume a estrutura macrodiscursiva do gênero que é, portanto, simples se a compararmos com o que se encontra predisposto textualmente nos outros três gêneros. Isso porque, os textos compreendem, basicamente, a exposição de duas etapas discursivas, que são: a) a especificação dos ingredientes e suas quantidades; e b) a indicação das etapas de preparação. Contudo, alguns exemplos podem apresentar pequenas variações. Nesse caso, pode ocorrer como uma pequena introdução, contando a história do prato, uma parte em que o autor valora a receita ou faz um agradecimento ao leitor, pela opção de preparo do prato.

No livro de receita “Dona Benta”, por exemplo, antes de mostrar as receitas de bacalhau, expõem-se algumas curiosidades sobre a origem dos autores dos pratos. Nesse livro, cita-se, por exemplo, que

Alguns pratos de bacalhau levam os nomes de seus criadores, como o Bacalhau à Gomes de Sá, o Bacalhau à Zé do Pipo e o Bacalhau à João do Buraco.

Vamos agora saber quem foram esses ilustres cozinheiros que se perpetuaram na arte do preparo do bacalhau:

Gomes de Sá – José Luiz Gomes de Sá Júnior foi cozinheiro no Restaurante Lisbonense, onde criou a receita do bacalhau em pequenas lascas deixadas no leite quente por mais de uma hora, levadas ao forno em azeite finíssimo, acompanhadas de alho, cebola e, na hora de servir, azeitonas pretas, salsa e ovos cozidos. Faleceu em 1926.

Zé do Pipo – Foi um dos proprietários de um famoso restaurante do Porto, onde criou essa receita diferente de bacalhau: postas do peixe que, depois de cobertas com maionese, são levadas ao forno para gratinar.

(Livro de receitas Dona Benta digital, letra B. Disponível em <<http://www.slideshare.net/nastaciadositio/receitas-dona-benta-letra-b>>. Acesso em: 01/10/2013).

Essas curiosidades são introdutórias às receitas e se prestam a chamar a atenção dos interlocutores sobre as iguarias. Outras diferenças de uso são decorrentes, também, da preparação de um prato que, quando é mais elaborado, há um detalhamento das etapas de preparação, de acordo com seus diferentes estágios. Por outro lado, todas essas diferenças estruturais não influenciam no que se pode entender como sendo o arquétipo discursivo mais comum e primário de configuração do gênero.

Outro fator menos importante para a delimitação macrodiscursiva do gênero é a valorização da opção pelo reparo da receita, o que mostra uma preocupação do locutor em atrair os interlocutores em potencial para a preparação do prato. Quanto a isso, essa parte textual, quando predispõe essa forma enunciativa, preconiza, apenas, um caráter convidativo ao interlocutor.

O que se quer ressaltar sobre essa estrutura textual do gênero é que há a predisposição de uma parte inicial, com a estipulação dos ingredientes e quantidades necessárias à elaboração da receita e, após essa parte, segue-se a parte instrucional, com a enumeração dos procedimentos.

Essa estrutura é, também, encontrada em outros gêneros de caráter instrucional semelhante, como textos de produções de artesanatos, preparação de cosméticos, sobre como fazer um exercício físico, etc. Tal evidência pode propor a estrutura macrodiscursiva do gênero receita mais simplificada, quanto à predisposição das ações demandadas nos contextos de uso dos enunciados com a finalidade instrucional.

Nesse caso, postula-se que essa pode ser a estrutura básica dos textos de caráter instrucional, permitindo admitir a repercussão desse arquétipo estrutural na elaboração de muitos textos com essa finalidade. Essa composição simplificada pode também aferir se a estrutura textual dos outros gêneros pressupõe diferenças advindas dos atos de fala diretivos e sua aplicação nos demais gêneros propostos nessa pesquisa.

Por outro lado, os aspectos interlocutivos, abarcados na análise desse gênero, podem revelar os processos envolvidos na execução dos procedimentos por ele abarcados, que poderão também mostrar os riscos envolvidos na estipulação e prática das tarefas pelo seu público consumidor.

A elaboração de uma receita, pelos interlocutores, pode acarretar como dano, quanto ao não seguimento/acatamento das regras de preparo, uma falha no

resultado final, podendo haver, ainda, a perda total ou parcial dos ingredientes utilizados. Os outros três gêneros por outro lado, pressupõem características e riscos mais complexos em seu uso. Isso irá requerer, em contrapartida, uma estrutura discursiva igualmente mais complexa, tendo os atos de fala presentes nesses enunciados níveis impositivos mais elevados.

Tendo mostrado o tipo de estruturação do gênero, passamos à análise dos exemplos, que tem por finalidade demonstrar a presença ilocutória da instrução nos textos de receita. Predispomos os exemplos de 18 a 27, que se prestam a evidenciar alguns fatores oriundos dos atos interlocutivos, no gênero.

Exemplo 18:

Torta salgada

(...) Modo de preparo

1. **Massa:** Bata no liquidificador os ovos, o leite e o óleo. Despeje em uma tigela, acrescente a farinha de trigo, o queijo tipo parmesão e misture bem até que fique homogêneo. Por último, coloque o fermento, o sal, misture delicadamente e reserve.
2. **Recheio 1:** Aqueça o azeite e doure a cebola. Reserve.
3. **Recheio 2:** Aqueça o azeite e frite a linguiça. Reserve.
4. **Montagem:** Despeje metade da massa em uma assadeira untada e enfarinhada. Distribua o recheio da sua preferência e cubra com o restante da massa. Leve para assar no forno médio (180 °C) preaquecido por aproximadamente 40 minutos ou até que fique dourada.

O exemplo 18 foi retirado de um *site* de culinária, que se torna interessante ao informar várias receitas avaliadas pelo público, após sua elaboração. No caso, trata-se de um acompanhamento que pode ser servido em diferentes tipos de refeição. Essa receita demanda explicações sobre os procedimentos das partes referentes ao preparo da massa, do primeiro recheio, do segundo e da montagem do prato em si.

A fim de atingir o objetivo da preparação adequada desse prato, o interlocutor precisa acatar os procedimentos que são informados, de acordo com essas três partes do texto. Para expor as instruções, usam-se frases imperativas como nas instruções: “*Bata no liquidificador os ovos, o leite e o óleo*”; “*coloque o fermento, o sal, misture delicadamente*”, “*Despeje metade da massa em uma assadeira untada e*

enfarinhada” e “Leve para assar no forno médio (180 °C) preaquecido por aproximadamente 40 minutos ou até que fique dourada”.

Os procedimentos que devem ser realizados por meio das imperativas prestam-se às tarefas “bater”, “despejar”, “assar”, etc., que conferem tarefas comuns a esse gênero. Essas tarefas são requeridas na esfera ilocucionária, quando os locutores incidem sua intencionalidade de levar os interlocutores a agirem, por meio dos enunciados.

Quanto ao perlocucionário, o sucesso no cumprimento dos objetivos do gênero se dá por meio do acatamento dos procedimentos, de modo a manusear os ingredientes, a saber: “batê-los”, “despejá-los”, “assá-los”, etc., sendo todas essas as atitudes pretendidas pelo locutor, ao instruir. Desse modo, o acatamento desses procedimentos é feito por meio das imperativas e é o que será necessário ao atingimento dos objetivos pressupostos por esse gênero.

Essa seria a consideração básica e inicial corroborando a análise das imperativas nas receitas. Contudo, outras relações dos níveis ilocutórios no gênero, também, podem ser observadas, de acordo com as partes textuais analisadas.

Isso porque, muitas vezes, os resultados podem ser alterados, quando não existe uma “equiparação” de todos os processos envolvidos na manipulação dos ingredientes e do uso dos mesmos. Esse aspecto pode ser visto quanto à interferência do interlocutor, ao acatar os procedimentos, o que constitui outro aspecto na análise das três esferas ilocutórias a partir do gênero. Mostramos o exemplo em seguida, que se presta a explorar esse fator interlocutivo.

Exemplo 19:

Maionese de requeijão

INGREDIENTES

- **4 batatas em cubos**
- **2 cenouras em rodela**
- **1 xícara (chá) de vagem picada**
- **1 lata de milho verde escorrido**
- **1/2 pimentão verde picado**
- 2 xícaras (chá) de frango cozido e desfiado
- 2 copos de requeijão cremoso (400g)
- 1 envelope de tempero em pó para legumes (60g)
- Sal a gosto

Cozinhe as batatas, as cenouras e a vagem em uma panela com água ou no vapor até amaciarem. Deixe esfriar e coloque em uma tigela. **Adicione o milho, o pimentão,** o frango, o requeijão, tempere com o tempero para legumes, sal a gosto e misture. Arrume em uma travessa e leve à geladeira por 30 minutos para esfriar, antes de servir.

O exemplo 19 trata-se de uma receita para preparação de um acompanhamento e, nessa parte, pode-se verificar o papel do interlocutor, que pode escolher em acatar ou não o que é exposto, tanto na parte do texto em que se faz a descrição dos ingredientes quanto na da preparação dos mesmos. Com respeito à macroestrutura textual do gênero sempre ocorre, no início, a predisposição dos ingredientes e suas quantidades.

Nesse caso, sequências descritivas como: “*4 batatas em cubos, 2 cenouras em rodela, 1 xícara (chá) de vagem picada, 1 lata de milho verde escorrido, 1/2 pimentão verde picado, etc.*” servem para indicar os quantitativos e tipos de elementos a serem usados na preparação da receita. Essa indicação textual reflete o desejo do locutor por mostrar, no ilocucionário, o devido acatamento das informações, pelos interlocutores, ao poder aferir como “bons” todos esses indicativos.

Dessa forma, as estruturas linguísticas superficiais, usadas para descrever os ingredientes e quantitativos podem especificar a seguinte colocação: “A receita

usará em sua preparação os seguintes ingredientes: 4 batatas em cubos, 2 cenouras em rodelas, 1 xícara (chá) de vagem picada, 1 lata de milho verde escorrido, 1/2 pimentão verde picado, etc.” e, o interlocutor possivelmente irá acatar tais instruções, validando a informação como “boa”, “adequada”. Então, pode-se concluir que essa parte usada, inicialmente, pelo locutor do texto pode ser entendida como se prestando ao ato de descrever.

Por outro lado, os comandos necessários à efetuação dos procedimentos manuais se darão, por consequência disso, de acordo com a aceitação do que é sugestionado nessa parte descritiva, dependendo dela para que haja um bom resultado. Logo, a efetuação dos procedimentos, manualmente, está condicionada à aceitação do conteúdo exposto pela ação de “descrever”, tendo o interlocutor aceitado o que é informado como verídico e plausível.

A partir dessas decorrências, pode-se apreender que essas ações, no perlocucionário, serão desencadeadas em ações importantes, no desenvolvimento das tarefas no gênero. Aceitar o que foi descrito na parte inicial do texto, a partir da predisposição dos ingredientes e seus quantitativos é um fator fundamental.

Quanto a isso, as imperativas “*Cozinhe as batatas, as cenouras e a vagem em uma panela com água ou no vapor até amaciarem.*” e “*Adicione o milho, o pimentão*” demandam procedimentos manuais como “cozinhar” e “adicionar”, cujos conteúdos e produtos já foram aceitos e usados como proposto na parte descritiva inicial.

Desse modo, além da aceitação quanto aos procedimentos em si, o gênero também requer um acatamento quanto aos elementos descritos para manuseio, o que corroborará o resultado desejado. Então, a concordância em aceitar como plausíveis as duas partes textuais, compostas por atos de fala assertivos e diretivos podem dimensionar duas “categorias ilocutórias” importantes do gênero – a descritiva e a instrucional. Existirá, a partir do acatamento do que é exposto nessas duas partes, no perlocucionário, a realização das etapas de procedimento como idealizado pela superfície textual.

A leitura de uma receita pode ser vista, do ponto de vista interlocutivo, agregando-se às duas partes desses textos, tidas como plausíveis, pelos interlocutores. Por outro lado, destacam-se nessas partes forças ilocutórias diferentes, relativas às instruções a serem acatadas, a fim da obtenção dos resultados desejados.

Além do emprego das declarativas e imperativas, muitas vezes podem ser usadas outras frases nesses textos. Entretanto, tendo em vista a proposta de uso final do gênero, que se presta a instruir os indivíduos, ao elaborar uma receita, essas frases, também, podem ser usadas para tal finalidade interlocutiva.

Nesse caso, essa outra peculiaridade do emprego frasal, pode ser vista de acordo com a análise dos níveis ilocutórios como no exemplo em seguida.

Exemplo 20:

Arroz de Sobra

Sabe quando está sobrando tudo na geladeira e o prazo de validade está chegando... ou sobrinhas de legumes como 1 batata, 1 cenoura...

(...)

Modo de preparo

Em uma tigela, **misture o arroz, a muçarela, o presunto, a cenoura e a salsa. Coloque em um refratário untado com margarina.** No liquidificador, **bata os ovos, o leite, o requeijão, o queijo ralado, o sal e a pimenta. Despeje sobre o arroz e asse no forno pré-aquecido a 200°C durante 30 minutos ou até dourar.**

Dica: **Use sobras de arroz e de legumes e hummmm fica uma delícia! Bom Apetite!**

O exemplo 20 trata-se de um prato principal, que pode ser elaborado a partir de alguns ingredientes, diferindo-se dos usados em receitas convencionais por não precisarem ser comprados ou adquiridos. Nesse caso, a escolha por elaborar o prato se dá justamente para que esses elementos sejam reutilizados, de modo a elaborar a partir dele uma refeição.

Para isso, predispõe-se, no início do texto a interrogativa “*Sabe quando está sobrando tudo na geladeira e o prazo de validade está chegando... ou sobrinhas de legumes como 1 batata, 1 cenoura...*”, que demonstra, no ilocucionário, o desejo por despertar o interesse dos interlocutores para elaborar a receita.

A interrogativa possui, nesse contexto, a função básica dos atos comportados pela categoria diretiva que é fazer com que os indivíduos tomem certa atitude de acordo com o que é solicitado. O uso dessa frase pode expressar o ato de fala representado por verbos como realizadores de comandos, tais quais “atente”, “veja”, que se apresenta, materialmente, sob a forma de interrogativa.

Nesse exemplo fica salientado que a presença do interlocutor, conforme mostrado em Azeredo (2010), é fator distintivo das interrogativas e imperativas. Esse elemento também é condicional aos atos de fala comportados pela categoria diretiva, como mostrado no capítulo de fundamentação teórica. Essa parte inicial reflete, portanto, no ilocucionário o desejo por “provocar” os interlocutores para que eles estejam atentos para preparar o prato, a partir dos ingredientes citados.

Após esse primeiro ato, de natureza diretiva, segue-se a parte descritiva, em que ocorre a predisposição dos ingredientes e seus quantitativos. Só então, vem o item em que é feita a predisposição dos procedimentos, realizados por meio das imperativas.

Nessa parte predis põem-se procedimentos como *“misture o arroz, a muçarela, o presunto, a cenoura e a salsa. Coloque em um refratário untado com margarina”, “bata os ovos, o leite, o requeijão, o queijo ralado, o sal e a pimenta”, “Despeje sobre o arroz e asse no forno pré-aquecido a 200°C durante 30 minutos ou até dourar” e “Use sobras de arroz e de legumes”*. Esses procedimentos preconizam atos de fala decorrentes das imperativas e prestam-se a estipular comandos que refletem as ações de natureza diretiva, tais quais “colocar”, “despejar”, “assar” e “usar”. As marcas linguísticas usadas pelo locutor para o acatamento desses procedimentos são expressas, portanto, por meio das imperativas, propriamente.

O que se pretende ressaltar, quanto à análise dos aspectos semânticos decorrentes da leitura, é que, no ilocucionário, a categoria diretiva de ações muitas vezes é expressa, linguisticamente, por frases indicativas do desejo de provocar a atitude do interlocutor. Esse desejo pode ser expresso tanto por imperativas, quanto por interrogativas, sendo ambas equivalentes.

Entretanto, essa natureza instrucional também pode ser atingida por frases exclamativas como no final do exemplo, como: *“hummmm fica uma delícia!” e “Bom Apetite!”* que também se prestam a refletir, no ilocucionário, essa mesma função interlocutiva, chamando a atenção do interlocutor com vistas de instruí-lo. Nesse caso, as exclamativas podem ser interpretadas como atos de fala realizadores de ações tais quais “aproveite”, “experimente” esse prato.

Assim, em alguns textos, frases interrogativas ou exclamativas também podem evidenciar o caráter instrucional no gênero, não apenas alcançado por meio das frases imperativas. Para finalizar, é válido mencionar que o conjunto dessas frases presta-se a promover, no perlocucionário, a tomada de atitudes dos

interlocutores, de modo a tornar os procedimentos levados a cabo, realizando o preparo da receita satisfatoriamente.

O que se pretende ressaltar é a natureza instrucional do gênero e das decorrências do emprego frasal. Desse modo, nesses enunciados, as frases podem ser analisadas de modo a tornar os procedimentos relativos a ações como “colocar”, “bater”, “despejar”, “cozinhar”, “fritar”, etc. que serão levadas a cabo pelos interlocutores, de acordo com a elaboração dos procedimentos, manualmente.

Por outro lado, a análise do aspecto interlocutivo pode demonstrar a necessidade de realização de procedimentos que indicam outras possibilidades de leituras, de acordo com a natureza ilocutória dos comandos nos demais gêneros, como em seguida.

Exemplo 21:

Feijoada

Ingredientes

1 Kg de feijão preto

100 g de carne seca

70 g de orelha de porco

70 g de rabo de porco

70 g de pé de porco

100 g de costelinha de porco

50 g de lombo de porco

100 g de paio

150 g de linguiça portuguesa (...)

✓ **Coloque as carnes de molho por 36 horas ou mais, vá trocando a água várias vezes, se for ambiente quente ou verão, coloque gelo por cima ou em camadas frias**

✓ **Coloque para cozinhar passo a passo: as carnes duras, em seguida as carnes moles**

✓ Quando estiver mole coloque o feijão, e retire as carnes

✓ Finalmente tempere o feijão

Acompanhamentos: Couve, arroz branco, laranja, bistecas, farofa, quibebe de abóbora, baião de dois, bacon, torresmo, linguiçinha e caldinho temperado – copinhos.

O exemplo 21 refere-se a uma receita de feijoada, prato típico da culinária nacional, que possui inúmeras formas de preparo. A força ilocutória predominante para estipulação dos procedimentos no gênero é percebida, principalmente, a partir das imperativas, na parte em que se expõe o “modo de preparo”.

Como tem sido mostrado, a parte inicial predispõe a descrição dos quantitativos e os tipos de ingredientes a serem usados, fator necessário para a preparação de uma receita. O que se pretende ressaltar na análise das duas partes textuais, compostas por estruturas que representam dois grandes eixos ilocutórios – o descritivo, que caracteriza atos assertivos e o instrucional, os atos diretivos –, é que a interferência da pessoa que irá preparar a receita, quanto à aceitação ou à opção pelo acatamento das informações, é permitida e presumível. Isso porque,

dadas as características do gênero, ocorre menor rigidez na estipulação do que é proposto, textualmente, em comparação com os demais enunciados pesquisados.

Quanto à parte descritiva inicial, feita por meio do elencamento dos ingredientes, como no excerto: “1 Kg de feijão preto, 100 g de carne seca, 70 g de orelha de porco, 70 g de rabo de porco, 70 g de pé de porco, 100 g de costelinha de porco, 50 g de lombo de porco, 100 g de paio, 150 g de lingüiça portuguesa”, abre-se a possibilidade de algumas opções a serem tomadas pelos interlocutores, que podem, por exemplo, usar ou não esse quantitativo ou deixar de usar ou acrescentar um ingrediente. No caso, esse aspecto torna-se importante para a delineação do macroato desencadeado pelo gênero, pois existe certa flexibilidade quanto à escolha por acatar ou não ao que é instruído.

Já com respeito à elaboração dos procedimentos alguns comandos podem ser mais passíveis de acatamento, no perlocucionário, do que outros. É o caso da instrução “colocar para cozinhar”, que é estipulada pela imperativa “*Coloque para cozinhar passo a passo: as carnes duras, em seguida as carnes moles*” indicativa de um procedimento comum na elaboração de um prato culinário.

Entretanto, o procedimento de “colocar as carnes de molho”, representado pela imperativa “*Coloque as carnes de molho por 36 horas ou mais, vá trocando a água várias vezes, se for ambiente quente ou verão, coloque gelo por cima ou em camadas frias*” pode não ser seguido, literalmente, pois a pessoa pode optar, por exemplo, por usar menos tempo para atingir o objetivo desse procedimento.

O acatamento, no perlocucionário, quanto ao uso de todos os ingredientes, por existir a opção de aumentar ou de diminuir algum deles; ou pela efetuação dos procedimentos, exatamente como é informado na parte instrucional, pode levar a identificar o macroato de “sugestão” do que é instruído, dadas as finalidades do gênero.

Nesse caso, pode-se relacionar que as instruções expostas, textualmente, refletem, no nível de ações ilocucionárias, forças ilocutórias de menores impactos quanto ao acatamento, pelos interlocutores, se as compararmos com as forças ilocutórias pressupostas pelo acatamento dos procedimentos nos demais gêneros. Assim, a correspondência entre o que é instruído no texto e o que será de fato executado dependerá muito da experiência e do gosto pessoal do indivíduo que vai preparar a receita, evidenciando o macroato de “sugestão”.

O que se pretende ressaltar é que, tanto a escolha por acatar ao que é instruído na parte descritiva, quanto ao que é indicado na parte do modo de preparo, são passíveis da influência do gosto pessoal dos interlocutores.

Alguns artifícios podem ser usados, textualmente, para convencer os interlocutores em acatar o que é instruído. Nesse caso, impor certa marca de produto, além de tipos específicos de ingredientes que podem ser dispensados no preparo da receita. Se o uso por um ou outro produto ou marca pode ser passível da escolha do interlocutor, essa peculiaridade também evidencia o macroato de sugestão.

Exemplo 22:

Bolinho de Mandioca com Carne Seca - Ingredientes Massa

• 150g de mandioca cozida • **1 tablete de caldo de legumes • 1 xícara (chá) de água quente • 1 xícara (chá) de leite • 2 colheres (sopa) de margarina • 2 xícaras (chá) de FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL DONA BENTATIPO 1** • Sal a gosto

Recheio • 1 cebola media cortada em meias-luas • 2 colheres (sopa) de óleo • **200g de carne seca dessalgada e desfiada • 1 e 1/2 colher (sopa) de salsinha picada • Sal a gosto Para fritar • 2 claras ligeiramente batidas • 1/2 xícara (chá) de farinha de rosca • óleo para fritar**

Tempo de Preparo: 50 minutos **Rendimento: cerca de 20 unidades**

O exemplo 22 trata-se de um excerto, retirado do livro de receitas “receituário Dona Benta junino”, que se presta a instruir o modo de preparo de receitas próprias para festas juninas. No caso, as duas partes selecionadas no excerto mostram os ingredientes necessários para preparação da massa e do recheio do “bolinho de aipim com carne seca”.

Pretende-se ressaltar os dois tipos de força ilocutórias que podem ser detectadas na predisposição textual dos dois grupos de ingredientes usados no preparo da massa e do recheio do petisco. O uso de ingredientes, tais quais os estipulados na sequência: “1 tablete de caldo de legumes • 1 xícara (chá) de água quente, 2 xícaras (chá) de FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL DONA BENTATIPO 1”, mostram ingredientes que podem ser descartados, já que seu uso pode ser dispensado ou trocado. Quanto a isso, o interlocutor pode não optar pelo uso da marca de farinha de trigo como estipulado pelo locutor, embora haja uma

preocupação por registrar o tipo do produto, usando, inclusive, letras em caixa alta, para enfatizar a marca escolhida, nessa parte do texto.

A opção do interlocutor por não realizar o que é estipulado também pode ser vista nas instruções feitas na segunda parte da receita, em que se indicam os ingredientes para preparo do recheio. O elemento principal, que é a carne seca, supõe-se que não será modificado, a não ser que o interlocutor queira obter outro resultado. Por outro lado, ingredientes, tais quais os estipulados pelas frases “1 cebola media cortada em meias-luas • 2 colheres (sopa) de óleo 1 e 1/2 colher (sopa) de salsinha picada”, indicam elementos que podem não fazer parte da receita, se os componentes sugeridos não forem do agrado de quem vai comer o petisco, por exemplo.

Desse modo, também a parte em que o locutor expõe sobre o que será usado é passível da escolha dos interlocutores e, para que a receita mantenha sua característica básica, a única coisa que não deve faltar são os elementos principais. Ingredientes como a “carne seca” e a “mandioca” não podem ser substituídos ou a receita será descaracterizada, gerando outro tipo de iguaria. Contudo, os outros ingredientes, menos importantes, são substituíveis ou podem até ser dispensados.

O macroato de sugestão torna-se evidente, então, pela opção por descartar certos ingredientes. Por outro lado, essa força ilocutória intrínseca ao gênero também pode ser identificada, de acordo com a escolha por preparar mais ou menos quantidade da receita. O quantitativo relativo ao rendimento, que será de “cerca de 20 unidades”, mostra a possibilidade de os ingredientes serem aumentados ou diminuídos, conforme o desejo que quem irá preparar a receita.

Assim, pode-se evidenciar que a força ilocutória de sugestão pode indicar possibilidades de leitura das informações, de modo a evidenciar a influência do desejo dos interlocutores na forma de manuseio e de elaboração dos ingredientes. Essa força ilocutória pode ser mostrada quando, além do acréscimo ou da subtração de ingredientes, há uma indicação, na própria superfície textual, da preferência do interlocutor, que é considerada, quando o locutor expõe expressões como “a gosto” ou “se preferir”, ao indicar procedimentos. A presença desses vocábulos pode ser vista no exemplo em seguida.

Exemplo 23:

Frango com quiabo

INGREDIENTES

1 colher (sopa) de óleo

1 frango inteiro cortado nas juntas (1,5kg)

1 cebola grande picada

2 dentes de alho picados

1 colher (chá) de colorau

2 cubos do caldo de galinha

2 xícaras (chá) de água

Sal e molho de pimenta vermelha a gosto

3 xícaras (chá) de quiabo fatiado

Suco de 1 limão

Aqueça uma panela em fogo médio com o óleo e doure os pedaços de frango. Adicione a cebola, o alho, o colorau e refogue por 5 minutos. Despeje o caldo de galinha dissolvido na água, sal, molho de pimenta e cozinhe com a panela tampada por 35 minutos. Se necessário, adicione mais água. Adicione o quiabo e regue com o suco de limão. Refogue por 15 minutos, mexendo, ou até o quiabo amaciar e a baba sair. Transfira para uma travessa e sirva decorado a gosto.

Dica: se desejar, substitua o molho de pimenta por pimenta dedo-de-moça sem sementes, fatiada.

O exemplo 23 trata de uma receita regional, explicando o modo de preparação do frango com quiabo. No caso, o que se pretende ressaltar é que a força ilocutória de sugestão pode ser configurada, também, a partir da escolha dos indivíduos, sendo ela reconhecida pelo locutor do texto.

O uso da expressão “a gosto” para demonstrar as quantidades de alguns elementos como “sal”, o “açúcar” e a “pimenta” é comum na escrita desses textos. Isso ocorre, por exemplo, no fragmento “*Sal e molho de pimenta vermelha a gosto*” e o mesmo ocorre com o uso da expressão “se desejar”. Nesses casos, a instrução indica, no perlocucionário, a permissividade da influência do gosto dos indivíduos, de modo a evidenciar a aceitação dos procedimentos, de acordo com a preferência do interlocutor.

O macroato de sugestão também fica latente quanto ao reconhecimento do acatamento ou não do que é sugerido, mostrando esse reconhecimento do locutor, por exemplo, pelo uso da imperativa “*se desejar substitua o molho de pimenta por pimenta dedo-de-moça sem sementes, fatiada*”, procedimento que vem a evidenciar esse caráter permissivo do gênero.

Questão importante, ao evidenciar o caráter sugestivo das instruções, se dá pela simplicidade com que os procedimentos são transmitidos, fator destacado no exemplo em seguida.

Exemplo 24:

Escalope com queijo

(...)

Preparo:

Bata os bifes ligeiramente. Tempere-os com sal e passe-os na farinha de trigo.

Aqueça o óleo e a margarina em uma frigideira e doure os bifes de ambos os

lados. Reserve os bifes fritos em forma refratária. Na frigideira com o óleo da fritura coloque o tomate, sal e pimenta-do-reino e cozinhe durante 15 minutos, até formar um molho espesso. Distribua sobre cada bife uma fatia de presunto e uma de muçarela. Espalhe o molho de tomate por cima dos escalopes e deixe no forno quente até que o queijo derreta. **Sirva com purê de batata.**

O exemplo 24 refere-se a um tipo de carne que será servida como prato principal. Como em todas as receitas, mostram-se primeiro os ingredientes e as quantidades a serem usados e, depois, usam-se frases imperativas que instruem as pessoas no preparo do prato.

Imperativas como “*Bata os bifes ligeiramente*”, “*Tempere-os com sal e passe-os na farinha de trigo*”, “*Aqueça o óleo e a margarina em uma frigideira e doure os bifes de ambos os lados*” e “*Reserve os bifes fritos em forma refratária*” são usadas para indicar os procedimentos relativos às ações de “bater”, “temperar”, “aquecer” e “reservar”, ou seja, ações comuns para o atingimento do objetivo final no gênero receita.

Para completar o prato, espera-se que o interlocutor saiba como preparar um purê de batatas, já que o locutor mostra que o prato deveria ser servido com esse

acompanhamento, como pode ser visto com a instrução feita pela imperativa “Sirva com purê de batata”.

O que se quer mostrar, na análise dessas instruções, são as ausências, tanto de outro interlocutor possível, para quem os procedimentos são direcionados, quanto de saberes intrínsecos a áreas técnicas, como nos demais gêneros. A pessoa discursiva à qual as ações são direcionadas é a segunda, e as frases não indicam atos de fala indiretos.

Desse modo, o acionamento de conhecimentos está todo feito de modo a se direcionar apenas ao indivíduo que vai preparar o prato, no uso de ações compatíveis com o gênero, na predisposição das instruções, sempre feitas por frases imperativas e de forma direta, sem atos de fala secundários. O mesmo pode ser observado em seguida.

Exemplo 25:

Bolo de laranja

Ingredientes Tempo de preparo 1h 00min

Rendimento 8 porções

Massa: 4 ovos 1 xícara de chá de óleo, 1/2 laranja (pera ou lima) com casca, 1/2 laranja (pera ou lima) sem casca, 2 xícaras de açúcar refinado, 2 xícaras de farinha de trigo, 1 colher de sopa de fermento em pó.

Cobertura: Suco de 1 laranja, 5 colheres de sopa de açúcar, 1 colher de sopa de margarina.

Modo de Preparo:

Massa: No liquidificador, **bater muito bem os ovos**, o óleo e 1 laranja (metade com casca, metade sem casca). Enquanto isso, em um recipiente, colocar o trigo, o fermento e o açúcar. Acrescentar o conteúdo do liquidificador nesse recipiente, por 30 minutos.

Cobertura: Levar todos os ingredientes ao fogo por 5 minutos. Derramar sobre o bolo, todo furadinho com um garfo.

No exemplo 25, ressalta-se que o direcionamento das instruções ao interlocutor, que elaborará as receitas, é feito por meio de comandos dirigidos à segunda pessoa discursiva, por meio de verbos indicativos de procedimentos relativos a ações como “colocar”, “aquecer”, “mexer”, “juntar”, etc. Essas tarefas são

comuns a esse tipo de gênero e são realizadas por meio de frases imperativas dirigidas à segunda pessoa.

Entretanto, muitas vezes, o modo indicativo é usado e as ações são predispostas por meio de frases, tais quais: *“bater muito bem os ovos”, “misturar tudo com uma colher até formar uma massa pastosa”, “Colocar tudo em uma fôrma untada com margarina” e “Levar ao fogo médio”,* que substituem o modo mais recorrente no gênero que decorrem do reportamento à segunda pessoa discursiva.

Dessa forma, a segunda pessoa poderia ser explicitada ao entendermos os procedimentos como *“bata”, “misture”, “coloque” e “aqueça”*. Esses procedimentos podem ser interpretados como direcionados a quem irá, efetivamente, preparar o prato e fica clara essa remissão ao entendermos as caracterizações *“untada com margarina e polvilhada com trigo” e “pré-aquecido”* como realizadores de instruções decorrentes dessas remissões.

Assim, ações tais como *“unte e polvilhe a forma com trigo” e “pré-aqueça o forno”* também podem demonstrar esse reportamento à segunda pessoa discursiva, que é o indivíduo manipulador dos ingredientes. Por isso, no perlocucionário, os procedimentos precisam ser acatados como direcionados a essa pessoa discursiva, ainda que ocorra uma utilização do modo Indicativo, sem que haja flexão verbal.

Para finalizar a seção, verificam-se algumas frases indicativas de procedimentos em uma receita escrita na variante portuguesa, em que o uso do indeterminador do sujeito indica outras perspectivas de acatamento dos procedimentos. Essa peculiaridade de emprego frasal reflete um componente estilístico diferenciado quanto ao desencadeamento do ato diretivo, mostrando outra característica cultural do gênero, quando produzido em variante diatópica diferente do português brasileiro. Trazemos o exemplo em seguida, a fim de demonstrar esse tipo de ocorrência linguística.

Exemplo 26:

Bacalhau à Gomes de Sá

(...)

Modo de Preparação:

Demolha-se o bacalhau; coloca-se num tacho e escalda-se com água a ferver.

Tapa-se e **abafa-se o recipiente com um cobertor e deixa-se ficar assim durante 20 minutos.**

Depois escorre-se o bacalhau, retiram-se-lhe as peles e as espinhas e desfaz-se em lascas. Põem-se estas num recipiente fundo, cobrem-se com leite bem quente e deixam-se ficar em infusão 1,5 a 3 horas.

Entretanto, cortam-se as cebolas às rodelas e o dente às rodelas e levam-se a alourar ligeiramente com azeite. Juntam-se as batatas, que se cozeram com a pele, se pelaram e se cortaram às rodelas.

Junta-se ainda o bacalhau escorrido. Mexe-se tudo ligeiramente, mas sem deixar refogar. Tempera-se com sal e pimenta. Deita-se imediatamente num tabuleiro de barro e leva-se a forno bem quente durante 10 minutos.

Serve-se no prato em que foi ao forno, polvilhado com salsa picada e enfeita-se com rodelas de ovo cozido e azeitonas pretas.

Esta é a verdadeira receita do bacalhau à Gomes de Sá tal como a criou o seu inventor, que foi comerciante de bacalhau na cidade do Porto.

O exemplo 26 foi retirado do livro de receitas “Dona Benta” e refere-se à preparação de uma iguaria da tradição da culinária portuguesa, escrita, portanto, na variante portuguesa.

Com respeito à história da receita, o “bacalhau à Gomes de Sá” foi criado na cidade do Porto e, a valorização do prato pode ser vista no final da receita, em que o locutor demonstra uma preocupação com a origem desse prato. Nesse caso, a informação dada, no final do exemplo: *“Esta é a verdadeira receita do bacalhau à Gomes de Sá tal como a criou o seu inventor, que foi comerciante de bacalhau na cidade do Porto”* presta-se à ação de “garantir a legitimidade da origem da receita”, o que confere mais credibilidade ao texto. Ressalta-se que as formas de preparo, nesse livro, são explicadas de acordo com sua origem histórica, mostrando como os criadores idealizaram os pratos.

Por ser um prato bastante solicitado, outras receitas foram criadas a partir da original, o que vem demonstrar a importância dessa receita, também para nossa cultura gastronômica.

Quanto ao emprego dos procedimentos, alguns recursos estilísticos refletem um modo de instruir no gênero próprio para os interlocutores que se comunicam por meio dessa variante do português.

Nesse caso, o uso da voz passiva pronominal é recurso comum, como pode ser visto nas frases: “*Demolha-se o bacalhau*”, “*abafa-se o recipiente com um cobertor e deixa-se ficar assim durante 20 minutos*” e “*Depois escorre-se o bacalhau*”, “*cortam-se as cebolas às rodelas e o dente às rodelas e levam-se a alourar ligeiramente com azeite*”. Devido ao emprego dessa voz verbal, o agente não está determinado, refletindo um caráter impessoal quanto à efetuação dos procedimentos, pelos interlocutores que, de fato, são as pessoas que prepararão a receita. Entretanto, seu uso representa ações inseridas na categoria diretiva tais quais “ponha de molho”, “abafe”, “escorra” e “corte”, mais afeitas à variante brasileira.

Por isso, essa impessoalidade, quanto ao direcionamento das instruções, não ocorre nas receitas escritas na nossa variante. No português brasileiro, os procedimentos são feitos de modo a indicar a presença do agente, por meio de imperativas, cujos verbos sempre se referem à segunda pessoa discursiva. Essa forma de uso pode ser vista no exemplo em seguida, que corresponde à estrutura comum das receitas produzidas no Brasil.

Exemplo 27:

Misture a batata já fria com o ovo, a manteiga, sal, pimenta e a noz-moscada.

Acrescente a maisena, aos poucos, mexendo.

Junte a farinha de trigo, aos poucos, até dar o ponto.

Receita de nhocão recheado, revista Malu receitas.

No exemplo 27, defendemos que há uma maior visualização da pessoa a quem os procedimentos são dirigidos, e que executarão os procedimentos, já que eles são estipulados por imperativas, tendo como sujeito a segunda pessoa discursiva, sendo ele, portanto, aparente. Por outro lado, a caracterização das ações diretivas é semelhante nas duas variantes diatópicas. As ações de misturar,

acrescentar e juntar são destinadas a alguém que esteja imbuído de acatar as sugestões.

Sobre o exemplo 26, os tipos de conhecimentos acionados, na leitura, pelos interlocutores serão aqueles afeitos às pessoas que estejam desejosas de preparar a receita original do “bacalhau à Gomes de Sá”, o que permite verificar que não existem outros interlocutores, que não esses, aos quais as informações são direcionadas. A leitura das instruções não requer o acionamento de conhecimentos mais complexos para que os procedimentos possam ser acatados. Também não há outras presenças de interlocutores possíveis.

As frases estipuladoras de comandos como *“Demolha-se o bacalhau”*; *“abafa-se o recipiente com um cobertor e deixa-se ficar assim durante 20 minutos”*; *“Escorre-se o bacalhau”*; *“cortam-se as cebolas às rodelas e o dente às rodelas e levam-se a alourar ligeiramente com azeite”*; *“Deita-se imediatamente num tabuleiro de barro e leva-se a forno bem quente durante 10 minutos”*, são procedimentos dirigidos às pessoas, às quais a receita visa orientar, salientando ações a serem efetuadas por esses interlocutores.

A receita selecionada, e apresentada no exemplo 26 mostra que as ações desencadeadas, a partir da superfície textual, são munidas da mesma característica das receitas escritas na variante brasileira, com diferença do direcionamento ao interlocutor que vai elaborar a receita, já que o agente não se encontra determinado.

Questão também interessante na comparação com a estilística dos textos de receitas na variante portuguesa é o emprego do “entretanto” como elemento coesivo temporal. Esse uso ocorre no excerto *“Entretanto, cortam-se as cebolas às rodelas e o dente às rodelas e levam-se a alourar ligeiramente com azeite”* em que a conjunção “entretanto” introduz o procedimento de “cortar as cebolas e os dentes de alho” e atribui, nesse sentido, o mesmo valor semântico da conjunção temporal “enquanto”.

Quanto ao acatamento dos procedimentos, no perlocucionário, ocorre o mesmo em ambas as variantes, pois a opção por subtrair ou aumentar do quantitativo especificado na parte descritiva ou mudar algo instruído estará vinculada ao desejo pessoal do interlocutor, como destacamos nos exemplos anteriores. Por outro lado, mostrar a origem das receitas reflete uma característica diferente, que não foi encontrada nos exemplos escritos na variante do Brasil.

Para finalizar a análise dos exemplos desse primeiro gênero, constataram-se algumas condições de uso dos enunciados. Sobre isso, as partes textuais, indicativas das quantidades e tipos de ingredientes, e as partes que predisõem instruções, refletem posicionamentos a serem assumidos pelos interlocutores para o atingimento do objetivo do gênero, que é elaborar uma receita.

A leitura dos textos possibilita o reconhecimento de força ilocutória compatível com atos de fala que desencadeiam, no ilocucionário, o macroato de sugestão. O interesse do interlocutor em acatar ou não o que é instruído refletirá por outro lado, no perlocucionário, atitudes de acatamento reveladoras desse macroato. Não cumprir o que é estipulado como procedimento nesse gênero não implica em riscos iguais aos dos demais, o que torna as instruções passíveis da interferência do interlocutor, fator que pode ser concluído a partir dos exemplos selecionados.

Nos demais gêneros, outros aspectos também podem ser detectados, ao orientar a análise dos enunciados à luz do componente ilocutório. Assim, tendo demonstrado algumas possibilidades de leitura dos exemplares retirados dos textos de receita, dadas as considerações para fechamento da seção, passamos à análise do gênero manual.

3.2 Gênero manual

Para iniciar a seção, ressalta-se que, ao contrário da análise do componente ilocucionário no gênero receita, nos manuais, os riscos a serem assumidos quanto ao não acatamento das instruções são maiores, o que pressupõe outras categorias analíticas. Tendo isso em vista, a análise das decorrências de frases indicativas de procedimentos refletem outras perspectivas de atribuições de sentidos.

Quanto ao tipo declarativo, as frases se prestam a indicar as características dos produtos adquiridos, na superfície textual e as atribuições valorativas dos enunciados assumem papel de enfatizar os benefícios dos artefatos. Já quanto ao tipo imperativo, as instruções são estabelecidas com peso ilocutório de advertência, mostrando os tipos de perigos envolvidos no manuseio dos produtos.

No perlocucionário, as frases indicativas de procedimentos demonstram a evidenciação de acatamento cuidadoso do que é instruído. O cuidado no manuseio

dos produtos é proveniente, portanto, das forças ilocutórias de advertências e aviso, advindas dos atos diretivos subjacentes às imperativas.

Essas são, portanto, questões que serão vistas na análise dos dados, demonstrando as categorias gerais a serem destacadas na seção. Nesse momento, passamos à caracterização da macroestrutura do gênero.

Com o propósito de compreender a análise dos exemplos dos *corpora*, em se tratando do gênero manual, fazemos uma exposição geral das características dos produtos escolhidos, bem como de suas peculiaridades textuais. Nesse caso, os exemplos serão retirados de textos que circulam no comércio, amplamente, e que podem ser obtidos em lojas específicas as suas funções de uso.

Escolheram-se produtos comuns, como: aparelho de celular, ventilador de teto, assento infantil para carro, calculadora, controle remoto, panela de pressão, bicicleta e câmera digital, para procurar entender como são os manuais desses produtos. Todos são de bastante uso e manuseio pelos indivíduos e a leitura de seus manuais é, então, tarefa a ser desempenhada com grande recorrência por todas as pessoas que estejam desejosas de entender o funcionamento ou, pelo menos, queiram instalar adequadamente um objeto.

Os manuais, ao contrário das receitas que não requerem o acionamento de conhecimentos técnicos para o entendimento das informações textuais, muitas vezes agregam saberes que dialogam com esferas discursivas da área técnica. São especificados, por exemplo, tipos de ferramentas, conhecimentos de informática, sistema elétrico e eletrônico nas instruções estabelecidas na superfície textual. Com isso, o correto manuseio dos produtos estará condicionado ao entendimento dessas informações técnicas.

O tipo de ação a ser desencadeada pelos interlocutores sofrerá o impacto do entendimento desses procedimentos e, no perlocucionário, o nível impositivo das instruções será também mais elevado. Isso porque, como mencionamos, os riscos envolvidos no cumprimento das tarefas serão proporcionais à importância das mesmas.

Assim, pode-se dizer que o manuseio dos ingredientes de uma receita não apresenta o mesmo tipo de temeridade quanto à instalação de um aparelho elétrico ou à instalação de um artefato eletrônico. Sendo assim, o não entendimento das instruções, nesse gênero, é passível de maiores riscos do que em uma receita. O tipo de força ilocutória presente nos comandos pressupostos pelas frases

desencadeadoras de procedimentos apresenta, portanto, maior rigidez ilocutória do que aqueles observados no gênero receita.

A fim de justificar a escolha dos textos de manuais e mostrar a superfície macrodiscursiva desse gênero, elaboramos o quadro a seguir.

Quadro 13- A escolha dos *corpora*: gênero manual

Nome	Natureza	Descrição/Aquisição	Idioma (s)
Celular Nokia	Telecomunicação	Manual para uso de aparelho celular, adquirido em lojas especializadas, <i>shopping centers</i> ou comércio popular.	Português
Resistência “Lorenzetti”	Elétrica e hidráulica	Manual para troca de resistência de chuveiro elétrico, adquirido em lojas de ferragens ou construção.	Português
Panela de pressão Tramontina	Cozinha	Manual de uso de panela de pressão, adquirido em lojas especializadas, com a aquisição da panela, ou pelo site: www.tramontina.com	Português Inglês Espanhol
Ventilador de teto “Lorensid”	Eletrodoméstico	Manual de instalação de ventilador de teto, adquirido junto com o produto; adquirido em lojas especializadas ou <i>shopping centers</i> .	Português
Bicicleta Caloi	Lazer	Manual de bicicleta Caloi linha adulta com marcha, adquirido em lojas especializadas de produtos esportivos, juntamente com a aquisição da bicicleta, ou pelo site: http://i.s8.com.br	Português
Controle remoto “multilaser”	Eletroeletrônico	Manual de controle remoto universal, adquirido em lojas especializadas ou	Português Inglês

		comércio popular.	
Câmera digital "GE"	Telecomunicação	Manual para uso de câmera digital, adquirido em lojas especializadas, <i>shopping centers</i> . ou comércio popular.	Inglês Francês Espanhol Português
Assento infantil para automóveis "Voyage"	Segurança	Manual para instalação de assento infantil para automóveis, adquirido em lojas de departamento infantil, supermercados ou <i>shopping centers</i> .	Português
Carro Celta	Automóvel	Manual para uso de automóvel Celta, da Chevrolet, ano 2012, adquirido com a compra do veículo ou pelo site da empresa: http://www.chevrolet.com.br	Português

Os itens evidenciados no quadro 13 mostram que os manuais preconizam atender aos interesses dos seus interlocutores, que são as pessoas que adquirem os produtos aos quais os textos são relativos, de modo a corresponder às etapas concernentes à montagem e ao manuseio desses produtos.

É válido ressaltar que os textos se prestam ao manuseio, tanto de um produto menos elaborado, como uma panela de pressão, ou outro mais complexo, como um automóvel. Nesse caso, os critérios de montagem/uso desses artigos é o que norteará a leitura dos interlocutores, a fim de que eles consigam efetuar as etapas abarcadas nos processos envolvidos, que podem ser mais ou menos complexos.

Destaca-se que os manuais escolhidos fazem parte do cotidiano dos indivíduos, na facilitação de aspectos variados do dia a dia, como: lazer, segurança, comunicação, locomoção, etc.

Quanto à sua diagramação, a maioria dos textos apresenta-se sob a forma de livretos explicativos, em cujas partes contêm informações sobre cada uma das propriedades do produto a ser manuseado. A fim de demonstrar essa estrutura textual, traz-se a apresentação da página do manual do veículo "Celta", conforme figura a seguir. Depois da apresentação da diagramação desses textos, propõe-se a tabela 14, que explica a constituição textual comum aos manuais.

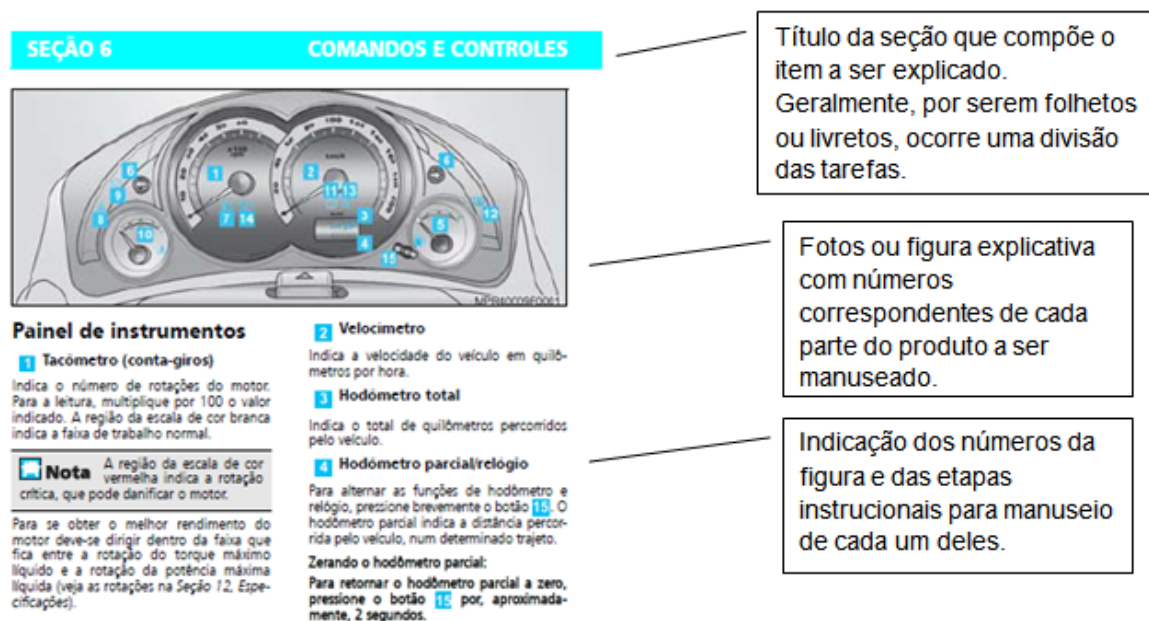


Figura 9- Exibição da diagramação textual do gênero manual

Na figura 9, procuramos mostrar o tipo de diagramação das informações do mesmo modo como aparecem nos textos. Essa estrutura pode variar em tamanho, se o produto contiver diferentes partes explicativas, que variam de acordo com sua utilização. Entretanto, a maioria dos textos de manuais apresenta a mesma configuração macrodiscursiva, conforme descrita no quadro a seguir.

Quadro 14- A estrutura macrodiscursiva do gênero manual

Parte textual	Descrição	Natureza interlocutiva
Agradecimentos	Agradecimento pela aquisição do produto, geralmente também ocorre a valorização dos seus aspectos positivos.	Congratulação
Características	Exposição das características do produto, tais como: sua utilização e facilidade de manuseio.	Expositiva, demonstração inicial acerca da funcionalidade do produto.
Avisos iniciais	Parte em que o locutor faz os avisos mais importantes, que precisam ser obedecidos, a fim de que o processo de instalação/manuseio possa ser iniciado sem que haja riscos.	Advertências acerca dos cuidados essenciais, sem as quais, a observação dos demais comandos poderá ser prejudicada.
Partes do produto	Ocorre uma exposição de todas as partes que constituem o	Expositiva, acerca de cada uma das partes que

	produto. Geralmente, as etapas para manuseio de cada uma das partes vêm subdivididas.	constituem as etapas dos processos de manuseio do produto.
Enumeração das etapas do processo	De acordo com a natureza do produto, as etapas serão numeradas, algumas vezes. Cada uma das etapas possui, também, outras divisões de procedimentos, que se prestam a melhorar a visualização dos processos.	Organizativa, na medida em que ocorre o elencamento dos comandos que deverão ser seguidos para o objetivo final do interlocutor. As forças ilocutórias são, contudo, menores, se comparadas aos avisos iniciais dos manuais.
Figuras ilustrativas	Quando é necessária a visualização dos procedimentos, os textos usam algumas figuras ilustrativas, de acordo com as partes do produto e do processo de manuseio/montagem do mesmo.	Descritiva/ilustrativa, na medida em que ocorre uma demonstração visual do produto ou de partes dele.

No quadro 14, procuramos resumir as partes principais dos manuais, mostrando, macrotextualmente, a constituição básica dos exemplares escolhidos. Sobre essa predisposição das partes, inicialmente, os locutores podem fazer um agradecimento pela aquisição do produto e uma breve explicação sobre o seu funcionamento. Quanto a essa parte, salienta-se que na esfera interlocutiva evidenciamos um ato diretivo, que tem como objetivo despertar no interlocutor a satisfação por ter adquirido o artefato.

Nesse caso, essa parte inicial é completada pela subsequente, em que o locutor faz uma apresentação prévia das características do produto. No plano das ações, o ato de fala demandado por esse discurso inicial indica ao interlocutor uma visão da natureza geral do produto. Contudo, assim como na receita, em que ocorre a descrição do que será necessário à elaboração da refeição, a força ilocutória das ações requeridas nessa parte inicial ainda não se prestam a direcionar o interlocutor a tomar nenhuma atitude quanto ao manuseio do produto. Quanto a essa característica, os gêneros receita e manual se assemelham por esse traço discursivo.

A partir dessas demonstrações iniciais, começa a parte em que o interlocutor precisará ficar atento, principalmente porque ocorre, de um modo geral, uma advertência quanto ao manuseio do produto. Dependendo da natureza do produto a ser manuseado, os procedimentos que fazem tais colocações serão apresentadas,

textualmente, por enunciados que terão “pesos” interlocutivos mais incisivos, se comparados às informações subsequentes.

Após essas advertências iniciais, então, os locutores começam a enumerar os procedimentos que deverão ser seguidos para o manuseio do produto, e, de acordo com a natureza das ações demandadas, o interlocutor obterá o êxito quanto ao que deseja usufruir do produto adquirido. Alguns dos textos selecionados apresentam figuras ilustrativas, que servirão para auxiliar os interlocutores na localização dos processos para efetuação dos procedimentos.

A partir do entendimento das etapas envolvidas no manuseio dos produtos e de sua relação com os riscos dos processos, os interlocutores deverão começar a agir, manualmente.

A configuração macrodiscursiva do gênero pode ser observada de acordo com as características de cada uma de suas partes, como as supracitadas. Nesse caso, cada parte corrobora no âmbito interlocutivo dos atos de fala diferenciados, que poderão ser percebidos de acordo com suas características de uso.

Fica latente, pela leitura dos procedimentos, que as diferentes etapas dos processos pressupõem atos de fala diferenciados, cujas características interlocutivas demandarão, dos interagentes, o entendimento dos riscos que são decorrentes de cada uma das etapas textuais. Essas etapas se prestam, conseqüentemente, à organização das tarefas manuais.

Geralmente, nem todos os manuais escolhidos apresentam todas essas partes de formas semelhantes. Entretanto, considerou-se que esses componentes correspondem a etapas de leitura que indicarão a forma de efetuação dos procedimentos, necessários para os objetivos de uso de cada um dos produtos selecionados.

Assim, tendo exposto previamente as características macrodiscursivas do gênero, passamos a analisar os exemplos, que se prestam a demonstrar as diferentes forças ilocutórias demandadas pelos atos de fala nesse gênero. Para tanto, verificam-se as instruções transmitidas por meio das frases indicadoras de procedimentos bem como das decorrências, nos níveis interlocutivos detectados por Austin (1962), nas esferas locucionária, ilocucionária e perlocucionária, como foi feito na análise dos textos de receitas culinárias.

Quanto aos tipos frasais, as frases declarativas são usadas para descrever as características dos artefatos desencadeando, portanto, atos de fala de natureza

assertiva, com o intuito de descrever. Já quanto aos atos de natureza diretiva, esses são efetuados textualmente por meio de advertências e de avisos que se prestam a despertar a atenção dos indivíduos para os riscos envolvidos no processo, sendo efetuados por frases e por expressões de advertência. Expomos, em seguida, alguns traços interlocutivos observados nos excertos selecionados, predispostos na análise dos exemplos de 28 a 36.

Exemplo 28:

Uma mensagem multimídia pode conter texto, fotos, clipes de som e videoclipes. Somente dispositivos que possuam funções compatíveis poderão receber e exibir mensagens multimídia. **A aparência de uma mensagem pode variar, dependendo do dispositivo receptor.**

O exemplo 28 foi retirado do manual de instruções do celular “Nokia”. Nesse excerto, pode-se perceber o emprego de frases que são usadas para descrever características do artefato, um aparelho de telefonia celular que pode ser usado para escrever mensagens.

Como exposto anteriormente, a característica básica das ações comportadas pela categoria assertiva é informar uma propriedade que pode ser avaliada, de acordo com o critério de verificabilidade, possuidora de atributos como plausíveis de serem aceitos como “verdadeiros” ou “falsos”. Nesse caso, o emprego das declarativas, munidas dessa propriedade linguística pode-se prestar à finalidade de dar credibilidade ao produto adquirido, refletindo um ato de fala indireto tal qual “você poderá enviar mensagens contendo textos, fotos, etc.,” conferindo ao produto maior aceitação.

O recurso linguístico empregado, a fim de dar tal credibilidade ao que foi adquirido é, portanto, o emprego de declarativas como nas sequências “*Uma mensagem multimídia pode conter texto, fotos, clipes de som e videoclipes.*” e “*A aparência de uma mensagem pode variar, dependendo do dispositivo receptor.*”. Desse modo, o que se pode apreender pela leitura dessas frases é que elas podem destacar, no ilocucionário, a preocupação com a valorização do produto adquirido. Esse traço interlocutivo pode refletir o desejo do locutor do texto, podendo ser interpretado como realizando o diretivo indireto “o produto adquirido é bom pois pode

ser usado para escrever mensagem” ou o assertivo “as mensagens ainda podem conter cliques, som, imagens, etc.”.

As consequências para a leitura dos procedimentos podem acarretar, no perlocucionário, a aceitação ou a valorização das propriedades do artefato que serão, portanto, ideais para suas finalidades de uso. Assim, as declarativas nos textos de manuais também pode denotar a tendência por promover, no ilocucionário, a evidenciação dos benefícios dos produtos adquiridos, por meio de atos de fala indiretos.

Por outro lado, chamar a atenção dos indivíduos quanto aos riscos envolvidos no manuseio dos artefatos também é uma tendência observada no gênero manual. Desse modo, muitas vezes, o emprego de palavras ou sentenças que se prestam a promover o acatamento imediato de comandos tidos por válidos, no perlocucionário, é outro aspecto relevante para a percepção dos sentidos. Essa característica do emprego frasal pode ser vista no exemplo em seguida.

Exemplo 29:

ATENÇÃO: Certifique-se de ter colocado corretamente o terminal "b" no pino "B" e não no pino "C", para não queimar a resistência do produto. Fig.:3.6.

3.7 - Acomode a parte maior da resistência no alojamento do suporte da resistência e encaixe completamente o terminal "c" no pino "C". Após completada a substituição, certifique-se de que as espiras da resistência não estejam encostadas entre si e no corpo do produto. Fig. :3.7

Para Maxi Banho, Maxi Ducha, Big Banho, Torneira T-43, Maxi Torneira 3 Temperaturas, Ducha Jet Set 3 temperaturas e Relax Luxo (...)

O exemplo 29 refere-se a um excerto retirado do manual para troca de resistência de chuveiro elétrico e informa as instruções para instalação da resistência que é específica da marca “Lorenzetti” para apenas alguns de seus produtos. No caso desse gênero, atos de fala com vistas de chamar a atenção dos interlocutores quanto aos perigos envolvidos na elaboração dos procedimentos para instalação do artefato é um elemento interlocutivo importante para a percepção dos sentidos textuais.

Geralmente, a palavra “atenção”, no início dos enunciados, aparece como forma de realização de um ato de fala de natureza diretiva, pois se presta a provocar

o cuidado dos interlocutores, a fim de que as instruções subsequentes sejam feitas, adequadamente. As peculiaridades de emprego dessa palavra mostra que ela pode ser entendida como própria para acarretar o diretivo, já que poderia ser interpretada como realizando o seguinte ato indireto: “tenha muita atenção/cuidado ao efetuar os seguintes procedimentos”. Por isso esse ato, no ilocucionário, se presta a desencadear, no perlocucionário, a precaução dos interlocutores ao efetuar os procedimentos de manuseio do artefato.

Fator interessante quanto ao uso de palavras como “atenção” ou “cuidado” é que esses vocábulos, por refletirem a emotividade do locutor do texto, caracterizam frases exclamativas, já que se prestam a acentuar uma preocupação quanto aos perigos advindos da realização dos procedimentos que se seguem no texto. Assim, embora não possuindo um verbo no imperativo, os avisos prestam-se também a desencadear atos ilocutórios tais como plausíveis nos procedimentos como “ter atenção”, “ter cuidado”. Por isso, pode-se afirmar que, já no início do texto, realizam procedimentos, que serão desencadeados também nas instruções subsequentes a eles.

Após esse ato de fala inicial, de caráter diretivo, dá-se a predisposição dos procedimentos com vistas a instruir sobre o modo adequado para manuseio do artefato. Já nessas partes, os procedimentos são feitos por meio de frases, tradicionalmente, caracterizadas como imperativas, tais como as estipuladas nas sequências: *“Certifique-se de ter colocado corretamente o terminal "b" no pino "B" e não no pino "C", “Acomode a parte maior da resistência no alojamento do suporte da resistência e encaixe completamente o terminal "c" no pino "C" e “certifique-se de que as espiras da resistência não estejam encostadas entre si e no corpo do produto”.*

A predisposição dos comandos é, portanto, parte da ação desencadeada pelo ato de fala inicial, pressuposto pelo aviso de natureza exclamativa no começo do exemplo. Essa estruturação textual dos atos de fala – com a advertência inicial e os comandos a serem executados para manuseio do artefato – constitui, desse modo, uma forma de estruturação interlocutiva importante para entendimento dos sentidos requeridos na leitura dos manuais técnicos.

O que pode ser entendido quanto à predisposição de tarefas, preconizadas pelo emprego frasal no gênero, poderia ser resumido pela percepção de procedimentos, tais quais: “atente”, “tenha cautela”, estipulados por frases

exclamativas e seguidos de outras instruções como “troque”, “acomode”, “encaixe”, etc.

Sobre a percepção dos sentidos que idealizam a elaboração do objetivo final do texto, pode-se dizer que o acatamento, no perlocucionário, da instrução inicial, pressuposta pela palavra “atenção”, já indica um tipo de procedimento, que se presta a mostrar ao interlocutor a necessidade de realizar as instruções com muito cuidado. Podemos destacar, em relação aos atos de fala organizados nos manuais, que o uso de condições para a segurança, no manuseio de alguns artefatos, constitui um fator discursivo importante na percepção dos sentidos. Muitas vezes, esses atos de fala, também, são predispostos, de modo a iniciar procedimentos gerais de uso.

Nesse caso, as imperativas denotam procedimentos que organizam as tarefas e que precisam ser acatados todas as vezes que o produto for manuseado. O ato de fala, desencadeado no início do texto, possui um “peso” ilocucionário importante para o entendimento das tarefas e ele é acionado quando o locutor do texto emprega a palavra “atenção” antes de enumerar as instruções.

Outras formas de emprego frasal também podem ser vistas no exemplo em seguida.

Exemplo 30:

A panela de pressão Tramontina é absolutamente segura, desde que sejam seguidas as orientações deste manual;

- **Respeite sempre** o nível máximo de água marcado no interior da panela (*Observar marcação - nível máx. - pág. 7 - fig 3*);
- Quando são processados alimentos que se expandem durante o cozimento, como arroz ou vegetais secos, não encha a panela acima da metade da capacidade. O enchimento superior pode causar risco de entupimento da válvula de trabalho e ocasionar excesso de pressão. Veja em **“Como usar a Panela de Pressão com segurança”** (pág. 7);
- **Determinados alimentos não devem ser cozidos em panela de pressão**, tais como: molho de maçã, frutas, cevadinha, mingau de aveia, cereais diversos ou massas, pois podem fazer espuma ou estalar, podendo obstruir a liberação da pressão (*Saída de vapor*);
- **Sempre verifique** as condições da válvula de trabalho antes do uso para assegurar seu bom funcionamento (pág. 10 - fig. 15);
- **Sempre que remover** o anel e/ou as outras peças de silicone e o filtro metálico para limpeza, atente para que os mesmos sejam montados em suas posições corretas;

Se houver dificuldade para abrir a tampa, isso indica que ainda há pressão interna na panela. Nesse caso não force os cabos e alças.

O exemplo 30 refere-se ao manual para uso da panela de pressão Tramontina e, nele se expõe alguns procedimentos para manuseio desse artefato. No caso, a condicionalidade para segurança no uso do artefato deve-se ao acatamento de alguns procedimentos gerais, que devem ser realizados sempre que a panela de pressão for utilizada. O recurso linguístico indicativo da frequência das instruções pode ser observado pelo emprego de termos como o advérbio “sempre” e a conjunção “se”, que precedem as instruções, desencadeando, por meio das imperativas, alguns atos diretivos.

Os dois vocábulos acentuam a importância, quanto ao acatamento dos procedimentos subsequentes. As imperativas pospostas configuram, no ilocucionário, a força ilocutória indicativa do desejo do locutor por advertir, quanto ao

devido acatamento dos procedimentos, que devem ser seguidos “sempre” ou “apenas” quando ocorrer o que é expresso pelo conteúdo da imperativa.

Nesse caso, o enunciado inicial “*A panela de pressão Tramontina é absolutamente segura, desde que sejam seguidas as orientações deste manual*” reflete, linguisticamente, função interlocutiva semelhante à observada pela palavra “atenção”, no início dos manuais, como mostrado no exemplo 29. Isso vem a configurar, também, um ato de fala de natureza instrucional, já que ambos se prestam a fazer com que o interlocutor acate o que virá na sequência das instruções predispostas, posteriormente, na superfície textual.

O efeito interlocutivo desse ato de fala pode ser entendido como realizador do comando “Siga as orientações e seu artefato não será passível de sofrer riscos”. Então, o que poderia desencadear, no perlocucionário, seria a atitude de cumprimento das tarefas na sequência das instruções, pois o que está em questão é a segurança do interlocutor.

Por conta da importância desse ato de fala, as imperativas “*Respeite sempre o nível máximo de água*”, “*Determinados alimentos não devem ser cozidos em panela de pressão*”, “*Sempre verifique as condições da válvula de trabalho antes do uso*”, “*Sempre que remover o anel de silicone (...) atente para que os mesmos sejam montados em suas posições corretas*” e “*Se houver dificuldade para abrir a tampa (...) não force os cabos e alças*” indicam procedimentos que dependem do acatamento da instrução inicial, organizada pelo aviso no princípio do texto. Por outro lado, esses procedimentos precisam ser acatados, condicionalmente, apenas “sempre” ou “se” ocorrer necessidade.

O gênero manual de instruções é delineado, portanto, por meio de atos de fala que denotam, no ilocucionário, o desejo por solicitar a total atenção dos interlocutores, quanto aos perigos de manuseio dos artefatos, ou, ainda, por meio de frases que demonstram as propriedades e os benefícios dos produtos adquiridos. Pode-se concluir que as imperativas supracitadas instruem procedimentos afeitos ao manuseio do artefato, que denotam ações como “colocar”, “verificar”, “remover”, “forçar”, “acomodar” etc., que também denotam tarefas comuns ao gênero.

A condicionalidade do acatamento dos interlocutores, quanto às instruções, pode ser destacada quando se verifica o entendimento das imperativas no gênero, como pode ser visto, também, no exemplo em seguida.

Exemplo 31:

(...) Para adicionar destinatários, navegue até o campo “Para” e **digite o número ou o endereço de e-mail do destinatário ou selecione Adicionar** para escolher os destinatários nas opções disponíveis. **Selecione “Opções”** para adicionar destinatários e assuntos e para definir as opções de envio. 3. **Navegue até o campo “Texto” e digite o texto da mensagem.** 4. Para anexar conteúdo a mensagem, **navegue até a barra de anexo, na parte inferior da tela, e selecione o tipo de conteúdo desejado.** 5. Para enviar a mensagem, **pressione “Enviar”**. O tipo de mensagem é indicado na parte superior da tela e muda automaticamente dependendo do conteúdo da mensagem. As operadoras podem ter tarifas diferentes, dependendo do tipo de mensagem. Consulte sua operadora para obter detalhes.

No exemplo 31, expõe-se um trecho de manual para manuseio de aparelho de celular, que trata da explicação das tarefas necessárias para escrita de *e-mails*, por meio do aparelho telefônico. Os fragmentos sublinhados no excerto referem-se aos procedimentos adequados para que o interlocutor alcance seus objetivos de uso, ou seja, estipulam um único modo de proceder. Esses procedimentos dizem respeito aos tipos de tarefas que deverão ser executadas consecutivamente (uma após a outra).

Quanto a isso, imperativas como *“digite o número ou o endereço de e-mail do destinatário ou selecione Adicionar”*, *“Selecione ‘Opções’”*, *“Navegue até o campo ‘Texto’ e digite o texto da mensagem”*, *“navegue até a barra de anexo, na parte inferior da tela, e selecione o tipo de conteúdo desejado”*, *“pressione ‘Enviar’”* estipulam procedimentos incontornáveis. Portanto, ao contrário do que é estipulado no gênero receita, essas instruções não podem ser descartadas/ignoradas.

Nesse caso, a predisposição de sequências de frases imperativas se presta a forçar a execução das tarefas que, ao serem feitas uma após a outra, ajuda os indivíduos na obtenção de resultados afeitos aos objetivos de manuseio do objeto.

Assim, o que se pretende ressaltar é que um procedimento depende do outro, e todos precisam ser realizados para que as finalidades de uso do aparelho telefônico sejam obtidas. Por conta disso, a organização dos procedimentos é encaminhada, textualmente, a fim de que eles ocorram sequencialmente. O tipo de força ilocutória imposta aos atos de fala, decorrentes das imperativas, evidencia

essa atitude do locutor do texto, que precisa mostrar a necessidade de que os interlocutores sigam, sequencialmente, as instruções por elas demandadas.

Dadas tais formas de emprego, pode-se apreender que as imperativas desencadeiam um macroato de organização. Ocorre, para tanto, um ato de fala inicial indicativo de procedimentos como, por exemplo, “siga a todas as instruções para enviar o e-mail” e a força ilocutória de “advertência” poderá ser assumida como própria do gênero.

Essa força ilocutória pode ser percebida pela necessidade de uso do artefato, quando ele permite ao interlocutor, por exemplo, enviar uma mensagem de *e-mail*. Por outro lado, embora não indicando sentidos interlocutivos que mostram atos de fala mais taxativos, tal como ocorre nos gêneros contrato jurídico e bula, esse tipo de força ilocutória configura macroatos de “advertência” que se prestam ao uso desse gênero, envolvendo riscos.

O macroato requerido, portanto, na estipulação dos procedimentos, afeito à leitura dos manuais, indica traços interlocutivos que podem ser interpretados como ações, tais quais “advertir” e “avisar”, pois o acatamento dos procedimentos, que devem ser seguidos sequencialmente, é essencial para o bom uso dos artefatos.

A instrução inicial também pode ser predisposta pelo aviso inicial e uma imperativa subsequente, o que expõe também esse caráter organizador dos procedimentos no gênero.

Exemplo 32:

ATENÇÃO: O fio terra deve ser ligado a um condutor conforme NBR 5410. Após instalar o capacitor suba a canopla até o teto.

Fixação do Suporte

Laje: **Fixe o suporte no teto, para resistir um peso de 25 kg.** Utilize buchas S 10 e parafuso rosca soberba. Laje de estuque: travar na parte superior.

Viga de Madeira: **Utilize dois parafusos roscas soberba na medida de 6 mm (diâmetro) x 50mm (comprimento) para fixar o suporte.** Verifique se o forro pode suportar o peso mínimo de 25 kg. É necessário colocar 6m0 travessa sobre o fora.

Caixa Metálica: **Faça dois furos passantes de 7 mm, parafuse o suporte com os parafusos de 1/4", com porcas e arruelas de 1/41 Fixe o suporte para resistir um peso de 25 kg.**

Viga de Ferro: **Faça dois furos passantes de 7 mm, utilize dois parafusos de 1/4", com porcas e arruelas. Fixe o suporte para resistir um peso de 25 kg.**

O exemplo 32, retirado do manual para colocação de um ventilador de teto, se presta a instruir os indivíduos na instalação do mecanismo de suporte, e mostra a probabilidade de instalação do aparelho em diferentes superfícies. O que se pretende ressaltar é que o macroato de advertência pode ser entendido pela predisposição das instruções. Nesse caso, um procedimento abrange outros, o que pode vir a demonstrar forças ilocutórias mais taxativas do que outras, sobrepujando as ações que dela dependem.

O pedido de atenção, no início desse texto, também indica a importância da instrução de “ligar o fio terra a um condutor” e força um tipo de “encabeçamento”, no plano interlocutivo, dessa instrução que possui força ilocutória maior quanto à realização desse procedimento, quando comparadas às ações decorrentes dessa tarefa inicial.

Por isso, as imperativas subsequentes, “*Fixe o suporte no teto, para resistir um peso de 25 kg*”, “*Utilize dois parafusos roscas soberba na medida de 6 mm (diâmetro) x 50 mm (comprimento) para fixar o suporte*”, “*Faça dois furos passantes de 7 mm, parafuse o suporte com os parafusos de 1/4", com porcas e arruelas de 1/41 Fixe o suporte para resistir um peso de 25 kg*” e “*Faça dois furos passantes de 7 mm, utilize dois parafusos de ¼. Fixe o suporte para resistir um peso de 25 kg*”, representam menor rigor ilocutório, se comparadas àquelas decorrentes do ato de

fala primeiramente realizado. Assim, o ato de “instruir com advertência” todos os procedimentos informados no texto, pode ser apreendido a partir do aviso e da imperativa inicial.

O que se percebe, na análise dos exemplos até o presente momento, é que o macroato comportado pelo gênero será mais ou menos rígido na percepção dos sentidos supratextuais, de acordo com os riscos, afeitos à manipulação dos aparelhos aos quais os manuais se prestam a instruir.

Outra questão importante, decorrente da leitura dos procedimentos no gênero, deve-se à exploração de saberes oriundos de esferas discursivas técnicas, que são acionados de modo a indicar alguns conhecimentos indispensáveis às aplicações dos artefatos e sua instalação/manuseio. Essa peculiaridade pode ser vista no exemplo em seguida.

Exemplo 33:

Nº DO QUADRO

CARIMBO DO SERVIÇO AUTORIZADO

Antes de começar a montar a bicicleta **certifique-se de que dispõe das ferramentas necessárias**, pois elas não acompanham o produto. **As ferramentas que você deverá utilizar são: chaves de boca 10mm, 11mm, 13mm, 14mm e 15mm, chaves Allen 2mm, 6mm e 5mm, alicate, chave Philips média e chaves de fenda pequena e grande.**

PARA OS MODELOS QUE POSSUEM SELIM FIXADO POR BLOCAGEM RÁPIDA **Insira o canote do selim (1) no carrinho do selim (2).** Observe atentamente a marca de inserção mínima de 8 cm existente no canote (3), pois a mesma deverá ficar posteriormente dentro do tubo do selim. **Com uma chave de boca 13 mm aperte levemente a porca do carrinho do selim (4).**

Coloque a braçadeira de bloqueio rápida (5) no tubo do selim (6). Insira o canote do selim no tubo do selim até a altura desejada. **Regule a porca da bloqueio que está do lado oposto da alavanca, e trave a braçadeira empurrando a alavanca de aperto para frente (7).** Determine a posição desejada do selim (8) e aperte firmemente a porca do carrinho do selim.

O exemplo 33 foi retirado do manual para montagem da bicicleta Caloi e o excerto se trata da parte que instrui como fazer a regulagem do selim desse artefato.

Para realizar esse procedimento, algumas etapas mostram a necessidade de conhecimento de algumas ferramentas, apropriadas à montagem, que serão usadas para efetuar as etapas. O desenvolvimento das ações, no perlocucionário, estará, então, condicionado ao reconhecimento dos saberes acionados na superfície textual desse enunciado.

Desse modo, quando ocorre a indicação de etapas, como as acarretadas pelas imperativas *“Insira o canote do selim (1) no carrinho do selim (2)”*; *“Com uma chave de boca 13 mm aperte levemente a porca do carrinho do selim (4)”*; *“Coloque a braçadeira de blocagem rápida (5) no tubo do selim (6)”*; *“Regule a porca da blocagem que está do lado oposto da alavanca, e trave a braçadeira empurrando a alavanca de aperto para frente (7)”*, termos como “chave de boca de 13 mm”, “porta do carrinho do selim”, “braçadeira da blocagem”, “tubo do selim” indicam as ferramentas indispensáveis no desempenho das tarefas, preconizadas pelas imperativas.

Apenas com o entendimento do que são esses elementos o interlocutor poderá acatar os procedimentos de “inserir”, “apertar”, “colocar” e “regular” que são tarefas sequenciais, decorrentes da predisposição das imperativas.

O locutor do texto informa quanto à necessidade de possuir as ferramentas necessárias para o manuseio do artefato. Isso pode ser visto já no aviso inicial, em que são organizadas algumas imperativas, a partir da advertência *“certifique-se de que dispõe das ferramentas necessárias”* que será orientadora das informações subsequentes, tais como as preconizadas pela assertiva *“As ferramentas que você deverá utilizar são: chaves de boca 10mm, 11mm, 13mm, 14mm e 15mm, chaves Allen 2mm, 6mm e 5mm, alicate, chave Philips média e chaves de fenda pequena e grande”*.

Contudo, além do conhecimento dessas ferramentas, o interlocutor precisará, ainda, conhecer a estrutura física da bicicleta, para saber inclusive que o “selim” é o banco, e o que são também “porta do carrinho” e “tubo do selim”, por exemplo.

No caso, o que se pretende salientar é a condicionalidade do conhecimento dessas nomenclaturas específicas para a compreensão das advertências e das informações, no desenvolvimento das tarefas, sequencialmente. Seu acatamento, no perlocucionário, será passível de sucesso apenas mediante o acionamento de alguns saberes, que darão conta da seqüência dos procedimentos.

Alguns conhecimentos técnicos, embora mais corriqueiros, indicam também informações importantes no desenvolvimento dos procedimentos. Tal peculiaridade de emprego pode ser vista no exemplo em seguida.

Exemplo 34:

Cuidados com as Pilhas

O controle remoto é um produto de baixo consumo de energia e a vida útil das pilhas é de 12 meses. Se for usado ou operado de forma incorreta, a vida útil das pilhas será reduzida.

Não misture pilhas novas com pilhas gastas, nem use simultaneamente pilhas de diferentes modelos (recarregáveis/não-recarregáveis). Caso ocorra vazamento de pilhas, favor remover imediatamente as pilhas e limpar o compartimento, para depois inserir novas pilhas. Favor remover as pilhas caso o controle remoto não venha a ser usado por um bom tempo.

Passos do Ajuste (Ajuste Manual do Código)

1. **Descubra o código de 3 dígitos para o aparelho eletrônico que você deseja controlar a partir da lista de códigos;**
2. Primeiramente, aperte e segure o "Ajuste" e depois aperte o botão de "Seleção de aparelhos" para o aparelho eletrônico que você deseja ajustar (...)

O exemplo 34, retirado de um manual para instalação de controle remoto, explica como fazer a colocação de pilhas e dos ajustes necessários à adequada instalação do controle universal (que serve para todos os aparelhos de TV). Trocar a bateria de um aparelho eletrônico é algo comum no uso desse tipo de artefato. Entretanto, desconhecer, por exemplo, o tempo de duração de uma pilha pode vir a ser um complicador no acatamento das instruções.

Nesse caso, as instruções, embora se prestando a estabelecer procedimentos simples, muitas vezes, refletem saberes que podem ser de difícil entendimento dos leitores.

Como exemplo desse tipo de conhecimento, a declarativa “O controle remoto é um produto de baixo consumo de energia e a vida útil das pilhas é de 12 meses” e o comando “use corretamente o artefato”, feito de forma indireta pelo assertivo “Se for usado ou operado de forma incorreta, a vida útil das pilhas será reduzida”

precisam ser assimilados. No caso, a leitura é feita de modo a levar o interlocutor a ter ciência das propriedades do aparelho eletrônico.

Ainda, pode-se verificar, no ilocucionário, a junção das duas informações, o que acarretaria, no ato indireto “use corretamente o controle remoto sabendo que a vida útil de uma pilha é de 12 meses”, o acatamento, desse tipo de tarefa, no perlocucionário. Conhecer sobre a durabilidade de uma pilha é, portanto, um conhecimento indispensável para se ter um bom aproveitamento de muitos produtos, a exemplo de um controle remoto.

Outro saber importante para manuseio desse artefato é o reconhecimento dos códigos eletrônicos, usados para cada marca de aparelho de TV. Essa peculiaridade pode ser percebida no fragmento *“Descubra o código de 3 dígitos para o aparelho eletrônico que você deseja controlar a partir da lista de códigos”*. As tarefas a serem realizadas para instalação do controle remoto, apenas, serão bem sucedidas se houver o reconhecimento dos códigos necessários ao seu manuseio.

O interlocutor, que não é necessariamente uma pessoa que possua tais conhecimentos, precisará acionar certos saberes, relacionados às ações, a fim de conseguir um bom desempenho nas tarefas, indicadas na superfície textual.

Muitas vezes, atos de fala podem ser entendidos de acordo com a predisposição das imperativas, de modo a evitar certas consequências negativas, relativas ao uso do produto. Isso pode ser visto no exemplo em seguida, que especifica alguns procedimentos para instalação de um assento infantil para automóveis.

Exemplo 35:

(...) **puxe a tira de ajuste [D] para baixo até que as tiras dos ombros [G] estejam tensionadas e a criança encostada no assento**

ATENÇÃO

- depois de acomodar a criança **sempre verifique se as tiras estão tensionadas e os fechos travados**

- ajuste todas as tiras para segurar a criança de acordo com suas características biométricas

As tiras subabdominais devem ser utilizadas na região pélvica não deixe brinquedos, bagagens ou objetos de risco próximos à criança ou entre as tiras de segurança

- não deixe as tiras torcidas

No caso do exemplo 35, apresentam-se os procedimentos para “ajuste” de um assento infantil para automóveis. Quanto ao estabelecimento dos procedimentos, usam-se imperativas como “*puxe a tira de ajuste [D] para baixo até que as tiras dos ombros [G] estejam tensionadas*” que indicam, no ilocucionário, o diretivo relativo à tarefa de “ajustar”, que é procedimento comum às características de manuseio desse produto.

Por outro lado, a instrução relativa ao acionamento do comando de “ajustar o assento” produz como efeito a função de encostar, de forma correta, as crianças no encosto do assento. Isso é uma condição para a segurança das crianças e objetivo final de uso desse produto. Essa funcionalidade do artefato de segurança pode ser entendida na continuação do enunciado “*a criança encostada no assento*” sendo, portanto, tarefa inerente ao procedimento de “ajustar”.

Esse procedimento ainda fica evidente, ao observar procedimentos subsequentes como “*As tiras subabdominais devem ser utilizadas na região pélvica*”, que é uma frase de natureza declarativa, indicativa da instrução “*usar a tira corretamente*”, o que acarreta, no plano ilocucionário, a importância dessa instrução para o sucesso no manuseio do produto.

Localizar, portanto, as tiras do assento infantil é procedimento indispensável ao seu correto uso. Isso fica caracterizado, ainda, pela informação contida no procedimento “*As tiras subabdominais devem ser utilizadas na região pélvica*” que

se presta a mostrar a importância de não deixar objetos no assento, o que poderia ser fator complicador para o bom uso do artefato.

Ressaltamos que os atos diretivos são predominantes nos textos instrucionais, dadas as finalidades de seu uso, como no exemplo 35. Entretanto, outros atos de fala podem ser desencadeados na superfície textual, por meio de frases declarativas. Outros tipos frasais acarretam, além da categoria diretiva, o aparecimento de outras ações que podem ser desencadeadas, na superfície textual dos enunciados, como no exemplo em seguida.

Exemplo 36:

Seção 6: comandos e controles

Z Luz indicadora de anomalia no sistema de injeção eletrônica

Esta luz Z deve se acender ao ligar a ignição e apagar-se após dar partida ao motor.

Caso a luz não se acenda, a lâmpada poderá estar queimada. Procure uma Concessionária ou Oficina Autorizada Chevrolet

Para facilitar a localização, a tecla do interruptor foi posicionada acima da coluna de direção.

Se a luz Z se acender com o motor em funcionamento, há falha no sistema de injeção eletrônica. Neste caso, o sistema aciona automaticamente um programa de emergência que permite a continuação do percurso.

Não dirija muito tempo com esta luz acesa para não danificar o catalisador e aumentar o consumo de combustível. Procure uma Concessionária ou Oficina Autorizada Chevrolet para verificação e reparos.

Se a luz Z se acender intermitentemente com o motor em funcionamento, há falha de combustão no motor e poderá danificar o catalisador. Procure uma Concessionária ou Oficina Autorizada Chevrolet o mais rápido possível para verificação e reparos.

O exemplo 36 refere-se ao manual do carro Celta, e trata dos procedimentos a serem efetuados, ao ligar seu motor. Quanto a isso, a instrução contida no excerto “Esta luz Z deve se acender ao ligar a ignição e apagar-se após dar partida ao motor” confirma o diretivo indireto “ligue a ignição e observe se a luz Z se acendeu”.

Após essa primeira tarefa, uma informação é dada, sendo acrescida à instrução, o que pode evidenciar a categoria compromissiva dos atos de fala.

Sobre a natureza interlocutiva desse ato de fala, o desejo de promover o compromisso de ajudar os interlocutores a encontrar a “luz Z”, ao qual ele se refere, pode promover uma boa imagem do locutor. Isso pode ser percebido, ao configurar-se o ato de fala compromissivo “*Para facilitar a localização, a tecla do interruptor foi posicionada acima da coluna de direção*”, que pode indicar a atitude de comprometimento do locutor, que se mostra disposto a facilitar os interlocutores em achar a luz indicada. Esse ato de fala é representado pelo compromisso, exposto no excerto “nos preocupamos com sua dificuldade em achar a luz Z”. Por outro lado, também se realiza o diretivo indireto “observe a localização da luz Z”, já que a frase é indicativa do procedimento de “observar” a referida luz.

Por outro lado, além de estabelecer o ato indireto, esse compromissivo salienta a necessidade de observar a luz de emergência, pois não verificar se ela está ou não acesa é um procedimento importante. Isso pode ser visto nas instruções contidas no excerto “*Se a luz Z se acender intermitentemente com o motor em funcionamento há falha de combustão no motor e poderá danificar o catalisador*”, que denota os diretivos “observe se a luz Z desliga” e “atente, pois o catalisador pode ser danificado”.

Com isso, ressaltamos que outros atos de fala, também, podem ser apreendidos na leitura dos manuais, e dos textos instrucionais em si, com vistas de ratificar algumas instruções, transmitidas na superfície textual.

Os atos diretivos são, portanto, desencadeados por meio de imperativas, como mostrado nos exemplos. Esses atos de fala possuem força ilocutória compatível com alguns perigos, envolvidos no manuseio dos artefatos instruídos nos textos. Os procedimentos são predispostos, textualmente, de modo a orientar os sentidos dos interlocutores, ao desempenhar os procedimentos um a um, fazendo-os atingir o objetivo final de uso dos manuais.

Para finalizar, ressaltamos com respeito aos procedimentos, no gênero, que eles abarcam alguns conhecimentos que podem ser acionados e existe, nesses casos, a necessidade dos interlocutores entenderem como esses saberes devem ser aplicados à realização dos procedimentos. Também, com respeito ao emprego frasal, os textos, além de predispor imperativas, também podem usar outros tipos, na organização das tarefas. Quanto a isso, os atos diretivos, realizados por meio de

avisos e advertências, refletem a intencionalidade dos locutores, em despertar a atenção dos interlocutores sobre alguns perigos, decorrentes do manuseio dos produtos.

Todos os atos de fala, desencadeados nos manuais, se prestam à finalidade de montar ou operar os artefatos, adquiridos pelos interlocutores. Quanto a isso, alguns atos de natureza assertiva, também, são detectados por meio de declarativas, assim como atos compromissivos, que podem desempenhar o papel de explicitar a intencionalidade dos locutores, desejosos em se comprometer com os interlocutores na manutenção dos benefícios oferecidos.

A configuração dos atos de fala inerentes ao gênero ressaltam o macroato de advertência, pois os procedimentos devem ser realizados com os devidos cuidados, pelos interlocutores, a fim de que o manuseio dos artefatos não ofereça perigos a eles.

3.3 Gênero bula

A presente seção debruçar-se-á na análise do gênero bula, procurando ressaltar aspectos concernentes ao desenvolvimento dos procedimentos, expostos na superfície textual desses enunciados. Para analisar discursivamente os excertos selecionados, alguns aspectos tornam-se importantes, identificando-se algumas categorias analíticas.

Sobre a força ilocutória decorrente das instruções e suas possíveis atribuições no perlocucionário, o interlocutor, ao entender essas formas de ação, terá como atitudes o acatamento dos procedimentos e o convencimento do uso do medicamento, por entender que as propriedades bioquímicas desses medicamentos são apropriadas.

Também esses textos, por serem direcionados a interlocutores diferentes, terão suas partes destinadas a esses três tipos de leitor. Quando os textos são direcionados aos pacientes, o uso de frases que se prestam a chamar a atenção sobre os perigos são predispostas e acarretam atos de fala com caráter de advertência. Nessas partes, notam-se, também, frases interrogativas que desempenham essa mesma atribuição interlocutiva.

O gênero possui, portanto, como fator distintivo o tipo de remissão a, pelo menos três interlocutores, quais sejam: a pessoa que vai usar o medicamento em si,

o médico que o prescreveu e o farmacêutico que o manipulará. Quanto a isso, as instruções são direcionadas a essas três pessoas enunciativas que possuem interesses diferentes para o entendimento e o desempenho das instruções estabelecidas na superfície textual.

Com respeito às decorrências frasais, as frases de natureza declarativa são recorrentes e possuem duas atribuições, que são a predisposição de procedimentos e de etapas de manuseio dos medicamentos e a identificação dos benefícios dos componentes químicos no organismo. Essas atribuições das declarativas estipularão, no ilocucionário, essencialmente, dois tipos de atos de fala: o assertivo e o diretivo. Como temos feito nas demais seções, passamos a descrever os textos a partir desse momento.

A fim de compreender a estrutura textual do gênero, passamos à exposição prévia dos elementos que o constituem, bem como da natureza de atuação de cada um dos medicamentos. Para tanto, expõe-se, em seguida, uma tabela para demonstrar as características bioquímicas dos medicamentos escolhidos.

É válido ressaltar que a escolha dos textos se dá pela ampla utilização dos medicamentos aos quais eles instruem. Assim como na seleção dos exemplares dos gêneros receita e manual, todas as bulas a serem analisadas são bastante divulgadas sendo os medicamentos aos quais elas aludem bastante consumidos pelos indivíduos.

Ressaltamos, também, que os medicamentos são usados para agir no organismo de modo a solucionar diferentes transtornos psíquicos, imunológicos, de carência de vitaminas, dores, etc. Utilizaremos vitaminas, medicamentos controlados, analgésicos, entre outras drogas para constatar algumas formas de emprego dos recursos linguísticos que podem dar pistas quanto à aquisição dos sentidos, a partir da leitura das bulas. Como temos procurado evidenciar nos demais gêneros sobre as escolhas dos medicamentos, resumimos as características dos tipos de medicamento escolhidos no quadro a seguir.

Quadro 15- A escolha dos *corpora*: gênero bula

Nome	Natureza	Atuação	Funcionamento	Público – alvo
Kalyamonkids	Polivitamínico e poliminerais	Fortificação óssea e auxílio no	Estabelece níveis desejáveis de	Crianças entre 7 meses e 10 anos.

		crescimento infantil.	vitaminas, principalmente, cálcio, de acordo com a faixa etária das crianças.	
Acalmil	Fitoterápico	Equilíbrio do sistema nervoso periférico.	Controle de estados de desequilíbrio nervoso, com ação de, até 12 horas.	Pessoas em estados de desequilíbrio nervoso, tais como: insônia e ansiedade.
Redoxon zinco	Micronutriente	Possui nutrientes essenciais.	Acrescenta nutrientes necessários ao metabolismo.	Qualquer indivíduo que deseje melhorar o sistema imunológico.
Serenata	Antidepressivo	Equilíbrio do sistema nervoso.	Controla estados de desequilíbrio nervoso, com ação de, até 24 horas.	Adultos com depressão e outros transtornos psíquicos tais como : TOC (transtorno obsessivo compulsivo) e TEPT (transtorno de estresse pós-traumático).
Annita	Antiverminose	Combate a vermes.	Inibe uma enzima que existe no corpo humano, impossibilitando a existência de vermes que sobrevivem dela.	Qualquer pessoa que tenha essa verminose.
Cebion	Micronutriente	Vitamínico	Acrescenta vitamina C ao organismo.	Qualquer indivíduo que precise corrigir a carência de vitamina C.
Alprazolam	Calmante	Equilíbrio do sistema nervoso central.	Controla estados de desequilíbrio nervoso, com ação de, até 24	Pessoas com estados de transtorno de ansiedade.

			horas.	
Benflogin	Antiinflamatório	Combate de inflamações	Ação imediata nos processos inflamatórios, com duração de até 6 horas.	Pessoas que desenvolvem processos inflamatórios, principalmente nos ouvidos, nariz e garganta.
Velamox (Amoxicilina)	Antibiótico	Tratamento de infecções.	Combate infecções, principalmente, nas vias respiratórias.	Adultos e crianças com inflamações no sistema respiratório.
Buscofem	Analgésico	Alívio da dor	Combate às dores pélvicas, com atividade de até 6 horas.	Mulheres que sofrem de cólica menstrual.

Os dados levantados no quadro procuraram evidenciar as características de uso dos medicamentos escolhidos, a fim de indicar se as bulas, que têm como função instruir sobre o uso dessas drogas, possuem peculiaridades estruturais e discursivas semelhantes.

Como foi mencionado, o critério para escolha das bulas ocorre pelo fato dos medicamentos, aos quais elas instruem serem populares. Essas drogas são amplamente prescritas por médicos ou mesmo podem ser utilizadas sem uma consulta médica, principalmente, as vitaminas e analgésicos. Quando isso ocorre, o próprio indivíduo a ingeri-lo fica responsável pelos possíveis riscos advindos de sua má utilização. Algo não aceito pela comunidade médica.

Essa peculiaridade quanto ao uso dos medicamentos torna, portanto, o estudo da estrutura textual das bulas algo relevante, socialmente, fator que nos motivou a inserir o gênero na pesquisa. Sobre a diagramação textual das partes estruturais do gênero, eles possuem características de apresentação semelhantes. Para conhecer essa diagramação, elaborou-se a figura em seguida, em que são demonstradas as características das partes textuais que caracterizam a composição textual das bulas.

Redoxon Zinco
ácido ascórbico + zinco

I) IDENTIFICAÇÃO DO MEDICAMENTO
 Nome comercial: Redoxon® Zinco
 Denominação genérica: ácido ascórbico + zinco
 Forma farmacêutica, via de administração e apresentação
 USO ORAL
 Cartucho contendo 1 tubo com 10 comprimidos efervescentes
 USO ADULTO e crianças acima de 10 anos
 Composição
 Cada comprimido efervescente contém:
 ácido ascórbico 1 g
 zinco 10 mg
 Excipientes: bicarbonato de sódio, carbonato de sódio anidro, ácido cítrico anidro, ácido málico, aspartame, acesulfame de potássio, cloreto de sódio, essência de laranja, essência de tangerina, isomalte, macrogol e betacaroteno.

II) INFORMAÇÕES AO PACIENTE
 1. Como este medicamento funciona?
 Redoxon® Zinco combina em sua fórmula a vitamina C e o zinco, dois micronutrientes essenciais que desempenham importantes papéis em inúmeros processos metabólicos e atuam de modo complementar para o adequado funcionamento do sistema imunológico.
 A deficiência de vitamina C e/ou zinco pode comprometer o bom funcionamento das defesas do organismo contra doenças.
 A vitamina C e o zinco não são produzidos pelo nosso organismo, portanto, têm que ser obtidos de fontes externas.
vitamina C
 A vitamina C atua no sistema imunológico (sistema de defesa contra infecções), sendo necessária

Nome do medicamento e identificação básica da composição química.

Identificação de toda a fórmula farmacêutica do medicamento e sua forma de apresentação (comprimido, líquido, etc.).

Partes textuais. Geralmente, o item de informações ao paciente é o primeiro, seguido pelos demais, sendo o de reações adversas o último mostrado. Para finalizar, os textos informam sobre o armazenamento e posologia do medicamento.

Figura 10- Exibição da diagramação textual do gênero bula

A estrutura textual do gênero possibilita o entendimento da existência de uma complexidade quanto ao seu manuseio e aos cuidados de uso. Essa complexidade identifica que as instruções são direcionadas a três grupos distintos, como mencionado anteriormente, que são: os usuários da droga em si, os profissionais de saúde e os responsáveis farmacêuticos. Esse “multidirecionamento interlocutivo” ocorre porque as informações precisam atender a indivíduos de diferentes grupos que manuseiam a droga. Tais peculiaridades, por outro lado, demonstram textos que são construídos, discursivamente, a partir de características interlocutivas semelhantes.

O delineamento das características textuais permitiu a identificação do arquétipo discursivo do gênero, levando-nos à elaboração de uma segunda tabela demonstrativa. Nesse caso, observa-se que existem, em todos os textos escolhidos, partes textuais semelhantes.

Os textos possuem, em geral, itens textuais correspondentes, ainda que possam ocorrer, algumas vezes, alterações estilísticas. Nesse caso, as variações

textuais são decorrentes de duas razões: algumas bulas fazem o englobamento de uma ou mais partes em um único subitem. Outra característica importante está no fato de que algumas vezes, o direcionamento das instruções pressupõe outros interlocutores, que não são os pacientes que vão utilizar a droga.

Quanto ao primeiro aspecto, consideramos que as designações mais comuns desses elementos textuais são as predispostas na tabela que será exposta em seguida, permitindo delinear uma visão do arquétipo textual do gênero. Por outro lado, as definições das finalidades de cada uma dessas partes estarão condicionadas, em última instância, a um segundo aspecto de configuração do gênero.

A partir dessa segunda característica, observam-se interlocutores diferenciados, tais como: profissionais da saúde – médicos, farmacêuticos, entre outros – e químicos, além dos indivíduos que farão o uso dos medicamentos. Por conta dessas atribuições, cada uma das partes textuais será direcionada a um grupo de interlocutores ou mais, e isso, a nosso ver, pressupõe atos de fala diferenciados. Essas ações predispõem naturezas interlocutivas que poderão gerar dúvidas quanto ao cumprimento das etapas envolvidas no uso do medicamento.

Como exemplo disso, o item relativo à “posologia”, parte em que ocorre a explicação da quantidade de medicamento a ser ministrada, constitui um tipo de informação direcionada não apenas aos profissionais de saúde. Esses profissionais devem indicar, com precisão, a quantidade do remédio adequada aos pacientes, que são os consumidores da droga, que devem, por outro lado, ter ciência dessas informações.

O mesmo ocorre com a observação dos procedimentos relativos a outras partes textuais, em que as frases indicadoras de procedimentos desencadeiam atos de fala que indicam os processos a serem realizados no manuseio dos medicamentos, sendo, também, direcionados a interlocutores distintos. Ressaltamos que é difícil mensurar até que ponto essas informações técnicas são restritas a, apenas, os médicos e técnicos farmacêuticos, pois os consumidores podem recorrer à leitura das instruções relativas a esses interlocutores, para fazer uso dos medicamentos.

A fim de detalhar a estrutura macrodiscursiva dos textos escolhidos, elaborou-se a tabela em seguida, em que são demonstradas as partes textuais que caracterizam essa composição estrutural do gênero.

Quadro 16- A estrutura macrodiscursiva do gênero bula

Parte textual	Definição	Interlocutores
Apresentações	Indicação do nome comercial e da denominação genérica do medicamento. Geralmente, a denominação genérica contém o nome do principal componente químico do medicamento.	Consumidor, médico, farmacêutico e químico responsável.
Fórmula farmacêutica	Descrição dos componentes químicos do medicamento e da quantidade de tais elementos.	Farmacêutico, químico.
Composição	Relacionamento de todos os elementos usados para fazer o medicamento. Às vezes, além de mostrar quais são os elementos principais, os locutores também explicam quais foram os “excipientes”, usados na composição do volume de cada medicamento.	Farmacêutico, químico.
Informações ao paciente	Demonstração de como o medicamento funciona, coadunando a ação de cada um dos componentes da fórmula no organismo.	Consumidor
Informações técnicas	Informações das características farmacológicas dos elementos químicos. Nesse caso, ocorre o uso de expressões e de jargões próprios dos profissionais responsáveis, a fim de descrever o processo envolvido na utilização do medicamento no organismo dos pacientes.	Médico, farmacêutico, químico.
Indicações	Relacionamento dos tipos de patologias às quais o medicamento é indicado.	Médico, consumidor.
Contraindicações	Relacionamento dos tipos de casos quando o medicamento não é indicado.	Médico, consumidor.
Precauções	Indicação dos pacientes que devem ter mais atenção nas reações do medicamento. Geralmente, grávidas e lactantes são elencadas nesse grupo de indivíduos. Também é comum a citação dos idosos e	Consumidor

	crianças.	
Advertências	Apresentação de casos específicos dos indivíduos que precisam ter atenção no uso dos medicamentos. Também aparecem, em muitos casos, os nomes das patologias que, quando presentes nos indivíduos, esses devem evitar o uso dos remédios.	Consumidor
Reações adversas	Explica os casos em que podem ocorrer reações ao medicamento. Questões relativas à tolerância, à hipersensibilidade e à irritação, advindas do uso da droga.	Médico, consumidor.
Posologia	Indicação da quantidade do medicamento, adequada à faixa etária e à indicação do remédio.	Médico, consumidor.
Superdosagem	Descrição dos problemas relativos à superdosagem, tais como: intoxicação, reações alérgicas e problemas gástricos.	Médico, consumidor.
Interações medicamentosas	Descrição dos tipos de combinações de substâncias que não podem ser administradas juntamente com a droga.	Médico, consumidor.
Armazenagem	Relacionamento dos cuidados quanto à armazenagem do produto.	Consumidor
Dizeres legais	Exposição dos elementos relativos à legalidade da empresa que produz o medicamento, tais como: número de inscrição no Ministério da Saúde, nome do farmacêutico responsável, dados do lote do medicamento, nome do fabricante e da empresa importadora.	Consumidor

O quadro 16 enumerou as partes textuais das bulas e, quanto aos textos escolhidos, todos eles contêm os itens acima relacionados, ainda que, muitas vezes, essas partes textuais possam aparecer com outros títulos.

As três primeiras partes constituem os elementos textuais introdutórios: apresentação do medicamento, relação da fórmula farmacêutica e sua composição

geral. Essas partes indicam dados que podem ser considerados como direcionados aos grupos de interlocutores mostrados na terceira coluna da tabela.

Os itens em que o locutor faz a apresentação do medicamento possui um caráter introdutório, sem que haja um direcionamento a um interlocutor específico. Também ocorre, após essa apresentação, a parte que contém a fórmula química e a composição geral dos elementos usados que seria mais propícia de ser direcionada aos farmacêuticos, que são as pessoas responsáveis pela manipulação dos medicamentos.

As partes seguintes constituem informações sobre o funcionamento do medicamento, bem como de dados importantes acerca das precauções na sua ministração.

No item de informações ao paciente, ocorre uma predisposição geral acerca do funcionamento da droga no organismo, bem como de sua pertinência no combate aos sintomas apresentados. Essas informações são, a nosso ver, dados importantes, tanto para o profissional de saúde, quanto para o consumidor da droga. Já as partes em que ocorrem as informações técnicas apresentam informações que estão mais afeitas aos profissionais de saúde.

Em outros itens, o reportamento das instruções representa, para nós, interesses ainda mais diversificados, na medida em que refletem dados que dizem respeito aos técnicos e aos profissionais de saúde e que são imprescindíveis para os pacientes.

Nesse caso, as partes que tratam, por exemplo, de informações relativas às “indicações” e “contraindicações”, e em que ocorre a apresentação de benefícios e de malefícios da atuação da droga no organismo, dizem respeito a dados relativos ao paciente e não, apenas, aos técnicos e aos profissionais responsáveis.

O mesmo ocorre, também, nos itens que tratam das “precauções” e “advertências”, em que há uma predisposição de possíveis danos à saúde e sobre os cuidados quanto à ingestão do medicamento. Quanto a essa indicação de instruções aos tipos de leitores desses textos, em se tratando dos itens relativos às “reações adversas” e à “posologia”, ocorre a indicação da quantidade do que será ingerido e, mesmo em se tratando de algo que é previamente prescrito pelo médico, o paciente pode querer saber o que ocorrerá em seu organismo com o uso da droga.

Pressupomos, portanto, que esses itens específicos são importantes também para os consumidores, pois, se pensarmos em sua relativa “autonomia” quanto à

leitura e à ingestão da droga, veremos que o item que trata da “superdosagem”, também pode ser de interesse desses indivíduos. Essa parte mostra os prejuízos devido ao uso exagerado, e na parte que trata das “interações medicamentosas” são mostrados os dados dos elementos compatíveis e não compatíveis com o uso do medicamento. Por isso, é importante entender como o direcionamento dos interlocutores a partir dos procedimentos pode refletir informações imprescindíveis, tanto para os médicos e técnicos, quanto para os consumidores em si.

Sobre isso, essas peculiaridades no nível textual poderão revelar atos de fala direcionados a diferentes interlocutores, dependendo de quem é o leitor que acatará a instrução. Por outro lado, o consumidor é a pessoa para quem as informações serão imprescindíveis.

Tendo delimitado as características macrodiscursivas do gênero, bem como de alguns fatores importantes para a identificação do processo instrucional, passamos à análise dos exemplos de 37 a 48, que têm por finalidade evidenciar os atos de fala decorrentes do emprego desses textos.

Exemplo 37:

INFORMAÇÕES AO PACIENTE

COMO ESTE MEDICAMENTO FUNCIONA?

Kalyamon® Kids é um suplemento vitamínico-mineral que possui uma combinação racional de todos os elementos essenciais à prevenção e combate dos estados de deficiência de cálcio. (...)

QUANDO NÃO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO? Contra-indicações

Não tome Kalyamon® Kids se você tiver hipersensibilidade (alergia) a qualquer um dos componentes do medicamento.

Kalyamon® Kids não deve ser utilizado nos seguintes casos:

Hipercalcemia (excesso de cálcio no sangue); Hipercalciúria (excesso de cálcio na urina);

O exemplo 37 constitui as partes que explicam sobre o funcionamento e as precauções para a ingestão do “Kalyamon kids” um suplemento de cálcio bastante comum, usado pelas mães de crianças na fase de dentição. Revela-se que o emprego de frases declarativas e imperativas procura assegurar a aplicação do

produto e mostrar os riscos de seu uso, o que insere os atos de fala decorrentes do emprego dessas frases nas categorias diretiva ou assertiva.

A declaração feita pela frase *“Kalyamon® Kids é um suplemento vitamínico-mineral que possui uma combinação racional de todos os elementos essenciais à prevenção e combate dos estados de deficiência de cálcio”*, pode conferir ao produto o indicativo de que ele serve para sua finalidade de uso, no caso, o combate à falta de cálcio no organismo.

A frase em destaque, embora declarativa, também pode indicar, no perlocucionário, o mesmo objetivo de uso das imperativas. Nesse caso, ela se presta a instruir o interlocutor do uso da droga, objetivo que pode ser entendido se a considerarmos como, por exemplo, desencadeadora do ato diretivo indireto: “use esse medicamento para combater as carências de cálcio”.

Já com respeito às sequências imperativas, que, tradicionalmente, se prestam a instruir os indivíduos, nas bulas, seu emprego reflete a presença de outro interlocutor que não é o paciente, já que as instruções são passadas para o médico e não para o paciente em si. Isso pode ser visto ao analisarmos o emprego da imperativa *“Kalyamon® Kids não deve ser utilizado nos seguintes casos: Hipercalcemia (excesso de cálcio no sangue); Hiper calciúria (excesso de cálcio na urina)”*. Esse período, embora esteja sendo direcionado ao profissional de saúde, pode acarretar no ilocucionário o aviso quanto a não utilização do medicamento por alguns indivíduos. Quando isso ocorre demanda um ato de fala que se presta a provocar o devido acatamento, no perlocucionário, do procedimento expresso por essa frase com força ilocutória de imposição.

Por conta das diferenças de emprego frasal, as formas de acatamento à luz dos efeitos ilocutórios das declarativas e imperativas são diferenciadas no gênero, sempre dependendo dos riscos envolvidos.

Dirigir-se ao profissional de saúde e não à pessoa que irá manusear o medicamento pode, por fim, provocar uma leitura dos procedimentos, acarretando outras formas de acatamento dessas instruções, de acordo com as temeridades envolvidas. Isso pode evidenciar outros posicionamentos do indivíduo que ingerirá a droga e repercussões na percepção dos sentidos a partir dessas ações no entendimento do interlocutor.

Outras ocorrências frasais, também, atribuem pesos ilocutórios diferenciados, comuns da estrutura textual do gênero, como no exemplo 38.

Exemplo 38:

POR QUE ESTE MEDICAMENTO FOI INDICADO?

ACALMIL* é indicado para ansiedade, insônias, distúrbios neurovegetativos, enurese de origem não orgânica, hipertensões leves, climatério, dismenorreia e irritabilidade.

QUANDO NÃO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?

CONTRA-INDICAÇÕES

ACALMIL* não deve ser usado nos seguintes casos:

-Hipersensibilidade ao látex (reação cruzada com a *Passiflora incarnata*). Não há referência na literatura consultada quanto a hipersensibilidade a *Salix alba* em pacientes com alergia ao ácido acetil salicílico. Devido a presença do *Salix Alba*, deve-se evitar a prescrição para pacientes com úlceras gastrointestinais, déficits de coagulação, hemorragias ativas e pacientes em tratamento com derivados de ácido acetil salicílico ou outros anticoagulantes.

Informe seu médico sobre qualquer medicamento que esteja usando, do início, ou durante ao tratamento.

O exemplo 38, retirado da bula de um medicamento fitoterápico, expõe acerca da indicação do medicamento e das propriedades químicas dessa droga. Como tem sido evidenciado no presente trabalho, o uso de uma frase interrogativa, tal qual a imperativa, se presta a despertar a ação dos interlocutores a algum posicionamento responsivo.

Por outro lado, é comum o uso de interrogativas nos textos, muitas vezes com vistas a organizar, textualmente, o início da parte em que o locutor expõe os tipos de propriedades químicas dos medicamentos, ou mesmo no início de algum tipo de instrução. As interrogativas “POR QUE ESTE MEDICAMENTO FOI INDICADO?” e “QUANDO NÃO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?” possuem essas peculiaridades de emprego e, ao organizarem essas partes textuais, apresentam força ilocutória comum dos atos diretivos.

Esses atos ilocucionários podem, por isso, ser entendidos como repercutindo no procedimento “use esse medicamento em caso de” e “não use esse medicamento em caso de”, respectivamente. Essas duas grandes ações organizam as informações em seguida, em que se mostram as indicações e contraindicações

dos medicamentos. Nesse caso, observa-se, portanto, o ato de fala indireto, advindo das interrogativas.

O emprego das interrogativas, no excerto, visa à instrução e atribui os mesmos valores ilocutórios das imperativas, e, desse modo, seu uso pode decorrer do desejo do locutor por despertar a curiosidade nos interlocutores, pessoas que possivelmente querem saber como a droga funciona. O emprego das interrogativas pode, por fim, acentuar o diretivo requerido por procedimentos tais quais “use” ou “não use” o medicamento, tarefas afeitas ao gênero. Ainda se pode salientar que, tanto as interrogativas, quanto as imperativas, se prestam a funções interlocutivas similares, cujos atos de fala apenas realizarão procedimentos de modo mais ou menos taxativo. Essas frases, portanto, refletem atos de fala inseridos na categoria diretiva, como se defendeu na seção que abordou a interseção do estudo dos atos de fala e da frase.

O emprego das declarativas por outro lado, também pode-se prestar a acentuar o caráter instrucional dos procedimentos, como pode ser visto no exemplo em seguida.

Exemplo 39:

INFORMAÇÕES AO PACIENTE

Como este medicamento funciona? Redoxon Zinco combina em sua fórmula a vitamina C e o zinco, dois micronutrientes essenciais que desempenham importantes papéis em inúmeros processos metabólicos e atuam de modo complementar para o adequado funcionamento do sistema imunológico. **A deficiência de vitamina C e/ou zinco pode comprometer o bom funcionamento das defesas do organismo contra doenças. A vitamina C e o zinco não são produzidos pelo nosso organismo,** portanto têm que ser obtidos de fontes externas.

Vitamina C

A vitamina C atua no sistema imunológico (sistema de defesa contra infecções), sendo necessária para a formação e funcionamento das células responsáveis pelas defesas do organismo. **É fundamental para a produção de colágeno** que promove a cicatrização de feridas e tem importante função de barreira contra a entrada de agentes infecciosos (vírus, bactérias, etc.) no organismo, pois **o colágeno é parte integrante da pele e mucosas,** além de atuar no combate aos radicais livres. Esta vitamina é armazenada apenas em pequenas quantidades pelo organismo, portanto, recomenda-se sua ingestão regular. **O ácido ascórbico desempenha papel importante na absorção do ferro dos alimentos,** transformando-o da forma férrica em ferrosa, oferecendo assim, proteção contra a anemia ferropriva. **A vitamina C natural (dos alimentos) e a sintética (dos suplementos vitamínicos) são similares e possuem o mesmo poder de ação.**

O exemplo 39 foi retirado da bula do medicamento Redoxon Zinco, que é um complemento vitamínico e, nessa parte, o locutor expõe as diferentes propriedades benéficas da vitamina C e do Zinco. Como tem sido mostrado, o uso de frases declarativas, nas bulas, muitas vezes, demonstra, textualmente, as propriedades dos medicamentos, indicando os benefícios de seu uso. As explicações acerca das propriedades da droga são feitas do ponto de vista da intencionalidade, de modo a convencer o interlocutor de que aquele produto é indispensável à saúde.

Dessa forma, o emprego de declarativas como “*A deficiência de vitamina C e/ou zinco pode comprometer o bom funcionamento das defesas do organismo contra doenças*” e “*A vitamina C e o zinco não são produzidos pelo nosso*

organismo” desencadeiam atos de natureza assertiva, usados para mostrar duas propriedades do medicamento. A primeira declarativa, afirmativa, mostra que a falta da vitamina C pode comprometer o organismo e a segunda, negativa, indica que a vitamina C e o zinco não são produzidos pelo organismo.

O emprego das duas frases acarreta atos de natureza assertiva que podem resumir as propriedades benéficas do medicamento, mostrando por outro lado, no ilocucionário, um ato de fala indireto, com vistas de convencer o interlocutor a usar o medicamento. O convencimento pode ser acentuado pelo emprego de outras declarativas, indicativas de mais propriedades benéficas da droga, como *“A vitamina C atua no sistema imunológico”, “É fundamental para a produção de colágeno”, “o colágeno é parte integrante da pele e mucosas” e “O ácido ascórbico desempenha papel importante na absorção do ferro dos alimentos”*.

Por fim, as propriedades químicas do medicamento assumem maior destaque com a declarativa *“A vitamina C natural (dos alimentos) e a sintética (dos suplementos vitamínicos) são similares e possuem o mesmo poder de ação”* que pode mostrar serem ambos os tipos de vitamina C, a natural e a sintética, passíveis do mesmo poder de ação. Nesse caso, realiza-se um ato indireto como postulado pela imperativa *“use o medicamento, pois suas propriedades possuem o mesmo poder de ação daquelas advindas da vitamina C natural”*.

O emprego das declarativas no gênero bula pode, por conseguinte, configurar textualmente o convencimento quanto ao uso dos medicamentos. Isso é atingido quando o locutor aponta as inúmeras propriedades benéficas de uma determinada droga, salientando sua importância.

As ações pressupostas pelas instruções no gênero podem ser entendidas como procedimentos tais como *“use/não use”, “ingira”, “tome”* o medicamento em caso de, etc. Essas ações são feitas, portanto, por frases imperativas, interrogativas ou declarativas, todas usadas com a finalidade de instruir.

Exemplo 40:

INFORMAÇÕES AO PACIENTE COMO ESTE MEDICAMENTO
FUNCIONA?

Kalyamon® Kids é um suplemento vitamínico-mineral que possui uma combinação racional de todos os elementos essenciais à prevenção e combate dos estados de deficiência de cálcio. O seu efeito se faz sentir de maneira progressiva. Kalyamon® Kids deve ser tomado na quantidade determinada e durante o tempo que for necessário para a completa recuperação. (...)

QUANDO NÃO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?

Contra-indicações: **Não tome Kalyamon® Kids se você tiver hipersensibilidade (alergia) a qualquer um dos componentes do medicamento. Kalyamon® Kids não deve ser utilizado nos seguintes casos:** Hipercalcemia (excesso de cálcio no sangue); Hipercalciúria (excesso de cálcio na urina); Insuficiência renal (deficiência no funcionamento dos rins); Cálculos renais; Hiperparatireoidismo (aumento da produção de hormônio paratireoideano); Sarcoidose (tipo de doença inflamatória crônica).

Advertências: **O risco-benefício deve ser considerado nas seguintes situações:** desidratação, desequilíbrios eletrolíticos, antecedente de cálculo renal, acloridria (falta de acidez na secreção gástrica) ou hipocloridia (diminuição da acidez na secreção gástrica).

O exemplo 40, retirado da bula de Kalyamon kids, expõe informações e procedimentos, que mostram riscos sobre a aplicação do medicamento.

Nesse excerto, ocorrem alguns avisos sobre possíveis riscos da ingestão no organismo, o que se revela uma importante parte textual. Quanto a esses avisos, eles são pressupostos pelas frases que indicam alguns procedimentos, evidenciando uma força ilocutória munida do teor de advertência e cautela, a fim de que os cuidados necessários ao seu uso sejam observados.

Dessa forma imperativas como *“Não tome Kalyamon® Kids se você tiver hipersensibilidade (alergia) a qualquer um dos componentes do medicamento”*; *“Kalyamon® Kids não deve ser utilizado nos seguintes casos...”*; *“O risco-benefício deve ser considerado nas seguintes situações...”* são utilizadas, pelos locutores do texto, com a finalidade de evidenciar os cuidados necessários para que o interlocutor, que nessa parte é o médico, não prescreva esse remédio nesses casos.

Por outro lado, o indivíduo que vai ingerir a droga também pode querer acesso a essas instruções e, em geral, elas indicam uma força ilocutória também indicativa de procedimentos. Destaca-se nesse excerto que tal qual o caráter prescritivo dos comandos afeitos a uma “receita médica”, as instruções podem ser percebidas e observadas, a fim de que haja um resultado positivo para os usuários da droga.

Sobre o efeito de sentido desses procedimentos, as instruções precisam ser acatadas de modo que os indivíduos não venham a sofrer possíveis danos em sua saúde. O tom impositivo delas pode ser salientado quando os riscos para a saúde dos usuários é percebido tanto pelo médico quanto pelo paciente, já que ele pode observar alguma reação adversa ao medicamento.

Por outro lado, os riscos advindos do mau uso da droga, muitas vezes, também são detectados no texto, ao mostrar instruções por meio de declarativas e interrogativas, como pode ser visto no exemplo em seguida.

Exemplo 41:

Se você for diabético, certifique-se com seu médico sobre o uso do produto. Durante o tratamento, pode-se dirigir veículos ou operar máquinas? **Podem ocorrer alguns efeitos sobre a habilidade de dirigir ou operar máquinas.**

Em caso de ingestão excessiva que providências tomar? Entre imediatamente em contato com seu médico, ou procure um pronto-socorro, informando a quantidade ingerida, o horário da ingestão e os sintomas.

O exemplo 41 trata de um medicamento usado por pessoas que apresentam infecções na garganta. Nesse excerto, o locutor expõe quanto aos perigos da ingestão em excesso do medicamento. Algumas frases apresentam instruções importantes, indicadoras, portanto, de atos de fala mantenedores de força ilocutória inerente ao perigo por elas instruído. No caso, essas frases representam instruções que se prestam ao socorro, nos casos do uso inadequado da droga.

Para despertar o interesse dos leitores sobre essas advertências, usam-se declarativas como “*Podem ocorrer alguns efeitos sobre a habilidade de dirigir ou operar máquinas*” que indica o ato indireto “atente para os efeitos do uso da droga no caso de dirigir ou operar máquinas”, pois o medicamento pode causar transtorno dessa natureza. Também o uso da interrogativa “*Em caso de ingestão excessiva*

que providências tomar?” se presta a indicar um ato indireto como “atende para as providências tomadas em caso do uso em excesso do medicamento”, pois, quando ocorre ingestão errada da droga, alguma atitude precisará ser tomada. O uso das declarativas e das interrogativas, nesse caso, presta-se à tomada de atitudes decorrentes da ação, no perlocucionário, observando-se o entendimento global das ações, requerido ao manuseio do medicamento.

Quando o interlocutor, por ventura, sofrer algum tipo de problema do uso do medicamento, a observação das partes textuais da bula e das instruções nelas predispostas é uma condição para o entendimento de possíveis dúvidas, advindas da sua ingestão. No caso, o excerto se trata da parte que expõe sobre a “*superdosagem*”, problema que pode ser evitado com o acatamento do que é prescrito como dosagem ideal.

Instruções que se prestam a informar sobre os sintomas decorrentes do uso indevido do medicamento também podem ser vistas elaboradas de outra forma, como no exemplo em seguida, em que vemos os procedimentos relativos ao uso de medicamento de uso controlado.

Exemplo 42:

Foram relatados sintomas seguidos da descontinuação do uso da sertralina, que incluem agitação, ansiedade, tontura, dor de cabeça, náusea e parestesia. Posologia: **A dose máxima recomendada de SERENATA (cloridrato de sertralina) é de 200 mg/dia.** Cada comprimido revestido SERENATA (cloridrato de sertralina) 50 mg contém cloridrato de sertralina equivalente a 50 mg de sertralina base. **Tratamento Inicial Depressão e TOC: o tratamento com SERENATA (cloridrato de sertralina) deve ser iniciado com uma dose de 50 mg/dia.** Transtorno do Pânico, Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT) e Fobia Social: o tratamento deve ser iniciado com 25 mg/dia, aumentando para 50 mg/dia após uma semana. **Este regime de dosagem demonstrou reduzir a frequência de efeitos colaterais emergentes no início do tratamento,** característicos do transtorno do pânico, Síndrome da Tensão Pré Menstrual (STPM) e/ou Transtorno Disfórico Pré-Menstrual (TDPM): o tratamento deve ser iniciado com 50 mg/dia, podendo-se adotar o tratamento contínuo (durante todo o ciclo menstrual)

O exemplo 42 trata de um sedativo usado no cuidado de transtornos psíquicos. No início do exemplo, a declarativa “*Foram relatados sintomas seguidos*

da descontinuação do uso da sertralina, que incluem agitação, ansiedade, tontura, dor de cabeça, náusea e parestesia” configura instrução que pode ser percebida pelo ato indireto, de caráter instrucional “tenha atenção, pois não usar corretamente o medicamento pode provocar alguns sintomas”.

A sequência de informações sobre a dosagem do medicamento ratifica a importância de usar a quantidade necessária do remédio. Isso pode ser visto com a presença das declarativas “*A dose máxima recomendada de SERENATA (cloridrato de sertralina) é de 200 mg/dia*”, que também pode indicar a instrução “não tome mais do que é recomendado”; e “*Tratamento Inicial Depressão e TOC: o tratamento com SERENATA (cloridrato de sertralina) deve ser iniciado com uma dose de 50 mg/dia*”, que pode indicar o procedimento afeito à imperativa “para essas doenças use tal dosagem”.

Sobre essas indicações de dosagem do medicamento, elas servem para mostrar os perigos da não utilização da dose recomendada pelo médico. Isso também é ratificado pelo emprego da declarativa “*Este regime de dosagem demonstrou reduzir a frequência de efeitos colaterais emergentes no início do tratamento*”.

Destaca-se que o conjunto das ações a ser desencadeado, no plano ilocucionário configuram o macroato de fala de caráter diretivo “não use quantidade errada do medicamento ou você poderá sofrer alguns sintomas”. Esse macroato é munido de força ilocutória que se presta à “prescrição”, refletindo o papel interlocutivo comum desse gênero. É interessante ver que o emprego das declarativas pode ser semelhante tanto no gênero bula como no contrato (como será exposto na próxima seção). Entretanto, a indicação ilocutória dos macroatos nos dois enunciados será diferente, pois as naturezas de emprego dos dois gêneros são diferenciadas. Em se tratando da prescrição, nas bulas, esse mesmo macroato também pode ser detectado nas instruções observadas no excerto em seguida.

Exemplo 43:

(...) **SIGA A ORIENTAÇÃO DO SEU MÉDICO, RESPEITANDO SEMPRE OS HORÁRIOS, AS DOSES E A DURAÇÃO DO TRATAMENTO.** NÃO INTERROMPA O TRATAMENTO SEM O CONHECIMENTO DO SEU MÉDICO NÃO USE O MEDICAMENTO COM O PRAZO DE VALIDADE VENCIDO. ANTES DE USAR, OBSERVE O ASPECTO DO MEDICAMENTO. ESTE MEDICAMENTO NÃO PODE SER MASTIGADO.

O exemplo 43 constitui um excerto retirado, também, da bula de um medicamento de uso controlado que é o “Alprazolam”, usado no controle de alguns distúrbios do sistema nervoso. Nesse caso, o macroato de prescrição pode ser percebido pelos riscos envolvidos no mau uso do medicamento.

Sobre os perigos de ingestão incorreta da droga, podemos evidenciar a concentração de informações imprescindíveis aos interlocutores, advindas de atos de fala decorrentes da presença das imperativas. Pode-se verificar esse aspecto de emprego frasal, quando se observa em um único período a elipse de alguns verbos indicativos de procedimentos, provocando a concentração da força ilocutória contida nessas instruções. Essa concentração de informações pode evidenciar, por outro lado, o posicionamento taxativo dos locutores, devido aos riscos do não acatamento desses procedimentos.

Observam-se alguns fragmentos que são destacados em caixa alta, que constituem instruções comuns nas bulas. Quanto a essa forma de emprego, imperativas contidas em períodos como “SIGA A ORIENTAÇÃO DO SEU MÉDICO, RESPEITANDO SEMPRE OS HORÁRIOS, AS DOSES E A DURAÇÃO DO TRATAMENTO” podem indicar várias instruções, já que o verbo está subtraído da superfície textual. No caso, esse único período concentra as seguintes instruções “use o medicamento como o médico prescreveu”, “respeite o horário”, “respeite a quantidade prescrita” e “respeite o tempo do tratamento”.

O macroato de prescrição, nesse tipo de construção, é advindo da força ilocutória que fica concentrada nas ações pressupostas pelas imperativas nesse período e está condicionado, diretamente, aos perigos de seu mau uso. Isso pode ser entendido também pelos riscos envolvidos, já que se trata de um medicamento de uso controlado, não podendo, portanto, ser adquirido sem a autorização de um médico psiquiatra.

Também sobre essa forma de emprego, o que se pretende ressaltar é que, no perlocucionário, a probabilidade de acatamento de instruções, como “ingerir adequadamente”, pode configurar o macroato plausível à percepção da totalidade dos sentidos requeridos na leitura de uma instrução dessa natureza, muito comum nos textos das bulas.

Para além da instrução sobre a periculosidade de uso dos medicamentos, outros procedimentos também são observados no gênero, como exposto em seguida.

Exemplo 44:

Contraindicações: Annita não deve ser administrado nas situações a seguir: **A forma farmacêutica comprimido revestido é contraindicada para menores de doze anos. Annita não deve ser utilizado por pacientes com diabetes, doença hepática ou doença renal. Hipersensibilidade a qualquer um dos componentes da fórmula.**

Advertências: As seguintes medidas de higiene são recomendadas no combate às parasitoses: **Lavar bem as frutas e verduras. Lavar bem os utensílios domésticos.** Manter os alimentos e depósitos de água cobertos. **Manter as mãos sempre limpas e as unhas cortadas, evitar levá-las a boca e lavá-las antes das refeições e após ir ao banheiro.** Utilizar água tratada, filtrada ou fervida e não beber água em recipientes impróprios. Manter local adequado para depósito de fezes humanas ou de animais (fossas e latrinas), evacuar em local apropriado (vaso sanitário) e manter as instalações sanitárias limpas. Não utilizar fezes humanas como adubo. Não comer carne suína e/ou bovina crua ou mal cozida. Não adquirir carne de procedência duvidosa. **Não andar com os pés descalços.**

Precauções: **O uso de Annita com anticoagulantes do tipo cumarínicos como a varfarina e com o anticonvulsivante fenitoína deve ser avaliado com cautela.**

Bula de Annita

O exemplo 44, retirado da bula do medicamento “Annita”, mostra três partes distintas, que dispõem informações sobre as “Contraindicações”, “Precauções” e “Advertências”, todas relacionadas ao manuseio e ministração do medicamento. No caso, trata-se de um remédio para verminoses e, no texto, o locutor mostra alguns

perigos relacionados à higiene, na explicação dos procedimentos afeitos ao uso do medicamento.

Na parte em que há a exposição das contraindicações, ocorre uma explicação dos casos em que ele não pode ser administrado, permitindo perceber que tais enunciados são dirigidos ao “médico”, mostrando a presença desse interlocutor por receitar o medicamento. Exemplo disso são as declarativas *“A forma farmacêutica comprimido revestido é contraindicada para menores de doze anos”, “Annita não deve ser utilizado por pacientes com diabetes, doença hepática ou doença renal e hipersensibilidade a qualquer um dos componentes da fórmula”*.

Nessas frases, os procedimentos relativos aos tipos de hipersensibilidade dos componentes, da faixa etária e dos pacientes, quando diabéticos, mostram a pertinência de relacioná-los ao responsável pela prescrição do medicamento que é o médico. Nesse caso, ele é o interlocutor que poderá prescrever o medicamento, apenas, às pessoas que podem tomá-lo, que devem ser aquelas não informadas nessas três frases, todas de caráter descritivo.

Por outro lado, quando o texto predispõe sobre certas atitudes que precisam ser tomadas, com vistas à prevenção da doença, tais como “medidas de higiene”, trata-se da estipulação de avisos que não dependem de um conhecimento técnico e são, nesse caso, direcionadas ao “usuário”. Esses indivíduos são, portanto, as pessoas que precisam atentar sobre a tomada de atitudes simples que podem rechaçar o aparecimento de doenças associadas ao medicamento.

Para indicar esses procedimentos, o locutor predispõe de imperativas, tais quais: *“Lavar bem as frutas e verduras”. “Lavar bem os utensílios domésticos”. (...)* *“Manter as mãos sempre limpas e as unhas cortadas, evitar levá-las a boca e lavá-las antes das refeições e após ir ao banheiro” (...)* *“Não andar com os pés descalços”,* que fazem atos de fala, dirigidos de modo a instruir os indivíduos que usarão o medicamento em si.

Já na parte de precauções, quando o locutor do texto informa certos tipos de componentes químicos da fórmula do remédio, ocorrem frases que pressupõem instruções de advertências direcionadas tanto ao profissional de saúde, quanto ao farmacêutico/técnico químico, responsável pela manipulação química da droga. Dessa forma, declarativas, tais quais: *“O uso de Annita com anticoagulantes do tipo cumarínicos como a varfarina e com o anticonvulsivante fenitoína deve ser avaliado com cautela”,* realizam essas instruções e mostram atos de fala direcionados aos

farmacêuticos/técnicos e aos médicos, pois refletem conhecimentos específicos sobre a composição química do medicamento.

Por isso, postulamos que o gênero “bula” indica procedimentos com naturezas interlocutivas cujo direcionamento não reflete apenas um único interlocutor como, por exemplo, ocorrido no gênero receita.

Desse modo, pode-se constatar, no gênero, os atos diretivos, que indicam procedimentos direcionados a, pelo menos, três interlocutores distintos, que são: o paciente, o médico e o técnico responsável/farmacêutico. O mesmo pode ser visto no exemplo 45, em que o reconhecimento de reações adversas ao uso do medicamento são dependentes da identificação de possíveis sintomas, fator que pode vir a ser um complicador para a tomada de atitude dos interlocutores no perlocucionário.

Exemplo 45:

As reações de **anafilaxia** e hipersensibilidade podem ser desencadeadas após a administração por qualquer via, no entanto, mais frequentes pela **via parenteral**. As seguintes reações podem estar associadas ao uso de amoxicilina: reações **cutâneas** (eritematosas ou urticariformes), gastrintestinais (náusea, vômito e diarreia) (...)

Estas reações de hipersensibilidade ou intolerância são habitualmente reversíveis com a suspensão da terapia com amoxicilina. (...) Antes de se iniciar uma terapia com penicilina é necessária a realização adequada de **anamnese**. **Caso ocorram reações de hipersensibilidade deve-se interromper o tratamento** (...)

Bula de Amoxicilina

No exemplo 45, predispõem-se instruções a serem seguidas no manuseio do antibiótico “Amoxicilina”, que é muito receitado em casos de infecções. Nesse excerto, instruções como pressupostas pela imperativa “*Caso ocorram reações de hipersensibilidade deve-se interromper o tratamento*” configura um procedimento importante, que diz respeito à interrupção do uso do medicamento em alguns casos de reações adversas. Por conta de tal peculiaridade, essa instrução é direcionada, sobretudo, a pessoas que possam apresentar algum tipo de problema, oriundo da presença das propriedades bioquímicas do medicamento no organismo.

Entretanto, o que se pretende ressaltar é a impossibilidade de acatamento dessa instrução, ainda que o indivíduo apresente as dificuldades especificadas no excerto, devido ao não entendimento do que é informado. Nesse caso, o texto faz diálogo com esferas de uso discursivo de profissionais da saúde ao mencionar vocábulos como “anafilaxia”, “via parenteral” e “anamnese”, por exemplo.

É válido informar que a anafilaxia é um tipo de alergia; a via parenteral diz respeito à aplicação do medicamento pela corrente sanguínea, sendo essa uma forma rápida de absorção da droga; a anamnese é uma entrevista com o profissional de saúde, que se presta saber se existe incompatibilidade do uso da penicilina, componente do remédio.

O que se pretende ressaltar com a leitura do excerto é a dificuldade que pode ser encontrada pelo interlocutor ao lidar com uma reação adversa ao uso do medicamento. O não entendimento dos vocábulos citados pode dificultar a realização do procedimento de suspensão de seu uso.

Por outro lado, também existe outro elemento complicador já que, ao citar esses vocabulários técnicos, pode-se entender que as informações são direcionadas ao profissional de saúde. Entretanto, quem pode ter dúvidas quanto à percepção de algum tipo de transtorno físico é a pessoa que está fazendo uso da droga. Por isso, o acatamento da instrução de “interromper” o uso do remédio torna-se procedimento complexo, de acordo com a percepção dos sentidos, oriundos desse tipo de enunciado.

Alguns procedimentos são predispostos, portanto, de modo a acionar saberes e conhecimentos intrínsecos a qualquer indivíduo, sendo, portanto, direcionados ao interlocutor que ingerirá a droga, que não é o profissional de saúde. Essa mesma perspectiva de leitura, também, pode ser observada no exemplo 46.

Exemplo 46:

Antes de usar, observe o aspecto do medicamento. Caso tenha qualquer dúvida entre em contato com nosso Serviço de Atendimento ao Cliente, no telefone constante da embalagem.

REAÇÕES ADVERSAS ou QUAIS OS MALES QUE ESTE MEDICAMENTO PODE CAUSAR?

As reações indesejáveis mais frequentes observadas com BUSCOFEM são: azia, dor, queimação no estômago, alergia ao produto, dor de cabeça, tontura, insônia, problemas visuais. Também podem ocorrer náuseas, vômitos e diarreia.

Bula de Buscofem

No exemplo 46, predispõe-se, também, sobre um tipo de instrução comum na configuração textual do gênero, que diz respeito à observação do aspecto físico dos medicamentos. Quanto a isso, a imperativa “*Antes de usar, observe o aspecto do medicamento*” indica um procedimento que deve ser feito antes mesmo de saber sobre as doses ou efeitos da droga no organismo. Essa instrução, ao contrário do que tem sido exposto até o presente momento, não configura saberes intrínsecos, apenas, aos profissionais de saúde. Qualquer pessoa é passível de saber julgar a aparência do conteúdo do frasco do medicamento.

O procedimento subsequente, exposto pela imperativa “*Caso tenha qualquer dúvida entre em contato com nosso Serviço de Atendimento ao Cliente, no telefone constante da embalagem*” também indica a simplicidade que é inerente aos conhecimentos vinculados por algumas instruções, nas bulas. Nesse caso, entrar em contato com o serviço de atendimento ao cliente é procedimento comum no manuseio de medicamentos ou artefatos, como pressuposto também pela estrutura dos manuais de instruções.

Pode-se, então, julgar que ocorre uma indicação híbrida de procedimentos, que fazem uso, tanto de conhecimentos técnicos, quanto de tarefas simples. Tal peculiaridade é, portanto, fator interlocutivo importante na consideração dos sentidos afeitos às instruções a serem executadas a partir dos procedimentos predispostos na superfície desses enunciados, como mostrado nesse excerto.

As dúvidas que podem surgir possivelmente são decorrentes do esquecimento do uso da dose ou mesmo da superdosagem, representando outros

perigos, que constituem maiores riscos aos indivíduos que ingerirão os medicamentos. Essa peculiaridade constitutiva pode ser observada no exemplo 47.

Exemplo 47:

Dose Omitida:

Caso o paciente esqueça de administrar SERENATA (cloridrato de sertralina) no horário estabelecido, pode fazê-lo assim que lembrar. Entretanto, se já estiver perto do horário de administrar a próxima dose, deve desconsiderar a dose esquecida e utilizar a próxima. **Neste caso, o paciente não deve utilizar a dose duplicada para compensar doses esquecidas. O esquecimento de dose pode comprometer a eficácia do tratamento.**

Superdosagem

Conforme as evidências disponíveis, o cloridrato de sertralina tem ampla margem de segurança em superdose. Foram relatadas superdose com cloridrato de sertralina isoladamente em doses de até 13.5 g. Também foram relatadas mortes envolvendo superdose com cloridrato de sertralina principalmente em associação a outros fármacos e/ou álcool. Portanto, qualquer superdose deve ser tratada rigorosamente. **Os sintomas de superdose incluem: efeitos adversos mediados pela serotonina, tais como sonolência, distúrbios gastrintestinais (como náusea e vômitos), taquicardia, tremor, agitação e tontura.**

Bula de Serenata

O exemplo, retirado da bula de Serenata, é um medicamento controlado, necessita de mais atenção quanto ao seu uso. A parte mostra os procedimentos a serem feitos em caso de a pessoa não ter tomado o remédio na hora certa e também dos cuidados em caso de haver superdosagem.

O fragmento “*Neste caso, o paciente não deve utilizar a dose duplicada para compensar doses esquecidas. O esquecimento de dose pode comprometer a eficácia do tratamento*” representa a instrução que deve ser feita em caso da pessoa ter se esquecido de tomar o remédio. Embora essa instrução deva ser obedecida pelo indivíduo que vai ingerir o medicamento, não existe um direcionamento desse procedimento a esse interlocutor, de modo que a instrução poderia ser entendida, por exemplo, pela imperativa “não tome duas vezes a dose do medicamento”. Contudo, o locutor opta por se referir ao “paciente” e, esse termo pode evidenciar

que a instrução é dirigida ao médico que receitou o remédio. Entretanto, quem pode ter dúvidas quanto a esse problema – se ingere ou não mais um comprimido se esquecer do horário – e procurar, na bula, qual procedimento realizar é a pessoa que está tomando o remédio e não o médico que o receitou.

O uso da terceira pessoa discursiva (no caso, o “paciente”) pode, por isso, mostrar o direcionamento da instrução, quanto à forma como ela é apresentada no texto, mostrando a ausência do interlocutor real do texto, que é o indivíduo que vai manusear, tomar e ingerir o medicamento.

Esse mesmo tipo de indicação de procedimentos pode ser visto no excerto “*Os sintomas de superdose incluem: efeitos adversos mediados pela serotonina, tais como sonolência, distúrbios gastrintestinais (como náusea e vômitos), taquicardia, tremor, agitação e tontura*”, que mostram, de forma distanciada ao interlocutor, os casos que podem representar perigo no uso do medicamento. Sobre isso, evidencia-se uma ausência da presença do interlocutor na realização da instrução, que não é direcionada a ele em si, como poderia ocorrer pelo uso de uma imperativa como, por exemplo, “não tome o medicamento em caso de...”, e a instrução é desencadeada pelo ato de fala indireto, distanciando desse interlocutor real.

Desse modo, a preferência pelo uso da sequência de descrições dos sintomas certamente presta-se a provocar a suspensão no uso da droga. Entretanto, provavelmente, essa instrução é feita ao médico e não à pessoa que vai usar o medicamento em si. O indivíduo que vai ingerir a droga é a pessoa que poderá recorrer à leitura da bula em caso de alguma dúvida.

Já com respeito a problemas decorrentes do uso do medicamento, outros procedimentos são predispostos no texto, como o afeito à declarativa “*Durante a administração oral dos sais de ferro pode ocorrer escurecimento das fezes, sem significado patológico*”. Nesse caso, ocorre a observação de outro procedimento, realmente afeito ao uso do medicamento em si, podendo esse ser compreendido pelo indivíduo que irá usar a droga. O mesmo ocorre, no exemplo 48, conforme exposto em seguida.

Exemplo 48:

A vitamina C associada à glicose, em CEBION Glicose, assegura melhor aproveitamento do oxigênio, bem como a normalização das funções musculares e nervosas. **A glicose é a mais importante fonte de energia, capaz de restituir rapidamente as quantidades gastas pelo organismo durante exercícios físicos ou atividades musculares e nervosas.**

Indicações

Suplemento vitamínico como auxiliar do sistema imunológico.

O exemplo 48, retirado da bula do suplemento vitamínico Cebion C, expõe sobre os benefícios do uso da droga no organismo. No caso, a declarativa “*A glicose é a mais importante fonte de energia, capaz de restituir rapidamente as quantidades gastas pelo organismo durante exercícios físicos ou atividades musculares e nervosas*” presta-se a indicar uma instrução, ainda que a informação sobre a composição química do medicamento não seja a principal função do texto.

A bula presta-se, primeiramente, à orientação dos interlocutores quanto às dúvidas advindas do uso do medicamento. Entretanto, entender sobre a composição química da droga, no caso, decorrente da composição da “glicose”, um de seus elementos, torna-se fator importante, já que o medicamento trata de uma vitamina, usada para combater a baixa imunidade.

Desse modo, a declarativa supracitada pode indicar o diretivo indireto “tome o medicamento, a fim de combater a carência de glicose decorrente dos exercícios físicos ou atividades musculares e nervosas”. Por isso, a leitura das instruções demanda a avaliação do interlocutor, a pessoa que vai ingerir a droga, que precisa mensurar a aplicabilidade do medicamento, na resolução de deficiências de vitaminas.

Tendo dado alguns exemplos das instruções a partir das bulas, para finalizar a seção, ressalta-se que a leitura das informações, no gênero, confere procedimentos diferenciados, que requerem a observação de sintomas e o acatamento de instruções, a fim de que se obtenham os resultados desejados.

As instruções, no perlocucionário, decorrem da apresentação, na superfície textual, de frases de naturezas interlocutivas diferenciadas. O acatamento dos procedimentos afeitos a essas estruturas frasais requer, portanto, a habilidade de os interlocutores de mensurar o impacto do não cumprimento do que é indicado. As

orientações de uso dos medicamentos deverão ser obedecidas também pelo que é instruído pelos médicos, evidenciando o macroato de “prescrição” também inerente a esse gênero.

Pode-se constatar que as declarativas constituem o tipo frasal majoritário a ser encontrado nos textos, desencadeando força ilocutória que confere ao manuseio dos medicamentos, a cautela com que os procedimentos precisam ser acatados.

3.4 Gênero contrato

Os contratos jurídicos são textos usados em diferentes processos de aquisição e de manutenção de serviços, se prestando à estipulação de direitos e deveres, das partes envolvidas em uma negociação jurídica. Nosso interesse em inserir o gênero na presente pesquisa surgiu após o curso de Mestrado em Língua Portuguesa, em que foi gerada a dissertação que versou sobre o tema, quando foram pensados os processos envolvidos na leitura e compreensão desse gênero.

As conclusões levantadas perpassaram por elementos textuais, tais como: os níveis de explicitude e informatividade do conteúdo dos textos²⁶; bem como de fatores discursivos, como os aspectos da intertextualidade e o processo enunciativo envolvido no contexto de uso desses enunciados pelos seus interagentes. As conclusões tiradas nessa primeira pesquisa repousaram, portanto, na sua leitura e processamento textual, não havendo um maior aprofundamento de outras questões de aspecto interlocutivo, relacionando a leitura ao papel dos interlocutores.

Dentre esses aspectos que não foram contemplados, chamou-nos a atenção a classificação quanto ao tipo de texto predominante no gênero. Esses textos possuem um caráter intrinsecamente descritivo, pois as cláusulas contratuais possuem como característica a descrição das etapas da negociação jurídica.

²⁶ Entende-se por “explicitude” a propriedade que tem a linguagem de conseguir mostrar um nível adequado do que está sendo informado, a partir de determinado conteúdo discursivo. Tal propriedade, quando comparada com o conceito de “informatividade”, que é um dos fatores da textualidade, conferiu à pesquisa dois grandes eixos analíticos acerca dos níveis de informação, conforme preconizado pelo trabalho. Para tanto, recorreu-se aos conceitos desenvolvidos, principalmente, por Nystrand e Wielmelt (1991) e Marcuschi (1994; 2007), bem como a algumas questões relativas à leitura e textualidade, conforme Kleiman (1993; 2000; 2004) e Beaugrande e Dressler (1972).

Entretanto, se esse texto for considerado intrinsecamente descritivo, não seria apropriado aos enunciatários/contratantes, quando pensadas na estipulação de tarefas relativas ao cumprimento dos deveres intrínsecos às descrições das etapas contratuais.

Por outro lado, se sua configuração textual for pensada como, majoritariamente, injuntiva, outras questões ficariam secundárias tais como o aspecto intertextual, já que se predispõem ao longo das cláusulas várias citações de leis e artigos, possuidores de caráter informativo e descritivo.

Percebe-se, portanto, a existência de uma forma de predisposição dos procedimentos, ao longo do contrato, que não pode ser assumida, apenas, como simples “descrição” da contratação. Pelo contrário, o caráter descritivo dessas instruções, que são dirigidas aos leitores, torna-se secundário, quando pensado o nível impositivo requerido no acatamento dos procedimentos a elas subjacentes.

O contrato, por outro lado, não é pensado, tradicionalmente, como injuntivo, tal qual acontece com o gênero “receita”, por exemplo. Contudo, o nível impositivo dos procedimentos, que precisam ser realizados pelos interlocutores nesse gênero, torna-se muito mais rígido do que aquele verificado na receita.

Daí, pensamos na associação dessas especificidades desses textos com o que advém estudo dos atos de fala, que possibilitam a interpretação de níveis diferenciados de forças ilocutórias, de acordo com o posicionamento dos locutores. Essa possibilidade de interpretação decorre da indicação das ações afeitas às suas necessidades comunicativas.

Por conta disso, todos os aspectos levantados nessa primeira pesquisa quanto à leitura e à produção de sentido puderam revelar que, um mesmo enunciado pode representar dupla característica de estruturação discursiva se pensarmos no seu aspecto interlocutivo. Os contratos, ao descreverem, por exemplo, os deveres dos seus usuários nas diferentes etapas da negociação, também estipulam procedimentos. Essas tarefas precisarão ser efetuadas pelos indivíduos, sendo incontornáveis para a garantia dos serviços adquiridos.

Dessa forma, os enunciados, quando apreciados em níveis discursivos diferenciados, poderão demonstrar traços de estruturação biunívoca, se pensados os tipos textuais que o configuram. Essa peculiaridade dos modos de estruturação discursiva também nos fez alinhar a aplicação do estudo dos atos de fala à caracterização dos tipos textuais, principalmente, quando pensados os níveis

locucionário, ilocucionário e perlocucionário, conforme defendido por Austin (1962). Assim, esses textos, analisados como estipuladores de procedimentos relativos aos deveres dos enunciatários, podem ser assumidos como estruturados pelo tipo textual injuntivo.

Tendo dado as informações sobre a escolha desse gênero, passamos a demonstrar as peculiaridades discursivas dos textos escolhidos, a fim de continuar a análise dos dados. Primeiramente, destaca-se como categoria analítica, a força ilocutória dos procedimentos estabelecidos pelas declarativas, que se revela elevada, no ilocucionário.

As declarativas servirão, também, para mostrar informações tidas como verdadeiras, já que podem ser mensuradas pelos interlocutores como fatos reais informados sobre a natureza da negociação. Com isso, o que ocorre, na realidade, ao mostrar as condições contratuais por meio de declarações é a intensificação da força ilocutória dos procedimentos, que deverão ser acatados incondicionalmente.

As declarações das diferentes etapas contratuais precisarão ser, portanto, assumidas como condições incontornáveis de acatamento das instruções. Isso gerará, no perlocucionário, uma atitude de acatamento incondicional do que é imposto, diferente do que ocorre, por exemplo, no gênero receita. Antes de iniciar a análise dos dados em si, como temos feito nesse capítulo, começamos a seção mostrando as características macrodiscursivas do gênero.

Os contratos selecionados para análise da presente pesquisa possuem como característica comum a ampla utilização, pelos indivíduos, que desejam adquirir um bem ou serviço. A manutenção de produtos indispensáveis para a realização de tarefas cotidianas simples, tais como: o uso de serviços bancários ou telefônicos; ou outras mais complexas, como a aquisição de um imóvel, são tarefas mediadas pelo gênero. Dessa forma, existe, no decorrer das ações demandadas por seu uso, a veiculação dos textos de contratos que possuem, portanto, uma ampla utilização no cotidiano discursivo dos indivíduos.

Os contratos escolhidos têm em comum, portanto, a facilidade de serem encontrados pelos interlocutores, que são os indivíduos que precisam acatar as condições de uma negociação jurídica. Por outro lado, algumas características discursivas básicas os classificam como pertencentes a um mesmo gênero, ainda que possuam funções de uso variadas.

Sobre os textos escolhidos, os exemplares são trazidos para compor os *corpora* da presente pesquisa por conta de sua ampla divulgação na aquisição de serviços de telefonia fixa, móvel e de serviços bancários. Escolhemos esses exemplares por representarem usos diferentes, mas que são encontrados facilmente em comércios com essa finalidade. A fim de mostrar a escolha dos textos a serem analisados, apresenta-se o quadro 17.

Quadro 17- A escolha dos *corpora*: gênero contrato.

Tipo de contrato	Empresa	Meio
Aquisição de serviços de telefonia fixa.	OI	Impresso
Serviços de cartões para movimentação financeira e crédito.	Caixa Econômica Federal	Impresso
Aquisição de serviços de telefonia móvel.	Claro	Digital
Locação residencial.	Modelo de “centraljurídica.com”	Digital

O quadro 17 procurou indicar as finalidades dos quatro textos escolhidos, que predispõem regras a serem seguidas, pelos indivíduos, no estabelecimento dos procedimentos necessários à contratação de um bem ou um serviço. Esses textos são, portanto, muito peculiares para questões procedurais de cunho jurídico, servindo a pessoas e a situações de diferentes níveis econômicos e esferas sociais.

Existirão algumas diferenças de natureza jurídica no uso dos quatro tipos de enunciados. Entretanto, todos são usados para predispor as regras de uso de um produto que foi adquirido e demandam a predisposição de etapas que estarão envolvidas no processo jurídico. Nesse caso, evidenciamos a indicação de procedimentos, nesses enunciados, mas que dimensionam aspectos interlocutivos diferentes daqueles demandados pelo uso dos demais gêneros contemplados nessa pesquisa.

Por outro lado, nota-se que esses textos assemelham-se um pouco, quanto ao uso de declarativas para indicar instruções, com os textos de bulas, como visto na seção anterior. Isso porque o adequado segmento dos procedimentos contratuais se dá pela estipulação de instruções que deverão ser observadas pelas duas partes envolvidas no processo – quem contrata e o contratado –, gerando instruções que

devem ser seguidas, mas que não são feitas de forma direta. Entretanto, por estabelecer procedimentos, mesmo que, indiretamente, esse gênero contempla atribuições interlocutivas semelhantes a dos demais textos analisados.

Ressaltamos que, de acordo com a assinatura e seguimento das regras predispostas na superfície textual de um contrato, ocorrerá uma mudança na condição jurídica dos indivíduos participantes da negociação contratual, possível mediante a assinatura do documento.

Quanto aos tipos de produtos oferecidos, a manutenção dos serviços bancários, telefônicos, ou a aquisição de um imóvel, são necessidades cotidianas que perpassam pelo acionamento de tarefas jurídicas, a partir das quais os seus participantes, quando concordando com suas atribuições, estarão sujeitos às imposições do que é proposto, juridicamente.

Com o objetivo de demonstrar a diagramação das partes do contrato, expomos, em seguida, a figura 11 que propõe um detalhamento da configuração textual das cláusulas, de acordo com sua exposição nesses textos.

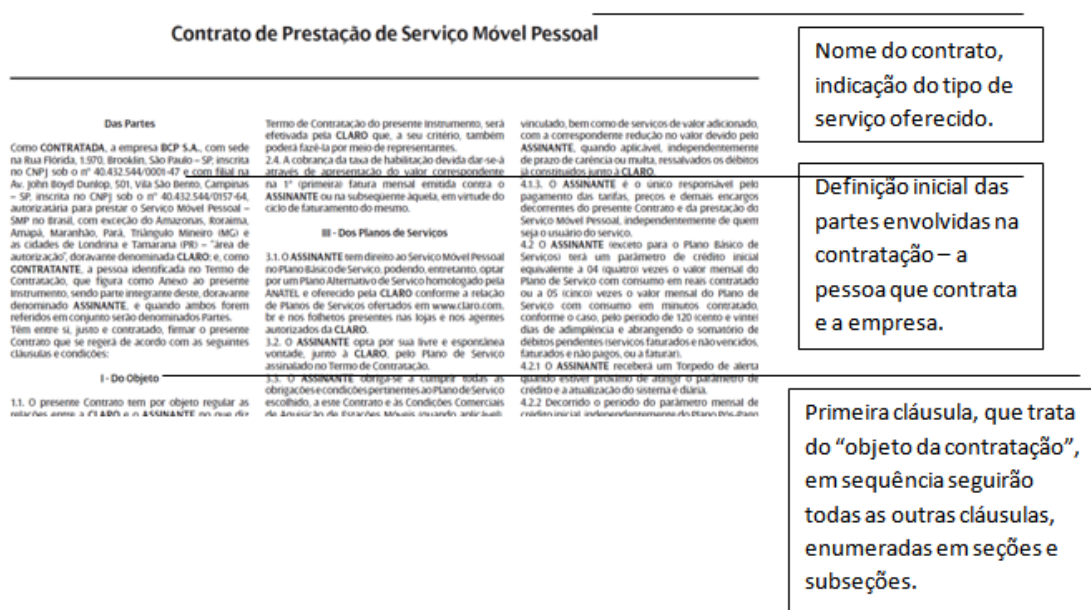


Figura 11- Exibição da diagramação textual do gênero contrato

Procuramos demonstrar, na figura 11, que os contratos possuem a predisposição de cláusulas tal qual ilustrado na imagem. Na parte superior, mostra-se o nome do contrato, em seguida, vem a primeira cláusula, que tem por finalidade definir a natureza do que será tratado. Em seguida, o texto divide-se em partes que

tratam das diferentes questões envolvidas na contratação, enumeradas em sequência.

A fim de explicar o conteúdo dessas partes expostas na estrutura superficial dos textos, delineamos o arcabouço macrodiscursivo abarcado pelo gênero. Por isso, elaboramos o quadro 18 para demonstrar seu esquema arquetípico, com o resumo das cláusulas comuns nos textos selecionados.

Quadro 18- A estrutura macrodiscursiva do gênero contrato

Cláusula	Natureza discursiva	Tipo de procedimento preconizado pela cláusula contratual.
Objeto	Definição do caráter jurídico do documento, feita pela exposição do tipo de situação em que ele se aplica.	Ocorre, mediante tal cláusula, o entendimento da finalidade básica da negociação.
Especificação dos serviços	Detalhamento dos tipos de serviços oferecidos ao contratador.	O interlocutor terá o entendimento acerca dos tipos de benefícios a serem usufruídos com a contratação.
Direitos e deveres das partes	Os textos expõem acerca do que o contratador e o contratado precisam acatar para a satisfação de ambas as partes.	O interlocutor passa a conhecer os limites dos seus deveres e dos direitos na predisposição dos serviços contratuais.
Rescisão dos serviços	Ocorre a explicação dos fatores que acarretarão o fim da contratação.	Ficam expostos, para os contratantes, os tipos de ações motivadoras do final da contratação.
Estabelecimento do foro	O contrato expõe acerca do estabelecimento do local para a predisposição de resoluções jurídicas da contratação.	É predisposto onde será possível fazer reivindicações acerca da contratação, geralmente, no espaço geográfico domiciliar do interlocutor.

O quadro 18 propõe a discriminação das principais cláusulas dos textos selecionados. Sobre as partes desses textos, é necessário ressaltar que elas se prestam às atribuições interlocutivas inerentes aos textos instrucionais, que vislumbram, prioritariamente, a estipulação de regras para atingir a um objetivo.

Esse objetivo constitui a negociação entre as partes da contratação jurídica, por isso o gênero possui uma estruturação discursiva mais extensa que a dos demais enunciados pesquisados.

As implicações dessa complexidade decorrem do caráter do que é postulado, no plano textual, não ser caracterizado, simplesmente, pela estipulação de regras, como ocorre, por exemplo, para a elaboração de uma receita ou manipulação de medicamento. O que ocorre, com vistas ao atingimento dos objetivos de um contrato jurídico, é a equiparação de direitos e de deveres, que precisarão estar coadunados com os interesses de ambas as partes de uma negociação jurídica.

Dessa forma, o gênero, ao contrário dos demais, não representa procedimentos a serem efetuados de forma unilateral, mas estipula as etapas que deverão ser efetuadas por ambas as partes da negociação jurídica, que são o contratado (a empresa) e o contratante (o indivíduo que adquire um bem ou produto).

Por outro lado, todos os textos escolhidos apresentam características diferenciadas, que estão de acordo com as peculiaridades discursivas referentes aos propósitos das situações jurídicas por eles mediadas. O que não difere nos textos é a estruturação, em cláusulas, segundo as quais as etapas processuais serão configuradas juridicamente.

Quanto às partes comuns, encontradas nos textos, podem-se identificar alguns itens semelhantes. Na cláusula que trata do “objeto”, identificam-se os indicativos jurídicos que serão os elementos principais do processo jurídico. Após essa primeira informação, há o detalhamento dos “serviços” estipulados na negociação, etapa que se predispõe de forma subsequente à estipulação do objeto de que trata o contrato. Nesse item, especificamente, é que são colocados todos os benefícios a serem usufruídos pela negociação, e isso é elencado, geralmente, com a enumeração de cláusulas subdivididas em itens, de acordo com esses serviços.

Os “direitos e deveres” das pessoas envolvidas é decorrente dessa etapa textual ou mesmo aparece ao longo da estipulação dos benefícios a serem adquiridos. Nesse caso, ocorre uma exposição das etapas envolvidas no processo, que deverão ser seguidas por ambas as pessoas jurídicas: o contratante e o contratado.

Na cláusula que trata da “rescisão” dos serviços e do “estabelecimento do foro”, são expostas questões práticas quanto aos riscos envolvidos na negociação e,

nessa parte, especificamente, o estabelecimento do lugar geográfico onde as prováveis pendências jurídicas serão sanadas.

Sobre todas as partes textuais, embora os contratos apresentem configurações em certo ponto diferenciadas, que precisarão atender às características legais de cada uma das situações apresentadas, o gênero acarreta a predisposição de regras, que podem nos oferecer base para o delineamento do arquétipo macrodiscursivo ora delineado.

Assim, tendo apresentado suas partes textuais, a fim de mostrar as propostas de análise dos textos, podemos passar à indicação dos aspectos interlocutivos, que corroborarão elementos importantes a serem assimilados quanto à leitura dos procedimentos. Observe a análise dos exemplos de 49 a 55, que nos servem a essas análises.

Exemplo 49:

3.1 A adesão dos PORTADORES ao SISTEMA efetiva-se mediante a ocorrência de uma das hipóteses abaixo, **o que deverá ocorrer somente após o TITULAR realizar o desbloqueio de seu CARTÃO e/ou de seu(s) ADICIONAL(IS) e ter lido e concordado com os termos deste Contrato: a) assinatura de próprio punho ou assinatura eletrônica da Proposta de Adesão ou recibo de entrega do CARTÃO; b) solicitação do CARTÃO por meio de telesserviço com a respectiva gravação do aceite; c) solicitação em ATMs ou via Internet com uso de senha pessoal; d) no momento em que o TITULAR e/ou ADICIONAL(IS) utilizar(em) o CARTÃO; e) com o pagamento da FATURA MENSAL.** 3.2 CADASTRO - Ao aderir ao SISTEMA, o nome, a identificação e demais dados pessoais e de consumo dos PORTADORES passam a integrar o cadastro de propriedade da EMISSORA. 3.2.1 Respeitadas as disposições legais em vigor, o TITULAR autoriza a EMISSORA, desde já, a fazer uso desse cadastro para os fins de remessa de correspondências e E-MAILS com ofertas de produtos e serviços próprios ou de terceiros envolvidos na prestação desse serviço.

Contrato para aquisição de cartões da Caixa Econômica Federal

O exemplo 49, retirado de uma cláusula do contrato para abertura de conta corrente da “Caixa Econômica Federal”, aborda a inserção de dependentes para

aquisição de cartões de crédito. Nesse excerto, destaca-se a importância do cumprimento de alguns procedimentos, estabelecidos linguisticamente por meio de frases declarativas.

Essas frases informam sobre os procedimentos a serem realizados na contratação, como por exemplo: *“o que deverá ocorrer somente após o TITULAR realizar o desbloqueio de seu CARTÃO e/ou de seu(s) ADICIONAL(IS)”, “ ter lido e concordado com os termos deste Contrato”* e, em princípio, poderiam enquadrar o excerto na categoria textual “descritiva”, já que tem como função descrever aspectos da contratação. Entretanto, como temos ressaltado, ao contrário dos demais gêneros, não existe uma exposição direta dos procedimentos configurados por instruções explícitas. As instruções precisam ser entendidas por meio de frases como as selecionadas nesse exemplo.

Sobre essa peculiaridade de composição, as instruções são passadas com a predisposição das características dos termos contratuais, feitas, basicamente, por meio de declarativas. No excerto, resalta-se que procedimentos necessários à utilização dos serviços estão relacionados a três instruções: o “desbloqueio do cartão”, a “assinatura da proposta de adesão” e a “solicitação do cartão por meio telefônico”.

Por um lado, a força ilocutória necessária para indicar os procedimentos é evidenciada por meio de afirmações como *“o que deverá ocorrer somente após o TITULAR realizar o desbloqueio de seu CARTÃO e/ou de seu(s) ADICIONAL(IS)”, “ ter lido e concordado com os termos deste Contrato”*, frases de natureza declarativa. Por outro lado, essas declarações, que precisam ser vistas como procedimentos a serem efetuados, embora postuladas como “declarativas”, pressupõem, no ilocucionário, atos de fala mais incisivos do que aqueles postulados pelo uso das imperativas como ocorrido no gênero receita, inserindo os textos contratuais como do tipo injuntivo e não descritivo.

Por isso, defendemos que a natureza descritiva superficial dos contratos precisa ser entendida, também, como estabelecadora de instruções, pois é necessário que os interlocutores acatem os procedimentos contratuais descritos para manutenção dos serviços adquiridos. Quanto a isso, as declarativas devem ser interpretadas como realizando instruções, tais como “desbloqueie o cartão” e “leia e concorde com os termos do contrato”, representando, por isso, atos de fala indiretos.

Por conta dessas decorrências, no ilocucionário, existe a possibilidade de inserir as declarativas como veiculadoras de atos diretivos, permitindo-nos interpretar os procedimentos a partir de seu caráter impositivo, quanto ao estabelecimento das instruções.

O mesmo pode ser detectado nas sequências: *“assinatura de próprio punho ou assinatura eletrônica da Proposta de Adesão ou recibo de entrega do CARTÃO”, “solicitação do CARTÃO por meio de telesserviço com a respectiva gravação do aceite”, “solicitação em ATMs ou via Internet com uso de senha pessoal” e “com o pagamento da FATURA MENSAL”.*

Essas frases, subsequentes, indicam, também, procedimentos complementares às tarefas de “desbloquear o cartão” e “ler os termos do contrato”, mostrados no início do exemplo. Considerando, também, os atos de fala indiretos, esses procedimentos adicionais podem ser compreendidos da seguinte forma: “assine de próprio punho ou faça a assinatura eletrônica da Proposta de Adesão ou recibo de entrega do CARTÃO”, “solicite o CARTÃO por meio de telesserviço com a respectiva gravação do aceite”, “solicite em ATMs ou via Internet com uso de senha pessoal” e “faça o pagamento da FATURA MENSAL”, que são subsequentes aos procedimentos iniciais de “desbloqueio do cartão”, “assinatura da proposta de adesão” e “solicitação do cartão por meio telefônico”.

O que se pretende ressaltar na observação de instruções como essas é que os procedimentos devem ser acatados pelos interlocutores, ainda que a superfície textual exponha, superficialmente, apenas a descrição das etapas contratuais. Outro fator importante quanto ao acatamento das instruções no gênero consiste na sequenciação dos procedimentos, de modo que um dependerá do outro.

Pode-se observar, portanto, que nos contratos o locutor do texto opta por usar sequências de frases declarativas, que precisam ser entendidas, no ilocucionário, como procedimentos. Essa peculiaridade de emprego é o elemento que evidencia a natureza instrucional desse gênero. Com respeito a isso, é fator comum a realização de atos de fala indiretos, pelas sequências declarativas.

Essas formas de emprego interlocutivo levam a verificar que os procedimentos podem desencadear, no perlocucionário, atitudes como “coerção”, ou “repressão”, podendo essas serem assumidas pelos interlocutores, ao acatarem os procedimentos. Isso decorre do fato de existirem penalidades jurídicas, se não houver o devido cumprimento dos procedimentos impostos. Em seguida,

apresentamos o exemplo 50, em que também ocorre essa mesma decorrência na atribuição dos sentidos, a partir desse tipo de emprego frasal.

Exemplo 50:

CONTRATO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL COM FIADOR

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

LOCADOR: (Nome do Locador), (Nacionalidade), (Profissão), (Estado Civil), Carteira de Identidade nº (xxx), C.P.F. nº (xxx), residente e domiciliado na Rua (xxx), n.º (xxx), bairro (xxx), cidade (xxx), Cep. (xxx), no Estado (xxx), e sua esposa (Nome), (Nacionalidade), (Profissão), Carteira de Identidade nº (xxx), C.P.F. nº (xxx), ambos capazes;
 LOCATÁRIO: (Nome do Locatário), (Nacionalidade), (Profissão), (Estado Civil), Carteira de Identidade nº (xxx), C.P.F. nº (xxx), capaz, residente e domiciliado na Rua (xxx), n.º (xxx), bairro (xxx), cidade (xxx), Cep. (xxx), no Estado (xxx), e sua esposa (xxx), (Nacionalidade), (Profissão), Carteira de Identidade nº (xxx), C.P.F. nº (xxx);
 juntamente com seus:
 FIADOR 1: (Nome do Fiador 1), (Nacionalidade), (Profissão), Carteira de Identidade nº (xxx), C.P.F. nº (xxx); e sua esposa (xxx), (Nacionalidade), (Profissão), Carteira de Identidade nº (xxx), C.P.F. nº (xxx), ambos capazes, residente(s) e domiciliado(s) na Rua (xxx), n.º (xxx), bairro (xxx), cidade (xxx), Cep. (xxx), no Estado (xxx).
 FIADOR 2: (Nome do Fiador 2), (Nacionalidade), (Profissão), Carteira de Identidade nº (xxx), C.P.F. nº (xxx); e sua esposa (xxx), (Nacionalidade), (Profissão), Carteira de Identidade nº (xxx), C.P.F. nº (xxx), ambos capazes, residente(s) e domiciliado(s) na Rua (xxx), n.º (xxx), bairro(xxx), cidade (xxx), Cep. (xxx), no Estado(xxx).
As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Locação Residencial com Fiador, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições de preço, forma e termo de pagamento descritas no presente.

O exemplo 50 mostra um excerto de contrato para locação de imóvel com fiador indica as duas partes jurídicas que farão a contratação de residência. Para esse tipo de contratação são necessárias quatro “pessoas jurídicas”, que são o

locador (proprietário do imóvel), o locatário (a pessoa que irá alugá-lo), além de dois fiadores. Cada tipo de negociação exigirá a presença de pessoas jurídicas diferentes. Contudo, pode-se afirmar que sempre há um contratante, indivíduo que deseja adquirir um bem ou serviço e um contratado, empresa que oferece esses produtos.

Nessa parte inicial do texto, há uma exposição resumida das informações necessárias para respaldar juridicamente esses indivíduos. Ao expor a identificação das pessoas jurídicas, por meio da apresentação de suas documentações, ocorre *a priori* uma descrição, pois os documentos são expostos, de modo a respaldar a contratação.

Por isso, sequências de frases declarativas atribuem um caráter descritivo ao texto. Pode-se destacar como exemplo disso declarativas como “*LOCADOR: (Nome do Locador), (Nacionalidade), (Profissão), (Estado Civil), Carteira de Identidade nº (xxx), C.P.F. nº (xxx), residente e domiciliado na Rua (xxx), n.º (xxx), bairro (xxx), cidade (xxx), Cep. (xxx), no Estado (xxx), e sua esposa (Nome), (Nacionalidade), (Profissão), Carteira de Identidade nº (xxx), C.P.F. nº (xxx)*”, que funcionam como legitimadoras das condições necessárias à manutenção da idoneidade jurídica do “locador”.

Para além da função de identificar os documentos, ao final dessa parte, em que ocorre a exposição dos dados dos participantes da contratação, predispõe-se o fragmento “*As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Locação Residencial com Fiador, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições de preço, forma e termo de pagamento descritas no presente*” que representa o modo usual da predisposição das declarativas nos textos.

Desse modo, como no exemplo anterior, verifica-se que as declarativas são usadas para representar, também, procedimentos que precisam ser acatados. Nesse exemplo, a declarativa atribui o ato de fala indireto “*aceite as regras estabelecidas nas cláusulas que se prestam a mostrar o preço, forma e pagamento do contrato*”, estabelecendo uma instrução que é dada já no início do texto, a fim de legitimar a locação residencial.

Expomos o exemplo 51, que demonstra o emprego das declarativas como recurso do estabelecimento de procedimentos num contrato de telefonia.

Exemplo 51:

3.2 O Assinante reconhece que os serviços poderão eventualmente ser afetados ou interrompidos, não sendo a Claro responsável por eventuais falhas, atrasos ou interrupções destes, inclusive por caso fortuito ou força maior,

e pela atuação de outras prestadoras de serviços de telecomunicações interconectadas à rede da Claro, por imposições governamentais, por má utilização do serviço ou da EM pelo Assinante ou por qualquer outro fato ou ato alheio à sua vontade ou fora de seu controle.

3.3 A Claro obriga-se a prestar o SMP segundo os padrões de qualidade exigidos pela Anatel.

3.4 O Assinante declara ter ciência das localidades cobertas pelo SMP, das limitações decorrentes de eventuais áreas com limitação de sinal e da disponibilidade de rede e, em hipótese alguma, o Assinante se desobrigará do pagamento do serviço sob alegação de não abrangência do SMP em certa área.

No exemplo 51, mostram-se algumas cláusulas do contrato da empresa Claro. Nele, as instruções, muitas vezes, são feitas de modo a eximir os contratados, que são as empresas responsáveis pelo serviço e as declarativas se prestam a expressar regras que precisam ser interpretadas de modo a não oferecer riscos jurídicos às empresas. Essa atribuição interlocutiva pode ser vista na declarativa “*O Assinante reconhece que os serviços poderão eventualmente ser afetados ou interrompidos, não sendo a Claro responsável por eventuais falhas, atrasos ou interrupções destes*”. Essa frase realiza, indiretamente, a instrução “reconheça que a Claro não será responsável se houver falhas, atrasos ou interrupções na prestação de serviços”, que é um ato de fala indireto de natureza diretiva.

A predisposição de procedimentos por meio de atos de fala indiretos, representados por declarativas é, portanto, uma marca interlocutiva importante desses textos. Por outro lado, o oferecimento de benefícios, também, é mostrado como decorrente do emprego desse tipo frasal. Esse tipo de emprego pode ser visto como por meio da declarativa “*A Claro obriga-se a prestar o SMP segundo os padrões de qualidade exigidos pela Anatel*” que pode servir para atenuar a imposição feita anteriormente, podendo desempenhar papel semântico de diminuir o

aspecto negativo do serviço oferecido decorrente da aquisição do celular pelo cliente.

Na continuação da cláusula, a declarativa “*O Assinante declara ter ciência das localidades cobertas pelo SMP, das limitações decorrentes de eventuais áreas com limitação de sinal e da disponibilidade de rede e, em hipótese alguma o Assinante se desobrigará do pagamento do serviço sob alegação de não abrangência do SMP em certa área*” volta a impor uma condição ao que foi oferecido anteriormente. Nesse caso, a declarativa supracitada realiza a instrução: “declaro saber quais localidades são cobertas pela operadora e não deixarei de fazer os pagamentos ainda que o serviço não esteja sendo prestado pela Claro”, ato diretivo indireto.

Sobre essa ocorrência, o que se pretende ressaltar na análise das esferas interlocutivas definidas pelas instruções, é que, tanto na verificação das frases com natureza declarativa que preconizam procedimentos quanto no entendimento das informações com vistas a impor as regras contratuais, no perlocucionário, o acatamento dos comandos é incondicional. Essa força ilocutória impositiva indica que o não acatamento do que é instruído poderá refletir em penalidades jurídicas para as partes envolvidas na contratação.

A imposição de instruções, por outro lado, muitas vezes, pode ser detectada de acordo com a natureza jurídica do contrato. Essa peculiaridade interlocutiva pode ser vista no exemplo 52, a seguir.

Exemplo 52:

(...) b) O ASSINANTE, ao aderir a esta contratação declara, para os devidos fins e efeitos de direito, que tomou conhecimento das características do Plano de Serviço ora contratado, bem como das condições e valores promocionais vigentes informados neste ato e disponibilizados no www.claro.com.br. c) **Declara, também, ser o único responsável pela veracidade das informações/dados ora fornecidas(os) e se compromete a atualizá-los sempre que houver qualquer alteração ou for solicitado**, inclusive por meio de confirmação através de URA, autorizando, neste ato, à CLARO a proceder à verificação e análise das informações cadastrais, bem como a suspender os serviços em caso de irregularidade ou recusa no fornecimento. d) **Declara, ainda e expressamente, ter conhecimento de que este Instrumento integra e complementa-se** às condições para a prestação do Serviço Móvel Pessoal que estão descritas no Contrato do Serviço Móvel Pessoal (Contrato SMP) - verso, bem como, ao Contrato de concessão de benefícios Comerciais-desconto para aquisição de Aparelhos (se aplicável). e) **Declaro, expressamente, aceitar o recebimento de mensagens (SMS) de cunho publicitário enviadas pela CLARO** e pelos seus parceiros para o meu aparelho celular.

O exemplo 52 refere-se à cláusula inicial do contrato de telefonia móvel da empresa “Claro” e expõe as regras comerciais que estipulam algumas condições aos interlocutores, a fim de que haja o comprometimento desses indivíduos em realizar as imposições contratuais.

As frases, utilizadas para fazer o reportamento de regras ao interlocutor, impõem algumas informações que serão acatadas pelos indivíduos mediante a concordância com os termos contratuais. É válido ressaltar que, como nos textos das bulas de medicamentos, as declarativas também estipulam, no ilocucionário, procedimentos que deverão ser realizados pelos indivíduos.

Dessa forma, declarativas como *“Declara, também, ser o único responsável pela veracidade das informações/dados ora fornecidas(os); “se compromete a atualizá-los sempre que houver qualquer alteração ou for solicitado”; “Declara, ainda e expressamente, ter conhecimento de que este Instrumento integra e complementa-se”; “Declaro, expressamente, aceitar o recebimento de mensagens (SMS) de cunho publicitário enviadas pela CLARO...”* possuem valor semântico de imposição,

refletindo essa intencionalidade do locutor no ilocucionário. Esses são alguns exemplos de atos de fala que se prestam à dupla função de descrever a natureza jurídica do documento e de instruir sobre o que deve ser realizado.

O que se pretende ressaltar, decorrendo do emprego das declarativas, é que, nos textos, elas propõem mostrar informações que precisam ser acatadas como procedimentos. Dessa forma, as frases citadas podem ser interpretadas como fazendo as seguintes instruções “acate pela responsabilidade de transmissão das informações”, “aceite a validade jurídica do contrato” e “aceite as mensagens da Claro no seu celular”.

Nesse caso, ao contrário da força ilocutória desencadeada pela análise das declarativas no gênero bula, ocorre outro tipo de emprego interlocutivo desse tipo frasal. O nível das instruções reflete um caráter prioritariamente impositivo das regras contratuais, perdendo o caráter prescritivo dos procedimentos predispostos nos textos de bulas.

Em decorrência dessas instruções, transmite-se uma força ilocutória de “imposição”, configurada de acordo com as peculiaridades de uso do gênero macroato tal qual “obedeça a todas as regras e concorde com elas”. O não cumprimento do que é informado gerará problemas quanto ao uso dos serviços ou, até mesmo, em prejuízos jurídicos para os interlocutores.

Macroatos com alto nível de imposição, também, podem ser ressaltados no gênero, como no exemplo 53.

Exemplo 53:

Parágrafo único. **O imóvel entregue na data da assinatura deste contrato, pelo LOCADOR ao LOCATÁRIO, possui as características contidas no auto de vistoria anexo, que desde já aceitam expressamente.**

DA UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

Cláusula 2ª. A presente LOCAÇÃO destina-se restritivamente ao uso do imóvel para fins residenciais, restando proibido ao LOCATÁRIO, sublocá-lo ou usá-lo de forma diferente do previsto, salvo autorização expressa do LOCADOR.

DAS CONDIÇÕES DO IMÓVEL

Cláusula 3ª. **O imóvel objeto deste contrato será entregue nas condições descritas no auto de vistoria,** ou seja, com instalações elétricas e hidráulicas em perfeito funcionamento, com todos os cômodos e paredes pintados, sendo que portas, portões e acessórios se encontram também em funcionamento correto, devendo o LOCATÁRIO mantê-lo desta forma. **Fica também acordado, que o imóvel será devolvido nas mesmas condições previstas no auto de vistoria, além de, no ato da entrega das chaves, com todos os tributos e despesas pagas.**

O exemplo 53 foi retirado de um contrato para locação de imóveis. Nele, observa-se que os atos de fala pressupostos pelas declarativas indicam procedimentos, quando estipulados com essa finalidade e refletem um alto nível de imposição. Sobre essa forma de emprego, pode-se demonstrar que o locutor tende a forçar o interlocutor a acatar as informações, transmitidas de modo taxativo.

Como exemplo desse uso frasal, podemos observar a declarativa “*O imóvel entregue na data da assinatura deste contrato, pelo LOCADOR ao LOCATÁRIO, possui as características contidas no auto de vistoria anexo, que desde já aceitam expressamente*”, que é acionada para configurar a instrução, e que poderia ser entendida num enunciado tal como “tanto o locador como o locatário aceitam as características do imóvel como foi mostrado na vistoria”, o que configura um ato diretivo indireto.

Cargas impositivas de igual teor podem ser interpretadas também quando observamos os empregos das declarativas “*O imóvel objeto deste contrato será entregue nas condições descritas no auto de vistoria*” e “*Fica também acordado, que o imóvel será devolvido nas mesmas condições previstas no auto de vistoria, além*

de, no ato da entrega das chaves, com todos os tributos e despesas pagas”, que mostram algumas condições para o acatamento das regras contratuais informadas. Procedimento semelhante poderia ser estipulado, por exemplo, pela imperativa “entregue o imóvel como ele foi descrito e com as despesas pagas”, que indicaria, de forma direta, instrução a ser executada por quem alugou o imóvel.

As declarativas mostram que a aceitação das informações é uma condição, detectada no estabelecimento das instruções, pelo locutor do texto, que as transmite por meio desse tipo frasal, preconizando o macroato de fala munido de alto nível impositivo. Esse macroato contém, portanto, a força ilocutória que se presta a impor, podendo ser interpretado como “aceite as imposições para alugar o imóvel e esteja ciente de que não há qualquer possibilidade de que você intervenha”, cujo efeito de sentido se presta à indicação do que deverá ser aceito, incontornavelmente.

Esse efeito de sentido precisa ser assumido, pelos interlocutores, o que promoverá, no perlocucionário, um acatamento incondicional dos procedimentos informados no texto.

Também sobre o uso de declarativas nos contratos, muitas vezes, não há uma indicação aparente do interlocutor real ao qual a instrução é direcionada. Quanto a essa perspectiva de indicação do destinatário, podemos observar essa forma de emprego, conforme o exemplo 54.

Exemplo 54:

CLAUSULA VIGESIMA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

20.1 **A EMISSORA poderá introduzir modificações nas condições deste contrato mediante prévia comunicação escrita, informações e/ou mensagens lançadas na FATURA MENSAL** ou, ainda, remetendo um novo contrato, procedendo ao respectivo registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

20.2 **Não concordando com as modificações comunicadas na forma do item anterior, o TITULAR deverá, no prazo de 10(dez) dias, exercer o direito de resilir este contrato**, abstendo-se de usar o CARTÃO que, de pleno direito, tornar-se-á cancelado. Aplicando-se o disposto na Clausula Vigésima Primeira

No exemplo 54, mostram-se algumas instruções também feitas por frases declarativas. Essas frases, munidas de forças ilocutórias indicativas de instrução,

estabelecem os procedimentos que deverão ser acatados pelos interlocutores, a fim da obtenção dos serviços contratados.

Se, por um lado, o locutor do texto atribui forças ilocutórias que podem configurar “imposição” ou “coerção” aos indivíduos, por outro, não existe, na superfície linguística desses enunciados, indicativos aparentes da identidade dos interlocutores, aos quais as instruções são dirigidas. Isso pode ser visto pela declarativa “*A EMISSORA poderá introduzir modificações nas condições deste contrato mediante prévia comunicação escrita, informações e/ou mensagens lançadas na FATURA MENSAL*” que, embora estabelecendo um aviso importante, não o predispõe de modo a sinalizar a quem ele é dirigido. Essa ausência de indicação do interlocutor, nas declarativas, é fator comum, já que o interlocutor está presente no uso das imperativas e das interrogativas, como visto no capítulo anterior, que estudou a categoria frasal mais profundamente.

Sobre o uso dessa frase no exemplo, a instrução poderia ser feita de modo a mostrar a quem a informação é endereçada, como, por exemplo, pelo diretivo indireto “você poderá receber ciência das mudanças desse contrato em sua fatura de pagamento”, essa instrução introduziria o contratante na superfície textual, como pessoa a quem a informação é transmitida. Emprego semelhante a esse pode ser visto com o emprego da declarativa “*Não concordando com as modificações comunicadas na forma do item anterior, o TITULAR deverá, no prazo de 10(dez) dias, exercer o direito de rescindir este contrato*”. Essa frase, embora designando textualmente o interlocutor, que é o “titular” da negociação, também não indica aparentemente a pessoa para quem o procedimento é direcionado. No caso, “rescindir o contrato” é tarefa que poderia ser estabelecida com o uso de um enunciado como, por exemplo, “você terá 10 dias para rescindir o contrato se não concordar com as modificações comunicadas em sua fatura”. Destaca-se que se essa instrução fosse feita dessa forma, evidenciar-se-ia a presença do interlocutor no texto, pessoa a qual a instrução é realmente direcionada.

O que se pretende ressaltar é que ocorre, nos contratos, uma ausência de “direcionamento” para os comandos impostos, pelo locutor do texto, aos seus reais interlocutores. Isso pode ressaltar uma característica do gênero, já que, embora os contratos apresentem instruções, cujo descumprimento pode acarretar em prejuízos jurídicos e financeiros para os contratantes, esses reais interlocutores não são citados diretamente. Isso ocorre quando se opta por usar frases declarativas para

instruir, sem fazer a indicação dos procedimentos que são, apenas, descritos. O mesmo também pode ser visto no exemplo em seguida.

Exemplo 55:

2.2. Caso o ASSINANTE do Serviço Pré-Pago não informe seus dados cadastrais, preste informações divergentes ou se negue a atualizá-los, **poderá ter seu serviço suspenso até que a situação se regularize, conforme o art. 58, §3º da Res. 477/2007 da Anatel**; **2.3. A CLARO somente habilitará Estação Móvel que seja certificada pelo Poder Concedente** e compatível com a sua rede, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade do ASSINANTE a origem e forma de aquisição da referida Estação Móvel, devendo, contudo, o ASSINANTE apresentar, no ato da habilitação, a competente nota fiscal de compra ou documento de regularidade fiscal.

O exemplo 55, retirado do contrato de adesão ao serviço de telefonia móvel da Claro, diz respeito à parte em que se expõe sobre a idoneidade dos clientes, ao informar os dados de cadastro. No caso, a instrução para a manutenção dos serviços telefônicos é estipulada por declarativas como “*Caso o ASSINANTE do Serviço Pré-Pago não informe seus dados cadastrais*”. Essa instrução, como temos mostrado, também não pressupõe a existência de uma indicação clara do interlocutor a quem a informação é direcionada. Isso poderia acontecer se o procedimento fosse estabelecido como, por exemplo, “informe seus dados cadastrais”. Entretanto, pode-se evidenciar esse ato de fala indireto, como inerente ao procedimento desencadeado pela declarativa.

Ressaltamos que, desse primeiro procedimento, dependerão serviços a serem prestados pela empresa de telefonia. O não acatamento da tarefa de informar os dados acarreta a suspensão dos serviços. Essa mesma ocorrência pode ser vista, também, pelo emprego da declarativa “*poderá ter seu serviço suspenso até que a situação se regularize, conforme o art. 58, §3º da Res. 477/2007 da Anatel*”, que também salienta a importância de realizar essa tarefa.

Não existe, portanto, uma indicação aparente do “interlocutor” para quem a instrução é endereçada. O uso das declarativas, com a indicação da terceira pessoa – sempre se fala do “assinante” –, expõe, portanto, o caráter secundário do

tratamento dispensado ao interlocutor, que, contudo, será o responsável pelo acatamento do que é instruído.

Por tais perspectivas, o macroato de caráter impositivo pode ser interpretado por meio do somatório das forças ilocutórias provenientes das declarativas, quando elas se prestam a indicar procedimentos como visto no exemplo 55.

O tipo de macroato e as forças ilocutórias requeridas no estabelecimento das instruções constituem aspecto relevante para a percepção dos sentidos, estipulados a partir das declarativas. Quanto a isso, o direcionamento dos procedimentos, ainda que feitos por meio de declarações, precisa ser entendido pelo interlocutor, assinante do contrato, que irá assumir, no perlocucionário, as consequências pelo não acatamento do que é estabelecido.

Para finalizar, ressalta-se que o gênero, embora não possuindo superficialmente instruções feitas por imperativas, contém inúmeras instruções em cada parte contratual. As cláusulas precisarão ser entendidas de modo a evidenciar o macroato de imposição, já que as instruções serão procedimentos incontornáveis, para o uso dos benefícios pelos contratos oferecidos.

Assim, terminamos a seção, procurando evidenciar alguns aspectos mais relevantes para a percepção dos atos de fala de natureza diretiva, no gênero contrato. Fazemos, em seguida, uma apresentação sintetizada das questões expostas no capítulo, de modo a mostrar como os sentidos são assumidos, na leitura dos textos instrucionais.

3.5 As categorias de análise dos gêneros e as perspectivas de leitura

A presente seção tem por finalidade demonstrar aspectos comparativos das quatro seções anteriores, que versaram sobre a leitura dos textos, *corpus* dessa pesquisa. Quanto a isso, a análise dos excertos selecionados procurou ressaltar algumas ações que indicam procedimentos comuns aos objetivos de uso dos gêneros a eles intrínsecos. As ações desencadeadas na superfície dos textos se prestam à resolução de tarefas ordinárias. Essas ações estão, portanto, afeitas ao cotidiano dos interlocutores, quando eles precisam recorrer aos textos instrucionais para atingir certo objetivo de uso correlato aos propósitos dos gêneros por eles abarcados.

Desse modo, podemos evidenciar algumas ações ordinárias demandadas pelo uso dos enunciados analisados. No gênero receita, a maioria das instruções é estabelecida por meio de imperativas, que indicam procedimentos como “despejar”, “aquecer”, “misturar”, “untar”, “bater”, “cozinhar”, “adicionar”, “assar”, “colocar”, entre outros. Já no gênero manual, os procedimentos são organizados por imperativas e por expressivas ou declarativas que indicam tarefas como “acomodar”, “verificar”, “remover”, “selecionar”, “fixar”, “furar”, “colocar”, “puxar”, “localizar”, principalmente no início dos textos.

Nesses dois gêneros, essas tarefas, necessariamente, exigem dos interlocutores habilidades intrinsecamente manuais, e, os macroatos idealizados na execução de tais procedimentos preconizam os riscos envolvidos no manuseio dos produtos usados em seu manuseio. A periculosidade pressuposta pelo uso dos dois tipos de enunciados de procedimentos pode ser delimitada por macroatos afeitos à sua natureza de uso. Dessa forma, instruções estabelecidas de modo a evidenciar “sugestão” ou “atenção” podem ser indicativas das forças ilocutórias com que os procedimentos são estabelecidos e acatados pelos interlocutores. Essas forças ilocutórias também são subjacentes ao posicionamento dos locutores ao predispor os procedimentos.

Por outro lado, reconhecemos como procedimentos afeitos ao gênero bula ações como “usar/não usar”, “tomar/não tomar”, “ingerir”, “utilizar”, “contatar (o médico)” “observar (o aspecto do medicamento)” entre outras, todas relativas ao manuseio e à ingestão dos medicamentos. Nesse gênero, a complexidade envolvida no acatamento das instruções, demandadas pelo manejo das drogas, indica outros tipos de ações, pressupostas pelas instruções estabelecidas na superfície desses enunciados. Essas ações são materializadas por declarativas e podem também ser referentes aos cuidados higiênicos e alimentares e se prestam também a procedimentos paralelos ao uso dos medicamentos em si.

Já com respeito ao gênero contrato, ele pressupõe tarefas como “ler”, “declarar”, “aceitar (as regras)”, “rescindir”, “informar (dados)”, entre outras. Essas ações são estabelecidas, preponderantemente, por meio de frases de natureza declarativa. O uso de declarativas mostra, no estabelecimento das instruções, forças ilocutórias de níveis elevados, que podem ser evidenciadas, de acordo com a natureza dos procedimentos, demandando ações que abarcam riscos jurídicos para os interlocutores, se não acatadas.

Também com respeito aos riscos envolvidos, as bulas de medicamentos estabelecem procedimentos relacionados à obediência aos horários e às doses das drogas, que podem prevenir temeridades relativas à saúde dos indivíduos, sendo, portanto, tarefas incontornáveis. Já no gênero contrato, as condições de acatamento dos procedimentos são desenvolvidas, a partir dos riscos jurídicos, assumidos pelos interlocutores. Nesses dois gêneros há, portanto, perigos indicativos de atos de fala que preconizam tarefas incontornáveis, refletindo posicionamentos taxativos, por parte dos locutores.

Nesses dois gêneros, ainda, o uso de declarativas com vistas a estabelecer procedimentos é fator comum, sendo que seu emprego pode refletir, portanto, forças ilocutórias que se prestam a “impor” ou “prevenir” os interlocutores dos riscos latentes às instruções por elas demandadas. Já com respeito às forças ilocutórias inerentes aos gêneros receita e manual ocorrem outros tipos de posicionamentos enunciativos dos locutores, refletindo em rigor ilocutório de menor impacto.

Sobre a natureza das ações demandadas e os riscos envolvidos, pressupõem-se algumas condições para o acatamento desses procedimentos, já que o posicionamento dos interlocutores, ao lerem as instruções, será diferente nos quatro tipos de enunciados. A fim de resumir os resultados apresentados, elaborou-se o quadro 19, com vistas a mostrar as demandas de leitura, que indicarão posicionamentos e atitudes diferenciadas nos quatro gêneros.

Quadro 19- A natureza dos procedimentos nos quatro gêneros e as condições para acatamento dos procedimentos

Gênero	Natureza dos procedimentos	Condições de acatamento
Receita	Manual	Procedimentos executados em vista do reconhecimento dos procedimentos como ideais à sua elaboração. Sobre isso, inclusive os tipos e quantitativos de ingredientes são passíveis da escolha dos interlocutores.
Manual	Mecânico/eletrônico	As tarefas serão acatadas reconhecendo os tipos de perigos relacionados ao manuseio dos artefatos. O uso dos produtos adquiridos pode indicar algumas periculosidades materiais, portanto, a leitura dos procedimentos determinará atitudes de acatamento que reconheçam a atenção com que as

		instruções devem ser executadas.
Bula	Fisiológica	As regras de uso dos medicamentos pelos pacientes requerem a obediência quanto ao acatamento das instruções para o manuseio e a ingestão dessas drogas. No plano de leitura, o acatamento do que é prescrito envolve os riscos acarretados, inclusive, na saúde dos interlocutores.
Contrato	Jurídica	O acatamento das instruções, pelos interlocutores está afeito aos deveres assumidos na negociação contratual. Isso requer o comprometimento desses indivíduos que são também os contratantes da negociação jurídica, pois existirão riscos de ordem financeira e jurídica assumidos pelos interlocutores na negociação financeira.

O quadro 19 procura evidenciar que, nos quatro gêneros, as condições de acatamento das instruções gerarão posicionamentos afeitos aos tipos de perigos envolvidos, que serão de ordem material, fisiológica ou jurídica. Por isso, os interlocutores precisarão acatar as instruções, tendo em vista os riscos latentes aos procedimentos predispostos na superfície dos enunciados.

Tendo mostrado os tipos de procedimentos, abarcados pelos gêneros, pode-se concluir que eles refletem tarefas cotidianas, sendo as receitas e manuais afeitos a procedimentos intrinsecamente manuais. Já as bulas de medicamentos impõem procedimentos que exigirão dos interlocutores a habilidade de verificar os tipos de perigos envolvidos em sua manipulação, que serão de natureza fisiológica. Os contratos, por ressaltarem procedimentos jurídicos, estabelecem tarefas desse âmbito, necessitando do cumprimento dos deveres da negociação.

Esses processos, por outro lado, envolvem a habilidade de manuseio dos interlocutores que precisarão dar conta dessas tarefas, sendo sua interferência, muitas vezes possível, de acordo com o acatamento dos procedimentos estabelecidos pelas instruções. Desse modo, foi possível delimitar essas condições de elaboração acatamento dos procedimentos, a partir dos gêneros analisados.

Sobre as categorias de análise em si, nas receitas, as instruções são transmitidas na superfície textual por meio de imperativas que atribuem força ilocutória de sugestão aos procedimentos por elas abarcadas. Já nos manuais de instrução, as imperativas são predispostas de modo a desencadear força ilocutória de atenção ou aviso, pois alguns perigos podem ser enfrentados pelos interlocutores, ao lerem os procedimentos.

Esses dois gêneros assemelham-se quanto ao tipo frasal predominante, mas diferem quando pensadas as forças ilocutórias inerentes aos procedimentos, que estarão coadunadas às naturezas de uso dos dois gêneros.

Nas bulas de medicamentos, por outro lado, as instruções são desencadeadas por meio de declarativas que visam a apresentar as formas de manuseio e de uso das drogas e, ainda, mostrar algumas características benéficas do conteúdo bioquímico do remédio no organismo. Esse mesmo tipo frasal é usado nos contratos, em que essas frases são predispostas, de modo a mostrar os tipos de procedimentos a serem executados.

As declarativas, ao serem analisadas nos dois gêneros, denotam, no ilocucionário, forças ilocutórias de prescrição, nas bulas, e de imposição, nos contratos. Nesses gêneros, existirão temeridades de natureza médica e jurídica abarcadas pela leitura dos textos, cujos sentidos estão afeitos aos procedimentos e aos dois gêneros. Com respeito ao teor ilocutório das instruções e os tipos frasais, podemos encontrar as seguintes atribuições, como mostradas na figura em seguida.

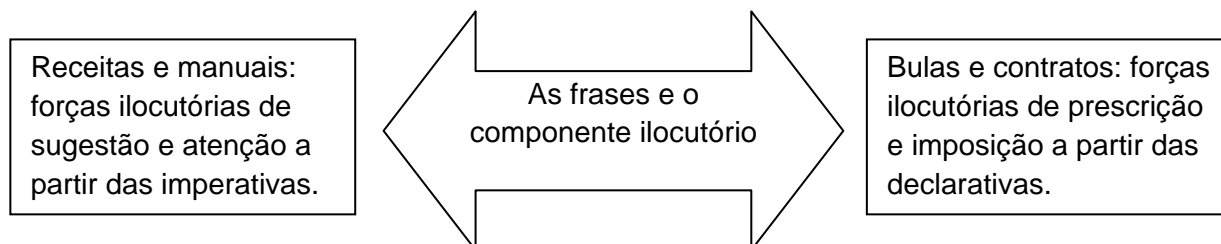


Figura 12- As frases declarativa e imperativa e suas forças ilocutórias

A figura 12 procura demonstrar que há uma correlação entre a predominância dos dois tipos frasais e o desencadeamento de formas específicas quanto ao rigor ilocutório, a partir dos quais os procedimentos deverão ser executados. Sobre a natureza das instruções estabelecidas pelas frases, pode-se detectar que as imperativas, nos manuais e nas receitas, e as declarativas, nos contratos e bulas, possuem atribuições semelhantes. Podemos evidenciar, em ambos os tipos, condições de acatamento das instruções, requerendo posicionamentos semelhantes, ao executarem os procedimentos.

Esses procedimentos podem ser tomados, no ilocucionário, como munidos de maior ou menor força ilocutória. Sobre esse componente interlocutivo, nesse nível

de ações, ainda podem-se detectar atos de fala indiretos, que levarão os interlocutores a acatar os procedimentos com mais ou menos precisão. Esses atos de fala são, geralmente, detectados pelo tipo frasal declarativo, em que as instruções são elaboradas de modo indireto, majoritariamente.

Sobre as decorrências do acatamento das instruções, pelos interlocutores, pode-se evidenciar que indicam o modo como os sentidos são assimilados, mostrando a importância do perlocucionário. Ressaltamos, nesse nível, se configura a elaboração dos procedimentos, consumadas pelo acatamento do que é pretendido, pelo locutor. Essa esfera é, portanto, imprescindível para a leitura dos textos de natureza instrucional e para o tipo injuntivo em si.

O que é entendido pela evidenciação das condições de leitura dos gêneros estará, por conseguinte, intrinsecamente ligado à natureza interlocutiva desses enunciados. Com respeito a isso, pode-se ressaltar que o componente ilocutório dos atos de fala, materializados pelas frases, mostra indicações dos tipos de ações que serão desencadeadas, de modo a executar os procedimentos, sendo essa esfera discursiva indispensável na assimilação dos sentidos.

O ilocucionário é, portanto, nível interlocutivo imprescindível na análise da leitura. Quanto a esse nível, nos textos instrucionais, ele se apresenta como indicativo das ações que serão demandadas por frases de diferentes tipos, que predispoem procedimentos e desencadeiam tomadas de atitude, de acordo com os objetivos dos gêneros por eles abarcados.

Sobre essas frases, o estabelecimento dos procedimentos mostra que o uso das imperativas, embora comum na estruturação textual das instruções, não é condição para tal finalidade enunciativa. Ainda sobre os tipos frasais, as declarativas estão munidas de forças ilocutórias de maior impacto, quando comparadas às imperativas, estando ambos os tipos afeitos à natureza composicional dos textos analisados.

Também, quanto aos outros tipos frasais, de menores ocorrências nos textos instrucionais, a estipulação de procedimentos pode ser estabelecida, textualmente, além das imperativas e declarativas, por interrogativas e exclamativas. Esses dois tipos se prestam a nortear os interlocutores sobre as possíveis dúvidas que podem apresentar e para evidenciar a emotividade dos locutores, ao mostrar os tipos de atitudes a serem tomadas.

As constatações sobre o componente ilocutório, nos textos instrucionais, assinalam elementos importantes na atribuição das ações, por eles pressupostos. Quanto a essa esfera analítica, os atos de fala, dela decorrentes, subjazem atribuições diferenciadas dos tipos de reportamento interlocutivo, de acordo com as pretensões dos interlocutores, ao entenderem as instruções.

Ainda sobre esse componente, todos os indivíduos, ao se fazerem entender diante de suas necessidades comunicativas, desenvolverão posicionamentos diferenciados, denotando posturas acionistas, coadunadas com sua intencionalidade comunicativa.

Nesse sentido, a teoria dos atos de fala pode acrescentar perspectivas diferenciadas quanto à leitura dos diferentes textos, pois, os níveis ilocutórios dos atos de fala apontam três patamares de observação da linguagem. Para além dessas esferas de observação das informações, advindas dos textos, a contribuição dessa vertente teórica privilegia os interagentes, que são os elementos centrais na troca interlocutiva. Por isso, o estudo dos diferentes tipos e gêneros à luz das ações demandadas pelos interlocutores torna-se importante, já que a linguagem passa a demonstrar não apenas os sentidos por ela demandados, mas a intencionalidade dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta teórica apresentada para o desenvolvimento desta tese parte do pressuposto de que a aquisição dos sentidos deve-se às ações linguísticas que medeiam as trocas interlocutivas dos indivíduos, inseridos nas diferentes situações comunicativas. Sobre essas ações, os gêneros instrucionais, *corpus* dessa pesquisa, a saber: a receita, o manual, a bula e o contrato são materializados por textos compostos por frases desencadeadoras de procedimentos. Esses textos indicam atitudes diferenciadas quanto ao ato de instruir e de acatar os procedimentos.

De acordo com essas questões norteadoras, que advêm da intencionalidade dos indivíduos quando imbuídos da intenção de instruir e realizar procedimentos, observamos as formas de ação inerentes aos textos instrucionais. Ressalta-se que essas duas posições interlocutivas dos indivíduos são percebidas na configuração dos textos instrucionais, que mostram, por meio de enunciados que se prestam a instruir, maior ou menor rigidez na configuração das instruções, de acordo com os riscos envolvidos na execução desses procedimentos.

Nossa proposta partiu, portanto, do ponto de vista de que a linguagem é possuidora da função essencial de mostrar a intencionalidade dos interagentes, manifestada por meio de ações, exigidas nos diferentes contextos de troca interlocutiva.

Buscou-se ressaltar, por isso, a importância da orientação das ações, por meio de frases indicativas de procedimentos. Essas frases são expostas de modo a mostrar na superfície textual desses enunciados as diferentes intenções dos locutores, que agregam certa gradação, quanto ao rigor impositivo com o qual as instruções são proferidas. Quanto a essas formas de imposição, a tese indicou, a partir da composição material dos textos que compuseram os *corpora* – os quatro gêneros instrucionais: a receita, o manual, a bula e o contrato –, alguns aspectos relevantes sobre a injunção, que atribui sugestão, aviso, prescrição e imposição, sendo essas formas de instruir todas possíveis, a partir da injunção. Essa tipologia demonstrou-se predominante na superfície textual dos enunciados pesquisados, dadas as finalidades enunciativas desses gêneros.

Sobre essa tipologia, as ações linguísticas a ela relacionadas se prestam a desencadear, no plano exterior à linguagem, a execução de procedimentos e de

tarefas por meio do cumprimento das instruções. Entretanto, ao estudarmos esse tipo textual, de forma superficial, salienta-se muito mais a presença de um tipo frasal definido, o imperativo, sem se pensar muito na intencionalidade discursiva dos interagentes, cerne dessa pesquisa. Salientou-se, por isso, que sua estrutura material deve ser entendida muito mais a partir da funcionalidade do que por sua composição textual.

A “Teoria dos Atos de Fala”, aporte teórico norteador da tese, buscou conferir contribuições na análise do tipo textual injuntivo. Nessa perspectiva, o modo como os sentidos devem ser assumidos, a partir dessa forma enunciativa, serão diferenciados, pois é considerado o componente ilocutório da linguagem. Sempre que os indivíduos se predispõem a instruir, o modo como os procedimentos são solicitados mensuram diferentes atitudes impositivas. Essas atitudes, além de mostrarem a intenção dos locutores, estarão coadunadas aos propósitos interlocutivos dos gêneros instrucionais. Existe, por isso, uma ligação entre as posturas dos interagentes e a natureza discursiva desses gêneros, não havendo como dissociar a materialidade textual de sua composição da intencionalidade correlata à funcionalidade discursiva desses enunciados.

Sobre os aspectos textuais apresentados, os resultados da pesquisa mostraram que a injunção é uma tipologia natural no uso discursivo dos indivíduos, pois se presta à resolução de atribuições nas esferas manual, técnica, médica e jurídica, que são incontornáveis aos objetivos a elas atrelados. Sendo assim, enquanto os demais tipos textuais – a narração, a descrição e a argumentação – não têm por finalidade o desencadeamento de atitudes práticas por meio do que é dito, o atributo da injunção é justamente o oposto. Nos termos da teoria dos atos de fala, verifica-se o caráter essencialmente “performativo” conferido a essa tipologia.

Por conta dessa dinamicidade pressuposta por sua forma de enunciar, a tese indica, fortemente, que o tipo injuntivo caracteriza-se por resolver as diferentes necessidades dos interlocutores, quando se deparam com textos desses gêneros. Nos *corpora* estudados, observou-se que a receita, gênero usado para instruir a preparação de pratos culinários não impõe procedimentos com grande rigor coercitivo, já que, muitas vezes, os locutores podem interferir no modo como as instruções são realizadas, de acordo com seu gosto pessoal. Já com respeito ao manual técnico, por se tratar de um gênero que mostra procedimentos técnicos e mecânicos que podem oferecer riscos materiais aos indivíduos, a forma como os

procedimentos serão realizados requer maior atenção. As bulas, ao indicarem instruções a interlocutores com necessidades informativas diferentes, preconizam interesses diferenciados quanto ao acatamento dos procedimentos. Sobre as bulas, elas podem originar a simples instrução quanto à observação do aspecto material do medicamento, sendo esse procedimento direcionado ao paciente, quanto a instruções sobre os riscos possíveis à saúde dos indivíduos, direcionadas aos médicos. Por fim, o contrato, por mostrar instruções que devem ser seguidas, a fim de atender às demandas jurídicas na mediação de serviços e produtos adquiridos, o rigor das instruções estará afeito aos riscos financeiros e jurídicos dos interlocutores. Esse gênero constata, portanto, a existência de maior rigor na elaboração das instruções.

Com respeito à composição material do tipo injuntivo, a tese evidenciou também que as tomadas de atitudes dos interlocutores podem ser desencadeadas, não apenas, por frases imperativas, mas por qualquer enunciado que estipule atos inseridos na categoria diretiva, classe de atos de fala responsável pela caracterização das formas de instruir, em suas diferentes nuances impositivas. Ressaltou-se que essa categoria comporta atos de fala que se prestam a levar os indivíduos a atuarem, no plano exterior à linguagem, a partir de atitudes práticas.

Quanto à presença dos tipos frasais nos textos instrucionais, quando indicativos do uso a eles intrínsecos, que é levar os interlocutores a atingir seus objetivos práticos, as frases pressupõem diferentes formas materiais na informação de procedimentos, como mostrado nas análises dos exemplos, no capítulo 3. Sobre as instruções afeitas aos quatro gêneros, a pesquisa destacou que as estruturas linguísticas a eles subjacentes viabilizam o maior ou menor rigor, com que essas instruções devem ser seguidas. As estruturas frasais ressaltam, por conseguinte, o papel do plano ilocucionário, como identificador dessas intenções dos locutores, ao transmitirem as instruções. Nesse sentido, as frases indicativas de procedimentos, para além da função de instruir, denotarão a intencionalidade dos locutores, já que os riscos quanto ao não acatamento dessas instruções são decorrentes dessas intenções, perfazendo atos ilocucionários diferenciados.

Por essas decorrências, pudemos vislumbrar que o ilocucionário torna-se um componente discursivo imprescindível para a análise dos sentidos, assumidos durante a leitura dos textos instrucionais. Por outro lado, o perlocucionário, que configura atos de fala que são decorrentes da percepção dessas intenções

ilocutórias, também caracteriza um elemento indispensável na observação de como os sentidos são assumidos nos textos instrucionais.

Para além do levantamento desses aspectos semânticos, advindos da leitura e do tipo textual injuntivo, a pesquisa procura contribuir com elementos que elucidam mais os aspectos em torno da frase, no âmbito gramatical. Com respeito a isso, o cotejo dos tipos frasais com as categorias de atos de fala, demonstrou-se que tanto a frase, quanto o ato de fala, embora com caracterizações teóricas diferentes, demonstram uma equiparação atributiva. Tanto a frase, estudada no escopo gramatical, quanto o ato de fala, estudada no âmbito discursivo, se prestam a discernir as intencionalidades dos indivíduos, nos contextos de uso em que a linguagem é empregada. Sobre essa proposta da pesquisa, procuramos destacar que os autores de gramáticas estudados, embora não propondo critérios discursivos mais aprofundados na distinção do conceito da frase, esboçam em suas constatações a presença do componente ilocutório na sistematização dos tipos frasais.

O estudo da frase, nos livros pesquisados, ocorre nos capítulos que tratam da esfera sintática dos enunciados. Quanto a isso, pudemos observar que não existe, em princípio, uma distinção entre os domínios da frase e da oração. Sobre esses conceitos, a tese procurou ressaltar, à luz dos planos ilocutórios, que eles são fenômenos distintos, já que o primeiro abarca o aspecto intencional da troca interlocutiva e o segundo, o âmbito estrutural.

Sobre a frase, especificamente, procuramos ressaltar que o fator distintivo mais definitivo na caracterização dos tipos frasais conhecidos advém da intencionalidade dos falantes, ao proferirem enunciados de modo a satisfazerem seus desejos interacionistas. A tese ainda destaca, portanto, que o estudo frasal, embora detectando esse componente discursivo, não traduz, com nitidez, os aspectos conceituais da frase, da oração e do período. Por isso, o estudo das frases nos textos instrucionais indicou-nos alguns levantamentos importantes. A frase é um conceito atributivo da intencionalidade, não tendo como essência conceitual a caracterização da materialidade estrutural dos enunciados, mas sendo um indicador das intenções dos indivíduos. Por outro lado, a oração e o período são conceitos que se prestam a mostrar a estruturação proposicional dos enunciados em torno de um ou mais verbos, seus elementos centrais. Existe, portanto, uma confusão ao estudar os três conceitos, se não forem acentuadas essas diferenças conceituais.

Os três conceitos caracterizam elementos diferenciados. Nesse sentido, as declarativas, tradicionalmente, são vistas como o tipo que têm por função detectar os objetos, atribuindo valores que podem ser contestados como afirmativos ou negativos, conforme apresentado nos compêndios gramaticais pesquisados. Já os atos comportados pela categoria assertiva possuem essa mesma peculiaridade discursiva, em que se ressalta o interesse dos locutores, por afirmar conteúdos proposicionais tidos como verdadeiros.

A respeito das imperativas, estas desencadearão níveis impositivos diferenciados para estabelecimento dos procedimentos dos textos instrucionais e, além de mostrar a questão do uso frasal, esses níveis são mensurados, de acordo com as propriedades funcionais dos gêneros.

A superfície enunciativa dos textos analisados, também, indicou que as imperativas representam boa parte das instruções, de acordo com os exemplos selecionados. A natureza de uso interlocutivo dos gêneros reflete, por isso, “pesos” ilocutórios diferenciados, a partir dos atos de fala. A predisposição das instruções, a partir dessas frases, indicia que elas são, apenas, o contraponto material das forças ilocutórias, que abarcam níveis de ações diferenciados, relativos à intenção do locutor. A forma como os sentidos são assumidos, na leitura desses textos, se presta a diferenciar o posicionamento dos interlocutores, ao acatar os procedimentos, no âmbito do perlocucionário. Quanto a isso, procuramos salientar a importância dos riscos assumidos na efetuação das tarefas, pressupostas pelas frases. Além da correlação existente entre a intencionalidade dos falantes, ao instruir, advinda dos atos ilocucionários, e de sua ligação com o modo como essas intenções são assumidas, no perlocucionário, existe um terceiro nível, que denota a mensagem em si, que é a esfera locucionária.

A análise do componente frasal, à luz da natureza dos gêneros, mostrou, por outro lado, que, quando as instruções não são estabelecidas por meio de imperativas, observam-se atos de fala indiretos, desencadeados por outros tipos frasais. Por decorrência desse tipo de emprego, esses atos de fala refletem forças ilocutórias mais rígidas, que precisam ser interpretadas, de modo a acentuar o maior ou menor risco quanto ao acatamento dos procedimentos.

Ressaltou-se que esses valores ilocutórios evidenciam que a totalidade das ações preconiza macroatos, relativos à sua intersecção com os objetivos de cada gênero. Nesse sentido, esses macroatos, assumidos na aquisição dos sentidos,

podem ser interpretados a partir dos procedimentos, refletindo a natureza dessas ações a partir da totalidade dos sentidos advindos dos níveis locucionário, ilocucionário e perlocucionário.

Essas constatações refletem, em suma, que a superfície textual pode expor, no locucionário, frases declarativas que possuem forças ilocutórias de nível elevado, prestando-se ao estabelecimento dos procedimentos. Por outro lado, as imperativas podem apresentar forças ilocutórias mais atenuadas, na predisposição das instruções, conforme mostrado na análise dos exemplos.

Todas essas constatações, que puderam ser vislumbradas a partir do escopo analítico das frases e dos atos de fala, por outro lado, indicam questões importantes relativas ao estudo dos tipos e dos gêneros textuais. Com respeito ao tipo injuntivo, procurou-se salientar que o estudo frasal, atrelado ao componente interlocutivo, ressaltam as características da finalidade enunciativa dessa tipologia.

Assim, a hipótese inicial da pesquisa, que residiu na existência de diferentes formas de acatamento e de entendimento das instruções, durante a leitura, obteve respaldo positivo, a partir das análises dos *corpora*. Como procuramos mostrar, os recursos usados na estipulação dos procedimentos preconizam sentenças com diferenças substanciais quanto à assimilação dos sentidos a elas adjacentes. Desse modo, a hipótese da existência de níveis impositivos diferenciados, a partir das forças ilocutórias, também pode ser corroborada, já que os quatro gêneros impõem essas diferenças interlocutivas, a partir de sua própria natureza de utilização.

Nesse sentido, mostramos que as frases desencadeadoras de procedimentos são predispostas de modo diferenciado nos quatro gêneros, já que existe uma diferença de apresentação das instruções na superfície textual desses enunciados. Quanto a isso, a tese evidencia que as declarativas nos textos contratuais e nas bulas estipulam procedimentos de forma mais taxativa do que as imperativas nos manuais e nas receitas. Por outro lado, a discrepância no entendimento das informações é também detectada a partir dessa primeira grande distinção do uso frasal nos textos instrucionais. Assim, essa discrepância primeira, no nível textual, está relacionada à natureza dos quatro gêneros, que, conforme mostramos, prestam-se a usos distintos, cujos riscos envolvidos correspondem a formas de imposição diferenciada, no estabelecimento dos procedimentos.

As hipóteses da pesquisa estão relacionadas aos objetivos, a saber: a) verificar a organização das instruções nos textos; b) mostrar as ações de

estabelecimento e de acatamento das instruções, por parte dos interagentes; c) discriminar o papel desses interagentes, delineando suas funções interlocutivas; d) contribuir com uma análise de cunho interlocutivo. Esses objetivos foram correlatos às hipóteses que puderam ser comprovadas.

A teoria escolhida para a elaboração da tese requereu uma análise diferenciada dos dados, já que não contamos com a existência de trabalhos que atrelaram o estudo da tipologia ao do componente interlocutivo, inerente aos atos de fala.

Como ressaltamos, escolhemos como foco de atenção a questão da intencionalidade interlocutiva, traçando o papel dos locutores e dos interlocutores no estabelecimento das ações. Tendo como elemento norteador a percepção do tipo injuntivo como imprescindível na configuração dos textos instrucionais, esses enunciados propõem a ação, tanto dos locutores, ao estabelecer tarefas, quanto dos interlocutores, ao acatá-las.

Salientamos, por fim, que os textos instrucionais materializam gêneros importantíssimos e que sempre nos chamaram a atenção, por sua utilidade na vida prática dos indivíduos. A linha de pesquisa escolhida, intitulada “Ensino da Língua Portuguesa: história, políticas, sentido social, metodologias e pesquisa”, ainda é importante registrar que esta tese vai ao encontro da necessidade de aprofundamento do estudo, tanto do tipo injuntivo, quanto dos gêneros por ele estruturados, coadunando-se à linha de pesquisa. Não existem muitos estudos que se preocupem com essas duas categorias discursivas, embora sejam ambas ordinárias nas atividades de troca comunicativa dos indivíduos, de quaisquer estratos sociais. Destacamos, portanto, a importância dessas duas categorias para o desenvolvimento da ampliação da proficiência em leitura e em escrita dos indivíduos, que se depararão com enunciados dessa natureza em vários momentos de trocas comunicativas interpessoais.

Sobre o recorte analítico escolhido, procuramos, à luz do componente interlocutivo, ressaltar questões sobre a leitura nessas duas esferas da linguagem. Quanto ao aproveitamento da tese para as questões norteadoras do desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, ressaltamos o papel do ilocucionário como discriminador da intencionalidade dos locutores nos diferentes contextos de uso da linguagem. Também quanto ao aproveitamento das análises, salientamos a importância do estudo da injunção, tipologia que está ainda ausente

das discussões em torno da leitura, embora esse tipo textual discrimine um modo de enunciar importante às necessidades práticas de resolução de tarefas, amplamente afirmado ao longo dessa tese. Concordamos com a confluência dos estudos gramaticais à luz da Linguística, pois ambas são indissociáveis na produção verbal dos indivíduos. Defende-se a pertinência de associação de um conceito pouco aprofundado pela descrição gramatical que é a frase com o ato de fala, elemento estudado na Linguística, pelo campo de estudo intitulado “Pragmática”.

Quanto ao aprofundamento das funções enunciativas das declarativas e das imperativas, que foram os tipos mais evidentes nos textos pesquisados, mostramos que o modo como os sentidos podem ser assumidos por meio desses tipos frasais indica intenções comunicativas que vão desde a simples sugestão, até a imposição. A visão discursiva proposta pela “Teoria dos Atos de Fala” indica essa gradação no nível impositivo pressupostos por ambos os tipos frasais. Por outro lado, o ensino dos tipos frasais no contexto escolar mostra uma associação das declarativas com o simples intuito de declarar e das imperativas com a finalidade de pedir ou impor. Não existe a consideração da intencionalidade intrínseca aos atos de fala por essas frases demandada. A tese contribui com essa distinção. Também o contexto de uso frasal não evidencia a intencionalidade dos atos de fala. Logo, postula-se a contraposição da frase à oração, sendo o primeiro conceito intrinsecamente discursivo e não estrutural, atributo do segundo.

Para finalizar, ratifica-se que, para além da análise de categorias como a do “gênero” e do “tipo”, em suas propriedades tradicionais, também existe a possibilidade de entendimento do componente acionista da linguagem, elemento propulsor de qualquer atividade comunicativa. A incorporação do conteúdo acionista ao estudo dos gêneros e dos tipos procurou, por outro lado, buscar caminhos diversos para a análise de estruturas materiais de menor volume, que são as frases, vistas sob outros ângulos discursivos.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. *A linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- ALI, S. *Gramática histórica e gramática secundária da Língua Portuguesa*. Ed. rev. e atual. Brasília, DF: Ed. UnB, 1964.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Cambridge, Massachusetts: Harvard university press, 1962.
- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2010.
- BARBOSA, J. S. *Grammatica filosofica da lingua portugueza*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARROS, D. L. P. de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, D. L. P. de.; FIORIN, J. L. (Org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BEAUGRANDE, R. A. de; Dressler, W. U. *Introduction to text linguistics*. New York: Longman Inc., 1972.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 22. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- _____. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005.
- BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: Educ, 1999.
- CABRAL, L. S. *Introdução à linguística*. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S.A., 1978.
- CUNHA, C. CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.
- DASCAL, M. WEIZMAN, E. Contextual Exploitation of Interpretation Clues in Text Understanding: An Integrated Model. In: VERSCHUEREN, J.; BERTUCELLI-PAPI, M. (Ed.). *The pragmatic perspective*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p. 31-46.

GRICE, Paul. Logic and conversation. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística: pragmática*. Campinas: Editora do Auto, 1982. v.4. p. 81-103.

KLEIMAN, Ângela B. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2000.

_____. *Leitura: ensino e pesquisa*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2004.

_____. *Oficina de leitura: teoria e prática*. São Paulo: Pontes, 1993.

KOCH, I. G. V.; FÁVERO, L. L. Contribuição a uma tipologia textual. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 3-10, jun. 1987.

LIMA, C. H. R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 18. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olimpio Editora, 1976.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

_____. *Contextualização e explicitude na relação entre fala e escrita*. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE LÍNGUA FALADA E ENSINO, 1., 1994, Maceió, AL. Maceió: UFAL. Mimeografado.

_____. *Cognição, explicitude e autonomia no uso da língua*. In: MARCUSCHI, L. A. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

NYSTRAND, M.; WIELMELT, J. *When a text is explicit? Formalist and dialogical conceptions*. *Text*, 11, p. 23-41, 1991.

PEREIRA, E. C. *Grammatica expositiva*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1907. 364p.

PINTO, J. P. Pragmática. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística* 2. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. 5. ed. São Paulo: Miguel Melillo, 1899.

SEARLE, J. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. New York: Cambridge university press, 1969.

_____. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra, Livraria Almedina, 1981.

_____. *Expressão e significado: estudo da teoria dos atos de fala*. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo. Cultrix, 2006.

SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de texto: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: REUTER, Y. (Ed.). *Les Interactions Lecture-Écriture: actes du Colloque Théodile-Crel*; 1994. p. 155-173.

SILVA, G. A. P. *Pragmática: a ordem dêitica do discurso: as representações do EU e seus efeitos de sentido*. Rio de Janeiro: ENELIVROS, 2005.

SILVA, J. Q. G. Gênero discursivo e tipo textual. *Scripta*, v. 2, n. 4, 9, p. 87-106, 1999.

SOUZA, S. T. As abordagens tipológicas dos textos. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, Santa Catarina, v. 12, n.1, p. 347-364, jan. 2012.

TRAVAGLIA, L. C. Um estudo textual-discursivo do verbo no português. 1991. 330, 124 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. Tipos, gêneros e subtipos textuais e o ensino de língua materna. In: BASTOS, N. M. O. B. (Org.). *Língua Portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: EDUC, 2002c. p.201-214.

_____. A caracterização de categorias de textos: tipos, gêneros e espécies. *Alfa*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 39-79, 2007.

_____. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2007, Tubarão, SC. *Anais*. Organizadores: Adair Bonini, Débora de Carvalho Figueiredo, Fábio José Rauhen. Tubarão: UNISUL, 2007b. p. 1297-1306.